

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

RAFAEL DE PAULA CARDOSO

**A viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira como
experiência formativa no espaço colonial brasileiro do século
XVIII**

Piracicaba

2022

RAFAEL DE PAULA CARDOSO

**A viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira como
experiência formativa no espaço colonial brasileiro do século
XVIII**

Tese apresentada à Banca Examinadora do
Programa de Pós-Graduação em Educação da
UNIMEP como exigência parcial para
obtenção do título de Doutor em Educação.
Orientador: Prof. Dr. Thiago Borges de Aguiar

Piracicaba

2022

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIMEP
Bibliotecária: Joyce Rodrigues de Freitas - CRB-8/10115.

C268a	<p>Cardoso, Rafael de Paula</p> <p>A viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira como experiência formativa no espaço colonial brasileiro do século XVIII / Rafael de Paula Cardoso. – 2022. 263 f. ; 30 cm.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Thiago Borges de Aguiar. Tese (Doutorado) – Universidade Metodista de Piracicaba, Educação, Piracicaba, 2022.</p> <p>1. Alexandre Rodrigues Ferreira. 2. Narrativa de viagem. 3. História natural I. Cardoso, Rafael de Paula. II. Título.</p> <p>CDD – 910.4</p>
-------	---

CARDOSO, Rafael de Paula

A viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira como experiência formativa no espaço colonial brasileiro do século XVIII

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas da
UNIMEP para obtenção do título de Doutor em
Educação

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. Thiago Borges de Aguiar (orientador)

Prof. Dr. Allan da Silva Coelho (USF)

Prof. Dr. Cesar Romero Amaral Vieira (UNIMEP)

Prof.^a Dr.^a Paula Leonardi (UERJ)

Prof. Dr. Roni Cleber Dias de Menezes (USP)

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Maria Luiza, e minha irmã, Renata, por todo amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao povo brasileiro, Norte, Centro, Sul, inteiro! Povo trabalhador que na labuta do dia a dia constrói essa nação e na expressão de seus sonhos e angústias dão os tons de nossa cultura.

Nos últimos 7 anos muitas dessas pessoas me acompanharam na trajetória dessa pesquisa. Muitos amigos de longa data e algumas amizades que se fortaleceram nos últimos anos. Agradeço a Felipe Furlan, Saulo Pedro, Fábio Pacano, Carlos Corrêa e Rodrigo Molina por me inspirarem, mesmo sem saberem, a seguir em minha formação. À Antonio Carlos Silva e Claudio Furlan, pelas pontuais, mas importantes, contribuições no desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço ao PPGE-UNIMEP e todos seus funcionários, principalmente o suporte da secretaria nas mãos da Elaine e do André. Agradeço aos amigos que fiz durante o percurso de pesquisa e que constantemente me apoiaram e ajudaram na vida de pesquisa: Antonio Filogenio, Renata Ré Bollis, Iara Bottan, Katia Antonioli e Juliano Godoy. Em especial agradeço à Fernanda Malafatti e ao Cornélio Raimundo Mucache, meus colegas de turma, não só por compartilharem as angústias e percalços no processo de pesquisa. Mas com suas lutas diárias e pesquisas, serem uma grande inspiração de luta pela justiça social.

As palavras são poucas para expressar a gratidão que sinto pelos professores que participaram de minha formação. Dentre os que se envolveram diretamente agradeço aos professores José Maria Paiva, meu orientador durante o mestrado; Cesar Romero Amaral Vieira, Belarmino Cesar Guimarães da Costa e Karina Garcia Mollo e todos que acompanharam minha formação. Docentes que mesmo em meio as mais diversas crises que assolaram o país e a UNIMEP sempre se mantiveram serenes e prontos a nos orientar.

Agradeço aos professores que participaram da banca de defesa desta tese. Ao professor César Romero e ao professor Allan da Silva Coelho, pelos conhecimentos compartilhados ao longo de toda a pós-graduação. E agradeço a disponibilidade e prontidão dos professores Roni Cleber Dias de Menezes e da Paula Leonardi para participarem de momento fundamentais de revisão e aprofundamento do trabalho que venho desenvolvendo.

De todos os professores, sou imensamente grato à Thiago Borges de Aguiar, meu orientador ao longo do doutorado, mas que se fez presente em minha pesquisa desde a primeira aula no PPGE. Com ele expandi os limites da minha formação e me presenteou

com reflexões e desafios que levarei por toda a minha vida. Thiago, seu amor à docência, seu respeito pela liberdade e pelas pessoas são uma grande referência nesses tempos complicados que a educação vive.

Gostaria de agradecer também algumas pessoas que contribuíram com o desenvolvimento dessa tese. À Daniel Miranda, por compartilhar as traduções de William Robertson; e a Ligia Jardim por auxiliar com a tradução da obra de Marouby. Também agradeço à Renata Cardoso por me ajudar no levantamento das imagens na Biblioteca Nacional. Lembro também a participação no GEHER (Grupo de Estudos História da Educação e Religião) na apreciação de alguns trechos da tese nas divertidas e profundas reflexões feitas em nossos encontros.

Agradeço a todo apoio e amor dato por minha família. Minha mãe, Maria Luiza; e minha irmã, Renata, que juntamente com meus padrinhos Cida e Manoel; sempre estiveram presentes me apoiando e torcendo para que eu alcançasse meus sonhos. À nossa família, nesse percurso doido de vida acadêmica, se uniu meu amor Marina. Má, toda sua trajetória é uma grande inspiração para mim e sua doçura é um aconchego para as turbulências de qualquer viagem. Não me vejo realizando essa sem você.

Fecho meus agradecimentos com reverência a todas as pessoas que lutam e buscam fazer ciências nesse país. Esse trabalho, de certa forma, mostra as dificuldades e a precariedade constantemente encontradas por nós ao tentarmos lutar pela autonomia e consolidação do saber científico. Junto a nós somam-se diversos grupos muitas vezes silenciados em seus direitos. Nesse trabalho ganhou relevo a questão indígena ainda hoje atacada em seus direitos. Aqui lembro as 182 lideranças indígenas assassinadas em 2020 na defesa legítima de suas terras perante o avanço do agronegócio. Junto a elas somam-se a vida de duas crianças yanomami mortas ao serem sugadas por dragas de mineradoras ilegais em Roraima. À população indígena peço desculpas por quaisquer limites ao tentar trazer a história dessas injustiças. O enigma dos mortos é uma das questões mais difíceis de serem compreendidas e a máscara dos falsários que buscam silenciá-los um dos deveres mais urgentes a ser denunciado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

“É óbvio que lá fora reina o diabo em mil disfarces aliciantes (...) penetra o sol do pecado pelas fendas dos vitrais da fé e perturba a prece (...) Esses sinais curiosamente revoltos e cursivos aparecem pintados e esculpidos nas paredes, tecidos nos tapetes, e nos medalhões enormes que pendem do teto”

(Vilém Flusser)

“Vossos filósofos sedentários estudam a história natural em seus gabinetes; têm miniatura e conhecem nomes, mas não têm ideia da natureza. Mas o gabinete de Emílio é mais rico do que o dos reis: é a terra inteira”

(Jean-Jacques Rousseau)

“Não é o destino que conta, mas o caminho”

(Mia Couto)

RESUMO

Em meados do século XVIII intensificaram-se os esforços da Coroa portuguesa no uso da história natural como método para catalogar a natureza do Reino e dos domínios ultramarinos. Esforço que se estendeu até as reformas educacionais na Universidade de Coimbra e, posteriormente, com a criação do Museu de História Natural durante o reinado mariano. Este trabalho estuda a formação do naturalista não só nos espaços institucionalizados, mas também analisa a suas experiências, práticas e diálogos vivenciados no espaço colonial. Pretendemos, a partir dessas experiências formativas, dar luz a novos indícios sobre o papel do espaço colonial na historiografia da educação colonial no século XVIII. Para esse estudo, analisaremos a Viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), naturalista baiano formado na Universidade de Coimbra reformada, que sob orientações de Domingos Vandelli e da Coroa portuguesa, percorreu as capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá entre os anos de 1783 e 1792. Ferreira, imbuído pelos ideais de leal funcionário régio, orientou o olhar imperial no controle e efetivação das reformas nas margens dos domínios coloniais e também buscou submeter a natureza, espécimes e as populações nativas sob os códigos classificatórios propostos pelos letrados e pela história natural. A partir da análise das representações construídas por Ferreira e de suas experiências, podemos perceber indícios e sinais que apontam para as experiências do naturalista em meio a zona de contato. Em seus diários, memórias, cartas e produção iconográfica, além de analisar a estrutura imperial, critica a prática de funcionário, tencionando-se com a precária estrutura imperial. Ao ponderar sobre a figura do indígena, materializada no homem americano, estabelece um diálogo com letrados e naturalistas europeus, muitas vezes tencionando paradigmas e representações históricas sobre os povos americanos. Atritos que demonstram as tensões entre os paradigmas utópicos de civilização em diálogo com o primitivismo, processo de pensar a alteridade do outro no espaço americano. Defendemos que essa tensão advém da orientação de Ferreira em enquadrar a realidade colonial na criação de uma *História Natural das Colônias*, que também são compartilhadas pelos letrados luso-brasileiros na redefinição do passado colonial a partir da perspectiva de um império luso-brasileiro. Esses pontos de tensão entre as orientações régias, olhar imperial, paradigmas ilustrados e as experiências vivenciadas por Ferreira apontam para a complexa formação que flui entre figuras distintas, mas com ideias semelhantes: o funcionário, o naturalista e o letrado.

Palavras-chave: Alexandre Rodrigues Ferreira, narrativa de viagem, Ilustração, história natural

ABSTRACT

In the middle of the 18th century, the use of natural history as a method to catalog the nature of the Kingdom and their overseas domains was intensified by the Portuguese Crown. An effort that extended to the educational reforms at the University of Coimbra and, later, with the creation of the Museum of Natural History during the reign of Maria I. This work studies the formation of the naturalist not only in institutionalized spaces, but also analyzes their experiences, practices and dialogues experienced in the colonial space. From these formative experiences, it is intended to shed new light on the role of colonial space in the historiography of colonial education in the 18th century. For this study, the Philosophical Journey of Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) will be analyzed. Ferreira was a naturalist from Bahia trained at the reformed University of Coimbra who traveled through the captaincies of Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso and Cuiabá between 1783 and 1792 under the guidance of Domingos Vandelli and the Portuguese Crown. Ferreira, inspired by the ideals of a loyal royal official, guided the imperial gaze in the control and implementation of reforms on the margins of colonial domains and sought to submit nature, specimens and native populations under the classification codes proposed by scholars and natural history. Analyzing the representations built by Ferreira and his experiences, clues and signs that point to the experiences of the naturalist amidst the contact zone are perceived. In addition to analyzing the imperial structure in his diaries, memoirs, letters and iconographic production, Ferreira also criticizes the practice of an official raising tension against the precarious imperial structure. When considering the figure of the indigenous person, materialized in the American man, he establishes a dialogue with European scholars and naturalists, often putting strain on paradigms and historical representations of the American peoples. Frictions that demonstrate the tensions between the utopian paradigms of civilization in dialogue with primitivism, a process of thinking about the otherness in American space. We argue that this tension comes from Ferreira's orientation in framing the colonial reality in the creation of a Natural History of the Colonies, which are also shared by Luso-Brazilian scholars in the redefinition of the colonial past from the perspective of a Luso-Brazilian empire. These points of tension between the royal orientations, imperial gaze, illustrated paradigms and the experiences lived by Ferreira point to the complex formation that flows among different figures, but with similar ideas: the official, the naturalist and the literate.

Keywords: Alexandre Rodrigues Ferreira, travel literature, Enlightenment, natural history.

RESUMEN

Por los medios del siglo XVIII se intensificaron los esfuerzos de la Corona portuguesa en el uso de la historia natural como método para catalogar la naturaleza del reino y de los dominios ultramarinos. Esfuerzo que se extendió hasta las reformas educacionales en la Universidad de Coimbra y, posteriormente, con el establecimiento del Museo de Historia Natural durante el reinado mariano. Este trabajo estudia la formación del naturalista no solo en los espacios institucionalizados, como también investiga a sus experiencias, prácticas y diálogos vivenciados en el espacio colonial. Tenemos la intención, a partir de esas formativas experiencias, dar origen a nuevos indicios sobre el papel del espacio en la historiografía de la educación colonial en el siglo XVIII. Para eso, investigaremos el Viaje Filosófico de Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), naturalista baiano graduado en la Universidad de Coimbra reformada, fue dirigida por Domingos Vandelli y la Corona portuguesa, recorrió las capitanías del Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso y Cuiabá entre los años de 1783 y 1792. Ferreira, imbuido por los ideales de leal empleado real, condujo la mirada imperial en el control y efectividad de las reformas en los bordes de los dominios coloniales y todavía buscó someter la naturaleza, especímenes y las poblaciones nativas bajo los códigos clasificatorios propuestos por los letrados y por la Historia natural. A partir del análisis de las representaciones creadas por Ferreira y de sus vivencias, podemos percibir indicios y señales que direccionan para las experiencias del naturalista en medio a la zona de contacto. En sus registros diarios, memorias, cartas, y producción iconográfica, además del análisis de la estructura imperial, reprocha la práctica del empleado, confrontándose con la estructura precaria imperial. Sobre considerar la imagen del indígena materializada en el hombre americano, establece un dialogo entre letrados y naturalistas europeos, tensionando paradigmas y representaciones históricas sobre los pueblos americanos. Enfrentamientos que demuestran las tensiones entre los utópicos paradigmas de la civilización en dialogo con el primitivismo, proceso de pensar la alteridad del otro en el espacio americano. Defendemos que esta tensión procede de la orientación de Ferreira en encuadrar la realidad colonial en la creación de una *Historia Natural de las Colonias*, las que también son compartidas por los letrados luso-brasileños en la definición del pasado colonial a partir de la perspectiva luso-brasileña. Tales puntos de tensión entre las orientaciones reales, la mirada imperial, paradigmas ilustrados y las experiencias vividas por Ferreira direccionan para una formación compleja que fluye entre distintos personajes, pero con ideales semejantes: el empleado, el naturalista y el letrado.

Palabras clave: Alexandre Rodrigues Ferreira, narrativa de viaje, Ilustración, historia natural

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Sábio trabalhando em seu gabinete.....	14
Figura 2 - Frontispício alegórico da Viagem Filosófica	28
Figura 3 - Aquarela representando um Guapé.....	75
Figura 4 - Mapa representando o trajeto da Viagem Filosófica	110
Figura 5 - Prospectos da canoa utilizada na viagem filosófica pelos rios Cuyaba, São Lourenço, Paraguay e Jaurú	125
Figura 6 - Frontispício da obra História Naturalis Brasiliae	182
Figura 7 - Canoa indígena	193
Figura 8 - Uma igarité, uma ubá e uma jangada, e seus acessórios.....	194
Figura 9 - Moagem da cana em uma moenda de cilindros verticais movidas por uma roda hidráulica.....	196
Figura 10 - Imagem da Gruta do Inferno	197
Figura 11 - Prospecto das casas das índias de Monte-Alegre, onde fazem as cuias.....	199
Figura 12 - Artefatos indígenas	200
Figura 13 - Instrumentos musicais indígenas	200
Figura 14 - Adoração dos magos	202
Figura 15 - Índios Tupinambás guerreiros	203
Figura 16 - Mulheres e crianças indígenas tomando mingau preparado com as tripas do prisioneiro sacrificado	204
Figura 17 - Mulheres e crianças da tribo tomam o mingau feito com as tripas do prisioneiro sacrificado.....	205
Figura 18 - A pesca das tartarugas.....	207
Figura 19 - O fabrico da manteiga de ovos de tartaruga	207
Figura 20 - Como este povo faz fogo.....	209
Figura 21 - Mura.....	210
Figura 22 - Gentio Mura, do rio Madeira.....	211
Figura 23 - Tábua 1 (modelo de rostos).....	213
Figura 24 - Gentio Uerequena	218
Figura 25 - Gentio Cambeba	219
Figura 26 - Cambeba.....	220
Figura 27 - Índio Miranha	221
Figura 28 - Homem Tapuia	223

Figura 29 - Mulher Tapuia	224
Figura 30 - Fera que vive de vento	225
Figura 31 - Índio com botoque labial.....	227
Figura 32 - Gentio Mauhás.....	228
Figura 33 - Conjunto de aquarela sobre a expedição de Afonso Botelho e Souza.....	231
Figura 34 - Nº 1º Uniforme do terço auxiliar da cidade, de que é mestre de campo Marcos José Monteiro de Carvalho e Veiga Coelho. Nº 2º Dº do Bairro da Campina, que é mestre de campo Lourenço Furtado de Vasconcellos	232
Figura 35 - A passagem de um rio pelos índios guaicurus.....	234
Figura 36 - Gentio Jurupixuna.....	239
Figura 37 - Índia Guaicuru	240
Figura 38 - América (casal de indígenas).....	241
Figura 39 - Frontispício do livro de Arnold Montanus	245

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – “AS GLÓRIAS DA GENTE LUSITANA”: OLHAR IMPERIAL, REFORMISMO ILUSTRADO E AS NARRATIVAS DE VIAGEM.....	28
1.1 Da decadência às luzes do progresso.....	31
1.2 Reformas pombalinas no mundo luso-brasileiro.....	40
1.3 O olhar imperial e o explorador naturalista	58
CAPÍTULO 2 – “AUSCULTANDO O CORAÇÃO DA AMAZÔNIA”: A VIAGEM FILOSÓFICA DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA EM MEIO AO ESPAÇO COLONIAL.....	75
2.1 “A Cata do saber”: Organização da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira77	
2.2 Para além do gabinete: o naturalista em meio a Zona de Contato.....	87
2.3 “O livro de si mesmo”: início da viagem, o Rio Negro e as primeiras experiências	104
CAPÍTULO 3 – “GALOS DO CAMPO”: REPRESENTAÇÃO DA NATUREZA E DOS INDÍGENAS NA NARRATIVA DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA	125
3.1 Da natureza ao sertão, do homem natural ao selvagem	127
3.2 O indígena incorporado: um “dilatado campo de observações”	139
3.3 “O inglês”: diálogos e tensões de Ferreira com a história natural.....	152
CAPÍTULO 4 – OS LIMITES DO FILOSOFAR E O ESFORÇO DO DESENHAR: O PRIMITIVISMO NOS TEXTOS E IMAGENS DA VIAGEM FILOSÓFICA	164
4.1 Tapuia: selvagem ou homem originário?.....	165
4.2 Se não for possível recolher, desenhe: iconografia na história natural e a trajetória dos desenhistas.....	178
4.3 A produção iconográfica da Viagem filosófica: a natureza, a produção e o outro.....	188
4.4 A narrativa nas imagens: o lugar do indígena e sua representação	201
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	246
REFERÊNCIAS.....	254
Fontes	254
Bibliografia.....	256

INTRODUÇÃO

Figura 1 - Sábio trabalhando em seu gabinete



DEBRET, Jean-Baptiste. Sábio trabalhando em seu gabinete (1827), aquarela, 16x21,2 cm. Museu Castro Maya. Rio de Janeiro. Disponível em <http://warburg.chaa-unicamp.com.br/obras/view/529>

A aquarela que inicia nossa reflexão foi realizada por Jean-Baptista Debret em 1827 para descrever a prática dos eruditos viajantes ao Brasil no início do século XIX¹. Poderia talvez ser um autorretrato do próprio artista francês, ou, conforme aponta Siqueira (2007), uma representação dos diversos viajantes que vivenciaram o espaço colonial no contexto de abertura para as primeiras expedições científicas já no final do século XVIII.

Nessa tese nos debruçaremos sobre os escritos e imagens produzidas por um desses viajantes que incursionaram por terra brasileiras, o naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), que liderou a expedição denominada Viagem

¹ Jean-Baptiste Debret (1768-1848) esteve presente no Brasil desde 1816, realizando diversas pequenas aquarelas, retratando os costumes e pessoas brasileiras. Em 1834, já na França, reúne 153 dessas imagens e as transforma em litografias. A obra, com diversas anotações, foi publicada sob o título de Viagem pitoresca e histórica ao Brasil ou jornada de um artista francês no Brasil.

Philosofica. Entre 1783 e 1792, a expedição de Ferreira percorreu, via Rio Negro, as capitanias do Grão-Pará, Mato Grosso e Cuiabá². Como resultado, deixou uma variedade de registros (relatórios, memórias³, monografias, cartas). Dentre esses registros, destacam-se também as gravuras, as quais demonstraremos posteriormente a particularidade de sua análise, que juntamente com o conjunto de textos citados são denominados de “narrativas de viagem” (CRUZ, 2002, p. 60).

De acordo com Silva (2020, p. 203), esse gênero de documentos traz “informações que poderiam levar ao conhecimento e às discussões de temas como comércio, liberdade, natureza, povos selvagens e povos civilizados, missões e classificação dos distintos tipos humanos que compunha o mundo conhecido”. São informações que atendiam tanto aos interesses imperiais – que no caso da expedição de Ferreira se situava em um contexto de reformas para a redefinição dos laços coloniais durante o reinado mariano –, como também foram imbuídas pelos novos ideais ligados à história natural, área do conhecimento composta por uma série de saberes ligados à Botânica, Zoologia e à Filosofia ilustrada que buscavam esquadrihar e classificar o mundo natural das colônias. São ambições e conhecimentos que se ligam à consolidação de uma “consciência planetária” nos fins do século XVIII, na qual as obras de naturalistas buscaram dar “vazão a novas formas de conhecimento e autoconhecimento europeu, novos modelos para os contatos europeus além-fronteiras e novas formas de codificação das ambições imperiais europeias” (PRATT, 1999, p. 54).

Diversos autores refletem sobre essas práticas e orientações metropolitanas na obra de Ferreira. Passamos por Corrêa Filho (1939), ao qual levantando toda uma biografia do naturalista enaltece sua lealdade à Coroa como ideal de funcionário, além de seu vigor metodológico que teria lhe rendido a alcunha de “Humboldt brasileiro”⁴. Contudo, pesquisas recentes buscam reorientar o sentido da viagem filosófica em diálogo com a espacialidade vivida pelos sujeitos que a compunham. Pratt (1999) nos alerta que

² Territórios que correspondem atualmente aos estados do Pará, Amazônia e Mato Grosso.

³ Por memórias entendiam-se os textos monográficos de cunho acadêmico ou administrativo. No período, o governo estimulava a elaboração de memórias que procurassem avaliar as possibilidades econômicas de alguma região ou de alguma atividade agrícola, mercantil ou industrial. Após a fundação da Academia de Ciências de Lisboa foi criada uma publicação específica para divulgar esta produção, as *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa* (CRUZ, 2002, p.63).

⁴ A comparação busca elevar a fama de Ferreira a de seu contemporâneo Alexander von Humboldt (1769-1859). Humboldt foi um naturalista, geógrafo e explorador prussiano, atual Alemanha, que realizou expedições pela América entre os anos de 1799 e 1804. É conhecido por ser um dos primeiros a propor que a América e África teriam um mesmo passado geológico, além de traçar interpretações sobre as mudanças climáticas a partir dos impactos causados pela humanidade.

essas expedições se davam em um ambiente de fronteira, as margens dos domínios coloniais. São “zonas de contato”, os sujeitos antes distantes se encontram, chocam-se, amalgamando saberes e práticas em relações múltiplas de poder. Para Souza (1997, p. 42), o distanciamento em relação às estruturas imperiais rumo ao interior da colônia colocava esses sujeitos em um espaço caracterizado pela fluidez, um “mundo sempre em movimento onde as hierarquias sociais se superpunham com maior flexibilidade e rapidez” (SOUZA, 1997, p.42). Esse distanciamento, junto com o ambiente hostil, projetou os viajantes numa condição de isolamento e precariedade. A precariedade que a autora se refere não é somente a falta de recursos, mas o distanciamento do mundo civilizado em um espaço marginal que instigou experiência de adaptação. É uma adaptação material marcada pelo “improvisar a subsistência em meio hostil” (SOUZA, 1997, p.47). Mas, também, o “improvisar” as formas de ver, adaptando e remodelando as concepções de vida e paradigmas das ciências naturais a partir das experiências pelas quais se passa.

Podemos remeter essa visão à gravura que inicia nossa reflexão. Nela, o sábio ganha destaque ao centro, contudo não condiz, necessariamente, com a imagem clássica de um sábio ou letrado em seu gabinete. Aqui ele se molda e é permeado pela realidade colonial que se apresenta por meio das vestes – o roupão de chita, o chinelo – ou até mesmo a forma como se acomoda na rede para realizar suas reflexões. O mundo letrado transparece pelos livros logo ao fundo e os manuscritos acomodados de forma improvisada em sua cadeira. Ele expõe suas ferramentas de análise, os livros, a pena, o globo e os seus focos de interesses, como as aves mortas e penduradas na parede, mas, também se molda a esse espaço.

O que propomos, como um dos objetivos de nossa tese, é nos distanciarmos de uma visão eurocêntrica de história e produção de conhecimento, reforçando as trocas, tensões e circulações que ocorriam entre essas duas realidades espaciais e epistêmicas, apontando para a relevância do espaço colonial na formação dos letrados. É um movimento metodológico abordado nas Ciências Humanas a partir de várias perspectivas. No campo da historiografia, nossa proposta de pesquisa dialoga com os pressupostos metodológicos propostos pela História Cultural a partir da década de 60. A partir desse momento, segundo Chartier, a história cultural passa a ter como principal objetivo

identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às

classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoantes as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado (CHARTIER, 1990, p.17)

No caso da obra da viagem filosófica, a produção desse olhar, juntamente com os códigos e procedimentos analíticos, encontra-se fundada nos novos pressupostos pedagógicos da Ilustração, em específico, da história natural. A partir da reflexão de letrados e naturalistas, temos a construção de diversas representações sobre o mundo. Chartier destaca que ao pensar no conceito de representação, podemos compreendê-lo como

esquemas geradores das classificações e das percepções, próprios de cada grupo ou meio, como verdadeiras instituições sociais, incorporando sob a forma de categorias mentais e de representações colectivas as demarcações da própria organização social (...) mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm uma existência, isto é, só o são verdadeiramente a partir do momento em que comandam atos – que tem por objetivo a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades – tanto a dos outros como a sua (CHARTIER, 1990, p.18).

No entanto, não consideraremos essas representações como puros decalques dessas concepções sobre a realidade vivenciada pelos naturalistas. Devemos nos atentar às condições em que as práticas discursivas são produzidas, sendo orientadas não somente segundo interesses de grupos, mas, segundo os próprios limites impostos aos seus conceitos. Dessa forma, devemos “submeter à experimentação crítica os modelos forjados em outros contextos (...) para entender o sentido dos signos guardados pelo arquivo, suas competências de semiótica, de etnólogo, de psicanalista” (CHARTIER, 2002, p.52).

Gruzinski (2001) destaca que não podemos pensar o produto do encontro entre duas culturas simplesmente como um decalque, mas como uma zona de contato onde sistemas de pensamento dialogam, se misturam, sobrepõem-se e criam novos significados. Os indivíduos envolvidos nessa tensão são vistos como “mediadores culturais” entre duas culturas que se amalgamam. Para o historiador da ciência Kapil Raj, o conhecimento seguiria esse viés proposto por Gruzinski, sendo marcado mais pela circulação e pontos de encontro, e não pela disseminação de um local para o outros (2015, p. 22). Raj completa que por “circulação não entendamos a disseminação, transmissão,

ou comunicação de ideias, mas os processos de encontro, poder e resistência, negociação e reconfiguração que ocorrem em interações entre culturas” (2015, p. 161).

Certeau nos faz o mesmo alerta ao dar ênfase à “tensão entre discurso de autoridades e vontades rebeldes”. Nesse sentido, mais importante do que a autoridade do documento é percebermos seu lugar histórico como fruto de “experimentação, maneira de revelar diferenças. Saber do outro e, portanto, de si mesmo” (CERTEAU *apud* CHARTIER, 2002, p.161).

Compreendermos a relevância das narrativas de viagem como parte do pensamento ilustrado é também deslocarmos o espaço, antes circunscrito ao pensamento europeu, para a zona de contato onde seus conceitos eram colocados à prova. Retiramos, pois, o olhar do macro e o focamos no indivíduo, apontando para um cotidiano que se reinventa de mil maneiras de práticas não autorizadas (CERTEAU, 2015).

Seguindo essa abordagem reconhecemos a relevância das contribuições de Carlo Ginzburg para a ideia de uma narrativa histórica que relacione os elementos em pequena escala com outros mais gerais, em uma ligação entre o macro e o micro. Isso diz respeito à legitimação de uma macro-história pelas narrativas individuais ou incompletude dessas pequenas narrativas. Nem uma micro-história e nem uma macro-história dão conta de explicar toda a realidade. “E como estas duas narrações estão em lugares diferentes, elas não formam um *continuum*, mas uma sequência de novas perguntas em níveis heterogêneos” (AGUIAR, 2012, p.40).

Por isso nos atentaremos a diversos aspectos das narrativas de viagem. Sua experiência deve ser observada nas minúcias que constituíram a viagem, desde a vivência dos naturalistas, demonstrando os limites a que eram expostos. Nesse sentido, são válidas as considerações de Ginzburg sobre o conceito de paradigma indiciário, nas quais a “produção do conhecimento histórico (...) parte de elementos normalmente negligenciáveis que geralmente não acostumamos olhar com atenção (AGUIAR, 2012, p. 42).

Se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidade, nem por isso a ideia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas- sinais, indícios- que permitem decifrá-la (GINZBURG, 2016, p.177)

Ao percorrer a construção das narrativas de viagem através dos meandros que as constituíram, poderemos vislumbrar outros aspectos da formação educacional dos sujeitos na segunda metade do século XVIII. Uma formação que não se circunscreve aos espaços letrados, mas que se dá também nas margens dos domínios coloniais. Na mesma perspectiva, Thais Nivia de Lima e Fonseca reforça que os aportes teóricos-metodológicos da Histórica Cultural, assim como seus mais diversos campos de abordagem, podem contribuir para a exploração de “dimensões ainda pouco exploradas, fora da escola e da escolarização, bem como a imposição corajosa de novos olhares sobre essa que é uma dimensão já tradicional” (2003, p.72).

Almejamos seguir as propostas acima seguindo a trilha analítica aberta por alguns autores recentes. Dentre eles destacamos Carvalho Junior (2000), que busca analisar a representação do indígena ao longo da expedição de Ferreira e como essa representação, ao mesmo tempo que dialoga com os debates sobre o homem e a natureza americana estabelecidos pela história natural, também é influenciada pelas experiências na “zona de contato”. Destacamos também o texto de Pataca (2001), que busca realizar uma análise iconográfica das imagens produzidas ao longo da expedição, abordando as múltiplas significações, principalmente no campo político e econômico, para a efetivação do programa colonial. Por fim, mais recente, apontamos a tese de Almeida (2020), na qual destaca o papel dos protagonistas anônimos que compuseram as expedições científicas portuguesas na segunda metade do século XVIII, trabalhando, no caso da expedição de Ferreira, com o papel da população indígena⁵.

Para corroborar com esse debate contaremos com a sistematização da obra da Viagem Filosófica publicada pela Editora Kapa com o título *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Essa coleção busca organizar a obra de Ferreira que se encontra dispersa entre a Academia de Ciências de Lisboa, o Musée National d’Histoire Naturelle de Paris, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e o Museu Nacional⁶.

Focaremos nossa análise em quatro conjuntos de documentos. Primeiro o *Diário da viagem philosophica pela Capitania de São-José do Rio-Negro*, que busca realizar um

⁵ Também podemos citar diversas produção acadêmicas que tem nos oferecido pistas sugestivas. Kury (2001), analisa as experiências e sensações dos naturalistas na produção de relatos e imagens no século XIX demonstrando a relevância da produção do conhecimento in loco em tensão com a figura do naturalista de gabinete. Raminelli (2001), que analisa a produção iconográfica sobre os indígenas em diálogo com as concepções taxonômicas do setecentos.

⁶ Confrontamos edição da Kapa com outras publicações da obra de Ferreira. Destacamos inicialmente a publicação do Diário do Rio Negro pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (S.D) e a monografia de Ferreira publicada em 1972 pelo Conselho Federal de Cultura.

balanço de sua expedição pelo Rio Negro e afluentes entre 20 de agosto de 1785 até 08 de janeiro de 1786.

O segundo conjunto são as memórias. Elas são textos que não apresentam um padrão definido, mas apontam interesses recorrentes como a agricultura, manufatura. Sobre os povos: particularidades, aspectos físicos, roupas, armas, utensílios domésticos e localização geográfica (RAMINELLI, 2001, p. 975). Em específico utilizamos duas memórias intituladas *Memória sobre os gentios Uerequenas, que habitam nos rios Içana e Ixié*, a *Memória sobre os gentios Cambebas*. Junto a elas estão os textos que não são classificados como memórias, mas apresentam a mesma estrutura textual, sendo eles o texto *Miranha* e a *Notícia da voluntária redução de paz e amizade da feroz nação do gentio Mura nos anos de 1784, 85 e 86* (FERREIRA, 2005, v.3).

Em terceiro, destacamos a monografia produzida por Ferreira em um segundo momento de sua viagem, após cruzar o Rio Madeira e se estabelecer em Vila Bela. Lá finalizou sua monografia intitulada *Observações Gerais e particulares sobre a classe dos Mamíferos observados nos territórios dos três rios, das Amazonas, Negro e da Madeira: com Descrições circunstanciadas, que quase todos eles, deram os antigos, e modernos naturalistas, e principalmente com o dos Tapuias*. Segundo Carvalho Junior, nessa obra, datada de 29 de fevereiro de 1790, Ferreira “sistematiza os dados que recolheu segundo os parâmetros da Ciência Natural” (CARVALHO JUNIOR, 2000, p. 106).

Nesse conjunto de escritos, destacamos também a relevância do conjunto epistolário produzido pela viagem. Lembramos que o uso de cartas era uma prática vital para a comunicação dos funcionários régios, dentre eles os naturalistas, com as autoridades locais e metropolitanas (governadores de província, capitães, diretores de vilas). Comunicação que ia além do ato de informar o andamento da expedição, mas também como meio de comunicação vital para fornecimento de suportes materiais, pouso e, no caso da expedição pelos rios, remeiros.

Para análise dessa rede de relações selecionamos quatro cartas: duas datadas de 1788, uma de 11 de fevereiro e a outra de 11 de setembro, direcionadas à Pereira Caldas, capitão governador da capitania de São José do Rio Negro. Uma carta direcionada à João Albuquerque de Melo e Cáceres, capitão governador da capitania do Mato Grosso, datada de 21 de agosto de 1790. E uma direcionada ao jardineiro preparador da expedição, Agostinho Joaquim do Cabo, datada de 8 de junho de 1787. São correspondências que trazem não só o esforço em informar, mas representações referentes à estrutura de poder, a visão de mundo desses personagens, além das tensões e experiências subjetivas vividas

no cotidiano da expedição. Segundo Aguiar (2012, p. 87), a leitura de cartas nos permite um olhar antropológico e “não visa tanto desvendar a intimidade suposta, mas compreender as razões e a lógica que presidem essas práticas de escritura e de conservação”. Esse olhar antropológico nos leva a “identificar e a isolar fragmentos do texto que se reportavam às noções de tempo, de espaço, de finalidade da escritura e de efeitos nos correspondentes”.

Esse sentido antropológico abarca também o encontro com mundo e sujeitos distintos que buscaram ser compreendidos e analisados pelo olhar do naturalista. As cartas também corroboram nesse debate. Aqui analisaremos uma em específico direcionada à João Albuquerque de Melo e Cáceres em 5 de maio de 1791, em que Ferreira relata seu encontro com os Guaicurus, fornecendo indícios sobre suas reflexões acerca da natureza e da figura do homem americano. Nesse debate, Ferreira recorre constantemente ao uso de cartas e fragmentos de cartas – sejam elas cartográficas, cartas régias ou correspondências – para sustentar sua argumentação nos diários e memórias. Portanto, devemos nos atentar ao uso e ressignificação constante desses textos ao longo de sua produção. Junto a esse cuidado reforçamos a busca em destacar a dimensão subjetiva dos escritos que acabam por aflorar “vivências pessoais, íntimas e até mesmo mundanas” (AGUIAR, 2012, p. 83). Segundo Pratt (1999), as narrativas de viagem são permeadas por experiências nas fronteiras onde sujeitos são expostos desde a condições drásticas de vivência até o constante estranhamento com o contato com uma outra espacialidade e humanidade, o que leva ao desenvolvimento de uma sensibilidade que permeia os escritos mais formais e burocráticos.

Defendemos que essas experiências são fundamentais para entendermos o processo de formação do jovem naturalista em meio ao espaço colonial. Kury (2001), destaca que o século XVIII foi um momento de mudança no paradigma de formação dos naturalistas, marcado pelo dilema entre o naturalista viajante e o naturalista de gabinete. Em geral os viajantes eram “naturalistas mais jovens, oficiais da Marinha, nobres em busca de entretenimento filantrópico ou aventureiros em geral” que passaram a vivenciar a realidade colonial nas franjas dos domínios imperiais (KURY, 2001, p. 864).

Somava-se a esse campo a percepção desses sujeitos como letrados. Muitas obras no campo da história da educação compreendem a formação do letrado em meio aos espaços institucionalizados, universidades, colégios e academias literárias. Em grande parte, essa abordagem relaciona-se à figura que o homem letrado havia alçado no século XVIII. Segundo Burke (2020, p. 144), a expressão *uomo di lettere* fora empregada em

italiano já no ano de 1645, no título de um livro do jesuíta Daniele Bartoli. Nessa obra dois autores haviam merecido essa designação: Francesco Redi, que ganhou fama devido à sua pesquisa sobre parasitas e ao seu poema em louvor aos vinhos da Toscana; e Lorenzo Magalotti, que escrevia poemas e histórias, além de publicar relatos e experimentos e cartas sobre assuntos “científicos e eruditos”. Para Burke (2020, p. 136-144), apesar da enciclopédia representar os limites dos homens letrados na busca por um conhecimento totalizante, a cultura letrada foi cultivada nos espaços públicos (salões de leituras, academias de letrados e universidades), além dos impressos. Reforçava-se a crença ilustrada na razão e nos homens letrados como os preceptores da humanidade, capazes de dissertar sobre os mais variados temas. Segundo Burke (2020, p. 144), foi no “período do início do século XVIII e ao final do XIX que se deu a verdadeira era do homem de letras, ou seja, o indivíduo que, além de escrever poemas, peças ou romances, fazia contribuições para as humanidades e mostrava interesse pelas ciências naturais”.

Esse ponto dialoga com um segundo objetivo de nossa pesquisa. Defendemos que Ferreira, como um homem de letras, não se limita às práticas e códigos da história natural, quanto menos pode ser reduzido a um mero funcionário régio. Apesar de lidarmos com a dificuldade de uma obra que não foi sistematizada, podemos perceber em seus escritos uma coerência narrativa que conflui para certos interesses. Ora é a escrita de uma história natural dos domínios portugueses, ora uma narrativa que busca justificar e interpretar os domínios portugueses.

Kantor (2004, p. 45), ao buscar analisar o papel das academias de letrados luso-brasileiros na construção da historiografia portuguesa no século XVIII, aponta para uma reelaboração do “discurso de glorificação do espaço imperial, a partir da reinterpretação crítica da tradição fixada pelos cronistas quinhentistas e seiscentistas”, onde o que antes era tratado como uma “glória particular, convertia-se em glória de interesse público da Nação”. Nesse movimento foi fundamental o papel de letrados brasileiros para a sistematização de um conhecimento disperso sobre os domínios coloniais na busca pela elaboração de uma História Universal da América Portuguesa (KANTOR, 2004, p. 58). Um dos pontos de convergência desses letrados com as práticas naturalistas seria a compreensão da incorporação da figura do indígena, refletindo no caso dos letrados, seu papel enquanto súdito real e personagem da história imperial; e no caso dos naturalistas, seu estatuto dentro dos sistemas de classificação propostos pela história natural (KANTOR, 2004, p. 220-250; SILVA, 2006). Tais preocupações, que rondavam a formação dos letrados luso-brasileiros a partir de meados do século XVIII, nos leva a

pensar não só as práticas de Ferreira como naturalista sob comando da Viagem Filosófica, mas também sua formação como letrado quando levanta documentos e sintetiza narrativas sobre o passado da ocupação portuguesa na América em um movimento que Silva denomina de “abordagem memorialista”.

A partir dessas reflexões iniciais traçamos como objetivos centrais dessa pesquisa:

- 1) Refletir sobre as experiências vivenciadas por Alexandre Rodrigues Ferreira em meio ao espaço colonial como elementos decisivos em seu processo de formação;
- 2) Reconhecer o espaço colonial, desde sua estrutura social e burocráticas, até as redes de relações, como um espaço decisivo para as formulações dos naturalistas e consolidação da história natural;
- 3) Compreender o processo formativo de Alexandre Rodrigues Ferreira a partir de três papéis sociais: o naturalista, o funcionário régio e o homem de letras, papéis estes que dialogam com os ideais de homem letrado do setecentos.

São questões que perpassam o campo da história da educação – avançar os reflexos das reformas pombalinas no espaço colonial não somente como receptor, mas em uma relação de diálogo. O Brasil não estava ganhando novo status somente por questão econômica. Redes de sociabilidade permitiam a produção de um mundo letrado que foi decisivo na consolidação da história natural e da cultura letrada no século XVIII. Defendemos, nesta tese, que na tensão entre as orientações régias, os paradigmas ilustrados e as experiências vivenciadas por Ferreira, sua formação consiste num processo complexo que flui entre figuras distintas, mas com ideias semelhantes: o funcionário, o naturalista e o letrado.

Tendo os objetivos citados acima como norte do presente estudo, traçamos a seguir a estrutura para este trabalho.

No primeiro capítulo intitulado “*As glórias da gente lusitana*”: *olhar imperial, reformismo ilustrado e as narrativas de viagem*, buscamos analisar a política imperial portuguesa no século XVIII em diálogo com as reformas pombalinas e suas reverberações no reinado mariano. Percebemos como o reformismo dialoga com as concepções ilustradas de progresso econômico e afirmação das razões de Estado acarretando no diagnóstico de letrados portugueses sobre o descompasso luso em relação às demais nações europeias, o que acaba se matizando numa visão decadentista da sociedade e cultura portuguesa. As reformas, principalmente no campo educacional, visavam emparelhar o Reino nessa concepção de percurso histórico. Destaca-se nesse capítulo os paradigmas de ciências propostos pela história natural que embasaram desde a reforma na Universidade de Coimbra à criação de diversos estabelecimentos que culminariam na

organização das primeiras viagens filosóficas para os domínios Ultramarinos. O foco das expedições ia desde viabilizar a estrutura econômica imperial, até submeter a natureza colonial aos códigos dos naturalistas. O pragmatismo da política imperial aliou-se ao esforço em elaborar uma concepção memorialista onde a partir dos relatos dos naturalistas o Brasil fosse reenquadrado na concepção imperial portuguesa.

No segundo capítulo intitulado “*Auscultando o coração da Amazônia*”: *a viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira em meio ao espaço colonial*, investigamos os diversos espaços que configuraram o olhar do naturalista para além da influência macro dos desígnios imperiais. Aqui iniciamos um movimento de diálogo entre os aspectos macro com o micro, marcado pelas especificidades que tangem as experiências vividas pelo naturalista em meio ao espaço colonial.

Com as reformas educacionais na Universidade de Coimbra, a partir dos Estatutos de 1772, temos a tradução dos ideais ilustrados e dos pressupostos da história natural em disciplinas e estabelecimentos decisivos para a formação dos naturalistas. A vinda de lentes como Domingos Vandelli orientou a busca pela elaboração das primeiras Viagens Filosóficas, além de traçar as diretrizes e práticas que balizariam os naturalistas nos domínios ultramarinos. Reforçamos a ligação dessas práticas aos ideais modernos de hegemonia do homem sobre a natureza, onde a partir da racionalidade técnica, do cálculo mercantil e da observação direta, seria possível classificar e otimizar o uso da natureza. Essa concepção dialoga com o conceito de utopia proposto por Marouby (1990) ao abordar as concepções fechadas de sociedade, marcado pelo ordenamento da realidade e controle dos diversos aspectos naturais. No século XVIII, a utopia é revigorada com a crença no progresso técnico e intelectual, ao qual muitas vezes foi associada à um processo civilizatório sobre as regiões mais distantes do domínio imperial. Portugal, orientada pelos anseios reformistas, lançou mão das expedições como ferramentas para controle sobre as regiões mais distantes dos domínios imperiais, buscando não só analisar e classificar essa realidade, mas otimizar sua exploração. Aqui emerge um segundo campo para compreensão da formação dos naturalistas, às margens dos domínios coloniais ou do que Pratt (1999) chama de zonas de contato. São espaços distantes da coerção imperial, marcados pelos encontros de sujeitos em relações assimétricas de poder, onde temos realidades sociais que são constantemente reinventadas e improvisadas. Alexandre Rodrigues Ferreira, ao percorrer os rios da bacia amazônica, principalmente o Negro e posteriormente o rio Madeira, alcançando as fronteiras dos domínios imperiais, se submete a experiências que demarcam o conflito entre o

funcionário real, marcado pela práxis do controle burocrático, e o sujeito que escapa em seus registros indícios da fragilidade dos domínios imperiais ou o desconforto com a instabilidade administrativa ou com os questionamentos levantados pelos seus objetos de análise a partir do olhar do naturalista. São indícios que ao serem rastreados nos permitem observar outros espaços de formação do jovem naturalista.

No terceiro capítulo intitulado “*Galos do campo*”: *representação da natureza e dos indígenas na narrativa de viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira*, optamos por recortar na grande obra da Viagem filosófica as passagens do Diário do Rio Negro, cartas e das memórias sobre a população da colônia que tratam sobre a natureza e as populações indígenas. Optamos por esse recorte tendo em vista os interesses régios na potencialização da exploração agrícola e os interesses na assimilação da população indígena. Ao rastrear o debate sobre a natureza e a população indígena, percebemos como Ferreira dialoga com as concepções modernas sobre a natureza enquanto um espaço indômito a ser domesticado pelo homem e a figura do americano, no caso as populações indígenas enquanto seres inferiores e degenerados. Para abordar esse debate recorreremos às obras de Gerbi (1996) e Thomas (1988), pois ambos tratam da relação do clima com a concepção de homem americano, onde a natureza decadente geraria homens e animais degenerados. Percebemos como os indígenas são inseridos em uma rede de negações (DUCHET, 1971) que os distancia dos pressupostos civilizados do Setecentos. Ferreira, ao analisar esse espaço e a população indígena, se sustenta nessas representações, colocando os indígenas selvagens como obstáculos a serem superados pelo avanço imperial. Contudo, também percebemos o esforço dos naturalistas em particularizar essa alteridade. Por exemplo, ao analisar os nativos assimilados (aqueles que submetidos ao controle da Coroa portuguesa desempenham funções como trabalhadores braçais, remadores e as mais variadas ocupações), Ferreira chega a relativizar a condição inferiorizada dessa população e questionar muitas vezes a política de assimilação – principalmente orientada pelo Diretório pombalino para as populações indígenas – como ferramenta de abuso em relação à essa população. Nesse ponto, temos uma oscilação entre a condenação à natureza dos indígenas e o reconhecimento de certos traços. Esses indícios demonstram a forma como Ferreira busca analisar e debater suas experiências em meio ao espaço colonial. Na última parte desse capítulo trazemos o diálogo de Ferreira com o naturalista escocês William Robertson. A partir dele reforçamos como o espaço colonial é palco do debate e tensões em relação às ideias produzidas sobre o espaço americano, momento no

qual Ferreira se posiciona, questiona e realiza balanços sobre suas observações e experimentações.

No capítulo 4, intitulado *Os limites do filosofar e o esforço do desenhar: o primitivismo nos textos e imagens da Viagem Filosófica*, damos continuidade ao debate sobre a natureza e a condição dos indígenas a partir do conceito de Primitivismo. Marouby (1990), coloca como contraponto ao ideal utópico da civilização, o primitivismo como possível reconhecimento da alteridade, do espaço e do outro na América. Recorremos à Monografia elaborada por Ferreira em 1790, após atravessar o Rio Madeira e chegar a Vila Bela. Nessa obra, Ferreira dialoga intensamente com os pressupostos da história natural e com diversos autores que buscaram debater a natureza e o homem americano. Nessa obra ele traz a categoria do “Tapuia”, que não remete a uma etnia específica, mas pensa a figura do indígena assimilado. A partir de sua análise reconhece aspectos de sua alteridade: valorização do corpo e de atributos físicos, morais e mentais, chegando a tecer crítica à civilização que busca sufocar essa natureza originária. O contraponto constante entre utopia civilizatória e primitivismo destacado por Marouby (1990), acaba transparecendo nas reflexões de Ferreira ao colocar o indígena enquanto um ser originário, ainda localizado na infância da humanidade. Estabelece uma narrativa na historicidade desses povos que dialoga com a abordagem memorialista cultivada pelos letrados luso-brasileiros. Os nativos deveriam ser assimilados não só politicamente a estrutura imperial, mas teriam um local específico na historicidade que se desenhava no século XVIII.

Ainda no capítulo 4, entramos em um segundo conjunto de documentos da expedição de Ferreira, as produções iconográficas. Seguindo as recomendações de Burke (2017, p. 17-24), tratamos as imagens produzidas pela expedição e relacionadas a elas como evidências históricas que carregam indícios sobre a mentalidade e as formas de representar o corpo, a cultura material e a espacialidade de um determinado contexto.

Para tal, devemos analisar os sujeitos responsáveis por sua produção e os espaços dedicados à sua elaboração. Nesse momento trazemos uma breve análise dos espaços portugueses destinados à formação dos “riscadores”, sendo o principal deles a Casa do Desenho, anexo aos espaços de formação dos naturalistas em Portugal, e uma breve análise da formação dos riscadores que acompanharam a expedição de Ferreira: Joaquim José Codina e José Joaquim Freire. Lembramos que muitas das imagens foram produzidas posteriormente, já em Portugal, a partir de estampas e gravuras elaboradas a partir de anotações.

Segundo Pataca (2001), a partir dessas imagens criam-se uma determinada representação da ocupação portuguesa, onde são retratados símbolos que vão desde a autoridade burocrática, até locais que denotam o ideal de busca por uma prosperidade agrícola e controle econômico. Buscamos relacionar essas imagens, juntamente com os relatos, com os esforços na construção de uma narrativa a respeito do avanço imperial sobre os domínios coloniais (BELLUZZO, 1994). Dessa forma também articulamos a produção de imagens aos debates sobre uma abordagem memorialista. Visando uma coerência temática, optamos na tese por abordar as imagens que representem as populações indígenas em diálogo com as memórias e outros textos produzidos por Ferreira. Gombrich (1995), ao indicar as especificidades da produção artísticas que reforçam a individualidade de uma produção em seu contexto, nos leva a pensar também sobre como a produção iconográfica da viagem dialoga com os aspectos técnicos e artísticos do contexto e traz consigo elementos das experiências vividas pelos desenhistas ao longo da viagem. Buscaremos demonstrar que as imagens não só compõem uma determinada narrativa, como seu diálogo com os textos e momentos de produção, são circunstâncias fundamentais para o processo de formação dos naturalistas artistas do período.

**CAPÍTULO 1 – “AS GLÓRIAS DA GENTE LUSITANA”: OLHAR IMPERIAL,
REFORMISMO ILUSTRADO E AS NARRATIVAS DE VIAGEM**

Figura 2 - Frontispício alegórico da Viagem Filosófica



AGUILLAR, Manoel. Frontispício alegórico da Viagem Filosófica, no qual, supostamente, Alexandre Rodrigues Ferreira aponta o mapa do Rio Amazonas, Madeira, Branco e Negro. (s/d), desenho em nanquim. 15,5x24,5 cm. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Fonte: Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1255454/mss1255454_02.jpg

Na imagem acima temos o frontispício alegórico encomendado por Alexandre Rodrigues Ferreira à Manoel de Aguillar. Feito sob supervisão de Alexandre, a imagem abriria a obra que sintetizaria as experiências vividas pelo naturalista ao longo da viagem ao Brasil. Mesmo que essa obra nunca tenha sido publicada, podemos pensar o frontispício como um convite para compreender os significados e representações que seus autores buscavam construir sobre a viagem.

O conceito de frontispício remete a um termo arquitetônico constituído, genericamente, pelos elementos decorativos da parte frontal de uma construção, sobretudo na área da fachada. Tem por função, em sua raiz estrutural, apresentar uma mensagem que sintetize os objetivos, ideais e significados de um espaço, aqui em nosso caso, da obra literária. Um dos elementos responsável por essa síntese, são as alegorias. Elementos que carregam um sentido simbólico. Contudo, segundo Pedro Calafate (1994, p. 91), a alegoria parte do princípio de que o significado está presente no significante que a “transcendência do significado se torna presente na imanência do significante”. Segundo Carvalho Junior (2000, p. 4), ao analisar o mesmo frontispício, a alegoria pode ser entendida como um procedimento didático que mediará a transmissão de uma ideia buscando transmitir um sentido que está além dela própria, que a transcende.

No entanto, ao passar os olhos sobre o frontispício, percebemos que a mensagem não transcende tão facilmente aos olhos do expectador. Para decifrá-lo recorreremos à proposta de Panofsky em sua obra *Estudos de Iconologia – temas humanísticos na arte do renascimento* (1995). Nela, ele propõe diferentes etapas como método do ato interpretativo, a saber: 1) a descrição pré-iconográfica, que corresponde à interpretação do conteúdo primário do objeto dividido em conteúdo fático e expressivo; 2) a análise iconográfica que corresponde ao conteúdo temático secundário ou convencional constituindo-se do mundo das imagens, histórias e alegorias; 3) por fim, a análise iconológica, que corresponde ao conteúdo intrínseco que constitui o mundo dos valores simbólicos (PANOFSKY, 1995, p. 19-37).

Partindo da busca pelo conteúdo primário, podemos identificar diversos elementos que poderiam nos ser familiares: homens, mulheres, crianças e objetos como baús e produtos dos mais variados tipos; uma grande profusão de barcos dispostos ao longo de um rio. Ao nos aprofundarmos na leitura sobre a expedição realizada por Ferreira, podemos concluir que se trata dos sujeitos envolvidos em sua viagem, assim como o espaço em que são retratados remete ao rio que percorreram. Aqui já caminhamos

para o sentido iconográfico da nossa imagem. Mas para isso é fundamental compreendermos um elemento alegórico presente nela: o emblema que paira sobre todo o espaço e os sujeitos. Fazendo uma pausa no conteúdo primário, sentimos estranheza ao ver a figura altiva do homem ladeado por anjinhos pairando entre as nuvens. Ao analisar o contexto histórico da viagem, podemos afirmar que se trata do retrato do jovem príncipe regente D. João VI de Portugal. Representado no emblema, ele paira sobre toda a empresa, com seu ar de realeza, algo divino, já que ladeado por anjos. Observa tudo e todos de forma onipotente. Se posiciona como representante maior do reino que controla toda a cena.

Partimos então para o que, aparentemente, indica ser o sentido orientador dessa imagem: o sentido imperial, que Marie Louise Pratt (1999) afirma ser o “olhar do império”. Ele se constituiu a partir de um longo processo de expansão colonial que culmina, no século XVIII, com a exploração interior das colônias ultramarinas. Os reinos europeus organizaram uma série de expedições pautadas pelos ideais científicos, dentre eles o da história natural, buscando identificar, catalogar e controlar todos os recursos capazes de potencializar a empresa colonial.

Segundo Carvalho Junior (2000), munidos de tais significados, podemos observar as relações estabelecidas pelos sujeitos da cena a partir de um sentido mercantil. O conjunto na parte inferior esquerda expressa bem essa postura. O sujeito, aparentemente bem trajado, estabelece como elo de relação com o grupo um pedaço de tecido. Já na composição inferior direita teríamos o outro sentido estabelecido pela expedição, o olhar exploratório e científico. Aqui parece protagonizar a cena, e até proporcionalmente maior que os outros elementos, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. Ele se debruça apontando para algum lugar específico do mapa.

Apesar de todo o frontispício parecer subordinado ao olhar imperial, a partir da alegoria que se manifesta de forma soberana, percebemos que ela se posiciona em um espaço etéreo. Ela é separada dos dois conjuntos citados. Poderíamos colocá-la como elo entre essas duas espacialidades os navios, representantes da empresa mercantil. No entanto, ainda há algo que nos chama a atenção. As ações e posturas dos sujeitos da cena parecem se desenvolver independente do olhar imperial. Ferreira em cena, representa esse poder, mas não revela para o soberano o que tanto desperta seu interesse no mapa. Ao contrário, volta as costas à figura imperial e debruça-se sobre o mapa observando atentamente a bacia do Amazonas. Se estabelece um discreto contraste em cena. Um macro olhar imperial que parece dominar e ordenar a cena, e um espaço em que se

desenvolvem diversas relações marcadas por gestos e detalhes que ainda fogem à nossa compreensão.

Para buscar esse sentido mais profundo da imagem, o que viveram os autores dessa imagem, devemos ultrapassar a mensagem inicialmente pretendida na alegoria. É “necessário termos conhecimento das condições históricas sob as quais esses objetos e essas ações foram expressas” (PANOFSKY, 1995). Assim, devemos observar essa imagem iconográfica tão significativa como um documento histórico que contém indícios que representam intenções, orientações e práticas do contexto, mas que também deixam escapar outras tantas arestas que o olhar imperial busca ordenar e polir.

Não pretendemos esgotar os significados dessa importante imagem nesse exato momento, mas a colocamos como início de nossa análise dos macros elementos históricos que orientaram a expedição de Alexandre segundo a lógica mercantil do olhar imperial. É um ponto de partida que nos permitirá, posteriormente, perceber sintonias, tensões e contradições. Abrirá a imagem a indícios e nuances não só para o que os sujeitos desejaram representar, mas para o que deixaram de representar.

1.1 Da decadência às luzes do progresso

A pompa imperial retratada no frontispício alegórico está relacionada com um processo político e intelectual de ruptura com a sensação de decadência no Reino de Portugal. Para compreender esse contexto histórico é fundamental analisarmos as mudanças que se processaram no Reino ao longo do século XVIII e que tiveram profundo impacto sobre as reformas. Para isso lançaremos mão da análise de escritos de letrados que buscaram analisar a situação do Reino.

Um deles foi Dom Luís da Cunha (1662-1749). Diplomata português, serviu à corte de D. João V na Inglaterra, Holanda, Espanha e França, chegando a ser ministro plenipotenciário de Portugal no Congresso de Paz de Utrecht⁷. Segundo Maxwell (1996,

⁷ O Congresso de Utrecht decidiu o final da Guerra de Sucessão de Espanha. As negociações tiveram início em 26 de Janeiro de 1712, mas só em Abril de 1713 foram assinados os principais acordos, dos quais o último é de 1714 (Tratados de Utrecht, também designados por “Paz de Utrecht”). O Império Habsburgo, que não participou em Utrecht, acabou por aceitar os termos dos acordos anteriormente assinados, nos Tratados de Rastatt e Baden em 1714. Foi a primeira conferência em que Portugal participou na mesma sala com todas as potências que integravam o “concerto europeu”. No caso concreto de Portugal, que participou no conflito enquanto parte da “Grande Aliança” (composta por Reino Unido, Países Baixos, Prússia e Casa de Saboia), tratou-se do reconhecimento internacional da sua independência, desde 1640. Disponível em: https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/historiadiplomatica?view=article&id=523:congressodeutrecht&catid=119#:~:text=O%20Congresso%20de%20Utrecht%20decidiu,%E2%80%9CPaz%20de%20Utrecht%E2%80%9D.)). Acessado em 10/02/2022.

p. 15-17) foi o “mais formidável desses pensadores e autor de uma análise abrangente das fraquezas de Portugal e dos meios para remediá-las”. Denunciava a necessidade de repensar a conservação e exploração dos bens ultramarinos portugueses da África à América, principalmente o Brasil do qual Cunha afirmava ser Portugal tão dependente. Apontava o Tratado de Methuen (1703)⁸ como um acordo que beneficiou demasiadamente a Grã-Bretanha, expondo Portugal à ingerência britânica com seus comerciantes volantes que se espalhavam por todos os domínios lusitanos. Além disso destaca a “situação mental e econômica” de atraso de Portugal em relação as demais nações (MAXWELL, 1996, p. 16).

Essa análise do atraso consolidou uma leitura do período compreendido entre o século XVII até meados do XVIII como um cenário de decadência do reino de Portugal. Segundo Burke (1976, p. 140-147), esse conceito pode ser articulado a diversos fatores, sendo utilizado para compreender a construção temporal que um determinado contexto faz sobre si mesmo⁹. Tem como referência diversos fatores que são realçados conforme a visão de mundo do período. O que no período medieval podia ser atribuído a uma ordem divina e cosmológica, passa progressivamente para motivos econômicos e culturais, assim como uma decadência moral associada à corrupção do poder e ao declínio cultural. Assim, a percepção de decadência se constitui como uma “sequência de transformações em sentido inverso das que constituem o progresso”, no caso de Portugal, remetendo aos fatores que teriam desestruturado o império luso do século XVI (SERRÃO, 1971, p. 784).

Podemos utilizar esse conceito para compreender a sensação de decadência em Portugal ao se colocar em contraste com o que ocorria no restante da Europa. No século XVIII temos a consolidação de uma consciência europeia “supranacional, aberta ao livre trânsito das ideias, organicamente solidária e cuja expressão é o ideal de uma república unida pela razão e pela cultura” (FALCON, 1982, p. 94). No entanto ainda era uma Europa dividida. Uma central que compunha a Europa mediterrânea, com o prestígio de sua antiguidade, e a central e setentrional mais rica tendo como polo principal, embora

⁸ O Tratado de Methuen, também referido como Tratado dos Panos e Vinhos, foi um tratado assinado entre a Inglaterra e Portugal, em 27 de dezembro de 1703. Foram seus negociadores o embaixador extraordinário britânico John Methuen, por parte da Rainha Ana da Grã-Bretanha, e D. Manuel Teles da Silva, marquês de Alegrete. Pelos seus termos, os portugueses se comprometiam a consumir os têxteis britânicos e, em contrapartida, os britânicos, os vinhos de Portugal.

⁹ Burke faz sua pesquisa a partir de textos de letrados produzidos entre o século XV e o XVIII. Analisa textos como o de Leonardo Bruni sobre o declínio de Roma, até as obras do historiador inglês Edward Gibbon. Busca abordar vários exemplos da sensação de decadência sob a ótica religiosa e secular. Comenta, por exemplo, a interpretação da passagem da Antiguidade para uma Idade Média enquanto uma trajetória de declínio social e intelectual, da qual a Modernidade, seria responsável por revitalizar.

não exclusivo, Paris; e uma Europa periférica composta por fronteira conquistadora, exótica, a leste a no ultramar. As margens que não conseguiam acompanhar as transformações que se processavam no século (FALCON, 1982, p. 93).

Um dos fatores para gestação desse ideal de Europa foi sem dúvida a Ilustração. Amplo movimento artístico, filosófico e literário que colocou a razão como baliza central para compreensão dos diversos aspectos da existência humana. Tudo passa a submeter-se ao império da razão: o conhecimento do mundo e do homem, critério único e garantido do próprio progresso ilimitado da humanidade. Toda a forma de autoridade exterior não justificada pela razão deve ser repudiada pela consciência individual. Segundo Hazard, seria a tentativa de edificar uma “cidade dos homens”, onde os homens de letras a partir de uma dimensão enciclopédica sob a égide da razão achariam lugar de honra para as ciências, a religião, a ética, o direito, o governo, a educação e as produções literárias e artísticas, toda naturais em sua essência e, portanto, imanentes e laicas (HAZARD, 1989, p. 151-170). Segundo Gusdorf (1971, p. 357-363), “trata-se de valorizar o homem, liberando a moral, as instituições de toda referência transcendente. Do teocentrismo passa-se ao antropocentrismo”. Cunha-se um ideal de mundo amplo que transcende as tradições e rompa com o passado e a autoridade. Seria um projeto de mundo onde os filósofos desejam erigir um mundo mais “tolerante, mais pacífico e mais próspero, menos cruel, menos supersticioso, menos bairrista – um mundo de homens livres e racionais” (GAY, 1969, p. 681). Eles se colocam como “preceptores da humanidade”, com a “certeza absoluta de se encontrarem na vanguarda de uma nova era; a convicção de que anteriormente os homens tinham vagado nas trevas da ignorância, cegos, porque de olhos vendados” (HAZARD, 1989, p. 40).

A Ilustração está longe de constituir um cenário intelectual que surge somente no século XVIII, mas como um movimento ligado à Modernidade. Segundo Todorov (2008, p. 12-13), devemos compreendê-la mais como um momento de conclusão, de recapitulação, de síntese – e não de inovação radical. Pode ser compreendida em relação à revolução filosófica e científica do século XVII, mas também como um movimento de diálogo com a tradição clássica, medieval e moderna, marcado no século XVIII pelo pragmatismo.

O pragmatismo ilustrado, de forma utilitarista, coloca a razão transparente, autossuficiente e ilimitada como motor de um perpétuo progredir. Segundo Falcon (1982, p. 109)

Racionalidade única, sempre idêntica a si mesma: no mundo da natureza e no que pertence às criações humanas. Na esfera da natureza, sua expressão é o modelo mecanicista, vitorioso com Newton, clímax do racionalismo empirista do século XVII, transformado agora em paradigma para todas as esferas do conhecimento, inclusive as ciências do homem

O tom conquistador faz com que a Ilustração também não se veja como simples continuidade do pensamento do século XVII. O cenário comportará uma episteme complexa e longe de uma fina sintonia. Falcon chama a atenção, por exemplo, para a crítica ao empirismo, ainda visto em grande parte como idealista por muitos ilustrados. Apesar dos empiristas e ilustrados haverem encontrado um ponto de oposição à metafísica escolástica, o duelo entre o “cartesianismo” e o “newtonianismo” continuava muito vivo em sua época. As indagações feitas por Locke que mudaram a teoria do conhecimento da época passam pelo idealismo de Kant, o materialismo dos franceses e até o ceticismo de Hume (FALCON, 1982, p.121).

A partir desse levantamento buscamos apontar para esse multifacetado cenário da Ilustração que retomaremos adiante. Por hora, apontamos um dos elementos que constituiu a imagem da Europa como motor de um progresso contínuo, um caminhar incessante da razão. Um valor que passaria a ser dominante na cultura moderna e que implicaria a passagem da “transcendência à imanência, da verticalidade à horizontalidade” (GUSDORF, 1971, p. 316). Qual seria a posição de Portugal nessa trajetória?

Inicialmente devemos ter clareza que não falamos de uma Ilustração, mas de ilustrações. Segundo Falcon (1982, p. 104), o movimento comportou várias “ilustrações nacionais”, cada qual com suas características bem definidas. Se de um lado podemos, supostamente, identificar centros irradiadores: França, Inglaterra, Regiões e cidades italianas, Prússia e alguns estados de cultura germânica, além da Áustria; de outro, as nações vistas de forma marginais, tidas como receptoras, buscavam sanar essa defasagem a partir de políticas modernizadoras. Dentre eles figuraram Espanha, Suécia, Rússia, Polônia e Portugal.

Nessas últimas nações, o filósofo – a qual podemos também denominar de “*homme de lettres*” – foi aquele que se profissionaliza na ação vinculada ao quadro do Estado. Ele teve origens múltiplas: aristocrata ilustrado, burguês recrutado entre os publicistas e outros profissionais das letras, um elevado número de eclesiásticos e, principalmente na Europa periférica, os integrantes dos aparelhos de Estado, parcela

fundamental da *intelligentsia* ilustrada europeia. Segundo Falcon (1982, p. 105), “viajando, encontrando-se nos salões mas, principalmente, integrando as academias, as sociedades literárias ou científicas, as lojas maçônicas, e, por vezes até, tal como na Alemanha e, em parte, na Itália, as universidades”, esses letrados conseguiram diagnosticar a defasagem do reino em direção dos ideais do século.

Esses homens de letras, em sintonia com os ideais de progresso e alinhados aos interesses do Estado, tiveram o reformismo como norte das políticas de Estado. Crença baseada em um “otimismo jurídico” capaz de colocar a nação na trilha da Modernidade. Segundo Gusdorf (1971, p. 375-86),

crença no poder ilimitado das leis de promoverem o bem-estar e a felicidade dos homens. Resulta daí o interesse que despertam, sob formas e em graus diversos, as indagações sobre os princípios racionais de toda legislação (...) Explica-se a partir dessa crença o papel que assume o reformismo na ideologia e na prática ilustradas; a esperança no soberano ilustrado; a convicção de que um príncipe “filósofo” pode perfeitamente varre as trevas do seu reino e implantar a razão através de leis e instituições humanas, naturais, benfazejas.

Centralização, secularização e desenvolvimento econômico nortearam a política dessas monarquias. O príncipe, seria aquele capaz de promover esses ideais, governando não somente em nome de si, mas em função de um bem público. Cabia a ele, um representante do Estado enquanto proteção de seus vassallos orientar as razões que ditariam essas políticas. Não seria mais simplesmente a vontade do soberano, mas uma questão de organização: atingir certos fins com a máxima economia. Tal prática ficou conhecida como “despotismo esclarecido”, na qual

o Estado e os governos são entendidos como simples meios de se alcançar os fins propostos, entre os quais avulta a felicidade ou utilidade para o maior número possível de pessoas. Para atingi-los empreendem-se as reformas, de acordo com certos princípios mais ou menos gerais, estando sempre presente, como precondição, a possibilidade prática de uma forma particular de pedagogia: a educação do príncipe pelos filósofos e a educação do país graças ao príncipe ilustrado, visto como mediador necessário para a realização da utopia da cidade ideal (HAZARD, 1989, p. 13).

Esses conceitos são caros para compreendermos o contexto lusitano e o sentimento de decadência inicialmente citado. Seriam a política capaz de resgatar o protagonismo exercido por Portugal ao longo do século XV e XVI como ponta de lança

do expansionismo marítimo europeu permitindo o amadurecimento das práticas mercantis e o processo de transição feudo-capitalista. Movimento que rompeu com o isolamento causado pelo avanço do Império Turco-Otomano a leste e os califados muçulmanos ao norte da África, reconfigurando a realidade europeia.

Como cabeça deste império marítimo, Lisboa transformava-se numa das grandes metrópoles do planeta, sonora e multicolor, reunindo gentes de todos os continentes e atraindo, pelas excelentes oportunidades de multiplicar a riqueza, alguns dos principais mercadores europeus. O seu poder assentava na rede de cidades atlânticas, americanas, africanas e asiáticas, a que se ligava pelo longo mar, nas foras militares marítimas de intervenção, na artilharia e nas naus. Para sustentar todo este esforço militar ao serviço da navegação, da conquista e do comércio, Lisboa mobilizava os homens e os produtos do país interior e integrava no seu mundo largos milhares de homens de África, da América e sobretudo da Ásia (COELHO, 2000, p. 69).

A precocidade nos empreendimentos marítimo-comerciais se deve em grande medida à associação da burguesia ao Estado luso principalmente a partir da Revolução de Avis de 1385. Ao longo do século XV essa relação amadureceu principalmente durante os reinados de D. João II e D. Manuel I (1481-1521). Nesse período temos a expedição de Bartolomeu Dias que na tábua das naus alcançou a ligação do Atlântico e do Índico; a de Vasco da Gama que duradouramente uniu pelos oceanos e pelas naus da pimenta o Ocidente ao Oriente; a viagem de Pedro Álvares Cabral que ligou Lisboa e a Europa ao Atlântico Sul (COELHO, p. 67, 2000).

Segundo Almeida, essas expedições não só romperam com o isolamento geográfico e comercial, como lançaram experiências para uma nova episteme que sustentaria a Modernidade:

Uma *tékhnè* admiravelmente usada como utensílio para a passagem do dado ao resultado, num tempo em que a descoberta de novas terras implicou um esforço desmedido de compreensão fenomenológica e a reorganização do espaço geográfico exigiu profundas mudanças nas estruturas mentais dos europeus (ALMEIDA, p. 78, 2000).

Boa parte do classicismo, aspecto fundante da Modernidade, já se fazia presente na realidade portuguesa em meados do século XIII. Com a Escola de Tradutores de

Toledo houve um resgate e tradução de fontes de origem antiga e indo-arábica¹⁰. Principalmente a partir do século XV muito desse processo foi em função da criação de um saber náutico e da cartografia, mas também orientou a circulação de um conhecimento clássico vital para o humanismo da época.

No período pré-gutenberguiano, circulavam na Península, e naturalmente em Portugal, versões latinas e até mesmo em vulgar de Estrabão, Plínio, Dioscórides, Pompônio Mela, Euclides, Boécio, Avicena, Galeno, Regiomontano, Sacrobisco e Abrãao Zacuto, a par dos textos hebraicos e árabes de Ibn Ezra, Azarquiel, Ibn Safar, Alfragano e Messahala. A *Imago Mundi* do Cardeal Pierre D'Ailly circulou em manuscrito até ser editada em Lovaina entre 1480 e 1483 mas são pouco seguras as provas de ter sido conhecida em Portugal, embora seja elevada a probabilidade de ter circulado entre nós (ALMEIDA, 2000, p. 79).

Segundo Almeida (2000, p. 82), já por volta de 1330, o uso da numeração árabe nas navegações e práticas mercantis iniciou uma lenta revolução chamada de aritmetização do real, ou seja, um olhar voltado para o cálculo e a racionalização da realidade, aspectos centrais da visão de mundo moderna¹¹. Tratava-se de estruturas mentais marcadamente analíticas que reorientaram não somente a forma de compreender a natureza, mas a posição do homem em relação a ela, revigorando o humanismo clássico. Processo que como apontamos, funda a Modernidade da qual a Ilustração se faz herdeira.

Dessa forma, percebemos que já no final do período medieval a Europa transpirenaica apresentava uma realidade social e mental distinta da Europa central. Uma modernização precoce centrada nas monarquias nacionais capazes de impulsionar a empresa mercantil. No entanto, no âmago dessas relações se impregnavam os elementos que obstruíam estruturas modernas mais dinâmicas. Segundo Coelho, apesar do rei aparecer como principal fiador dessa empresa mercantil e se colocar como um mercador, “não tem as manhas do mercador. Escolhe os altos funcionários da fazenda pela limpeza de sangue, pelas letras canônicas e teológicas e não favorece os mercadores profissionais ligados ao comércio internacional” (COELHO, 2000, p. 70).

¹⁰ A Escola dos tradutores de Toledo tem início no século XII liderada pelo arcebispo Dom Raimundo de Toledo. Tinha como principal objetivo traduzir obras filosóficas do árabe clássico e do hebraico para o latim. A partir do século XIII, sob o comando do rei Afonso X de Castela, os tradutores passaram a utilizar uma versão do castelhano como base para suas traduções, resultando não só nas bases para a língua espanhola moderna, mas também para a difusão desses textos na Península Ibérica (REIS, 2012).

¹¹ Uma visão que, segundo Onfray, liga-se a um desejo panóptico de controle da natureza e da realidade afim de “produzir uma unidade legível e codificável” (ONFRAY, 2009, p. 29).

A conjuntura portuguesa não fugia a esses dilemas e apresentava-se extremamente complexa. Falcon sintetiza essa tensão a partir de elementos políticos, sociais e mentais. Para ele a centralização precoce cria uma realidade complexa. Oriunda da Guerra de Reconquista, ela leva ao fortalecimento do poder monárquico umbilicalmente sustentado numa aristocracia senhorial que se associou ao Estado por meio de bens patrimoniais e formas burocráticas, constituirá um cenário de contrastes. “Podemos pensar essa transição em termos de coexistência de formas tipicamente feudais e outras já propriamente capitalistas, embora aquelas sejam francamente dominantes” (FALCON, 1982, p. 162). A consolidação dessa estrutura socioeconômica extremamente estável, onde podemos percebermos poucos sinais de mudanças, quase que imperceptíveis mutações, confere ao mundo ibérico aquela aparência de “sociedade cristalizada no tempo”, uma sociedade que parece ter “ficado para trás na marcha da história”, dominada por uma aristocracia senhorial, leiga e eclesiástica (FALCON, 1982, p. 167). A presença dessa rígida estrutura social será presente tanto na burocracia do Estado, quanto na estrutura econômica com o grande acúmulo de terras que desde a Reconquista se concentravam, salvo exceções regionais, em mãos de uma minoria de proprietários. Mantiveram assim formas de relação feudais em regiões ao norte do Tejo. Nas cidades existia uma burguesia mercantil escassa em número, sem recursos econômicos e ainda não alinhados à mentalidade mercantil, sem uma ética burguesa (FALCON, 1982, p. 168-9).

A essa questão articula-se a questão do clero, que no cenário da Contrarreforma, se constituiu como um bloqueio do Reino à todas as inovações e debates modernos do século XVII. Aqui podemos destacar principalmente o Tribunal do Santo Ofício e a Companhia de Jesus. Esta última apesar de utilizar da racionalidade moderna para orientar suas práticas, obstruiu um processo de secularização mais profundo. Se fazia presente em diversos âmbitos de atuação do Estado, desde os domínios ultramarinos, até cargos burocráticos e quase absoluto controle da estrutura educacional.

Segundo Falcon (1982, p. 158), os países ibéricos “entraram no século XVIII em boa parte cristalizados em suas instituições, com seus costumes e ideias francamente destoantes e defasados em relação aos seus vizinhos”. Ainda destaca

O mais significativo é que, tanto Portugal quanto Espanha, o clero cresce sem cessar até o terceiro quartel do século XVIII, pelo menos. Em Portugal, os conventos são 450 em 1640; 477 por volta de 1730; e 510 um século mais tarde (...) a parcela desproporcional da renda nacional apropriada pelo clero, através de seus diversos tipos de rendimentos, notadamente as dízimas e as doações piedosas; o domínio

exercido sobre terras e cidades, quer como propriedades eclesiásticas, quer como senhorios equivalente a 1/3 em Portugal. Além da existência de uma parte considerável de clérigos sem funções religiosas – beneficiados, prebendados – vivendo com excelentes rendas e dedicando-se às atividades intelectuais – os intelectuais tradicionais de tais sociedades, presentes em todos os níveis da cultura, dominando a educação como um todo, plasmando as formas de pensamento características da ideologia dominante (FALCON, 1982, p. 181).

Junto a esses aspectos, podemos destacar a conjuntura econômica, não só ligada à dificuldade de Portugal em acompanhar o processo de modernização econômica vivido em outras nações, mas também de uma crise do controle metropolitano sobre seus domínios. Aqui o Brasil assume uma posição de relevo.

No século XVII, apesar da euforia vivida por Portugal com o comércio açucareiro, nota-se uma fase de deflação (1640-1680), com o ouro advindo da Espanha, o declínio dos créditos coloniais e a crise econômica com os gastos da guerra de Restauração. Porém, no início do século XVIII viveu um novo período de pujança com o “início do afluxo metálico vindo do Brasil, muito embora não se deva esquecer o aumento das exportações de outros produtos coloniais e dos vinhos da região do Douro” (FALCON, 1982, p. 165). Apesar desse folego, boa parte dos lucros mercantis não são absorvidos pelo Estado que se vê em declínio das suas posições monopolistas, consequência direta do déficit crescente da Coroa e do assédio externo de comerciantes nacionais e estrangeiros, fatores estes que resultaram na crise do século XVII¹².

No raiar do século XVIII ficou evidente que Portugal se isolara do resto da Europa numa “ilha de pureza e que sua adesão a ortodoxias estreitas não contribuía para o prestígio da reputação intelectual de Portugal no exterior nem para o desenvolvimento econômico do país” (FALCON, 1982, p. 202). Essa imagem ficava clara para os estadistas e letrados que vivenciavam a República das Letras calcada nos ideais ilustrados de progresso e modernização.

Junto a Dom Luis da Cunha, podemos citar outro letrado que vivenciou tal experiência, António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783). Médico, filósofo, pedagogo e historiador, Ribeiro Sanches, mesmo distante fisicamente da realidade lusitana, não deixou de investigá-la e propor soluções. Assinou uma das principais obras que orientaram as reformas no ensino de Portugal, as *Cartas sobre a educação da Mocidade*,

¹² Aqui retomamos a questão da interferência inglesa na economia portuguesa. Não só os rendimentos régios eram prejudicados pelo déficit em relação aos negócios com a Inglaterra, mas era sentida a forte presença inglesa nos domínios coloniais lusitanos, enfraquecendo o poder imperial em suas bordas.

publicada em 1760. Por enquanto, chamamos atenção para um texto de sua lavra intitulado *Dificuldades que tem um velho reino para emendar-se*, publicado em 1777, mas que traz um agudo panorama das dificuldades de Portugal em trilhar seu caminho a partir dos ideais do progresso ilustrado. Segundo Ribeiro Sanches

Incômodos semelhantes sucederiam a todo aquele Legislador que de um Reino velho, instituído com as Leis do Fanatismo, com as Leis sem serem fundadas na conservação e amor dos súditos, leis sem objeto algum para aumentar a população, sem objetivo para a defesa geral do Estado, quisesse de um jato reformar este cadaveroso Reino, e formar dele um Novo, à imitação daquele de Rússia, de Prússia, de Sardenha, etc. etc. (RIBEIRO SANCHES, S.D, p. 78)

Outra obra que conjuga as mesmas impressões é a *Apontamento sobre a educação de um menino nobre*, publicada em 1734 pelo frade teatino Rafael Bluteau. Participante do Círculo de Ericeiras¹³, buscava resgatar as reflexões de John Locke preconizando o estudo das línguas vivas, das ciências experimentais e o cultivo de aptidões práticas para a formação dos jovens (FALCON, 1982, p. 205-208).

Identificamos no discurso desses letrados muitos anseios ligados a República das Letras. Promover a renovação no Reino a partir da abertura para os novos ideais ilustrados de modernização, sendo o Estado, a partir dos ideais de secularização e de soberania em função do bem público de seus súditos, a engrenagem central para desencadear as reformas necessárias para tal mudança. Somada às questões econômicas, se apresentava a urgência da renovação na própria concepção de formação do indivíduo, principalmente os jovens que constituiriam os quadros do Estado. Caberia pensar, como educar os futuros homens de letras responsáveis pela modernização do Reino. Estabelece-se uma sintonia entre reformismo e pedagogismo que será a tônica das reformas estabelecidas pelo Marquês de Pombal a partir de meados do século XVIII.

1.2 Reformas pombalinas no mundo luso-brasileiro

Para compreender o reformismo ilustrado português devemos passar necessariamente pelo contexto pombalino a partir de meados do século XVIII. Há uma

¹³ O círculo de Ericeiras surge por volta de 1696 nas Conferências Discretas e Eruditas, patrocinadas pelo 4º Conde de Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes (1674-1743). Locais de discussões filosóficas e literárias, nas Conferências teve importante destaque o frade teatino Pe. Rafael Bluteau (1639-1734), francês de origem, detinha uma cultura enciclopédica, grande talento de filólogo e poliglota. Ajudou a fundar em 1717 a Academia dos Generosos, o “núcleo intelectual de onde brotaria, quatro anos depois, a Academia Portuguesa”. Bluteau era adepto de Fontanelle, Locke e outros autores ligados à Modernidade.

vasta bibliografia que trata do contexto das reformas pombalinas¹⁴, porém não pretendemos nos aprofundar nas pautas pombalinas, mas compreender o elo entre as práticas reformistas e suas continuidades durante o período mariano. A linha que conecta essa interpretação foca no reformismo enquanto motor capaz de garantir o progresso do Reino a partir do emprego dos ideais ilustrados voltados à racionalidade administrativa e a reforma no campo educacional como forma de superar o diagnosticado “atraso mental” do Reino. O campo das reformas educacionais foi vital não só para formação da elite letrada capaz de promover tais reformas, mas para agregar a história natural na pauta das reformas, momento no qual se inseriu a organização da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira.

Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) era filho de uma família de fidalgos¹⁵. Chegou a cursar leis na Universidade de Coimbra, mas não completou os estudos. Inicia sua carreira política graças ao apoio do tio Paulo de Carvalho e Ataíde, sacerdote e lente da Universidade de Coimbra (MAXWELL, 1996, p. 5-25). Tem como ramo de atuação a diplomacia, iniciando a vida pública em 1738, quando, a mando de D. João V, foi nomeado diplomata em missão à Corte de Londres onde permaneceu de 1739 até 1743. Já nesse momento refletia sobre o expansionismo inglês contra a Espanha. Para Pombal a ameaça que os britânicos impuseram aos vastos e ricos domínios portugueses na América do Sul tornou-se uma grande preocupação. Nesse momento percebeu que “era essencial entender as origens da superioridade comercial e militar da Grã-Bretanha e da fraqueza econômica e da dependência militar de Portugal” (MAXWELL, 1996, p. 4).

Depois também chegou a cumprir missão na corte de Viena, na Áustria. Segundo Silva (2006, p. 43-44), esse período foi fundamental para a formação política e intelectual de Pombal, articulando-o com as novas doutrinas em voga na Europa, além de relacioná-lo a outros estadistas e intelectuais que atualizaram sua visão de mundo e, sobretudo, sua visão do Reino perante as outras potências. Nesse período Pombal tomou contato com numerosos volumes das obras de Pufendorf, Grotius, Locke e Voltaire, assim como

¹⁴ Dentre os principais autores, assentamos nossa análise histórica a partir das obras de ARAÚJO, 2000; CARVALHO, 1978; FALCON, 1982; FALCON e RODRIGUES, 2015; FONSECA, 2011; MAXWELL, 1996; NUNES, 2013.

¹⁵ Sebastião José de Carvalho e Melo alcançou dois títulos de nobreza que firmaram sua posição nos quadros do Estado português. Primeiro o título de Conde de Oeiras em 1759 e, já no final de seu ministério, o título de Marquês de Pombal em 1770, consagrando-o como um dos principais atores do reformismo luso na segunda metade do oitocentos. Nos referiremos a ele como Marquês de Pombal, ou simplesmente Pombal, seguindo a abordagem dos autores citados.

estudos de administração de diversos ministros, principalmente os franceses Richelieu e Colbert que o inspiraram profundamente¹⁶.

Com a morte de D. João V, em 1750, Carvalho e Melo retorna a Lisboa a chamado de D. José I que, seguindo a indicação de D. Luís da Cunha nomeara-o ao cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Por decreto de 31 de julho daquele ano foi nomeado para o cargo de secretário dos Negócios do Reino. Até 1777, Pombal ocupou o cargo de ministro, articulando reformas capazes de superar a marcante “decadência” do Reino, tendo como balizas os novos ideários propostos pelas luzes. No entanto, segundo Maxwell, a data simbólica que consolidou seu poder foi o ano de 1755, decisivo para a emergência da figura política de Pombal como ministro¹⁷. Em um momento de fragilidade do reinado de D. José I, ao seu ministro caberia cumprir os ideais de funcionário leal e comprometido com a reestruturação do Reino.

Em seu no *Discurso político sobre as vantagens que o reino de Portugal pode tirar da sua desgraça por ocasião do terremoto de 1º de novembro de 1755*, Pombal assume tal postura reforçando a necessidade desse objetivo.

Portugal, está abrir hoje os olhos sobre o perigo em que se tem achado (...) Quando os princípios de um governo estão de uma vez corrompidos, quando a sua constituição foi moldada sobre abusos, quando os preceitos antigos tem servido a formar um novo gênio, quando um grande luxo se assenhoreou da nação, quando as máximas depravadas tomaram o lugar das boas, quando o povo perdeu a norma dos seus antigos costumes, digo que as melhores leis não acham em que pegar: é preciso então, para me explicar assim, é necessário um golpe de raio, que abisme e subverta tudo, para tudo reformar (MELO, s.d. p. 15).

¹⁶ Aqui nos referimos à Samuel Pufendorf (1632-1694), jurista alemão que teve profunda presença nos manuais adotados durante a reforma na Universidade de Coimbra, tendo destaque a obra póstuma *Do direito da natureza e das nações* (1758). Ao jurista holandês Hugo Grotius, um dos principais precursores do Direito Natural por meio da sua obra *Das leis de guerra e paz* (1625). John Locke (1632-1704), filósofo inglês que teve profundo impacto sobre diversos campos do conhecimento dos quais podemos senti a presença de suas obras *Ensaio acerca do Entendimento Humano* (1689) e *Dois Tratados sobre o Governo* (1689) nas reflexões pombalinas. François-Marie Arouet (1694-1778), que alcançou a fama sob a alcunha de Voltaire; apesar de ser condenado pelos órgãos de censura pombalina, podemos ver a presença de suas reflexões principalmente na crítica contra os setores clericais. Armand Jean du Plessis, o Cardeal Richelieu (1585-1642); e Jean-Baptiste Colbert (1619-1683), famoso ministro de Luís XIV; foram importantes referências do reformismo francês para as mudanças que Pombal buscou orquestrar em Portugal no século XVIII.

¹⁷ Aqui Maxwell faz referência ao famoso terremoto de Lisboa em 1 de novembro de 1755. Segundo Maxwell (1996), o cenário de crise econômica e social, aliados à dificuldade de articulação de José I com a nobreza portuguesa, permitiram um “virtual poder” ao ministro para processar suas reformas com maior vigor.

Em seu relatos e reflexões sobre a situação de Portugal, Pombal coaduna com o diagnóstico de D. Luís da Cunha e Ribeiro Sanches ao apontar como um dos principais motivos para essa decadência a influência inglesa sobre Portugal que se fazia “senhora de todo o comércio de Portugal”. Por exemplo, frente aos acordos comerciais:

A nação (Portugal) caiu em uma espécie de frio letárgico; a ociosidade e a preguiça senhorearam-se de todos os corações, não deixando neles lugar para as outras paixões, e a indolência dos portugueses aumentou-se a medida do grau de grandeza que subia a avareza britânica (MELO, s.d. p. 144).

Reforça essa sensação de decadência e ingerência, especialmente dos britânicos, em diversos pontos de seu discurso. Em determinado ponto chega a ser incisivo ao apontar que a

a proteção que o governo deu sempre aos ingleses, recebendo os seus panos, desanimou a atividade natural dos portugueses (...) Uma nação que tira de outra todo o seu vestido, não é menos dependente dela, que quando recebe daquela o seu necessário físico, porque estas duas coisas são igualmente necessárias para a existência dos povos da Europa [Assim, a] Inglaterra segurava esta monarquia pelo vestido, tanto como pelo seu sustento (MELO, s.d. p. 142)

Como romper com essa dependência atuando a partir de uma estrutura, conforme abordamos, rigidamente conservadora? Pombal soube utilizá-la para remanejar cargos, criando novos espaços. Garantiu influência aproximando-se de pessoas de confiança. Atuando muitas vezes na dimensão do privado e reforçando a sua figura pública – virtualmente, acima do próprio rei – agiu em contradição com os ideais nobiliárquicos dos quais ele mesmo partilhava¹⁸. Fez da racionalidade política da ilustração um dos seus principais instrumentos de articulação no intrincado jogo político lusitano. Um dos exemplos foram os 23 novos títulos de nobreza concedidos aos setores laicos, desmobilizando o clero da estrutura do Estado, e a extinção de 23, muitos deles ligados aos antigos setores da nobreza não reformada pelos ideais estatistas do século XVIII. Desse modo, cerca de um terço da nobreza se compunha de sangue novo por volta de

¹⁸ Um dos eventos recorrentes na biografia de Pombal que reforçam essas ações é a condenação de membro da alta nobreza da família Távora pela tentativa de regicídio de 3 de setembro de 1758. A acusação foi utilizada para distanciar diversos membros da alta nobreza das relações de poder junto à D. José I. O processo foi finalizado com a execução da família Távora em praça pública (MAXWELL, 1996, p. 79).

1777. Uma nobreza próxima e fiel ao programa de reformas orquestradas por Pombal (MAXWELL, 1996, p. 79).

Conforme apontamos o primeiro desafio seriam as reformas do Reino, principalmente com o objetivo de submeter as instituições em função das razões de estado. Símbolo dessa centralização e racionalização da empresa portuguesa foi a criação do Erário Régio em Lisboa (1761). Órgão onde toda a renda da coroa deveria ser concentrada e registrada, sendo Pombal o próprio inspetor-geral do Tesouro.

O objetivo do Tesouro era centralizar a jurisdição de todos os assuntos fiscais no Ministério das Finanças e torná-lo o único responsável pelos diferentes setores da administração fiscal, desde a receita da alfândega até o cultivo dos monopólios reais. A criação do Erário Régio marcou a culminação da reforma, por Pombal, da máquina de receita e coleta do Estado. Com altos salários para os funcionários, técnicas modernas de contabilidade de partida dobrada e extratos de balanço regulares, o Erário Régio estava, como a Junta do Comércio, sujeita ao mais estrito segredo em suas transações (MAXWELL, 1996, p. 98).

Junto ao Erário Régio houve a criação do Tesouro Geral, órgão composto por um inspetor-geral, representante da autoridade máxima da majestade real, e um tesoureiro-mor assessorado por um escrivão e uma força tarefa de contadores e escriturários. Esse rigoroso quadro de funcionários distribuíam as áreas do Tesouro Geral em quatro contadorias que abrangiam todo o Reino e as partes ultramarinas (FIGUEIREDO, 2015, p. 132).

A fiscalidade buscava reordenar a prática mercantil em Portugal. Buscando controlar e limitar a influência estrangeira temos a criação de diversas companhias de comércio com postura monopolista sob controle do Estado português. Podemos citar como exemplo a Real Indústria da Pesca no reino do Algarve, que controlava a pesca de atum, da corvina e da sardinha no Sul de Portugal, a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756) e pelos Estatutos da Fábrica das Sedas (1757), além de outra tantas direcionadas para o ultramar como a Companhia para o Comércio dos Mujaos e dos Macuas em Moçambique (MAXWELL, 1996, p. 97).

Nos domínios ultramarinos, o Brasil teve uma atenção específica. Foram criadas nesse contexto as Juntas da Fazenda no Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Maranhão e Pernambuco. Tinham como objetivo não somente melhor controle fiscal, mas também minar o controle do antigo Conselho Ultramarino. Todas as juntas seguiam os modernos métodos de contabilidade ditados pelo Erário Régio. Elas ficavam sob direção

de um presidente e cinco ou seis deputados, incluindo depois o principal representante local da justiça (ouvidor, juiz de fora ou chanceler do Tribunal da Relação), o provedor da Fazenda, procurador da Fazenda, tesoureiro-geral e contador geral, este na função de secretário da Junta (...) o esforço de organização no registro dos gastos, classificados em quatro categorias (militares, civis, eclesiásticos e extraordinários). Cuidava-se também da administração dos polpudos contratos, como em Minas eram os de entradas, passagem e dízimos (FIGUEIREDO, 2015, p.134 - 135).

A fiscalidade também foi acompanhada pela criação da Junta de Comércio em 1755. Esse órgão era responsável pelo controle da entrada e saída de frotas. Fiscalizavam o preço e qualidade dos rolos de tabaco e das caixas de açúcar e garantiam a obstrução de comissários volantes ingleses que buscassem fazer frente ao monopólio régio¹⁹. Também se inibia o tráfico ultramarino arroxando a organização, controle e fomento do comércio colonial, inclusive a construção de navios, no Reino e no Brasil, com madeiras da Colônia” (FALCON, 2000, p. 154).

Novais (2019), nos lembra que o rigor metropolitano era fundamental para o sucesso das reformas. Controle que se estabelecia desde o século XVI a partir do exclusivo comercial e de uma política protecionista voltada para a consecução do sucesso mercantil, no entanto, agora esse controle deveria ser revitalizado perante os novos avanços imperiais de potências como França e Grã-Bretanha. Modernizar a administração colonial significar modernizar o próprio aparelho de Estado lusitano e mais, garantir a sua sobrevivência frente às investidas estrangeiras.

A alta prioridade do Brasil nos cálculos mercantis ao longo do século XVIII se deve não somente pela preeminência das matérias-primas da colônia, mas também pela descoberta das primeiras jazidas de ouro no Brasil. A extração aurífera tem início com as pequenas minas na serra da Mantiqueira em 1690 e ganha força com a descoberta das grandes minas do sertão de Cuité, atual estado de Minas Gerais, no início do século XVIII. A extração aurífera alcançou seu apogeu no início da década de 1750. Após 1729 foram descobertos diamantes na área setentrional de Minas Gerais e aumentaram as riquezas

¹⁹ Os “comissários volantes” eram mercadores itinerantes fora do controle fiscal do Estado, muitos deles eram comerciantes ingleses ou de outras nações, inclusive portugueses; estabelecidos em Lisboa, forneciam créditos e mercadorias, com os quais se sustentava o contrabando nos mercados brasileiros. Na sua administração, Pombal tentou eliminar esse essencial elo da influência britânica no comércio colonial, proibindo a presença desses “comissários” no Brasil, por alvará de 6 de dezembro de 1755.

que fluíam do interior da América portuguesa para Lisboa e dali para Amsterdam (MAXWELL, 1996, p. 39-40).

Como garantir o afluxo desses bens para o Erário Régio? Além das Juntas, assinala-se a criação das primeiras Casas de Fundição atreladas à Intendência das Minas. Órgão que garantiam a cobrança do quinto e o controle na região mineradora. Para centralizar a administração da colônia, Pombal também transfere a sede do Governo Geral do Brasil da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763. Tal medida buscava prevenir o controle contra incursões militares de outras nações²⁰ – vale lembrar que a Inglaterra consolidava importantes pontos de comércio na Ásia e Índia com o ataque aos portos de Cartagena (1741) e Havana (1762). Além de solucionar o problema das fronteiras que se arrastava desde o início do século XVIII expondo o território colonial (MAXWELL, 1996, p.126).

A questão das fronteiras no Brasil foi alvo de especial atenção do ministério pombalino. Tal preocupação advém também do fato de Pombal assumir como ministro dos Assuntos Exteriores e da Guerra em julho de 1750, mesmo ano em que foi assinado o Tratado de Madri, aprovado já em dezembro de 1749, o qual buscava pôr fim ao litígio entre Portugal e Espanha que se arrastava em debates que se estendiam por mais de dois anos em como solucionar a expansão de colonos brasileiros pelas terras Ocidentais, chegando a estourar em conflitos no estuário do Prata que se estendeu entre 1735 a 1737. Para harmonizar essas tensões Portugal teve que abrir mão da colônia de Sacramento – atual território do Uruguai - para garantir fronteiras fluviais e a extensa área de pastagem da região Sul, além da evacuação dos jesuítas dos Sete Povos das Missões. Para garantir as negociações de demarcação Lisboa nomeou Gomes Freire de Andrada, então governador do Rio de Janeiro e criou a capitania do Rio Grande de São Pedro em 1760, atuais estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A cautela com a questão das fronteiras se mostra principalmente na porção norte. Para comissionado do Norte e da bacia Amazônica Pombal enviou seu próprio irmão, Francisco Xavier de Mendonça e Furtado, com o cargo adicional de governador e capitão-

²⁰ Aqui vale lembrar duas questões decisivas para a elevação do Rio de Janeiro a capital da colônia. O primeiro foi firmar a posse sobre uma região antes inóspita aberta a constante incursões de corsários franceses, assim como centralizar a administração colonial. O Sul na segunda metade do século XVIII ganhava proeminência com as terras conquistadas por Portugal a partir do Tratado de Madri (1750), assim como o Rio de Janeiro, junto a cidades como Paraty, funcionavam como importantes portos para escoamento da produção aurífera.

geral das capitanias unidas do Grão-Pará e Maranhão. Depois cria novas capitanias em São José do Rio Negro, em 1757, e Piauí, em 1759 (MAXWELL, 1996, p.52-53).

Junto a essas mudanças administrativas temos a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 06 de junho de 1755. Segundo Maxwell (1996, p. 58-60), ela cumpria uma dupla função. Criava mecanismo de proteção, concedendo privilégios aos empresários portugueses permitindo que acumulassem capitais e competissem mais efetivamente com os britânicos no comércio colonial. Junto a isso, também tocava em uma tensão que marcou todo o ministério pombalino, a questão jesuítica.

A questão dos jesuítas se estendia desde as disputas pela região de Sete Povos das Missões, mas no Norte tocava em questões vitais para a efetivação do programa mercantil pombalino. O governo temporal dos jesuítas sobre numerosas aldeias e missões e utilização da mão-de-obra dos nativos fazia com que os inácianos detivessem um capital e um poder havia muito cobiçado pelos colonizadores portugueses do Grão-Pará e Maranhão. Nessa região, os jesuítas instalaram um rico comércio controlando fazendas com a criação de milhares de cabeças de gado. Juntamente a essas posses, acumulavam renda com o comércio das drogas do sertão (cravo, cacau, canela e outras tantas especiarias). De suas embarcações desciam a bacia do Amazonas até os portos onde encontravam as frotas mercantes portuguesas “Ali esses produtos ficavam isentos de impostos e taxas alfandegárias” assim “administravam uma operação comercial de considerável sofisticação que resultava de anos de acumulação de capital, reinvestimentos e administração cuidadosa” (MAXWELL, 1996, p. 58).

Além dos motivos apontados acima, os jesuítas acabaram constituindo um empecilho para a execução das reformas educacionais do gabinete pombalino. Devemos lembrar que a Companhia de Jesus até meados do século XVIII detinha o controle de boa parte da estrutura educacional. Somente em Portugal eram 34 colégios e 17 residências, no Brasil possuíam 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários. Dessa forma,

a implementação das reformas educacionais necessariamente passava pela obstrução da Companhia de Jesus²¹.

Laerte Ramos de Carvalho (1978) nos lembra que apesar da Ilustração portuguesa não apresentar a faceta revolucionária, em grande parte influenciada pelo anticlericalismo francês, é uma Ilustração conservadora e cristã. Contudo, se faz presente a busca pelos ideais de racionalidade do conhecimento e a secularização do ensino, principalmente na constituição de um sistema voltado para os ideais públicos de consolidação do Estado-nação. As concepções filosófico-pedagógicas da Companhia de Jesus, apesar de dialogarem intimamente com muitos pressupostos da modernidade, acabam sucumbindo ao “reformismo pedagogo” do gabinete pombalino e são encerrados em uma série de representações detratórias. De traidores a propagandistas de uma moral aristotélica e escolástica que teria mergulhado o Reino nas trevas da ignorância. São representações fartamente reproduzidas ao longo da literatura antijesuítica pombalina²².

Toda essa tensão culmina na publicação do Alvará de 28 de junho de 1759, em que se extinguiu o ensino jesuítico nos colégios e Universidades²³. Carvalho ao analisar as reformas pombalinas na instrução pública (1978), ressalta que a supressão dos jesuítas dos ensinos menores abriu espaço para efetivação não só das reformas pombalinas, mas

²¹ O programa de construções da Companhia de Jesus era extenso, porém relativamente simples. Segundo Costa (1941, p. 128-129), além das igrejas, responsáveis pelo culto, destacam-se os seminários e colégios voltados para a formação dos irmãos, sendo o colégio permeável à formação dos leigos. Estes espaços funcionavam em espaços urbanos ou próximos a eles. Eram acompanhados pelas residências onde conviviam os irmãos. A residência era dividida em vários espaços os “cubículos” para oração e estudos, a enfermaria e outras dependências de serviços (horta, pomar, casa de enfermos). As missões, acompanhando a doutrina da Companhia sustentada pelo lema da missão e catequese, se estendia aos “povos gentis” a serem catequisados. As missões jesuíticas se estenderam por todo o mundo, desde o extremo Oriente até a sua forte presença na América. A frente aprofundaremos a questão das missões para compreender os espaços em que a população indígena se inseria.

²² Dentre as principais obras portuguesas ligadas à literatura antijesuítica podemos destacar a *Relação abreviada da República que os religiosos jesuítas das províncias de Portugal e Espanha estabeleceram nos domínios ultramarinos das duas monarquias; e da guerra que neles tem movido e sustentado contra os exército espanhóis e portugueses, formada pelos registros das secretarias e dos dois respectivos principais comissários e plenipotenciários e por outros documentos autênticos*, publicada em 1757; e a *Dedução Cronológica e Analítica*, publicada em 1767. Para um panorama dessas obras dentro da literatura antijesuítica, consultar José Eduardo Franco, “Os catecismos antijesuíticos pombalinos: as obras fundadoras do antijesuitismo do Marquês de Pombal” (2005).

²³ Alvará, por que V. Majestade há por bem reparar os Estudos das Línguas Latina, Grega, e Hebraica, e da Arte da Retórica, da ruína a que estavam reduzidos; e restituir-lhes aquele antecedente lustre, que fez os Portugueses tão conhecidos na República das Letras, antes que os Religiosos Jesuítas se intromettessem a ensiná-los: Abolindo inteiramente as Classes, e Escolas dos mesmos Religiosos: Estabelecendo no ensino das Aulas, e Estudos das Letras Humanas uma geral reforma, mediante a qual se restitua nestes Reinos, e todos os seus domínios o Método antigo, reduzido aos termos símplices e claros, e de maior facilidade, que atualmente se pratica pelas Nações polidas da Europa. Publicado em 28 de junho de 1759. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/crono/acervo/tx12.html>. Consultado em 17/06/2020

Em 3 de setembro de 1759, por meio de Alvará régio, Pombal expulsa a Companhia de Jesus de todos os domínios de Portugal.

uma acabou criando uma lacuna urgente a ser preenchida. Essa urgência permitiu campo limpo para novos estabelecimentos e a reformulação dos programas educacionais.

Foi nesse contexto que tivemos a criação do Colégio dos Nobres, visando aparelhar a nobreza articulando-a para enfrentar, com êxito, os problemas peculiares da política do século. Segundo Carvalho, o Colégio dos Nobres

não se esquece de recomendar, como matéria de ensino, qualquer ciência que, na vida cultural de seu tempo, julgasse indispensável à formação do perfeito nobre, arquétipo pedagógico que a política pombalina erigiu como correlato e complemento do perfeito negociante: ideais, aliás, que, embora aparentemente diversos, se integravam harmonicamente nos propósitos do absolutismo iluminista do gabinete de D. José I (CARVALHO, 1978, p. 45).

Para reformar a educação em função dos ideais mercantis, temos a criação das Aula de Comércio, a qual buscavam atender a “a política monopolista, seguida nos anos anteriores, e da qual resultara, sucessivamente, a criação das grandes companhias”. Ou seja, formar quadros para o comércio e alcançar o ideal do perfeito negociante (CARVALHO, 1978, p. 43).

Assim as reformas se orientavam para uma nova relação do ensino em função das razões de Estado. Até dialogava com os ideais de instrução pública do contexto, mas ainda era aristocrática e conservadora. Era secular, mas em função das necessidades do Estado, tanto que manteve uma postura regalista, colocando a estrutura clerical em função dessa reestruturação. Os jesuítas, bode expiatório desse processo, foram substituídos por ordens e setores do clero católico que se abriam à reestruturação do Estado lusitano.

Exemplo desse controle foi a criação da Real Mesa Censória em 1768, a qual tinha por atribuição examinar livros e papéis já introduzidos e por introduzir em Portugal. O que nos aponta o conservadorismo caracterizado pela Ilustração portuguesa, evitando a penetração de tendências mais radicais da Ilustração. Tal preocupação já vinha desde o Alvará de 28 de junho de 1749 com a criação do cargo de diretor geral dos estudos, em que foram censuradas diversas obras jesuíticas como a gramática de Pe. Manoel Álvarez e a recomendação das gramáticas de Antônio Pereira de Figueiredo e de Antônio Feliz Mendes. Orientava-se ainda a simplificação dos estudos, de modo que os alunos pudessem adquirir a ciência do grego e latim, só que ensinado segundo a língua vernácula, além do estudo da retórica e filosofia para o futuro ingresso dos Estudos Maiores. Posteriormente, o cargo de diretor geral foi incorporado à Real Mesa Censória numa

política de centralização administrativa e reforço à sua implementação a partir do subsídio literário (CARVALHO, 1978, p. 81-120).

O subsídio literário articula-se e depende de toda a política mercantil que se desenhava. Seus rendimentos dependiam da taxação sobre as Companhia de Comércio, em específico às portuguesas, visando à consecução das reformas educacionais. Esses recursos foram utilizados para: 1) compra de livros para a constituição de uma biblioteca pública, subordinada à Real Mesa Censória; 2) organização de um museu de variedades; 3) construção de um gabinete de física experimental, melhor aparelhado e com maior amplitude do que o existente no Real Colégio dos Nobres; 4) a) amparo a professores de ler e escrever para meninas órfãs e pobres; b) criação de um jardim botânico; c) criação de uma cadeira para leitura de “caracteres antigos”; d) auxílio para publicação de obras compostas pelos membros da Mesa e pelos professores a ela subordinados; e) criação de um curso de matemática em Lisboa, com os professores necessários e, finalmente; f) a instituição de duas academias, uma para as ciências físicas e outra para as belas letras (CARVALHO, 1978, p. 129).

Ao analisar esse percurso buscamos apontar a relação entre reformas econômicas e pedagógicas. Dialogavam com os ideais liberais do século, porém, tem como seu objetivo maior criar a “escola útil aos fins do Estado e, nesse sentido, ao invés de preconizarem uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar, pretenderam os homens de Pombal organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servissem aos imperativos da Coroa” (CARVALHO, 1978, p. 139).

Como desenvolveremos mais à frente, quando compreendemos a lógica de uma associação entre reformas pedagógicas e econômicas, podemos observar no percurso formativo de Alexandre Rodrigues Ferreira o caráter de formação de quadros em função do Estado português. Ele não chegou a cursar o Estudos Menores na metrópole, mas vivenciou as reformas no Ensino Maior, mais especificamente na Universidade de Coimbra que, segundo Carvalho (1978, p. 141) foram o “coroamento das medidas pedagógicas” ensaiadas pelo gabinete de D. José I.

A preocupação com a formação dos quadros para o Estado Luso se mostra presente na reformulação dos estudos na Universidade de Coimbra com seus novos estatutos (CARVALHO, 1978, p. 153-156). A Junta de Providência Literária foi organizada em 23 de dezembro de 1770 e ficou sob responsabilidade do Cardeal da Cunha e era fiscalizada pessoalmente pelo próprio Marquês de Pombal. Interessante destacarmos

o peso do antijesuitismo nos novos estatutos da Universidade²⁴, em grande medida como forma de se opor aos antigos Estatutos formulados pelos inicianos, quanto como forma de colocar a “doutrina escolástica” como oposição aos novos ideais a serem estabelecidos. Estes dialogariam ainda com o pensamento teológico, no entanto assentado em uma forte reformulação jurídica que deu tom as reformas. Aqui nos interessa em específico as reformas filosóficas pautadas pelas concepções aritméticas da racionalidade ilustrada – destacamos o peso da Matemática nos novos Estatutos – e principalmente pela valorização dos métodos experimentais sustentariam a maturação da história natural no Reino.

Segundo Rômulo de Carvalho, em sua obra *História do ensino em Portugal*, foi notável o respeito ao ensino científico durante a reforma da Universidade de Coimbra com a criação das Faculdades de Medicina, de Matemática e de Filosofia, junto a esta última ligando-se a Física Experimental, a Química e a história natural, todas articuladas com os ideais racionalistas de compreensão e controle da natureza pregados pela Ilustração. Segundo Carvalho para todas as matérias em que se tinha “cabimento a observação e a experimentação foram criados os meios necessários para poderem ser estudadas segundo os métodos então modernos, e tudo amplamente, com largueza de vistas, até nalguns casos com aparato espetaculares” (CARVALHO, 1996, p. 466). Diversas instalações foram providenciadas para garantir a estrutura dessas faculdades. Dentre elas podemos citar o Hospital Escolar, o Teatro Anatômico e o Dispensário Farmacêutico; para a Matemática, o Observatório Astronômico; para a Filosofia, o Gabinete de história natural, o Jardim Botânico, o Gabinete de Física Experimental - para onde foi transportado o riquíssimo conjunto de material didático que pertencera ao Colégio dos Nobres de Lisboa - e o Laboratório Químico. A parte alta da cidade de Coimbra foi toda movimentada para nela se erguerem os novos edifícios cuja grandeza

²⁴ Ele fica evidente com a publicação do relatório da Junta de Providência Literária em 1771, o qual se intitulou *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos Estragos feitos nas ciências e nos professores, e diretores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos estatutos por eles fabricados*. Ao longo do mestrado busquei compreender a construção do discurso antijesuítico a partir do conjunto de representações que ambicionavam detrair os inicianos, além da forma como essa retórica se inseria no programa de remodelação do ensino na educação, em específico na Universidade de Coimbra, durante o período pombalino. O resultado da pesquisa está na dissertação *O Libelo antijesuítico: a representação da ação jesuítica no Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra* (2018). Disponível em: http://iepapp.unimep.br/biblioteca_digital/pdfs/docs/03072018_165137_rafaeldepaulacardoso_ok.pdf.

Também busquei dissertar sobre essa temática, juntamente com o Prof. Dr. Thiago Borges de Aguiar, em um artigo recentemente aprovado para publicação na Revista Brasileira de História da Educação, intitulado *Das maquinações aos estratagemas: a representação da ação jesuítica a partir da percepção da decadência portuguesa*.

ainda hoje se pode apreciar. Todos os espaços que sustentariam o avanço da racionalidade científica manifestam nas disciplinas de medicina, botânica, química, zoologia, astronomia que compunham o curso de história natural.

Lembremos, conforme apontamos com Almeida (2000), que um olhar voltado para o observar e o catalogar já se fundava em Portugal nos primórdios da Modernidade no contexto das expansões marítimas. Processo reconhecido por Rômulo de Carvalho (1987) quando busca investigar a história natural em Portugal no século XVIII. No entanto, Carvalho aponta que essa episteme ligada ao expansionismo mercantil, em Portugal se desenvolveu a partir de um “gosto de observar, estudar e colecionar, independentemente do comércio” (CARVALHO, 1987, p. 8). Refutamos essa afirmação ao aprofundarmos até o momento como as reformas encaminhadas pelo ministério pombalino foram orientadas por ideais mercantis e pelo fortalecimento das razões de Estado. As reformas educacionais, em muito pautadas na formação dos sujeitos que seriam responsáveis por essas mudanças, estavam articuladas à consolidação de um olhar imperial.

Apesar disso, a investigação de Rômulo de Carvalho nos é útil para pensar os espaços e a consolidação da história natural em Portugal. Segundo o autor, a história natural já era presente desde o reinado de D. João V, principalmente a partir de naturalistas estrangeiros que percorriam as províncias portuguesas. Segundo Carvalho, essa influência instigou, em 1731, a criação de um projeto de uma história natural do Brasil, a qual tinha por objetivo “não tanto com intenções comerciais, mas por curiosidade científica, embora esta pudesse, como consequência, descobrir aspectos que interessasse a esse mesmo comércio” (1987, p. 20). Já em 1729, D. João V enviou ao Brasil dois jesuítas, o italiano Domenico Capacci e o português Diogo Soares com o intuito de colher as observações para a formulação da história natural desejada pelo soberano. O primeiro deu preferência à parte astronômica. O segundo à Geografia e à história natural. Segundo Carvalho (1987, p. 23-24), Diogo Soares buscou

penetrar na espessura das selvas e a observar localmente os animais e as plantas nos seus ambientes próprios e os respectivos solos. Referindo-se ao padre jesuíta escreve um dos seus contemporâneos, que enquanto procedia aos estudos no terreno para levantamento das cartas geográficas “forma, no mesmo tempo, uma História Natural dos rios, montes, árvores, ervas, frutos, animais e pássaros que há no Brasil, aplicações tão úteis que só se devem à diligência com que Sua Majestade provocava adiantar as ciências, pois não só serviram a Portugal, mas também à Europa que delas fez a devida estimação

Apesar de não termos nenhuma notícia de uma obra organizada ou impressa por Diogo Soares, essa passagem é curiosa, primeiramente por percebermos suas obras como referências para a história natural em Portugal, o que inclusive contradiz as denúncias da propaganda antijesuítica pombalina; segundo, por identificarmos os esforços de abertura aos ideais de modernização já na corte joanina. Contudo, esses ideais só ganharam impulso com os novos Estatutos de 1772, deixando claro que

nenhuma coisa pode contribuir mais para o adiantamento da História Natural do que a vista contínua dos objetos que ela compreende, a qual produz ideias cheias de mais força e verdade do que todas as descrições as mais exactas e as figuras mais perfeitas, é necessário, para fixar dignamente o estudo da Natureza no centro da Universidade, que se faça uma colecção dos produtos que pertencem aos três Reinos da mesma Natureza (CARVALHO, 1987, p. 45).

Contraditoriamente, Carvalho destaca que a prática da observação e coleta, principalmente quando orientada para formação de um Gabinete de História Natural ou um Jardim Botânico fazia parte do processo de conquista de outras terras e povos. Sendo que, desde o século XVI os jardins são cultivados anexos às Universidades e residências de soberanos. Intenção: “cultivo de plantas ou espécimes exóticas para uso na Medicina” (CARVALHO, 1987, p. 59).

Carvalho reforça a relação entre observação e a prática mercantil ao lembrar que os jardins serviam, “em larga escala” para se efetuarem “experiências sobre cultura de plantas das quais se pudessem vir a retirar benefícios de interesse económico para a nação. Uma das funções do Jardim era, portanto, auxiliar o progresso da nossa agricultura” (CARVALHO, 1987, p. 69).

Não pretendemos nos aprofundar em uma contenda historiográfica, mas demonstrar as dimensões e o peso da temática para compreender o século XVIII português. O fim do ministério pombalino com a morte de D. José I não significou o término da busca pelos ideais ilustrados. Carvalho nos mostra isso de uma forma singela. A criação de um Gabinete e de um Jardim junto ao palácio real da Ajuda, ainda em construção, visava proporcionar ao príncipe D. José, filho primogênito da futura D. Maria I e, portanto, destinado à herança do trono, uma “educação científica, a par da cultura humanística, que dele faria, futuramente, um monarca esclarecido, digno do século das luzes em que nascera” (CARVALHO, 1987, p. 66). Ou seja, reformismo ilustrado e o

papel do príncipe esclarecido seriam elementos presentes durante todo o reinado de D. Maria I.

O reinado de D. Maria I (1734-1816) foi longo, no entanto seu desejo acima descrito não se realizou. Seu primogênito, José, acabou morrendo antes de assumir o trono aos 27 anos de idade. Muitos biógrafos acabaram atribuindo a “loucura” de D. Maria à morte de seu primogênito, o que acabou a afastando do poder de governo, legando a regência do trono, em 1792, a seu filho D. João, posteriormente coroado como D. João VI (PRIORE, 2019, p. 18-42). Aqui chegamos à figura que reina soberana na alegoria do frontispício que inicia nossa reflexão. Caberia a D. João VI, enquanto regente, dar continuidade ao legado das reformas em busca de resgatar a glória do Reino com que é retratado na alegoria.

O reinado de D. Maria I apresenta mais continuidades em relação ao período pombalino do que descontinuidades. A urgência do progresso do Reino começou a contrastar com uma “crise de crescimento” que se transformou em uma gradativa crise de retração. Segundo Arruda (2000, p. 177), essa problemática acabou reiterando a “sensação de um tempo perdido” que conduziu a reificação do “nostálgico mito da decadência” ainda presente na narrativa de muito letrados. A situação se agravava ao contemplarmos o cenário mundial. Movimento de crítica ao mercantilismo, como a Independência dos EUA, e oposição ao absolutismo monárquico e o Antigo Regime, como a Revolução Francesa, eclodiam ou ganhavam campo nas reivindicações sociais. No caso de Portugal, as medidas de preocupação em relação a esse cenário ainda foram conduzidas por “agentes pombalinos sustentados na nova administração, quer no teor das ideias e reformas então encaminhadas”, porém, as circunstâncias indicavam que o “tratamento prescrito ao doente não mais poderia ser o receitado por Pombal” (SILVA, 2006, p. 102).

Esse ponto se constata devido à redefinição de forças durante o reinado mariano. É perceptível a reabilitação da nobreza e inclusive o distanciamento de algumas pautas pombalinas como o antijesuitismo e o regalismo, o que levou à reinserção da Igreja Católica nos espaços de governo. Apesar de vermos uma tendência conservadora, ainda as reformas educacionais se processariam principalmente no campo da Universidade de Coimbra e na criação de espaços que dessem suporte para o amadurecimento da história natural.

Segundo Silva (2006, p. 107-110), o caráter conservador prevalece devido à necessidade da formação de um quadro burocrático preparado e politicamente

comprometido com os interesses da monarquia absolutista, capazes de promover a retomada da prosperidade econômica do Reino. Uma revitalização que continuava a incluir a nobreza para sua sobrevivência política. Também devemos lembrar que as mudanças, ligadas as diretrizes pombalinas, se dá pela própria necessidade de implementação. Muitas das medidas previstas no Estatuto de 1772 para a Universidade de Coimbra ainda não haviam se efetivado. Faltavam quadros para a composição de lentes de Gramática, Filosofia, Retórica e Desenho na Universidade e em outras instituições. E encontravam-se dificuldades na instauração de novos órgãos administrativos criados aos moldes pombalinos como a Academia Real da Marinha (1779) e a Academia Real de Fortificação Artilharia e Desenho (1790)²⁵.

Mesmo assim a tensa situação econômica não abalava a orientação pedagógica estabelecida para a Universidade de Coimbra. Prevalencia ainda o objetivo de romper com o isolamento cultural do Reino, orientado por uma estratégia pautada pelo pragmatismo da ilustração portuguesa. Segundo Silva (2006, p. 109), as reformas refletiam a necessidade de aliar conhecimento técnico e científico às qualidades morais, formando homens de procedimento “honesto, grave e nobre”, capazes de dar recíprocas provas de “aplicação e aproveitamento” sem nenhuma possibilidade de ruptura com os limites do poder estatal”.

Prova desse ânimo pode ser a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa em 1779, juntamente com o Gabinete de História Natural da Academia. Segundo Carvalho (2006, p. 110), A Academia teve como herança o pragmatismo científico de Pombal – “necessidade de uma congregação geral das Ciências para o adiantamento, progresso e perfeição das ciências naturais”.

Ao se inserir nesse amplo quadro do reformismo ilustrado português, a Academia Real é fundada com certo atraso. Segundo Silva (2006, p. 111), desde o início do século XVIII as academias vinham se tornando peças fundamentais de uma sociedade que se pretendia progressista e dinâmica. Atuavam nos Reinos e seus domínios com a expedições científicas e publicações de monografias que as “inseriam num novo encarar do mundo das ciências, em que estas começavam a ser vistas como motor do progresso, sendo a expressão primordial do sentido utilitário e pragmático adquirido pelo conhecimento”.

²⁵ Aprofundaremos os espaços ligados à formação dos “riscadores” quando analisarmos a produção iconográfica da viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira no capítulo 4 dessa tese.

Esses objetivos orientaram o ministério real da época comandado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812). Podemos dizer que ele era fruto das reformas pombalinas e personificava em grande parte tanto os dilemas quanto os anseios dessas medidas. Ele cursou o Colégio de Nobres e, posteriormente, ingressou no curso de Leis na Universidade de Coimbra. Após a conclusão, inicia a vida pública como diplomata e ministro plenipotenciário de Portugal nas cortes de Turim e de Sardenha após a morte de D. José I, em 1777. Após 17 anos de experiência, regressa à Portugal e assume o cargo de ministro e secretário de Estado de Marinha e Domínios Ultramarinos. Devido a sua importância no gabinete ministerial do príncipe regente D. João VI, assumiu entre 1801 e 1803 a presidência do Real Erário.

Segundo Silva (2006, p. 120), D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi um exemplo dos moldes ilustrado de funcionário público comprometido com o progresso do Reino, o que correspondia comprometer-se com o desenvolvimento das instituições em conjunto com os ideais científicos do século. Instituições essas que deveriam voltar-se para a “observação e experimentação (...) empenhavam-se na missão de promover o reconhecimento da rica natureza ultramarina, sua aclimação e exploração em prol de objetivos utilitários”.

Todavia, Novais (2019, p. 23) ao analisar a relação entre Portugal e Brasil nos apresenta um dilema. No final do século XVIII, era impossível uma maior exploração das colônias sem a “criação de condições mínimas, ou seja, a implantação da máquina burocrático-administrativa, a criação da infraestrutura portuária, das vias de circulação, do aparato de defesa interna e externa, da produção complementar ao setor exportador, representado pela subsistência”. Ou seja, para conseguir integrar os domínios ultramarinos deveria se modernizar, mais que isso, modernizar a estrutura mercantil colonial. Seria um processo de mobilização do pensamento crítico – aqui na sua faceta racional e administrativa – e ao mesmo tempo contê-lo para que não revelasse sua face revolucionária (NOVAIS, 2019, p. 301).

Coutinho em seus escritos identifica que não era mais simplesmente uma questão de “apertar os laços” do antigo padrão de exploração colonial. Seria necessária uma unidade imperial baseada na “natural dependência econômica” entre as partes. Em sua *Memória sobre o melhoramento dos Domínios de Sua Majestade*, ele destaca

Os domínios portugueses na Europa não (...) formam senão a capital e o centro das suas vastas possessões. Portugal reduzido a si só, seria

dentro de um breve período uma província de Espanha, enquanto servindo de ponto de reunião da Monarquia, que se estendia às suas vastas possessões, era sem contradição, uma das potências, que tinha dentro de si todos os meios de figurar entre as primeiras da Europa (COUTINHO *apud* SILVA, p.157)

Segundo Silva (2006, p. 158), a estratégia consistiria em ressaltar as “vantagens desta reunião de um só todo composto de partes tão diferentes que separadas jamais poderiam ser igualmente felizes”, constituindo a ideia de um “vasto império Luso-brasileiro” ou uma grande “família lusitana”. Percebemos aqui, mais do que uma mudança na estrutura política e econômica, uma mudança narrativa, onde os domínios ultramarinos adquirem uma nova posição na narrativa. Como estreitar essa dimensão espacial e cultural? Como aproximar a periferia do centro que se almeja civilizado?

Silva identifica essa aproximação na abordagem memorialista das narrativas dos letrados do período. Seria um “recoo temporal da análise, necessária à identificação das causas e soluções apropriadas ao problema diagnosticado, explicando a importância ao conhecimento do passado colonial”. Esse processo se daria a partir de uma nova abordagem em relação às colônias ultramarinas, principalmente o Brasil que já vinha adquirindo uma postura estratégica nesse processo. O meio para isso seria a organização de novas expedições a partir do modelo das expedições filosóficas.

A escolha de “filosóficas” para qualificar as referidas viagens tem sua razão de ser no motivo que levou a denominar Faculdade de Filosofia ao departamento universitário criado pela Reforma Pombalina, onde se estudava, em disciplinas separadas, embora obviamente não independentes, a Física, a Química e a História Natural. O seu estudo constituía uma atitude filosófica, a de observar, analisar e interpretar a Natureza nos seus diversos domínios (CARVALHO, 1987, p. 86)

Aqui se insere Alexandre Rodrigues Ferreira e sua “viagem filosófica” ao longo da bacia do Amazonas²⁶. Também cumprindo com os ideais de leal funcionário real, deveria desbravar as possibilidades naturais do Brasil para garantia do progresso do Reino. Porém, ao observarmos a definição de sua expedição “filosófica”, cabe pensar como seus relatos inserem-se em um modelo de narrativa que não se limita somente à

²⁶ Lembrando que já existiam alguns naturalistas em solo brasileiro: Joaquim Veloso, em Vila Rica; Francisco Vieira do Couto, em Serro do Frio; Serafim Francisco de Macedo, em Vila de S. Francisco da cidade da Baía; José da Silva Lisboa, na Baía; e Estácio Gularte, no Rio de Janeiro (CARVALHO, 1987, p. 88).

abordagem memorialista identificada em Coutinho, mas em um conjunto muito mais complexo e extenso de formas de descrever a realidade observada.

1.3 O olhar imperial e o explorador naturalista

Até esse momento buscamos apontar como as práticas políticas, norteadas pelo pensamento ilustrado, constituíram um programa político voltado para a efetivação das razões de Estado. No caso de Portugal, o olhar imperial orienta-se para a reorganização da estrutura política e econômica buscando reconsolidar sua estrutura e, principalmente, posição perante as nações do período.

Tais orientações inspiraram, conforme percebemos nas preocupações de D. Rodrigo de Souza Coutinho, uma abordagem memorialista sobre o passado lusitano. Uma preocupação em romper com a decadência que se materializa na busca por um futuro próximo que alce o Reino ao progresso das Luzes. O passado é reiterado em função de um presente. O diagnóstico seria o início da cura dos males. Para tanto, todo o corpo do império deve ser colocado sob análise. Nesse sentido, os domínios coloniais seriam uma das partes mais preocupantes. Como integrar essas regiões no Império lusitano? A partir de quais estratégias a exploração colonial seria reorganizada?

Um dos elementos centrais para compreender esse momento foram as expedições de naturalistas nos mais recônditos domínios lusitanos. Elas deixaram uma profusão de narrativas refletindo as angústias assinaladas acima. Além disso, segundo Jean Marcel Carvalho em sua obra *A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII*, as narrativas trazem um conjunto de representações do mundo europeu sobre si e sobre seus domínios no Novo Mundo, trazem “percepções” de longa duração que desempenham um papel fundamental para compreendermos o conjunto de representações traçados também sobre a América Austral (2012, p. 10). São representações que remetem ao contexto de expansão marítima do século XV e ganham força no século XVIII com a consolidação de uma consciência planetária.

Segundo Bourget, devemos abordar essas estruturas narrativas com cautela. Podemos identificar uma diferença entre as viagens de “conquista” do século XV e XVI, das de “exploração” do século XVIII. Durante o período de expansão mercantil, o viajante explorador remete ao sentido militar da palavra em latim *explorator*. Utilizada por Plínio para designar o soldado romano encarregado dos reconhecimentos. Segundo Bourguet (1997, p. 212), o explorador, “tal como o informador e um exército, é um enviado oficial,

encarregado pelo governo de uma missão de descoberta numa terra longínqua e desconhecida”.

Esses homens, protagonistas da empresa mercantil, traçaram as rotas que efetivaram os domínios coloniais. Orientados pelas “questões de Estado”, representaram grandes negócios administrados por agentes estatais, custeados pelo financiamento de particulares e com o custo de milhares de vidas dos “estropiados que perambulavam pelas ruas das cidades portuárias ou superlotavam os presídios” (FRANÇA, 2012, p. 24).

Era um mundo que estava se desenrolando aos olhos europeus. Colombo pensava ter chegado a Cipango, uma ilha do Japão relatada por Marco Polo. Faleceu em 1506 sem nunca ter consciência da continentalidade das terras que havia alcançado. Somente na famosa carta de Américo Vespúcio, escrita em 1503, temos a aparição do termo “Novo Mundo”. Local que, posteriormente, o geógrafo Martin Waldseemüller batizaria como América em 1507 (FRANÇA, 2012, p. 23).

Os olhares desses exploradores perscrutavam vários cantos do mundo, mas ainda se obnubilavam com as lendas e fantasias medievais. Os relatos de seres mágicos e práticas exóticas do *Il Milione* de Marco Polo, publicado por volta de 1298, ainda despertavam um misto de curiosidade e temor nos navegantes. Conforme destacamos, em Portugal começa a se desenhar a mentalidade prática e técnica capaz de processar essas descobertas. Francisco Sanches, português radicado em Toulouse, chegou a afirmar em seu polêmico texto *Que nada se sabe*, publicado em 1581

Efetivamente, que é que pode afirmar ao certo alguma coisa acerca do que foi, do que é, ou do há de ser? Na tua ciência perfeita dizias ontem, e até já há muitos séculos, que a terra era cercada por um oceano, e dividia-la em três partes universais: Ásia, África e Europa. O que dirás agora? Foi descoberto um novo mundo, e novas coisas numa nova Espanha ou Índias Ocidentais, e nas Orientais. Dizias também que havia uma região meridional, sob o Equador, que por causa do calor era inabitável, e que mesmo se dava nos polos e nas zonas extremas por causa do frio; que essas duas coisas são falsas já o mostrou a experiência (SANCHES *apud* FRANÇA, 2012, p. 21)

Poderíamos incluir Sanches no *hall* de questionadores da visão de mundo católica no contexto da revolução copernicana. Aparentemente provoca a instituição cristã ao colocar em xeque sua visão de mundo, aqui materializada nos mapas medievais a partir das novas experiências náuticas protagonizadas pelos portugueses. Sua reputação o livrou da fogueira, mas suas provocações lhe renderam a pecha de “o céptico”, que, por sinal, poderia ser compartilhada por muitos. As cartas, relatos fragmentados e impressões dos

exploradores espalhavam por toda a Europa e despertavam a curiosidade dos letrados. François Rabelais, em uma passagem do livro V, da obra *Pantagruel*, nos traz o personagem chamado Ouvia-Dizer.

habitante de uma tal ilha de Satin, é cego e não tem pernas, mas possui grandes orelhas e uma goela enorme, de onde saem sete línguas. Sempre cercado de homens e mulheres ávidos por se tornarem sábios em poucas horas, o bizarro personagem, auxiliado por um mapa-múndi, discorre com desenvoltura desconcertante, em sete idiomas diferentes, sobre os assuntos mais variados: das pirâmides do Egito aos canibais. Tamanha sapiência, no entanto, tinha razão de ser. Ouvir-Dizer mantinha, trabalhando para si, escondidos atrás de uma tapeçaria, uma plêiade de “modernos historiadores”, entre os quais se encontrava Marco Polo, Cadamosto, Jacques Cartier e o nosso conhecido Pedro Álvares Cabral (RABELAIS apud FRANÇA, 2012, p. 28-29).

Ouvia-dizer pode-nos ter um som depreciativo, algo como que um boato. Porém, aqui apresenta-se como um nó que une a diversidade natural que se desenhava aos olhos dos europeus: línguas, continentes e povos... e dá a eles uma só boca para a autoridade de vários “modernos historiadores”, exploradores e letrados. Podemos compreendê-lo como um lugar comum ao qual as pessoas buscavam compreender essas narrativas que se desenhavam sobre o mundo.

Segundo França (2012, p. 42), esse lugar comum pode ser visto como um gênero literário. Principalmente com a invenção da prensa de tipos móveis e a difusão da cultura letrada tivemos a publicação de diversas obras como por exemplo *Mundus Novus* e *Quatuor Americi Vesputti navigationes*, de Américo Vespúcio, ambas publicadas em latim, na cidade de Paris, em 1503 e 1507. As cartas jesuíticas dos mais recônditos lugares do mundo eram organizadas e compiladas, permitindo a publicação de obras gigantescas como a *Lettres éfiantes et curieuses écrites des missions étrangères par quelques missionnaires de la Compagnie de Jésus* de 34 volumes, publicada em Paris, entre 1703 e 1776, por Nicolas Le Clerc (FRANÇA, 2012, p. 39).

As mudanças técnicas nas formas de publicação – aqui podemos nos referir à publicação em oitava²⁷, que já existia no século XVI, mas tornaram-se mais viáveis e baratas com os mecanismos hidráulicos da Revolução Industrial - permitiram não só a ampliação da publicação dos relatos, mas de obras que vissem as narrativas de viagem

²⁷ Publicações em oitava ou em octavo é um livro ou um panfleto, de uma ou mais folhas de papel, na qual 16 páginas de texto foram impressas, que foi, então, dobrada três vezes para produzir oito folhas. Cada folha de um livro em octavo representa, assim, um oitavo do tamanho da folha original.

como campo da imaginação dignas de serem romanceadas. Podemos desatacar obras como *Robinson Crusóé*, de Daniel Defoe, publicada em 1719, e as *Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift, publicada em 1726.

Segundo França as tiragens dos livros de viagem alcançavam um lugar expressivo em meio ao público. As obras de sucesso, eram impressas de dois a quatro mil exemplares! Acima disso só os religiosos e obras de filósofos de sucesso. A obra *Ensaio sobre os costumes*, de Voltaire, teve 7 mil exemplares. No século XV as tiragens eram em média de 750 a 1.200 exemplares (FRANÇA, 2012, p. 80).

Não só a temática, mas lugares e povos específicos passam a despertar cada vez mais a curiosidade do público. Segundo França, a América tem um lugar especial nessas publicações.

fixou-se nos palcos ingleses, franceses, espanhóis e italianos, em peças escritas por nomes significativos da dramaturgia ocidental como William Shakespeare, Lope de Veja, François de la Drevevetière Delisle e Voltaire; penetrou na reflexão de pensadores da grandeza de Thomas Hobbes, Bernard le Bovier de Fontenelle, John Locke, David Hume, Voltaire, Denis Diderot, Montesquieu, Friedrich Hegel, Corneille de Pauw e, sobretudo, daquele a quem se atribui a paternidade do “bom selvagem”, Jean-Jacques Rousseau (FRANÇA, 2012, p. 39).

Do século XV ao XVIII foram publicados 5.562 livros de viagem na Europa – 456 no século XVI, 1.566 no século XVII e 3.540 no século XVIII – dos quais cerca de 25% diziam respeito à América. Dentre eles destacaram-se *The History of America* (1777) de William Robertson, reeditada nove vezes entre 1777 e 1780, considerada por toda a Europa letrada daquela época uma obra capital. *A Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes* (1770), de Guillaume Thomas François Raynal. Consiste em uma “análise do sistema colônia europeu, segundo a perspectiva do pensamento ilustrado, foi reeditado pelo menos 50 vezes em quinze anos (FRANÇA, 2010, p. 36).

A polêmica em torno do impacto dessa temática foi tão grande que a Academia de Ciências, Belas-Letras e Artes de Lion chegou a lançar um concurso de monografias em 1782 que tinha como questão, proposta pelo abade Raynal: “A descoberta da América foi útil ou perniciosa para o gênero humano?”. Primeiro colocado ganharia 1.200 francos (FRANÇA, 2012, p. 41). No entanto, França aponta que essa profusão levou não só à criação de um vocabulário sobre a América, mas a “reformulação do vocabulário que a Europa utilizava para descrever a si própria” (FRANÇA, 2012, p.45).

Estamos longe de pretender esgotar as narrativas de viagem como gênero literário, mas demonstrar o quanto se consolidou no século XVIII um campo público de debates com formas, estruturas e representações. Um momento decisivo para esse gênero, que incluía a reformulação da visão da Europa sobre si mesma, foi o amadurecimento da história natural.

A história natural marcou presença em diversos relatos de viagens entre o século XVII e XVIII. A partir da física, da botânica, da zoologia e, inclusive, da filosofia e da história, buscaram observar e ordenar a natureza a partir de aspectos gerais e fundamentais, regulados por regras ou leis de origem naturais e com validade universal. Segundo Pratt (1999, p. 42), no século XVIII, com a exploração interior de continentes como a África e América, esses códigos se consolidariam em balizas para construção de uma consciência planetária, além da moderna ideia de eurocentrismo (PRATT, 1999, p. 42). Para a autora, esse processo teve um impacto profundo sobre as narrativas de viagem que passaram a dar “vazão a novas formas de conhecimento e autoconhecimento europeu, novos modelos para os contatos europeus além-fronteiras e novas formas de codificação das ambições imperiais europeias” (PRATT, 1999, p. 54).

Pioneira nesse sentido exploratório foi a expedição de Charles de La Condamine. Foi a primeira expedição científica internacional da Europa a qual tinha como objetivo traçar o preciso diâmetro da Terra, acabando com uma contenda entre franceses e ingleses que se arrastava a décadas. A ousada expedição, que partiu em 1735, foi um fracasso. Teve como um dos poucos sobreviventes La Condamine que consegue retornar para a França somente em 1744. Em seu regresso firma estadia na foz da bacia amazônica, mesmo região pela qual Alexandre Rodrigues Ferreira passaria em 1783. Dessa região, La Condamine colhe impressões da flora, fauna e dos povos locais, que posteriormente dariam corpo à sua obra *Breve Narrativa das Viagens através do Interior na América do Sul*, publicada em 1745. Ela está distante ainda de ser uma obra da história natural, já que é escrita em tom de sobrevivência. Porém, seria uma das referências para o processo de ordenação dessa realidade percebido em obras como *Histoire Naturelle* (1749), de Buffon; e *Familles des plantes* (1763), de Adanson (PRATT, 1996, p. 48-61).

O reconhecimento público e as fartas oportunidades de financiamento promovem a organização de diversas viagens. Junto a isso:

A crescente capacidade tecnológica da Europa foi desafiada pela demanda por melhores meios de preservação, transporte, exposição e

documentação de espécimes; as especializações artísticas do desenho em botânica e zoologia se desenvolveram; tipógrafos foram levados a aprimorar a reprodução gráfica; relojoeiros eram procurados para inventar e prover a manutenção de instrumentos; empregos foram criados para cientistas em expedições coloniais e postos coloniais avançados; redes de patrocínio financiavam as viagens científicas e os escritos subsequentes; sociedades amadora e profissionais de todos os tipos proliferavam local, nacional e internacionalmente; as coleções de história natural adquiriram prestígio e valor comercial; jardins botânicos tornaram-se espetáculos públicos de larga escala, e o trabalho de supervisioná-los transformou-se no sonho do naturalista (PRATT, 1996, p. 62).

Nesse efervescente contexto se consolida a figura do naturalista. Bourguet (1997, p. 221-223) nos lembra que até a primeira metade do século XVIII não existe uma formação para “viajante naturalista”. Podia-se ser religioso ou oficial, botânico ou astrônomo, caçador de peles ou médico. Somente partir do século XVIII, com o “processo de secularização da ciência e de especialização do saber que, a pouco e pouco, lado a lado com os religiosos, impõe novos tipos de viajantes”²⁸. Os principais serão aqueles associados às Ciências Naturais (botânicos, médicos, boticários, farmacêuticos, zoólogos, mineralogistas, químicos...). Assim, diferentes dos exploradores ou qualquer sorte de aventureiros, deveriam saber fazer uso da série de instrumentais práticos, juntamente com o arcabouço teórico que ganha corpo a parte de meados do século XVIII. Um dos modelos mais importantes desse contexto foi o proposto pelo sueco Carl Lineu (1707-1778), criador da nomenclatura binomial e da classificação científica, sendo assim considerado o “pai da taxonomia moderna”. Dentre suas principais obras, destacamos: *Systema Naturae* (1735), *Philosophia Botanica* (1751) e a *Fundamenta Botanica* (1736).

A principal dessas obras foi o *Systema Naturae*. Segundo Pratt (1996, p. 55-6)

era um sistema descritivo designado para classificar todas as plantas da terra, conhecidas e desconhecidas, de acordo com as características de suas partes reprodutivas. Vinte e quatro (e, mais tarde, vinte e seis) configurações básicas de estames, pistilos etc. foram identificadas e distribuídas de acordo com as letras do alfabeto. Quatro parâmetros visuais adicionais completavam a taxonomia: número, forma, posição e tamanho relativo.

A partir desses modelos classificatórios as viagens e relatos de viagem jamais seriam os mesmos. Os discípulos de Lineu espalhavam-se às dúzias por todo o globo, por

²⁸ Silva (2020, p. 56-102), destaca que ao longo da Modernidade era difícil enquadrar os viajantes em uma prática determinada. As viagens se orientavam por anseios diversos: viagens militares, viagens religiosas, fora as expedições particulares.

mar e terra buscando impor ordem ao caos – tanto ao caos da natureza como ao da botânica anterior. Nenhuma expedição primariamente científica ou não, fosse o viajante naturalista ou não, ousaria deixar de passar os olhos pelas propostas da história natural. Segundo Pratt (1996, p.56-59), suas classificações passariam a ser o “fio de Ariadne em botânica”, seria a “classificação, sem a qual só existe o caos”.

Mudaram-se também as relações. O que antes se resumia a lógica da conquista onde o explorador era a peça-chave, passa-se para a dimensão da informação onde assume a figura do letrado. Segundo Bourguet (1997, p. 210), “viajante naturalista” é mais que um ofício, é um título usado com frequência para designar oficialmente os correspondentes do Jardim do Rei ou, mais tarde, do Museu Nacional de História Natural.

Para Pratt, as expedições científicas se tornariam um dos mais conspícuos instrumentos de ação dos Estados,

tornar-se-ia um catalisador das energias e recursos de intrincadas alianças das elites comerciais e intelectuais por toda a Europa. Igualmente relevante é que a exploração científica haveria de se tornar um foco de intenso interesse público, e fonte de alguns dos mais poderosos aparatos ideológicos e de idealização, por meio dos quais os cidadãos europeus se relacionaram com outras partes do mundo” (PRATT, 1996, p. 52-3).

A fim de assegurar a formação técnica e científica desse viajante naturalista, assim como os objetivos da expedição, foram criadas instituições especiais como a Academia da Marinha, em 1752 na França. Também a Real Academia de Ciências de Lisboa em Portugal. Nesses espaços consolidam-se uma série de práticas: diário, memórias, observações astronômicas e topográficas a partir de uma série de instrumentos, métodos de recolha botânica e uma sistemática organização a partir de uma determinada nomenclatura. Todas elas definem estratégias e formas para as narrativas de viagem como um gênero específico e direcionado a um campo com regras, instituições e identificação. Tal preocupação aparece nas orientações do abade Prévost

Um verdadeiro viajante deve trabalhar para a posterioridade e para si próprio, e transformar os seus escritos em algo de utilidade geral [Ainda comenta] o viajante deve ser educado de modo a não fazer apenas um relato em que não falta a verdade, mas que contenha, sem distinções, tudo o que é objeto de curiosidade e de saber (BOURGUET, 1997, p. 239-240).

Identifica-se uma questão que passa a assolar não só as instituições responsáveis pela expedição, mas o próprio naturalista com a “pena na mão”: Como contar uma aventura pessoal e, simultaneamente, descrever um mundo desconhecido? Como transformar a dimensão romanceada da narrativa num relato fidedigno e numa obra científica?

Por hora, podemos trazer exemplos citados por Bourguet (1997, p. 240) para a organização dessa escrita. Muitas narrativas seguiam o gênero clássico do diário de viagem ou da memória descritiva que consistiam em uma escrita mais aberta. Silva (2006, p. 111) nos lembra das monografias que ganharam um grande impulso nesse período. Essas publicações se inseriam num novo “narrar do mundo das ciências, em que estas começavam a ser vistas como motor do progresso, sendo a expressão primordial do sentido utilitário e pragmático adquirido pelo conhecimento”. As academias tornaram-se a “peça fundamental de uma sociedade que se pretendia progressiva e dinâmica”.

Outros dois exemplos são os compêndios históricos e geográficos, os quais buscavam elencar sistematicamente os diversos elementos que compunham a vida humana a ser observados e registrados. Bourguet cita como referência para análise de muitos viajantes a obra *L'histoire générale des voyages* (1746 e 1761)

um catálogo enciclopédico que inclui mais de dois mil e quinhentos exemplos, provenientes de todos os quadrantes do mundo e de todos os séculos da história (...) aborda em dezoito seções todos os aspectos da vida humana, desde os hábitos alimentares até aos ritos fúnebres, passando pelos usos da aliança, pelas estruturas do poder e pelas formas de guerra. Distribuindo por cada uma das rubricas os diversos conhecimentos acumulados pelos autores antigos, pelos historiadores e pelos viajantes a respeito de todos os povos do mundo, coloca em evidência a extrema plasticidade do espírito humano, que pode atribuir diferentes significados a um mesmo gesto ou pelo contrário, exprimir uma mesma ideia através de usos aparentemente contraditórios (BOURGUET, 1997, p. 244).

Outro gênero de textos cuja moda é difundida na época é a dos “suplementos”. Uma infinidade de textos das mais variadas formas, cartas, reproduções literárias e até falsas narrativas utópicas agregadas às narrativas publicadas, exagerando-as até se perderem no comentário. Bourguet cita como exemplo Diderot, ao se apropriar de trechos de relatos de Bougainville. A partir delas, Diderot aborda temas como incesto e liberdade sexual, traça uma “crítica violenta à moral e às sociedades europeias” (BOURGUET, 1997, p. 244).

Pratt (1996) destaca que a organização e classificação não ocorria apenas nas letras, mas em uma espacialidade definida, tendo grande destaque os jardins botânicos e coleções de história natural. Os naturalistas ávidos pelas mais variadas espécimes partiam coletando plantas e insetos, medindo e preservando, fazendo desenhos e tentando desesperadamente levar tudo isso intacto de volta para casa.

A informação era veiculada em livros; os espécimes, caso mortos, eram inseridos em coleções de história natural que se tornaram passatempos importantes para pessoas de recursos em todo o continente; se vivos, eram plantados em jardins botânicos que também começaram a proliferar em cidades e propriedades particulares, ao longo de toda a Europa (PRATT, 1996, p. 57)

Segundo Bourguet, os jardins botânicos abriam-se como “imensos livros da natureza”, convidando os estudiosos a “abandonar as salas de leitura e a passear pelas áreas do jardim botânico”, admirando exemplares exóticos colhidos nos quatro cantos do mundo e organizados sistematicamente em um grande “inventário da Terra” (BORGUET, 1997, p. 245)

A partir das nomenclaturas e dos sistemas classificatórios permitiu-se uma ordem inteligível à natureza, controlada e regrada.

O jardim, imagem do quadro botânico reproduzido no terreno, oferece à vista a ordem de uma natureza, certamente múltipla e infinitamente variada, mas racionalizada, sujeita a classificação, finalmente tornada legível. Apenas as etiquetas ou as páginas que o botânico teve de deixar em branco na construção do quadro sistemático do seu herbário, os locais vagos que o jardineiro teve de predispor no seu terreno, assinalam as lacunas: as das espécies vegetais que, virtuais ou quiçá existentes em algumas partes do mundo, se desconhecem ainda. Somente os espaços vazios vêm lembrar que o inventário de plantas está incompleto (BOURGUET, 1997, p. 246)

A racionalidade pragmática, pilar da ilustração e ferramenta básica da história natural permitirá a partir da organização dos jardins, estufas e práticas de aclimação cumprir o desígnio de controle do homem sobre a natureza, traduzido pela ilustração enquanto progresso civilizacional. Aqui retornamos à tomada de posse simbólica apontada por Pratt na consolidação do olhar imperial sobre o mundo. No século XVIII a consolidação do império passa de uma dimensão simplesmente bélica para um programa cognitivo, uma conquista intelectual progressiva de todo o planeta. A história natural mapeou não as faixas costeiras, mas o

conteúdo interno daquelas massas de terra e água cuja extensão constitui a superfície do planeta (...) não por meio de linhas finas sobre um papel em branco, mas por representações verbais que por sua vez são condensadas em nomenclaturas ou por meio de grades rotuladas nas quais as entidades são inseridas (PRATT, 1996, p. 64).

Pratt (1996, p. 71-75) também nos adverte que a história natural extrapola o sentido da conquista sobre o outro na medida que funcionou como um “espelho rico e multifacetado no qual toda a Europa pôde projetar a si mesma como constituindo um processo planetário”. A autora cita como exemplo a comparação entre a abordagem documental e totalizadora de Lineu com os procedimentos da burocracia estatal “em particular processos de registro que elaboradamente documentavam e classificavam cidadãos individuais” no processo de consolidação dos Estados nações. Ou seja, são práticas de racionalidade do Estado que sistematicamente são apuradas e acumuladas no contexto da Modernidade e que encontraram na sistematização da natureza um esforço totalizante.

Traçamos a constituição do olhar imperial a partir das narrativas de viagens buscando identificar práticas, temáticas e sujeitos. Esse debate nos permitirá compreender a posição de Alexandre Rodrigues Ferreira como funcionário régio e a orientação de seu olhar como naturalista, na identificação e classificação da fauna e flora colonial. Sua produção – monografia, diários e memórias – dialoga como os critérios que se consolidavam nas academias e eram direcionadas a esses círculos letrados. Segundo França (2012), muitas das representações cunhadas sobre a natureza e a população brasileira difundiam-se pela Europa constituindo a forma de pensar a natureza americana.

Em larga medida os primeiros relatos sobre o Brasil partiram de diversas nações europeias. A ausência desses relatos em Portugal talvez decorra do seu interesse voltado, sobretudo, para o comércio com as Índias, possibilitando a abertura da realidade brasileira à curiosidade da época. A maior parte das primeiras impressões são cercadas por narrativas utópicas impregnadas com metáforas sobre o “paraíso” terrestre ou do mito da “primavera eterna”²⁹. Dentre elas podemos citar a *Singularidade da França Antártica*, de André Thévet, publicada em 1558; e a *História de uma viagem feita à terra do Brasil*, de Jean de Léry, publicada em 1578. Nesta o autor chega a afirmar:

²⁹ Aqui podemos destacar a obra *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda (1959). Para pensar a representação dos elementos culturais nativos a partir do olhar europeu temos a obra *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial* (1986), de Laura de Mello e Souza.

Quanto à imagem deste novo mundo, que Deus me permitiu ver, se apresenta a meus olhos, quando revejo assim a bondade do ar, a abundância de animais, a variedade de aves, a formosura das árvores e das plantas, a excelência das frutas e em geral as riquezas que embelezam essa terra do Brasil, logo me acode a exclamação do profeta no salmo 104: Como são numerosas tuas obras, Senhor, e todas fizestes com maestria: a terra está cheia de tuas criaturas (JEAN DE LÉRY *apud* FRANÇA, 2012, p. 201).

Além do mito da prosperidade, também se difundiam as imagens exóticas das lendas medievais sobre os animais e nativos. Selvagens, canibais, meio homens e quase animais. Fez fama tais descrições que se apresentavam em obras como a do francês Michel de Montaigne, até em relatos de alemães como Hans Staden. Este em sua obra *Verdadeira história e descrição de um país habitado por homens selvagens, nus, ferozes e antropófagos, situado no novo mundo, denominado América*, publicada em 1551, dedica-se a narrar suas duas viagens feitas ao Brasil. Na primeira viagem dedica cinco capítulos de seu livro à sua passagem pelas capitânicas de Pernambuco, onde esteve com Duarte Coelho, e da Paraíba, dedicando especial atenção ao comércio do pau-brasil e à guerra que então se travavam contra os “gentios”. Na segunda viagem, Staden foi responsável por um forte na ilha de Santo Amaro e depois acaba sendo capturado pelos tupinambás. Narra com fortes impressões o ritual de antropofagia e descreve como astutamente conseguiu escapar de ser devorado pelos “selvagens”. O relato de Staden foi tão popular no contexto que chegou a ser publicado na coleção de Theodore de Bry com “impressionantes gravuras” (FRANÇA, 2012, p.102-103).

A difusão dessas narrativas entre as nações europeias demonstra não somente o interesse pela América no contexto, mas também a posição do Brasil enquanto alvo das empresas mercantis. No primeiro livro totalmente dedicado ao Brasil, *História da província de Santa Cruz* (1576), escrito em língua portuguesa, Pero de Magalhães Gândavo reflete esse desinteresse lusitano. Ele alerta os portugueses sobre a necessidade de observar e narrar suas conquistas nessa terra

A causa principal que me obrigou a lançar mão da presente história e sair com ela à luz foi por não haver até agora pessoa que a empreendesse, havendo já setenta e tantos anos que esta província foi descoberta. A qual história creio que esteve sepultada em tanto silêncio mais pelo pouco-caso que os portugueses sempre fizeram da mesma província, que por faltarem em Portugal pessoas de engenho e curiosas que com melhor estilo e mais copiosamente que eu a escrevessem” (GÂNDAVO *apud* FRANÇA, 2012, p. 95)

A advertência de Gândavo parece ter ecoado na corte portuguesa, principalmente depois da dificuldade da Coroa portuguesa em se livrar das invasões francesas no Rio de Janeiro e Maranhão ao longo do século XVI. Em 1605 temos a Carta de Lei que buscou fechar os portos brasileiros às nações estrangeiras.

E outrossim hei por bem, que no navio de meus naturais não possa ir pessoa alguma estrangeira, ainda que moradora seja em meus reinos; e que todos os estrangeiros, que viverem, e forem moradores, ou estantes nas partes da índia, e no Brasil, Guiné, e ilhas de São Tomé e Cabo Verde, e nas ditas ilhas dos Açores e da Madeira, não possam mais viver nelas, e sejam obrigados a se vir para o Reino de Portugal, os que estiverem nas partes da índia, nas primeiras naus que delas partirem para o Reino, depois de publicada nela esta minha lei; e os que estiverem no Brasil e nas partes ultramarinas do cabo da Boa Esperança para cá, serão obrigados a se sair delas, e vir-se para o Reino, dentro de um ano (...). E revogo (...) todas e quaisquer licenças que estiverem dadas (...) para os ditos navios e pessoas estrangeiras poderem ir às ditas partes ultramarinas (...). E qualquer navio estrangeiro, que for às ditas partes ultramarinas (...) hei por bem que seja perdido, com toda a fazenda que nele for (...). E quaisquer estrangeiros, que em navios seus ou alheios, ou de meus naturais, forem às ditas partes, contra esta minha lei, além de (...) incorrerem na perda de suas fazendas, incorrerão em pena de morte (FRANÇA, 2012, p. 111).

A determinação régia não impediu a invasão do território brasileiro no contexto da União Ibérica, abrindo principalmente regiões de fronteira ao conhecimento da Coroa espanhola. Exemplo disso é a publicação, em 1641, dos cinco volumes da obra *Novo descobrimento del gran rio Amazonas*, de Cristóbal de Acuña. Nesse contexto também podemos destacar a ocupação holandesa no nordeste brasileiro, chegando a conquistar nove das quinze capitais da colônia. Desse período resultam obras como a *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, escrita por Joam Nieuwhof, que passara nove anos no Brasil. A obra foi editada na cidade de Amsterdã, em 1682. Outra obra de grande relevo, principalmente por dialogar com os conceitos da história natural, foi a *História Natural do Brasil* (1648), dos médicos e emissários de Maurício de Nassau, Willen Piso e George Marcgrave.

O Brasil adentra o século XVIII com a invasão de pequenas expedições de astrônomos e naturalistas estrangeiros, sem contar o assédio constante de corsários principalmente nas cidades portuárias que produziram interessantes relatos como o do pirata francês René Duguay Troin (1673-1736), publicado em 1711, que se intitula *Diário Histórico ou Relação do que se passou de mais notável na campanha do Rio de Janeiro*

pela esquadra do rei comandada por M. Duguay-Trouin (FRANÇA, 2014). Contudo, França destaca que em sua maioria esmagadora são descrições breves, produzidas por pessoas que permaneciam poucos meses, às vezes semanas ou mesmo dias, ancorados nos portos. Alguns chegavam a permanecer uma temporada mais longa por aqui na triste condição de prisioneiros (FRANÇA, 2012, p. 112).

Segundo França, em suma, o balanço das narrativas de viagem sobre o Brasil é escasso. Poucas obras e em sua maioria de viajantes estrangeiros que permaneciam principalmente nas vilas e cidades litorâneas. Os relatos do interior ou eram permeados pelo imaginário lendário ou se compunham em sua maioria de cartas e relatórios jesuíticos sob controle da Companhia de Jesus. A edição de qualquer obra em solo colonial era uma realidade distante, seja pela ausência de prensas ou pela precária cultura letrada que resultava em uma escassez de bibliotecas e livros. Mesmo os relatos que circulavam de forma esparsas estavam sujeitos ao controle e censura das autoridades régias (FRANÇA, 2012, p. 96-97). Assim, conclui França (2012, p. 284), as representações sobre o Brasil que circulavam em meio à República das Letras do século XVIII em sua maioria resultavam de esparsos relatos e poucas obras publicadas no estrangeiro ao longo de três séculos. Em meados do XVIII um novo desenho nas relações luso-brasileiras buscou modificar essa realidade.

Conforme já apontamos, durante o século XVIII, segundo Silva (2006, p. 150), teremos uma redescoberta do território brasileiro na “tentativa de vencer a decadência econômica do Reino e projetá-lo competitivamente no cenário econômico internacional, mediante a sistemática, racional e articulada exploração da natureza ultramarina”. Ela vinha se configurando lentamente já durante o reinado de D. João V quando temos a publicação em 1730 de uma importante obra ligada à história natural, a *História da América portuguesa*, de Sebastião Rocha Pita. Ela foi referência na composição de cursos de naturalistas na reformada Coimbra e incluída em muitas reflexões dos naturalistas portugueses, dentre eles Alexandre Rodrigues Ferreira.

Em meados do século XVIII, pouco antes do início do ministério pombalino, as expedições científicas ao Brasil ganham impulso com as comissões de demarcação do tratado de Madri. Cartógrafos, astrônomos e militares buscaram a partir de seus conhecimentos garantir o acesso da Coroa a regiões estratégicas do Norte brasileiro. Essa orientação esteve presente em toda política territorial pombalina na busca pela

catalogação da realidade brasílica serviu como subsídio para o plano da política territorial pombalina. Também consagrava o sentido de subordinação da natureza à apreensão racional do homem e, propagado pela filosofia do século, por outro executava a própria noção de soberania e território nacional adotadas pelo despotismo esclarecido (SILVA, 2006, p. 96).

Durante o reinado de D. Maria I, o esforço de garantir o controle foi somado à um esforço de catalogação da realidade colonial por meio de um “desenfreado interesse por tudo que provinha da exótica natureza ultramarina, uma obsessão por identificar, nomear e classificar seus produtos e materiais, como se a informação mais precisa fosse a condição da reforma mais eficiente” (SILVA, 2006, p. 152).

Uma evidência nessa política territorial pode ser o relato do segundo tenente da marinha inglesa Watkin Tench. Em um relatório de sua expedição a *Botany Bay*, em 1789, afirma:

O Brasil é um território muito mal conhecido na Europa. Os portugueses, por razões políticas, não divulgam quase nenhuma informação sobre essa sua colônia. Daí as descrições vinculadas nas publicações geográficas inglesas serem, estou certo, terrivelmente errôneas e imperfeitas (FRANÇA, 2012, p. 98).

Além de esparsos, os poucos relatos sobre a natureza brasileira colhidos ao longo de séculos se tornam defasados perante as novas formas de catalogação da natureza e a política de controle do reformismo luso. As novas informações passariam a ser colhidas por expedições orientadas pelas instituições oriundas dessas reformas. O Real Gabinete de História Natural e o Real Jardim Botânico teriam esse objetivo.

Segundo Carvalho (1987, p. 70), “num plano mais ambicioso, foi preparando os seus alunos matriculados na recém-criada Faculdade de Filosofia, para se dedicarem à busca, à colheita e à classificação de plantas no território português continental, insular e ultramarino” (1987, p. 70). Tinham como “fim declarado de efetuar colheitas de exemplares dos três reinos da natureza, como era hábito designar os espaços onde se buscavam animais, vegetais e minerais”, evidenciando seu compromisso com os pressupostos da história natural (1987, p. 86).

Uma das primeiras viagens orientadas por essa política foi a viagem filosófica feita em Portugal por José António de Sá. Dela resultou a obra *Compêndio de observações que formam o plano de viagem política e filosófica que se deve fazer dentro da pátria*. Material com mais de 250 páginas sobre as mais variadas potencialidades do Reino. Na

dedicatória dessa obra já se faz presente uma figura familiar a nós, o príncipe regente D. João, futuro D. João VI, segundo António de Sá, o “primeiro, entre os portugueses, que apresenta um projeto de viagem para a utilidade da pátria” (CARVALHO, 1987, p. 91).

Segundo Carvalho (1987, p. 92), um ano decisivo para as viagens ao Ultramar foi 1783. Foi o ano que assinala o envio de naturalistas e riscadores para regiões de Goa, Angola, Moçambique e Brasil. Cuidadosamente selecionados, esses jovens eram orientados a cumprir os desígnios da política de observação, catalogação e identificação das potencialidades das colônias. Letrados nas obras de Lineu, Scopoli, Macquer, Baumé e Geoffroy, trilharam os mais diversos rumos ditados pela Coroa portuguesa³⁰.

Em 1783 foi enviado para Cabo Verde o naturalista João da Silva Feijó. Para Angola, o naturalista italiano Angelo Donatti. Para Moçambique, Manuel Galvão da Silva e António Gomes. Dentre essas viagens Carvalho faz dois destaques. A viagem de João Maria da Conceição Veloso ao Brasil, o qual apesar de ser franciscano, tinha formação como naturalista. Sendo responsável por percorrer a capitania de Minas Gerais. Iniciou sua atividade em 1777. Sua expedição durou 15 anos! Veloso “recolheu material botânico que lhe permitiu organizar uma *Flora Fluminense*, em onze volumes, acrescentados de mais dois com descrições, ilustrados por outro franciscano, Francisco Solano, que o acompanhou nas viagens. A *Flora* de Veloso foi publicada no Brasil em 1827” (CARVALHO, 1987, p. 96).

Enfim, Carvalho dá destaque a uma expedição “muito em particular”, a viagem filosófica comandada pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. Que a partir do ano de 1783 teria como missão perscrutar o íntimo da natureza amazônica.

Lançar um olhar macro sobre a Modernidade europeia, em específico o contexto lusitano do século XVIII, nos permite orientar nossa análise a compreender os anseios, pensamento e visões de mundo que orientaram as mais diversas práticas desse período. Ao retornarmos a imagem do frontispício alegórico da viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira podemos traçar novos significados para os personagens, gestos e alegorias que ela traz.

³⁰ Para mais obras consultar a *Relação dos livros que se compraram para as expedições filosóficas de Moçambique, Angola e Pará*. Arquivo Histórico do Ultramar, Maço 2147.

Fica mais nítida a representação da monarquia, figurada pela alegoria de D. João VI, como a instituição que por meio do legado das reformas ilustradas garantiria o progresso do reino, afastando-se do fantasma da “decadência” denunciada pelos letrados de outrora. Essas concepções impregnaram não somente a monarquia, mas a elite letrada formada nesse contexto da qual Alexandre Rodrigues Ferreira faz parte. Em 30 de junho de 1787, decorridos cerca de 4 anos de sua viagem, quando finalizou a escrita de seu Diário da viagem ao Rio Negro, fez questão de concluí-lo com a seguinte advertência: “recordar o passado, compreender o presente, e adivinhar o futuro, são em substancias as obrigações, que deve desempenhar, quem se propuser a conservar e defender por esta parte os reais domínios de Sua Majestade” (FERREIRA, s/d, p. 585).

Expressa-se na escrita de Alexandre uma temporalidade horizontal, aquela ligada às concepções de progresso ilustrado, onde o passado deve ser superado em função da ação presente que projetaria o progresso do Reino orientado pela ação do monarca esclarecido. Ao “recordar”, nos lembra a abordagem memorialista tão presente na busca pela criação de uma narrativa que ressignifique as relações luso-brasileiras no contexto.

Como fiel funcionário da Coroa e perspicaz naturalista, identifica minuciosamente todos os elementos narrativos que possam reforçar esse enredo. Aqui citamos o trecho do qual retiramos a frase que encabeça esse capítulo. Ao descrever os atos de Antônio José Landi – figura central a qual analisaremos - retirados do *Extracto do Diario de viagem ao rio Marié em Setembro de 1755 para o descimento prometido e contratado pelos dous principaes Manacaçari e Aduana*, enaltece a ação do naturalista ao conseguir submeter os principais indígenas, o que representaria um “troféu às glórias da gente lusitana” (FERREIRA, s/d, p. 229).

Apesar das concepções de monarquia ilustrada onde o príncipe é um súdito de seu povo, a relação na narrativa evidencia a verticalidade do poder, onde os atos e feitos dos súditos, aqui representados pela ação dos naturalistas, devem enaltecer e resgatar as “glórias da gente lusitana”. Retomaremos a análise dessa estrutura ao longo de nossas reflexões. Cabe a nós indagarmos: se os contornos e interesses mais evidentes de nosso frontispício se tornam mais claros, o que podemos concluir da espacialidade colonial que ela traz? E os diversos sujeitos que ainda não são identificáveis em nossa análise? O olhar do jovem naturalista em direção ao mapa a instigar um ponto em específico nos convida a outro movimento.

Analisar o macro olhar imperial é fundamental para compreender a forma como Alexandre Rodrigues Ferreira dialoga, reflete e busca atender determinados objetivos.

Cabe agora nos imiscuirmos nos espaços onde sua expedição foi gestada e no espaço onde foi efetiva para compreender como essa outra espacialidade, micro e muitas vezes distante do olhar imperial, tem um impacto fundamental nas experiências de formação do jovem naturalista e na construção de suas narrativas.

**CAPÍTULO 2 – “AUSCULTANDO O CORAÇÃO DA AMAZÔNIA”: A
VIAGEM FILOSÓFICA DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA EM
MEIO AO ESPAÇO COLONIAL**

Figura 3 - Aquarela representando um Guapé



Anônimo, Guapé, s/d, aquarela, 34,5x24,0 cm. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Disponível em http://acervo.bn.digital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=787

Utilizamos como título de nossas reflexões “auscultando o coração da Amazônia” a partir de uma frase de um dos biógrafos de Ferreira, Virgílio Correa Filho em sua obra de 1939 *Alexandre Rodrigues Ferreira: vida e obra do grande naturalista brasileiro*, a qual também utilizaremos para compreender a trajetória do naturalista. A ausculta, prática médica para examinar o paciente e identificar os sintomas de uma possível doença a partir de seus sintomas, nos remete a uma das analogias utilizadas por Carlo Ginzburg para compreender os procedimentos metodológicos da micro-história.

Segundo Ginzburg (1989, p. 165-166), o saber médico em consolidação no século XVIII dialoga com a introdução do método matemático de cunho galileano visando ordenar o corpo humano principalmente a partir de uma metrificacão dos sintomas e doenças. Contudo, como poderíamos acessar diretamente as doenças de um indivíduo? Se fosse por meio da seccisão de um cadáver, já corrompido pelos processos da morte,

como chegar às características de um indivíduo vivo? Como catalogar as doenças se em cada indivíduo ela poderia apresentar aspectos particulares? Ginzburg coloca que o saber médico, perante esses limites, permaneceu como um saber indiciário. Para além dos limites da quantificação, busca aquilo que é o particular por meio dos sinais e sintomas que acessa de forma indiciária.

Será que Alexandre Rodrigues Ferreira, titulado médico pela Universidade de Coimbra, se atentou às particularidades desse saber? Logo no início de seu Diário da viagem ao Rio Negro coloca como epígrafe uma citação de Lineu

Este é o princípio de uma expedição científica: admirar todas as coisas, inclusive as que são muito tristes, sobre as quais não convém falar... Na verdade, é a partir destas que tudo foi criado para seus respectivos fins. O seu método consistirá em reunir por escrito o que for perceptível e útil: a Geografia, a Física, a Litologia, a Botânica, a Zoologia, a Economia, a Política, os costumes, as antiguidades... O objetivo será conhecer melhor a natureza, ajustando o conhecimento natural das plantas, dos animais e das pedras ao influxo do sistema mundano e aos usos da humanidade (LINEU *apud* FERREIRA, 2007, v. 3, p. 91).

Abrimos esse capítulo com uma das dezenas de imagens de aves realizadas ao longo da expedição de Ferreira. Trata-se de uma Guapé. Percebemos como o olhar clínico do naturalista opera na representação da imagem. Busca posicionar a ave de forma a evidenciar suas particularidades. Ao mesmo tempo que posiciona o dorso de lado, tem o cuidado em estender uma das asas acima registrando tamanho, cor e anatomia, cumprindo assim as orientações propostas pelo sistema classificatório de Lineu. O pragmatismo ilustrado se faz presente a partir de um olhar racional e calculista. Compreender e classificar para melhor utilizar das potencialidades da natureza. Contudo, retomando as orientações do mestre sueco, também nos alerta aos elementos muitas vezes negligenciados, tristes, e ao ajuste do olhar do naturalista ao influxo das experiências mundanas.

Voltando novamente o olhar para a imagem identificamos uma ave já desfalecida. Em seus pés um laço amarrando-os firmemente. Teriam a capturado e depois a sacrificado para um melhor registro? Quem teria capturado a ave? Ao buscar novas espécimes, os naturalistas teriam mobilizado quais sujeitos e saberes para chegar até esse espécime? De forma indiciária, percebemos que a imagem carrega sinais de práticas e relações mais profundas por trás da lógica racional de Lineu.

Dessa forma, pretendemos nesse capítulo ajustar nossa análise aos espaços de circulação de Alexandre Rodrigues Ferreira. Não perdendo o foco dos aspectos macro

que orientaram sua expedição, mas buscar também identificar seu percurso, diálogos e experiências tanto no espaço metropolitano, quanto no colonial, o mundo transatlântico vivenciado pelo naturalista.

2.1 “A Cata do saber”: Organização da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira

Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu na Bahia em 27 de abril de 1756. Era filho do comerciante Manuel Rodrigues Ferreira, que como a maioria dos homens de posses e gozando de certo status social, via na educação uma forma de manutenção desse *status quo*. Logo dirigiu seu filho para os estudos no Convento das Mercês, onde alcançou as primeiras ordens em 1768. Ingressando em uma ordem menor e provavelmente com o intuito de seguir a carreira eclesiástica, Ferreira é enviado para Portugal em 1770 para ingressar no curso de jurídico e de cânones na Universidade de Coimbra. Chegou a Lisboa em setembro de 1770 e se matricula na universidade em dezembro (CORRÊA FILHO, 1939, p. 13).

Contrariando o desejo do pai, decidiu mudar sua carreira para o curso de Filosofia Natural, recém-criado na Universidade após as reformas de 1772. Essa mudança no percurso de formação de Ferreira foi decisiva para sua trajetória, construindo uma longa carreira marcada por diversos títulos: Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Vice-Diretor do Real Jardim Botânico e mais Estabelecimentos anexos, Administrador das Reais Quintas de Queluz, Caxias e Bemposta, Deputado da Real Junta do Comércio e sócio da Real Academia de Ciências.

Segundo João Pacheco de Oliveira Filho (1987), para compreendermos o significado dessa mudança, assim como a posição alcançada por Ferreira, é fundamental compreender o panorama intelectual em que ele se inseriu. Suas decisões e a forma como se integra e incorpora as mudanças do cenário intelectual lusitano nos permite compreender a formação do olhar do jovem naturalista, assim como os diálogos que traçou com esse campo do saber ao longo de sua formação. Ou como destaca Onfray (2009, p. 35), o “entremeio” que separa o lugar deixado e o lugar cobiçado, esse momento de preparação impregnado de “ideia de um lugar”.

Talvez a decisão tomada por Ferreira pode ser compreendida na relevância que as Ciências Naturais vinham tomando em Portugal no último século. Segundo Rômulo de Carvalho (1987, p. 10-12), a história natural vinha ganhando campo em toda a Europa. Desde o século XVII diversos letrados orientados pela prática da observação e

catalogação da natureza seja pela cobiça ou pelo gosto do conhecer penetravam em Portugal. Carvalho destaca o alemão Gabriel Grisley que visitou Portugal no reinado de D. João V e publicou a obra *Desengano para a Medicina e a Jardim da Lusitania* em 1661. Lembra também o francês Jean Vigier que permaneceu no reino por mais de 30 anos. De suas análises sobre as plantas e seus usos medicinais, resultou a obra *Histoire des Plantes de l'Europe* em 1670, a qual só a edição portuguesa de 1718 era dividida em dois volumes de 866 páginas.

Lembrando o cenário de disputas coloniais, muitos desses viajantes exerciam suas atividades num circuito de trocas e aberturas para modernização de seus reinos. Exemplo disso foi o caso do naturalista francês Merveilleux que a convite de D. João V veio a Portugal em 1714. Essa abertura só foi possível pela intermediação de D. Luís da Cunha, diplomata português, que tinha ampla circulação pela Europa, principalmente nas cortes de Londres, Madrid e Paris (CARVALHO, 1987, p. 15).

Muitos letrados portugueses participaram desse circuito, observaram a relevância da história natural para o progresso e levantaram importantes reflexões que inclusive embasaram a incorporação desses novos paradigmas nas reformas educacionais que se processariam em Portugal no século XVIII. Carvalho aponta as reflexões de Luis Antonio Verney, em sua obra *Verdadeiro Método de Estudar*, publicada em 1746. Nela a preocupação pedagógica volta-se para a Física, a Astronomia, a Matemática e a Medicina. Apesar de não ter muitas páginas reservada a ela, a história natural é citada em três momentos. Na Carta Décima, ao abordar o estudo da Física, comenta sobre a controvérsia entre Antigos e Modernos no estudo sobre as propriedades da matéria e a constituição dos corpos, um dos aspectos para o estudo da Astronomia. A propósito do planeta Terra, Verney afirma:

Depois disso, examinam-se as três espécies de corpos que há na Terra: primeiro os minerais, depois os vegetais e em terceiro lugar os animais (...) Mas nestas duas partes de vegetais e animais é necessário ter grande advertência de se conformar em tudo e por tudo com as experiências modernas, porque os Antigos ignoravam algumas destas coisas (VERNEY *apud* CARVALHO, 1987, p. 28).

Os dois outros pontos em que se refere à história natural são na sua relação com a Medicina, ao relatar a importância da botânica nos tratamentos médicos, e na Carta Décima Sexta, onde cita a história natural entre os métodos tratados ao longo da obra.

Outro letrado desse cenário intelectual a pensar essas questões foi o médico António Nunes Riberio Sanches. Tem como uma de suas principais obras a *Educação da Mocidade*, publicada em 1760, já no reinado de D. José I. Nela faz uma distinção entre a educação dos nobres e não nobres, sendo a história natural destinada aos rapazes não nobres que seguissem os estudos universitários – o que deve ter garantido à Ferreira a brecha para ingressar no curso de Filosofia Natural. Segundo Sanches, o ensino dessa matéria teria um caráter vincadamente prático, sendo, portanto, necessário que a escola possuísse uma “Gabinete de Coisas Naturais”. Nele

vemos as aves, os peixes, os animais, os insectos, as árvores e as plantas da África, da Ásia e da América, e pela mesma separação vamos notando os minerais, as pedras, os mármore, as pedras preciosas, os sais, os betumes, os bálsamos e as diferentes terras e barros. Esta é a História Natural, e como é tão natural saber para que servem estas produções da Natureza, o mestre lhes dirá as propriedades e seu uso na Medicina e nas artes mecânicas e liberais (SANCHES *apud* CARVALHO, 1987, p. 31).

Aqui percebemos o quanto a história natural ainda se encontrava em processo de constituição em Portugal, ainda atrelada à prática da Medicina. Exemplo disso é a outra obra de Sanches, publicada em 1763, intitulada *Método para aprender e estudar a Medicina*. Nela, o autor afirma que nos

Reinos onde florescem as ciências os seus Governos têm tomado a providência de estabelecerem repositórios ou armazéns de partículas destes três reinos da dita História, com mestres e guardas para conservarem e mostrarem o que está confiado ao seu cuidado a todos aqueles que se querem instruir nesta ciência (SANCHES *apud* CARVALHO, 1987, p. 31).

No entanto, após três anos da primeira obra, percebemos que Sanches amplia a importância da história natural ao afirmar que

Todas as Ciências e todas as Artes necessitam o conhecimento da História Natural; nela se contém os materiais de todas elas. Como o objecto da Química universal é de indagar as íntimas propriedades dos três reinos acima mencionados, assim a História Natural tem por último fim conhecer todos os produtos da terra, do mar e do ar e guardar deles certas partes, ou o total, para vir no seu conhecimento (SANCHES *apud* CARVALHO, 1987, p. 32).

Ribeiro Sanches, apesar de ter vivido quase toda sua vida fora de Portugal circulando por diversas cortes: Salamanca, Paris, Leyde e finalizando seus dias a serviço da corte russa, teve uma grande projeção em Portugal, inclusive servindo como sugestão aos novos moldes intelectuais que seriam oferecidos à mocidade lusitana nas reformas educacionais a partir de meados do século XVIII (CORRÊA FILHO, 1939, p.14).

A história natural ganhou impulso com as reformas pombalinas no campo da educação iniciadas com a expulsão dos jesuítas em 1759. Tal motivo se deve não pela ruptura com o método “escolástico aristotélico” estabelecido pelos jesuítas nos espaços educacionais, como acusa o *Compêndio histórico da Universidade de Coimbra* em 1771. Deve-se mais pelo distanciamento de atores sociais contrários à política pombalina de reformulação do poder estatal sobre o ensino público, reforçando uma relação que há muito o rei mantinha com a Universidade. Segundo Hespanha:

Esta possuía, desde há muito, as características de um corpo individualizado e institucionalizado, do qual o rei era o protector e a Igreja a zeladora do saber e da verdade O rei, o reitor, o corpo dos professores e os alunos constituem as personagens centrais do acontecer universitário, acontecer pautado pelos estatutos e localizado na cidade de Coimbra, ligada umbilicalmente à capital onde o rei legislava (HESPANHA, 1993, p. 193).

Os novos Estatutos para a Universidade de Coimbra demonstram esse rigor das reformas educacionais. Garantiam pouca autonomia para os mestres e alunos e criavam um programa voltado para a esperança de revigoramento do Reino a partir dos ideais ilustrados. Novas áreas passaram a compor o quadro de estudos de Coimbra: direito natural e das gentes, o direito civil e pátrio, a história eclesiástica, a matemática, a história natural e a física experimental precisavam ser implantadas. Para muitos desses cursos a Universidade contou com a chegada de diversos professores estrangeiros: Domingos Vandelli, Miguel Antonio Ciera, Miguel Franzini, João Antonio Dolabella, Simão Gould e Luiz Cichi, José Corrêa Picanço, José Francisco Leal, dentre outros. (CORRÊA FILHO, 1939, p. 15).

Ao total, os novos Estatutos compunham 1357 páginas de texto na edição de 1773. A parte dedicada à história natural ocupa as páginas que vão de 351 a 359 do volume III. Rômulo de Carvalho nos traz uma importante análise da instauração da história natural a partir dos Estatutos. Nele podemos perceber o rigor das reformas ao estabelecer as regras metodológicas que cada mestre deveria respeitar e cumprir. Estabelece a matéria

específica de cada um dos três reinos da natureza a ser observada, assim como referências. Ainda se refere à “antiguidade” como o caso da obra de *História Natural* de Plínio, “não somente pela colecção de factos importantes, mas também pela expressão nobre, exacta e magnífica que infunde nos leitores uma elevação de espírito que vale tudo na Filosofia” (CARVALHO, 1987, p. 41). Contudo, seguindo os ideais ilustrados prega a “observação directa da Natureza”, na qual os alunos deveriam se empenhar para descrevê-la com “exactidão e a observá-la com destreza e sagacidade” (CARVALHO, 1987, p. 42).

Percebemos o destaque dado ao curso de Filosofia Natural quando o Estatuto prevê que até mesmo os alunos da Faculdade de Teologia³¹ cursassem o “Curso Filosófico completo, ou seja, a Filosofia Racional e Moral, mas também a história natural, a Física Experimental e a Química” (CARVALHO, 1987, p. 42). A justificativa era para reforçar a instrução da língua latina, da retórica, das disciplinas filosóficas, como a lógica e metafísica, assim como compreender a

natureza moral das acções humanas e os meios de emendar a vontade (...) mas também na outra parte que trata dos ofícios do Homem e das obrigações a que nascemos sujeitos para com Deus, para com o Soberano, para com a Pátria, para com nós mesmos, e para com o Próximo, pela simples e precisa razão de haveremos sido dotados de uma alma racional (CARVALHO, 1987, p. 43).

Com tamanha relevância foi criada a Faculdade de Filosofia na Universidade de Coimbra com o objetivo de difundir as Ciências Naturais, sendo elas a história natural e as ciências físico-químicas, disciplinas consideradas como pertencentes ao que então se designava por Filosofia Natural, ou seja, o conhecimento da Natureza nos seus diversos aspectos.

O Curso Filosófico tinha a duração de quatro anos e compunha-se de quatro disciplinas, uma em cada ano: Filosofia Racional e Moral, história natural, Física Experimental e Química. Os estudantes poderiam matricular-se no curso a partir da idade dos catorze anos já feitos. Por sinal, idade em que Alexandre Rodrigues Ferreira se encontrava no momento de sua matrícula no curso de Filosofia. Os alunos deveriam entender e saber escrever “correcta e desembaraçadamente a Língua Latina” e possuírem o necessário conhecimento da Língua Grega para que a compreendessem quando escrita.

³¹ Segundo Carvalho, percebemos a recorrência dos estudos em história natural na Universidade de Coimbra com sua presença em obras teológicas como lente para a interpretação das escrituras. Cita por exemplo a obra de frei de Antônio do Sacramento, *Bosque Místico* e *Jardim Divino*. (CARVALHO, 1987, p. 44).

As aulas de história natural, no segundo ano, eram diárias, na parte da tarde, e tinham a duração de hora e meia (CARVALHO, 1987, p. 40-41).

As mudanças que vemos institucionalizadas aqui já podiam ser sentidas poucos anos antes. Giuseppe Gorani chegou a visitar a universidade de Coimbra entre 1765 e 1767 e constatou o amadurecimento da história natural no Reino.

Encontrei na Universidade de Coimbra professores de grande saber. Embora fossem obrigados a seguir antigas rotinas, eles estavam a par de todas as descobertas feitas no estrangeiro. Em História Natural, trabalhavam-se ali superiormente a Buffon, que era um ídolo em França e noutros países, não o era na Universidade de Coimbra, onde chamavam à História Natural deste autor o “romance da Natureza” (GORANI *apud* CARVALHO JUNIOR, 2000, p. 36)

Em que pese a crítica feita à Buffon, podemos identificar a circulação de obras e textos de naturalistas. Essa prática ligava também às práticas, como as de organização de espécies segundo os métodos de Lineu utilizadas já em 1766, pelo Museu da Universidade. Segundo Gorani:

O museu da Universidade possuía, em 1766, uma soberba coleção de animais de diferentes partes do mundo. Não era menos rico em espécimes dos reinos vegetal e mineral, todas classificadas pelo sistema de Lineu. A julgar pelas numerosas salas ocupadas por tais raridades, este Museu era um dos melhores da Europa, o que não custa a admitir, uma vez que se considere que durante muitos séculos foi tido como o sagrado depósito de todas as produções da natureza e da arte dos dois hemisférios. A biblioteca era igualmente muito rica, em livros e manuscritos latinos, gregos, hebraicos, árabes, espanhóis e portugueses, além dos que existiam noutras línguas. Ocupava uma grande superfície e continha mais de 123.000 livros e manuscritos (GORANI *apud* CARVALHO JUNIOR, 2000, p. 37).

Ao analisarmos as reformas pombalinas, apontamos o avanço das instituições ligadas às práticas naturalistas. Nos novos Estatutos um, em específico, foi fundamental para a expedição de Ferreira. No título VI dos Estatutos denominado Gabinete de história natural, previa-se a criação de um Museu específico para essa área de saber, além de um Jardim Botânico. Segundo Carvalho, esse espaço continuaria dialogando com as técnicas de catalogação do período prevendo-se inclusive a divisão do espaço em três repartiamentos, sendo que cada um deles seria “destinado aos produtos de um dos reinos da Natureza, procurando-se quanto for possível que os mesmos produtos se ordenem metodicamente pelas suas classes, géneros e espécies” (CARVALHO, 1987, p. 47).

Ficou incumbido desses estabelecimentos o naturalista Domingos Vandelli. Ele já tinha ido à Portugal em 1764, quando foi chamado para o Real Colégio dos Nobres. Contudo, permaneceu pouco tempo em Lisboa, pouco mais de um ano, e regressou para a Itália em 1765. Em 1768 retorna para Portugal para ficar incumbido, a pedido de D. José I, de organizar um Jardim Botânico junto ao palácio real da Ajuda. Durante as reformas da Universidade de Coimbra, acaba sendo nomeado lente de história natural e de Química em 11 de setembro de 1772.

Em seus escritos podemos identificar como a incorporação da história natural vinculava não só a formação de um novo tipo letrado, mas vinculava-se à necessidade de reorientação do olhar do Reino sobre as potencialidades naturais. Vandelli chega a afirmar em um de seus escritos: “Que utilidade (...) o Estado pode, e o Príncipe, tirar de Homens que nunca examinaram as produções da Natureza, e que somente instruídos em ciências especulativas ou de legislação, se ocupam em presidir às minas, casas de moedas, Agricultura e Manufacturas?” (VANDELLI *apud* CARVALHO, 1987, p. 57-8). Ainda nos seus comentários, afirma que os Museus de história natural foram a forma como os “sábios naturalistas” de seu tempo buscaram organizar e interpretar a natureza. Sendo o Museu de História Natural feito

principalmente para instruir, e servindo também para divertir, devem ser dispostas as produções naturais com gosto e que interessem os curiosos, e que possam instruir, e inspirem novas ideias aos sábios, mas satisfazer todas estas vistas sem apartar-se muito da Natureza, isto é muito dificultoso (...) A ordem é que faz um dos maiores merecimentos do museu (...) Um museu bem distribuído será o verdadeiro teatro da Natureza (CARVALHO, 1987, p. 58).

Junto à criação do Museu de História Natural ficou previsto no Capítulo II, título VI, dos Estatutos a criação de um Jardim Botânico em Coimbra que também ficaria sob direção do lente de história natural da Universidade. O Jardim deveria ser organizado de forma metódica. Não somente para preservação dos espécimes na sua integralidade, mas para uso dos mestres nas aulas, promovendo a eficiente observação delas em seus melhores estados (CARVALHO, 1987, p. 61).

Anexo ao Jardim Botânico da Ajuda, funcionava o Laboratório Químico e a Casa do Risco. Nesta trabalhavam um grupo de desenhadores cuja função era “riscar”, ou seja, desenhar os exemplares das plantas do Jardim Botânico e de todas as mais que lhes chegassem às mãos (CARVALHO, 1987, p. 71). No momento de sua inauguração

trabalhavam 5 “riscadores”, mas Vandelli ambicionava aumentar a quantidade de funcionários para dar conta dos exemplares que viriam das colônias. Pensava inclusive em criar chapas de cobre para os desenhos já executados para a realização de calcografias³², facilitando assim reprodução e organização da ambiciosa obra que ele denominaria História Natural das Colônias. Esperava “que Sua Magestade, por glória do seu reinado, utilidade pública e aumento da história natural se dispusesse a patrocinar a efectivação de tão grandioso projecto” (VANDELLI *apud* CARVALHO, 1987, p. 72).

A magnitude desse projeto chegou a despertar a atenção de Lineu. Em 1761 Vandelli o dirigiu uma carta, redigida em latim, denominada *Epistola de Holothirio, et Testudine Coriacea ad celeberrimum Carolum Linnaeum*, que estreitou os diálogos com o botânico sueco com quem passou a se corresponder por cerca de 12 anos³³. Numa dessas cartas, datada de 12 de fevereiro de 1765, Lineu chega a cogitar o convite de Vandelli para lecionar em Lisboa. Segundo o naturalista, essa seria uma oportunidade para estudar as “lindas plantas da Lusitânia”, a que chama de “Índia europeia” e “terra felicíssima”. Chega a cogitar que uma vez instalado em Portugal poderia visitar os domínios ultramarinos, desejando, inclusive, conduzir ele próprio uma viagem para o Brasil. (CARVALHO, 1987, p. 50).

Segundo Carvalho (1987, p. 87), podemos compreender o interesse de Lineu a partir da atenção que despertava, não só por Portugal, mas por vários reinos europeus, o Brasil. Podemos identificar a importância do território brasileiro inclusive para as constituições dos espaços previstos nos Estatutos para o ensino da história natural. Muitos materiais levantados pelas esparsas expedições, muitas delas direcionadas para a demarcação de fronteira, foram de grande relevância para a organização do Museu de História Natural da Universidade de Coimbra. Podemos perceber isso no documento *Relazione di quanto contenevano le otto cassette che V. E. mandò pel Laboratorio Chimico del Real Giardino Botanico*, organizado em 1774 por Vandelli, buscando identificar e organizar o material do Museu.

Na casa primeira encontrava-se uma caixa grande de vidros com diversas aves (pavões, faisões, urubus, garças, papagaio, periquito, andorinha do Brasil); outra com peixes (peixe voador, pargos e outros) em número de quarenta; 3 caixas com andorinhas grande do Amazonas,

³² A calcogravura ou calcografia é o processo de gravura feito numa matriz de metal, geralmente o cobre, conhecida na renascença. Pode também ser feita em alumínio, aço, ferro ou latão amarelo.

³³ O conjunto de cartas foi organizado pode ser consultado na publicação *De Vandelli para Lineu. De Lineu para Vandelli*, publicada pela Editora Danta em 2008.

pega e falcão; 15 caixas com pequenos pássaros entre eles o João-congo, do Brasil; fora das caixas arara, tucano, coruja, pisco, pega, patos bravos, galinhola, turdos, milhano, garça, ema, etc., e esqueleto completo do roaz-de-bandeira (cetáceo); caixa com feto humano monstruoso com duas cabeças; e caixa de vidro com caranguejos e outros insetos, e animais marinhos. Numa outra sala, casa segunda, expunham-se 5 caixas de vidro com borboletas do Brasil; 2 caixas com insetos da mesma paisagem; 7 caixas com insetos de Portugal; frascos com aguardente com pássaros do Brasil; abortos humanos, em aguardente, um preto e um gato ambos com duas cabeças; um pombo e um pinto ambos com quatro pernas; um cão, em aguardente, com sete pernas. Frasco com lagarto, vermes, etc.; jacarés, caranguejos, lagartos, ovos de raia, ouriço cacheiro, tartarugas, ovos de ema e de pássaros do Brasil, macacos, coelho, tatu, dentes de elefante, de hipopótamo e de rinoceronte, peixe espada, cobras, ouriços do mar, estrelas do mar, corais, conchas, madeiras, cristais de rocha, espátos, topázios, jacintos, crisólitos, rubis, esmeraldas, águas-marinhas, ametistas, jaspes, ágatas, mármore, lápis-lazúli, pederneiras, enxofre, pedra-ume, minérios de ferro, cobre, chumbo, estanho, prata e ouro, carvão de pedra, petróleo, fósseis de plantas e de peixes, recipientes com terras, areias, resinas e bálsamos, frutos do Brasil e da Índia, madeiras da Europa, Ásia e América. Por último, na casa terceira, guardava-se o herbário ou plantas secas em papel (CARVALHO, 1987, p. 53-54).

Essa grande diversidade provavelmente alimentou ainda mais o desejo de Vandelli, lente da recém reformada Universidade e responsável pela consolidação desses espaços, a organizar novas expedições para o Brasil. Em carta de 1778 direcionada ao ministro, anexa uma lista de três páginas de instrumentos necessários para que os naturalistas pudessem empreender suas viagens. Além das “drogas e mais utensílios pertencentes à História Natural, Física e Química”, a lista elenca “livros, cartas geográficas, lentes, microscópios, óculos, tenazes para apanhar cobras e outros para insectos, armações para apanhar borboletas, conchas e corais, martelos, machados, escopros, limas e serrotes, anzóis, espingardas, escalpelos, navalhas, tesouras, alfinetes e agulhas, sondas para o mar e lagoas” (CARVALHO, 1987, p. 88).

É fundamental rastreamos esses sujeitos e espaços não só para compreendermos o efervescente clima que se consolidava em Coimbra, mas também para percebermos que os naturalistas passaram a se orientar por uma rígida hierarquia acadêmica e um rigoroso modelo epistemológico ligado à história natural. Segundo Oliveira Filho (1987, p. 50) “tais regras nasciam a partir de mecanismos de definição e seleção de objetivos que não eram arbitrários ou dependentes de motivações individuais”. Segundo o antropólogo, podemos, a partir do cenário exposto, elencar elementos fundamentais para compreender a obra de um viajante. Dentre eles aponta:

As finalidades atribuídas a viagem; os recursos materiais para a realização da viagem; as qualificações intelectuais e as características pessoais dos viajantes; recompensas ou prêmios dados ao viajante em função da sua atividade e, por fim, como se organizavam internamente essas viagens – quais os papéis sociais e as hierarquias existentes, assim como os critérios que estabeleceram a duração e a área fixada a ser explorada (OLIVEIRA FILHO, 1987, p. 51).

As recompensas, muitas vezes traduzidas em uma posição dentro do *establishment* do Estado, pode nos servir para compreender a opção de Ferreira ao ingressar no curso de Filosofia Natural. Foi um espaço que se abria com as reformas na Universidade e a incorporação sistêmica da história natural dialogava com os pressupostos de progresso do contexto, o que se traduzia nos ideais de homem esclarecido. Ferreira além de vivenciar esse palco tumultuado das reformas – entre 1770 e 1771 todas as faculdades chegam a ser fechadas para a implementação dos Estatutos – foi um dos primeiros a se graduar sob essas novas orientações ao defender suas “conclusões magnas” em 10 de janeiro de 1779 (CORREA FILHO, 1939, p. 17).

Muito provavelmente Ferreira já chamasse atenção durante sua formação. O próprio Vandelli, entre 1777 e 1778 incumbiu o jovem candidato a naturalista como demonstrador em suas aulas práticas, ainda que não remunerado, reconhecendo e incorporando-o no processo de qualificação como futuro viajante.

Quando o Secretário dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos autoriza a organização de uma viagem para o Brasil com fins de estudo dos solos, a fauna e flora colonial, Vandelli indica o nome de Alexandre Rodrigues Ferreira para encabeçar a missão oficial. Assim, Ferreira parte para a capital de Lisboa para se apresentar para Melo e Castro (CARVALHO, 1987, p. 98).

Apesar da viagem estar marcada para o ano de 1778, ela não ocorreu. Isso permitiu que Ferreira terminasse seu trabalho acadêmico. Segundo Corrêa Filho, a “estréia literária” ocorre numa viagem organizada para as Minas de carvão de pedra da região de Buarcos, da qual participaria também seu colega de faculdade João da Silva Feijó. Dos relatos dessa viagem temos a elaboração das primeiras memórias que trazem à tona a fala de Ferreira. Destas sobressai-se a *Abuso da Conchyliologia em Lisboa*, que foi terminada em 1781 e serviria de introdução à *Theologia dos Vermes* que Ferreira buscava organizar, mas nunca saiu do esboço.

Nela já podemos perceber o rigor metodológico de Alexandre Rodrigues Ferreira como naturalista ou talvez o rigor burocrático para garantir suas funções na futura viagem.

Nota-se o utilitarismo dele ao afirmar que “em quanto a mim nenhum obséquio faz à Filosofia, quem estuda por deleitável”, porém “o grau de aplicação, que merece uma sciencia, mede-se pela sua utilidade” (FERREIRA *apud* CORRÊA FILHO, 1939, p. 22). Ainda refletindo sobre a prática do naturalista, afirma:

Por conclusão do que tenho dito, um protesto faço, de que não é o meu projeto abolir esta Parte da História Natural. Tenho antes sustentado que é discreta a curiosidade do particular, que na intenção de completar um Gabinete provido já das Produções do Paiz, paga a industria dos Holandezes, que as recolhem, e com as diversas modificações que lhe dão, entretem ora as conclusões do Teologo, ora as teorias do Fisico (FERREIRA *apud* CORRÊA FILHO, 1939, p. 23).

Ante suas primeiras experiências, ainda em solo português, percebemos que o jovem naturalista se mantém firme com o compromisso régio, o qual se manifesta na construção do gabinete de História Natural, e nos pressupostos da história natural a qual as particularidades sucumbem. Apresenta uma fala firme e segura da capacidade de compreender os fenômenos ao seu entorno, talvez pela segurança da própria estrutura imperial. Cabe-nos agora compreender como esse olhar se constituirá ao longo de sua viagem filosófica. Conforme nos orienta Oliveira Filho, para isso devemos abordar a espacialidade e a temporalidade em que se dá essa viagem.

2.2 Para além do gabinete: o naturalista em meio a Zona de Contato

Após cinco anos de espera, Alexandre Rodrigues Ferreira parte para o Brasil em 29 de agosto de 1783, alcançando seu destino em 21 de outubro de 1783, quando chega a Belém do Pará. Antes de acompanhar a jornada do jovem naturalista, precisamos compreender esse espaço em que se encontrava. Assim como as diretrizes do estado luso e todo os percursos das reformas educacionais pautadas pela história natural em Portugal são fundamentais para entendermos os objetivos e anseios de Ferreira, também destacamos a necessidade de alargarmos nossa análise para a compreensão da visão de mundo e a espacialidade que vivenciou.

A Ilustração foi um movimento cultural que contribuiu muito para cristalizar uma imagem de Europa. Seguindo seus pressupostos, a história natural buscou fornecer os critérios e balizas para que ela pensasse o mundo com o qual tomava contato. Contudo a relação com a natureza já trazia desde séculos anteriores as experiências e tensões para a elaboração de uma visão de mundo civilizada posteriormente atribuída à Europa.

Segundo Keith Thomas, em sua obra *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*, ao longo da modernidade percebemos uma lenta e muitas vezes contraditória mudança na relação do homem com a natureza, permitindo a emergência de uma série de novas sensibilidades.

Thomas destaca que apesar de termos um “gosto pela natureza” durante o século XVIII, muitas vezes traduzido no mito de uma “arcádia campestre”, essa lógica não se traduzia de forma homogênea ou se aplicava nos séculos anteriores. A lógica moderna foi marcada pelo domínio sobre a natureza: “derrubar matas, lavrar o solo, eliminar predadores, matar insetos nocivos, arrancar fetos, drenar pântanos. A agricultura estava para a terra como o cozimento para a carne crua. Convertia natureza em cultura. Terra não cultivada significava homens incultos” (THOMAS, 1988, p. 17).

Nos relatos de viagem, quando os europeus tomaram contato com os povos do Oriente fica expresso o estranhamento perante à forma como as religiões orientais tratavam os animais em detrimento dos homens. Ao vivenciarem esse choque com os jainas, os budistas e os hindus, a reação geral foi de desconcertado desdém. Era um “desatino inenarrável” da parte dos hindus, na opinião de um observador do século XVII, jogar a viúva na pira do marido e, não obstante, serem tão cuidadosos com as existências de criaturas insignificantes, “como se a vida de um homem fosse de menos importância e consideração que a do bicho” (THOMAS, 1988, p. 26).

Nesse contexto já estava consolidada a visão da “civilização humana” como uma expressão sinônima de conquista sobre a natureza. Nessa relação, a natureza teria como função servir como “fonte de alimento e de combustível”. Já a partir do período medieval temos uma crescente dependência em relação aos recursos naturais e aos avanços no processo de domesticação dos animais, dos quais “a civilização da Europa medieval seria inconcebível sem o boi e o cavalo” (THOMAS, 1988, p. 31). Porém, prevalece o sentido de subordinação dessa natureza em relação ao homem.

Paulatinamente, a natureza foi domesticada por uma imagem de civilização que expressava a consciência que o Ocidente tinha de si mesmo. Segundo Elias (1994a, p. 23), foi um processo de normatização a partir dos costumes e hábitos cotidianos, do sistema judiciário e religioso, assim como do campo tecnológico e científico. Estabelece uma dicotomia entre civilização e natureza, civilizado e incivilizado.

A ciência moderna tem como um de seus alicerces essa dicotomia. Thomas destaca que

Para Bacon, o fim da ciência era devolver ao homem o domínio sobre a criação que ele perdera em parte com o pecado original, ao passo que Robert Boyle era instado por seu correspondente John Beale a estabelecer o que este chamava “o império da espécie humana”. Para os cientistas formados nessa tradição, todo o propósito de estudar o mundo natural se resumia em que “a Natureza, desde que conhecida, será dominada, gerida e utilizada a serviço da vida humana” (THOMAS, 1988, p. 32)

Conforme já abordamos, a história natural se ligou a essa motivação, uma postura prática e utilitária. Os usos e virtudes das plantas para a Botânica seriam determinados pela sua função no campo da medicina e até na culinária. Na Zoologia, a classificação dos animais seria ligada ao seu objetivo no processo de domesticação, seja para o uso no trabalho ou na alimentação. Thomas aponta que a história natural criou toda uma clivagem etimológica e moral para definir a posição dos espécimes no mundo civilizado, porém, os usos da natureza durante o medievo já geravam um esforço de nomeação a partir das práticas cotidianas. Dessa forma destaca que a observação e a postura utilitária não podem ser restritas à Modernidade. Podemos identificar a ideia de natureza com uma lógica própria na obra *Organon* de Aristóteles. Ou mesmo certas práticas “naturalistas” no século XIII. Porém, era um “naturalismo esporádico”. Em geral, “as intenções dos artistas eram puramente simbólicas; além disso, modelos ou estereótipos mais antigos eram muitas vezes o que inspiravam até mesmo suas realizações mais realistas” (THOMAS, 1988, p. 61).

Esse longo caminho orientado pelo desejo de domínio sobre a natureza gestou um amplo conjunto de nomes, usos e significados sobre a natureza. A ciência moderna não relegou esse conhecimento, apesar de julgá-lo. Durante os séculos XVI e XVII, com o processo de expansão marítima e um aumento imensurável na diversidade natural, teremos a organização de uma fraternidade científica voltada para a enumeração e descrição dessa nova parte do mundo selvagem que se abria aos olhos europeus. Seus sistemas e correspondências lançaram os alicerces da botânica, da zoologia e da ornitologia modernas. Buscava-se um olhar mais objetivo e imparcial e menos antropocêntrico (THOMAS, 1988, p. 63). Não significava, necessariamente, o abandono da hegemonia do homem sobre a natureza.

Segundo um hortelão, em 1734, o homem agora dispunha do poder de “conduzir o mundo vegetal a um aperfeiçoamento, satisfação e prazer muito superiores aos conhecidos em idades passadas”. Uma infinidade de árvores, flores, frutos, vegetais e

culturas industriais exóticas aguardava a “ocasião de ser importada, O mundo era plástico, apto a ser modelado” (THOMAS, 1988, p. 34).

A sensação de domínio sobre a natureza advindo dos avanços técnicos cria uma determinada imagem de progresso onde

a história humana era um avanço mais que um retrocesso ou um movimento oscilante ao redor de certo nível (...) Acreditavam que a sociedade humana e o homem individualmente podiam ser aperfeiçoados pela mesma aplicação da razão, e que estavam destinados a seu aperfeiçoamento na história (HOBSBAWM, 2005, p. 326)

Nessa visão de mundo a ciência moderna foi colocada como uma das ferramentas que garantiriam o “progresso ilimitado da humanidade” (FALCON, 1982, p. 100). Firma-se uma noção de temporalidade que indubitavelmente levaria a sociedade europeia a um modelo de perfeição. Contudo devemos abordar essa concepção com cautela, tendo em vista que a forma como uma sociedade se pensa se constrói num emaranhado de significados produzidos dentro de um jogo de tensões e disputas. Segundo Christian Marouby (1990), em sua obra *Utopie et primitivisme. Essai sur l'imaginaire anthropologique à l'Âge Classique*, a imagem de uma Europa civilizada, bastião da civilização e do progresso universal se constituiu ao longo da Modernidade a partir da tensão entre os ideais utópicos em tensão com sujeitos, grupos e espaços que buscava submeter.

Apesar da utopia ter alcançado seu apogeu entre os séculos XVII e XIX, não podemos deixar de citar obras como a *Utopia* de Thomas More, publicada em 1516; e a *Cidade do Sol*, de Campanella, publicada em 1602. Na Utopia de More é evidente uma das principais características da utopia, a insularidade. Ela se apresenta em termos geográficos, mas não pode ser limitado a isso, já que

Como ilha, a utopia designa a perfeição como uma totalidade fechada. Ela propõe um modelo fundado sobre o fechamento, autossuficiência e o fechamento em si. Como universo completo, como mundo centrado sobre si e homogeneidade sem falha, a ilha satisfaz às aspirações formais, digamos estéticas, que serão também muito simples em sua organização interna. Sugerindo a circularidade, ela corresponde a certa imagem da perfeição e da plenitude (MAROUBY, 1990. p. 38).

Sendo assim, o utopista pensa em seu “mundo ideal” e submete todos os aspectos da realidade às “exigências de coerência e perfeição em si que a ilha, como finitude terminada e enquadramento natural, satisfaz plenamente”. Cria um movimento que apara

as arestas estranhas e enquadra a obra num movimento que se fecha no interior de seus próprios limites (MAROUBY, 1990, p. 39).

As utopias ao longo do século XVII e XVIII paulatinamente se emanciparam do pensamento teológico e metafísico e adquiriram uma influência laica. Podemos perceber esse processo na forma como a utopia passou a se identificar com o processo de civilização do espaço natural. Segundo Thomas, mesmo que a visão teológica já demonstrasse um processo de controle do olhar antropocêntrico sobre a natureza, cada vez mais as experiências cotidianas, posteriormente o pensamento científico ligado às Ciências Naturais, cumpririam o ideal utópico de controle da natureza. Segundo Marouby (1990, p. 25), do Renascimento ao século XVIII a utopia torna-se um “projeto de controle”, onde a natureza representa um “imenso e hostil território a ser conquistado”, sobre o qual apesar de entoar cantos de triunfos, sempre manteve uma “relação de hostilidade dominada pelo medo” (MAROUBY, 1990, p. 43).

Pratt destaca que essa relação se estabelece já no interior da espacialidade europeia, não sendo apenas um discurso sobre mundos não europeus, mas um “discurso urbano sobre mundos não urbanos, um discurso burguês e letrado sobre mundos não letrados e rurais” (PRATT, 1999, p. 72). A utopia não se torna apenas um espaço fechado, mas um ideal em expansão, o que podemos denominar de processo civilizatório, principalmente a partir do século XVIII. Para Marouby (1990, p. 52), o naturalista, encarna o ideal do “homo scientificus”, aquela capaz de compreender e ordenar o mundo selvagem para qual o processo civilizatório se direciona. Ordena-o sob a lógica do jardim ou do museu natural, transformando a utopia em um “imenso jardim à francesa”.

Apesar do peso dessa lógica na forma como a modernidade europeia submeteu o espaço e o quanto consolidou uma determinada visão de mundo, não podemos pensá-la de forma homogênea. Keith Thomas nos adverte que a realidade era muito mais complicada que isso. Podemos identificar “traços de culpa, desconforto e vergonha sobre o tratamento dos animais; e várias das atitudes oficiais até aqui descritas estavam distantes da prática efetiva de muitas pessoas” (THOMAS, 1988, p. 60).

A descoberta do Novo Mundo pode ter expandido as coleções europeias e intensificado o espírito utilitário em relação à natureza. Contudo, o avanço sobre essa espacialidade distinta fez com que uma determinada “geografia simbólica” fosse quebrada (MAROUBY, 1990).

Aqui nos referimos a todo um conjunto de representações, símbolos e significados, muitos deles constituídos ao longo de século de contato com o Oriente que

os reinos europeus decalcaram sobre a realidade atlântica e americana para evitar um encontro com essa nova alteridade ou mesmo para manter os mecanismos de controle. Por algum tempo o mundo europeu conseguiu se proteger do encontro com essa alteridade por meio dessa geografia simbólica. Um distanciamento que se construía um prólogo, o momento da travessia do Atlântico, constituindo todo um espaço na narrativa que marcara o outro sob o “signo da diferença”. Uma diferença que, segundo Marouby (1990, p. 34), foi rejeitada por um “efeito de crispação”, gesto brusco de aversão, mas que demarca uma sensação de incômodo.

Tal incômodo pode ser compreendido numa tensão em relação ao outro que levará lentamente ao esforço de compreensão dessa alteridade. Marouby (1990) denomina esse conjunto de reflexões como primitivismo, um conjunto de sensibilidades que marcaram principalmente o campo literário ao longo da modernidade, demonstrando que a presença do outro na visão de mundo que os europeus buscavam consolidar.

Aqui devemos demarcar que o primitivismo não se relaciona diretamente ao reconhecimento da alteridade ou dos aspectos etnográficos e antropológicos que demarcam a singularidade de cada etnia. Tal movimento analítico é recente e ainda extremamente impregnado de eurocentrismo. O primitivismo que começa a se consolidar no século XVIII volta-se mais à consolidação de uma perspectiva histórica em que os povos americanos são deslocados para uma “estaca zero” da evolução histórica. São povos vistos como na origem da humanidade, povos ainda na infância, sem história (CUNHA, 1992, p. 11).

Marouby também destaca que ainda no século XVI e XVII, falamos de um discurso que se dava fortemente no campo de um “imaginário antropológico”, mas que já se constituía como forte contraponto ao discurso utópico (MAROUBY, 1990, p. 16-19). Assim, a utopia, como visão de mundo, se constitui dialeticamente com a tentação do primitivismo em romper com o discurso fechado da utopia. É uma narrativa que traz a problemática da relação interior e exterior, onde as preocupações com a exterioridade, o não-utópico, aponta as obsessões da utopia. Revela suas preocupações. A utopia que seria só um mundo de transparência, revela “zonas escuras”. (MAROUBY, 1990, p. 31).

Dessa forma, encaramos o processo civilizatório também dentro de um momento de crise. Onde a visão de mundo europeia teve que colocar em xeque seus paradigmas recém constituídos ao mesmo tempo que criava uma estrutura de colonização espacial e imaginária para ocultar essa tensão. Segundo Marouby, um dos elementos que foram

fundamentais para evitar o abalo desse projeto foi o estabelecimento de um “estado de guerra” contra essa alteridade (MAROUBY, 1990, p. 32).

Entre os séculos XVI e XVII, prevaleceu o sufocamento dessa alteridade. Na maior parte das vezes, o reconhecimento do outro aparece como um lapso, evidenciando a tensão entre a utopia e o primitivismo. Acabam sendo reconhecidas como “como vozes excêntricas em relação ao discurso dominante em sua época” (MAROUBY, p. 21). Porém, a partir do século XVIII perceberemos um maior reconhecimento do primitivismo dentro dessa relação.

Poderíamos pensar esse reconhecimento graças à consolidação das Ciências Naturais. No entanto, como percebemos com Thomas, o processo de significação da natureza aponta para quais animais ou elementos da natureza os europeus vão se identificar, assim como os que vão rechaçar e tachar como selvagens. Segundo Marouby, esse movimento que se deu no campo das narrativas de viagem é um mecanismo do estado de guerra em que o “rito de passagem é triunfando por uma animalidade ameaçadora que o europeu obtém acesso na utopia. Para esses viajantes perdidos, como para seus contemporâneos, a relação com a natureza é um confronto, uma luta no final indecisa” (MAROUBY, 1990, p. 35).

Dessa forma, percebemos que as narrativas de viagem se tornam um “teatro de confrontação entre dois modelos humanos, tipo de duplo literário e ressonância ideal dessa outra confrontação que dramatizam ao mesmo tempo, no real, a conquista e a colonização do Novo Mundo” (MAROUBY, 1990, p. 18). Esse movimento de tensão dialética entre utopia e primitivismo se torna central para compreendermos as relações e a construção de vista nesse cenário. Agora cabe compreender as circunstâncias específicas dessa espacialidade.

As primeiras expedições no século XVII ao interior de continentes como África e a América permitiram novas compreensões dessas realidades, assim como a ressignificação do próprio primitivismo. Para esse processo é fundamental compreendermos as experiências vivenciadas por esses sujeitos em meio à zona de contato.

Segundo Pratt (1999, p. 31), as zonas de contato são “espaço de encontros coloniais, no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada”. Nesses espaços, onde o olhar imperial busca afirmar seus sentidos e controle, porém, devido ao choque e à tensão

em relação às outras culturas, acaba produzindo um discurso marcado pela descontinuidade e multiplicidade de vozes, sentidos e sujeitos (PRATT, 1999, p. 28).

Pratt chama a atenção para a

dimensão interativa e improvisada (...) como os sujeitos são constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros. Trata as relações entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e “visitados”, não em termos da separação ou segregação, mas em termos da presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas, frequentemente dentro de relações radicalmente assimétricas de poder (PRATT, 1999, p. 32).

Pensar a multiplicidade de experiências e de sentidos no espaço da zona de contato nos permite pensar a produção de discursos não só dentro de esquemas de dominação ou imposição colonial, mas numa perspectiva transcultural. Ao pensar o outro e buscar apreender sua realidade, o sujeito reelabora a si próprio. Ou seja, o que domina acaba se transculturando a partir de uma relação dialética (PRATT, p. 30-31).

Apesar de Pratt ressaltar o século XVIII como momento decisivo de eclosão das mudanças epistémicas que a zona de fronteira pode propiciar, Enrique Dussel nos mostra que podemos pensar essa lógica já mesmo no século XVI. Até porque a expansão marítima desse contexto significava para os reinos europeus a ruptura com a fronteira e isolamento causado pelo avanço do Império Turco Otomano e pelos califados islâmicos ao sul. Segundo Dussel, o contato inicial com o Novo Mundo permitiu a crise dos paradigmas até então vigentes nos reinos medievais, estabelecendo a crítica e o relativismo como condições do pensamento moderno.

De 1492 a 1630, com metodologia científica e filosófica que se inspira na epistemologia do mundo islâmico, latino-medieval e renascentista (o ‘método antigo’), mas desde uma problemática já moderna (por seu conteúdo) foram sendo criadas as condições e se começou a formular o ‘novo paradigma’, mas não de maneira explícita e suficiente. O século XVI já não é um momento da ‘Idade Média’ e, sim, o primeiro século da Modernidade. É a Modernidade nascente, em uma primeira etapa, a de uma Europa que começa sua ‘abertura’ a um ‘novo mundo’ que a ‘reconecta’ (pelo Atlântico ao Pacífico) a parte do ‘antigo mundo’, o asiático, constituindo o primeiro ‘sistema-mundo’ (DUSSEL, 2014, p. 207)

Em seu ensaio *Meditações anti-cartesianas sobre a origem do anti-discurso filosófico da Modernidade*, destaca figuras como o padre Bartolomé de Las Casas como um dos pensadores que a partir das experiências coloniais colocaram em xeque o

pensamento eurocêntrico. Além da crítica ao sistema colonial e à exploração dos indígenas, Dussel identifica nas reflexões de Las Casas, em específico seu embate contra o padre Sepúlveda, já no início do século XVI, os movimentos epistêmicos que sustentam a estrutura argumentativa do pensamento moderno. (DUSSEL, 2010, p. 296-305)

Interessante notarmos o movimento proposto por Dussel. Ele destaca que, enquanto muitos filósofos e historiadores se sustentaram no *ego cogito* cartesiano como base para a episteme moderna, Las Casas propõe uma lógica racional fundada no autoexame e no raciocínio prévio, fundando-se nas ações e atitudes dos sujeitos em meio ao processo de colonização. Segundo Dussel, enquanto Descartes fundamenta a ontologia moderna no *ego cogito* abstrato e solipsista, Las Casas, pelo contrário, fundamenta a crítica ética-política dessa ontologia a partir da responsabilidade pelo “outro”, ao qual deve argumentos para demonstrar a própria pretensão de verdade. É um paradigma instaurado a partir da alteridade (DUSSEL, 2010, p. 305).

Esse movimento de análise é fundamental para pensarmos a tensão proposta por Marouby entre a utopia e o primitivismo, em que o estado de guerra impulsionado a partir da sensação de crispação, não só demonstra os limites da retórica civilizatória, mas como coloca em xeque sua perfectibilidade como visão de mundo fechada e harmônica.

Tzvetan Todorov, em sua obra *A conquista da América: a questão do outro*, coaduna com a abordagem de Dussel ao pensar como o processo de expansão marítima teria alicerçado o pensamento moderno. Todorov chega a identificar na leitura de mundo de Cristóvão Colombo, assim como em todo seu esforço em efetivar a empresa mercantil, um exercício de hermenêutica que incluía colocar em xeque as concepções medievais de mundo (TODOROV, 2019, p. 19-47). Chega a propor também a identificação nas ações do conquistador Hernán Cortez um determinado tipo de racionalidade que envolvia o reconhecimento do outro, ainda que para conquistá-lo, e de seus signos culturais (TODOROV, 2019, p. 87-141). Experiências distintas que demonstram a profundidade da zona de contato na formação do pensamento. Sendo assim, chega a propor três eixos para compreender a experiência em relação ao outro.

Para dar conta das diferenças existentes no real, é preciso distinguir entre pelo menos três eixos, nos quais pode ser situada a problemática da alteridade. Primeiramente, um julgamento de valor (um plano axiológico): o outro é bom ou mau, gosto ou não gosto dele, ou, como se dizia na época, me é igual ou me é inferior (pois, evidentemente, na maior parte do tempo, sou bom e tenho auto-estima...). Há, em segundo lugar, a ação de aproximação ou de distanciamento em relação ao outro

(um plano praxiológico): adoto os valores do outro, identifico-me a ele; ou então assimilo o outro, impondo-lhe minha própria imagem; entre a submissão ao outro e a submissão do outro há ainda um terceiro termo, que é a neutralidade, ou indiferença. Em terceiro lugar, conheço ou ignoro a identidade do outro (seria o plano epistêmico); aqui não há, evidentemente, nenhum absoluto, mas uma gradação infinita entre os estados de conhecimento inferiores e superiores (TODOROV, 2019, p. 269-270)

Aqui, mais do que categorizar, buscamos destacar a ampla gama de possibilidades para pensar a influência do outro no pensamento moderno. Devemos compreender como os sujeitos significaram essa experiência, mas não vê-la de forma rígida. Todorov (2019, p. 270) afirma que não existem “implicações rigorosas” entre esses três planos que propõe e nem mesmo podemos reduzir um ao outro ou talvez prever um a partir do outro.

Voltarmos para as tensões e contradições das experiências vividas no espaço colonial como formadoras de significados seria uma forma de romper com o que o filósofo Vilém Flusser chama de “visão programática”. Segundo Flusser, o pensamento científico moderno reduz todas as contradições do pensamento em lógicas lineares ou causais, o que muitas vezes poda outras visões do processo de pensamento sujeitas a um “imperialismo” lógico (FLUSSER, 2011, p. 41-42). A lógica fria e calculista encontra na “práxis do funcionário”, orientada por aquele que está

sentado detrás da escrivaninha, e recebe papéis cobertos de símbolos (letras e algarismos), que lhe são fornecidos por outros funcionários. Arquiva tais papéis, e cobre outros com símbolos semelhantes, para fornecê-los a outros funcionários ainda. O funcionário recebe símbolos, armazena símbolos, produz símbolos, e emite símbolos (FLUSSER, 2011, p. 49)

Ou seja, o mundo passa a ser codificado por símbolos, formas e categorias esvaziadas de seus processos de criação – e por que não, imposição³⁴. A lógica da história natural durante o século XVIII se aproxima dessa prática ao buscar submeter o caos da natureza e as tensões dos naturalistas em meio à sua prática sobre essa lógica. Flusser vai além ao mostrar os limites dessa práxis ao apontar para uma série de aparelhos utilizadas pelo funcionário para legitimar sua prática. A oficialização de um discurso e sua

³⁴ O filósofo Michel Onfray estende a modelação simbólica do real impulsionada pela Modernidade à dimensão icônica. Segundo o autor, um modo de enxergar o mundo, mais vinculado à contemporaneidade, que supera até a cultura letrada, limitando a possibilidades das experiências materiais em “favor de signos icônicos, pixelizados, escaneados; o real recua em sua espessura carnal em favor da sua modalidade virtual” (ONFRAY, 2009, p. 22).

legitimação por meio de instituições, espaços e pares dá um peso tal para o documento produzido que tanto a pessoa que o produziu quanto a realidade que foi moldada são colocadas em segundo plano em detrimento dele. O documento passa a significar a realidade e a práxis do funcionário opera e modifica um mundo codificado (FLUSSER, 2011, p. 50-51).

Segundo Larossa (2002, p. 21), é necessário resgatar o “sentido por trás das palavras”. Compreender as experiências por trás dos códigos contidos nos relatos e narrativas que tragam à tona os processos de construção de significados. Olhar o funcionário para além de sua práxis, e compreendê-lo como um “sujeito de experiência”, como um “território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos” (2002, p. 24).

Para Flusser, a lógica moderna, apesar de assentar-se num processo de recalçamento dessas experiências, acaba por não conseguir conter suas influências mais ocultas. Elas penetram o pensamento e se revelam pelas brechas mais discretas dando sinais de sua existência. Para tanto, devemos nos voltar para a subjetividade dessa experiência tendo em vista que

A subjetividade do conhecimento fundado sobre a experiência é consequência da fusão entre o conhecido e o conhecedor na experiência imediata. O caráter indutivo do conhecimento fundado sobre a experiência é resultado da particularidade da experiência imediata. O conhecimento que a experiência fornece não é portanto discursivo (FLUSSER, 1966, p. 10).

Essa outra forma de pensar a práxis se liga ao próprio tipo de experiência à qual os naturalistas se submeteram. Segundo Larossa (2002, p. 25), a origem latina da palavra experiência está ligada ao termo *experir*, o qual tem como radical *periri*, que se encontra também em *periculum*, perigo. Já a raiz indo-européia é *per*, com a qual se relaciona antes de tudo a ideia de travessia, e secundariamente a ideia de prova. “A palavra experiência tem o *ex* de exterior, de estrangeiro, de exílio, de estranho e também o *ex* de existência”.

A travessia, o perigo vivenciado na fronteira e o sentimento de exílio gerado pelo estranhamento frente às circunstâncias impostas foram características cada vez mais presentes nas experiências vividas pelos naturalistas que se embrenhavam no interior dos continentes. O que eram códigos rígidos da história natural no século XVII e XVIII abriram espaço para uma maior valorização do relato de viagem marcado uma grande

variação de práticas e experiências semânticas (PRATT, 1999, p. 78). Junto ao olhar do funcionário naturalista, se firma também a ideia de uma “sentimentalidade ou *sensibilité*” nos relatos, valorizando-se principalmente aqueles ligados à “dramatização sentimental da zona de contato”. Pratt deixa claro que esse discurso não era inédito nesse período. Ele baseou-se em

tradições mais antigas daquilo que tenho chamado literatura de sobrevivência – histórias em primeira pessoa retratando naufrágios, motins, abandonos e (especialmente na versão terrestre) cativos. Popular desde a primeira onda expansionista europeia em fins do século XV, esta literatura continuou a florescer em seu próprio rumo no século XVIII, mantendo-se até hoje (PRATT, 1999, p. 155).

Segundo Pratt esse elemento demonstrava que não podemos tratar esses relatos de forma homogênea, tampouco submetê-los à favor de uma narrativa científica, supostamente mais “verídica”. O relato do “homem de sensibilidade”, tanto quanto do “homem de ciência”, transbordam valores relativos à sua visão de mundo e as tensões vivenciadas no espaço de fronteira (PRATT, 1999, p. 157). Podemos identificar nesse espaço um repertório de códigos europeus da fronteira colonial do século XVIII: etnografia, história natural, reminiscência militar, história de caçadas, descrição social, relatos de sobrevivência, crítica antiescravista e amor inter-racial (PRATT, 1999, p. 164).

Pratt busca analisar a forma como esses significados dialogam com a realidade colonial a partir de diversos viajantes: o alemão Peter Kolb, em sua viagem para o Cabo da Boa Esperança; o suíço Anders Sparrman que seguiu o mesmo destino; além dos ingleses William Paterson e John Barrom na África. Porém, destacamos um dos que ela utiliza para iniciar suas reflexões, inclusive pela proximidade com o nosso naturalista.

Uma das expedições científicas pioneiras no mundo foi a expedição científica de 1735, organiza com o objetivo de responder a uma candente questão empírica: seria a Terra uma esfera, como afirmava a geografia (francesa) cartesiana, ou seria ela, como Newton havia conjecturado um esferoide achatada nos polos? Não pretendemos aprofundar a produção da expedição, mas a relevância dela se encontra justamente no caráter internacional da pesquisa, estimulado muito mais pela disputa geopolítica entre franceses e ingleses, mas que demarcaram importantes avanços científicos como as primeiras demarcações de latitudes terrestres. A expedição foi oficialmente encabeçada pelo matemático Louis Godin, porém acabou entrando para a história com o nome de um de seus poucos sobreviventes, o geógrafo Charles de La Condamine.

A execução dessa expedição demonstrou os desafios impostos pela zona de contato. Os estrangeiros, com seus curiosos objetos de medida, despertavam suspeita constante a ponto de serem mantidos em Quito durante oito meses acusados de planejarem o saque dos tesouros incas. Em 1739, o médico do grupo foi assassinado após ter se envolvido numa disputa entre duas poderosas famílias em Cuenca, no Equador. Fora os problemas de ordem política, outras inconstâncias apareciam.

Os pesadelos logísticos da exploração do interior eram também novos, e a expedição de La Condamine não foi poupada de nenhum deles. Os rigores do clima andino e a viagem por terra provocaram enfermidades continuadas, instrumentos danificados, perda de espécimes, cadernos de anotações molhados, frustrações angustiantes e atrasos. No final, o grupo francês se desintegrou totalmente, cabendo a cada um encontrar sua própria maneira de voltar para casa ou, então, permanecer abandonado na América do Sul. Ainda que a expedição sul-americana tivesse tido início um ano antes de sua contrapartida enviada para o Ártico, aproximadamente uma década transcorreu antes que os primeiros sobreviventes começassem sua tortuosa volta para a Europa (PRATT, 1999, p. 45).

La Condamine só conseguiu retornar em 1744, navegando via Amazonas. De seu árduo retorno resultou não só o reconhecimento público, mas também a publicação em 1745 de sua obra *Breve Narrativa das Viagens através do Interior na América do Sul*. Nela o explorador francês relata muitos dramas da sobrevivência em meio à floresta inóspita, lembrando as estruturas narrativas das expedições do século XVI. Ao adentrar na selva La Condamine se encontra “num novo mundo, longe de todo comércio humano, sobre um mar de água fresca (...) Lá me encontrei com novas plantas, novos animais e novos homens” (LA CONDAMINE, 1944, p. 24, *apud* PRATT, 1999, p. 48).

Percebemos aqui, apesar dos ideais que orientavam a expedição, o quanto a zona de contato abre o sujeito a experiências múltiplas. La Condamine recorre a todo um arcabouço simbólico que permitisse decodificar ao mundo europeu sua experiência, assim como se adequar às convenções literárias, ou, como diz Flusser (2011, p. 54), as “regras do jogo”. No entanto, segundo o autor, elas se mantêm enquanto as regras são aplicáveis. A experiência tida ao longo no espaço colonial ainda permanece de caráter subjetivo. Uma subjetividade que acaba se esgarçando no espaço de fronteiras, distante dos jogos e códigos europeus.

Ferreira ao percorrer a mesma região utiliza desses códigos das narrativas de viajantes, assim como vivencia sua própria experiências no espaço de fronteira. Em 11 de

setembro de 1784, ao percorrer o rio Negro rumo à povoação de Santa Isabel, busca traçar os rios que compõe a região. Ao comentar sobre o rio Urubaxi cita que para compreendê-lo “basta transcrever, o que a respeito dele nos deu a ler o autor do *Roteiro de viagem desta capitania*” (FERREIRA, 2007, v.3, p. 135). Não conseguimos identificar o autor de tal roteiro, porém, sua citação é significativa para compreender a forma como Ferreira pensa sua experiência. Segundo o autor

Foi em outro tempo povoado de Manaus, dos quais, diz Fritz, citado por Mr. de Lacondamine, que tinham neste rio uma grande aldeia chamada Ienefiti, que o mesmo Lacondamine supõe cabeça de província dos Manaus, e ser a que deu motivo para se fingir a cidade Manoa. E verdade, que havia a aldeia na boca da margem oriental, cujo nome era Iranauoca e não Uenefiti. (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 135)

Além da circulação das narrativas sobre os caminhos, afluentes e povoações evidenciando as experiências de La Condamine, percebemos a forma como Ferreira busca se ancorar, mesmo tão distante, nos códigos letrados. Contudo, isso não significa abrir mão de sua própria subjetividade e vivência. Ainda na mesma parte do Diário do rio Negro continua a se referenciar nos relatos. Aponta: “Leio nos diaristas, que o verdadeiro nome do rio Uaupés é Ucaiari, que quer dizer, na língua dos manaos e dos barés, rio de água branca, e que do nome do gentio que principalmente o povoa se deriva o de Uaupés que hoje se conserva” (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 171). E traz outra citação de um diário do vigário geral José Monteiro de Noronha.

Mostrar ser o mesmo o que Mr. de La Condamine chamou Quiquiari na página 67 do seu Diário, e Iquiari no seu mapa, assim pelo lugar, em que o aponta, como pelas circunstâncias que declara na dita página 67. O seu curso é de ocidente para o oriente paralelo ao Rio Negro, Içana e Ixié, de que se trata mais adiante. Do seu nascimento diz La Condamine, que é na serra do novo reino de Granada. (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 171).

Ferreira tenciona os diaristas ao contrapor as observações de La Condamine com as do padre José Monteiro de Noronha. Continua sua exposição citando Noronha a afirmar que: “Há contudo noticia participada por índios, de que o Ucaiari ou Uaupés nasce, e é ramo de um rio de agua branca, grande e caudaloso, que corre para leste, procurando o mar do norte, o qual se supõe ser o rio que os índios do Rio Negro chamam de Aujari...” (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 171-172).

O naturalista baiano não deixa de posicionar-se. Sobre a região relatada pelos diaristas busca relatar “o que vi e experimentei”. Segundo Ferreira (2007, v.3, p.172)

A entrada do Uapés até à primeira cachoeira grande é que, com efeito, deságua por duas bocas, que lhe forma a interposição de uma ilha triangular. Os ares que nela assopram são mais agudos, a sua água é clara e mais fria que a do rio Negro, a largura ordinária é de até um quarto de légua. Tem muitas e vistosas praias e coroas que se descobrem no vazante, e delas se escavam infinitos ovos de tracajás (...) Observei, por uma e outra margem, diversos outeiros; contei, na do sul, até 15, e 3 na do norte. Dos que houveram de mais não dei fé

Vi, observei, contei. A experiência emerge na narrativa não só como olhar que codifica a realidade colonial, mas também a sente e observa. Busca se sustentar nos relatos e códigos europeus, mas deve se sujeitar ao fluxo do rio para comprovar os códigos escritos. E nesse fluxo acaba por se expor às condições da espacialidade colonial, assim como outrora vivenciaram outros viajantes.

As mesmas intempéries sofridas por La Condamine também assolaram a expedição de Ferreira. Já no momento final de sua viagem, quando navegava pelo Rio Madeira rumo à Cuiabá, Corrêa Filho cita que devido a um “aguaceiro” o jovem naturalista foi exposto a uma “atroz e pernicioso” febre, ficando “sem vida” entre 21 a 27 de julho de 1790. Em carta Ferreira chega a agradecer a João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, capitão da província por enviar a tempo os cuidados que o salvaram

Tenho e terei sempre presentes a extraordinária honra, caridade e agasalho com que Vossa Excelência logo que foi informado da perigosa moléstia que padeci no Arraial das Lavrinhas, ao recolher-me da Gruta das Onças, se dignou não somente enviar-me da sua própria botica os amis vigoroso medicamentos, mas também de encarregar a sua administração ao meu particular amigo e cirurgião da Câmara de Vossa Excelência, o Licenciado José Ferreira, de cuja direção, experiência e desteridade muito me aproveitei para me repor a Vossa Excelência as devidas graças, por u modo equivalente à grandeza dos benefícios, uso da liberdade que tenho para dispor de mim mesmo a meu arbítrio, pondo aos pés de Vossa Excelência para o seu serviço público e particular a minha inútil escravidão (FERREIRA, 2008, v.2, p. 101).

Essa não teria sido a única vez em que teve sua vida ameaçada. Ao descrever as tempestades e trovões recorrentes relata no Diário do Rio Negro um raio que quase matou os membros da viagem, alertando que “tão perigosas são as habitações, que ficam no cume das colinas mui vizinhas às nuvens, quando elas, com relação à terra, se acham por

excesso preches de fogo elétrico!” (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 170). Soma-se a esse perigo as corredeiras e cachoeira que geraram reclamações constante ao longo de toda a expedição. Muitas delas chegaram a comprometer equipamentos e inclusive a afugentar os próprios indígenas que serviam como guias e remeiros quando Ferreira teve que subir o Rio Madeira.

Tais elementos na narrativa de viagem aproximam Ferreira dos enredos de sobrevivência de muitos naturalistas, assim como demonstram os limites aos quais se submeterá para comprovar os códigos das ciências naturais para além do gabinete. Se defrontava novamente com o caos da natureza e não mais a harmonia dos espécimes organizados e catalogados no Museu Natural de Coimbra. Segundo Pratt (1999), esse extremo da zona de contato trará experiências que modificaram profundamente o pensamento desses naturalistas.

Laura de Melo e Souza ao pensar esses espaços mais distantes, situados nas bordas do domínio imperial, os colocou como espaços abertos, zonas distantes. Devido a uma distância geográfica, se tornam lugares onde a influência europeia tem dificuldade de se manter de forma mais imediata, fazendo com que as “formas consagradas pelo processo civilizacional” de controle e modo de vida se esgarçassem e improvisassem no choque com os múltiplos sujeitos que compõem o espaço colonial (SOUZA, 1997, p. 43-44).

Essa realidade interior, já abordada em obras clássicas como *Caminhos e Fronteiras* de Sérgio Buarque de Holanda, nos faz pensar a relevância desse espaço para a formulação de novas práxis de vida. Souza cita, por exemplo, os hábitos cotidianos dos sertanistas do Piratininga

num primeiro momento, distanciam-se dos trazidos da mãe-pátria europeia, e adotam os próprios às populações indígenas da região; em seguida, começam a desenvolver hábitos compositórios, nos quais a mescla repousa sobretudo no processo analógico, que seleciona, na cultura adventícia, os elementos que se harmonizam melhor com a cultura original (SOUZA, 1997, p. 46)

Devemos tomar cuidado ao pensar esse espaço colonial de fronteira tendo em vista a dimensão territorial que o Brasil alcançava em meados do século XVIII. A porção norte da colônia apresentava interesses econômicos e políticos específicos; e se pensarmos no caso da história natural, epistemológicos. Mesmo assim, não deixavam se caracterizar como uma zona aberta e distante, onde o poder metropolitano se fazia presente de forma muito precária.

Ao analisar a narrativa de Ferreira podemos perceber essa condição até mesmo em espaços que representavam o poder institucionalizado na colônia como o caso da Igreja Católica. Em 12 de outubro de 1784, ao chegar no povoado de Marabitanas, Ferreira constata a precariedade da igreja local “reduzida ao último abatimento de asseio e da decência devida”. Os únicos cuidados se limitam a

Varrer a igreja e extirpar o cupim são, quando muito, as duas únicas operações que se devem confiar do suposto zelo dos índios chamados sacristães. Isto não fazem, se lho não mandam fazer, quanto mais arejar sem perigo de chuva repentina as vestimentas e paramentos de menos uso, acondicionados nas caixas com jeito e de forma que nem se amarrotem os novos, nem se rasguem os velhos, nem se tracem uns e outros. E ocorrer com o devido conserto, a tempo de se aproveitarem, para que o pequeno rasgão que leva uma casula ou um frontal se não faça maior com o uso que lhe dão, enquanto vão as partes e voltam as resoluções para seus consertos (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 205).

Segundo Ferreira, tão “escandalosa tem sido a transgressão” que inclusive a própria execução dos cultos tem sido precarizadas. Ele cita uma carta de setembro de 1776, onde o vigário afirma que “com as mesmas hóstias para os sacrifícios sucedem outros descuidos, que são de maior consequência, porque deles resulta ficarem algumas vezes sem missa os moradores, pelo espaço de 2, 3 e 4 meses” (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 206). O descuido com as hóstias que

enfim se corrompem e se derranca o vinho nas viagens demoradas, porem também é verdade, que aos que a recebem, e cuidam de as arejar em tempo conveniente, não sucede com tanta frequência o que eu tenho presenciado, de ficarem absolutamente traçadas as hóstias de um cubo inteiro, e outras vezes danificadas da humidade, de modo que para nada servem (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 206).

Percebemos assim a relevância da narrativa na zona de contato não só por descrever as condições às quais esses naturalistas eram postos. Ela revela indícios de como a experiência vivida tensiona-se com as diretrizes imperiais, os quais muitas vezes aparecem na forma de indignação, crítica ou simplesmente apatia frente à situação de precariedade. Para captar e analisar esses sinais devemos destacar o caráter subjetivo dessas experiências, tentando compreender como esses anseios possam nos ajudar a analisar a construção do olhar do naturalista para além do gabinete.

2.3 “O livro de si mesmo”: início da viagem, o Rio Negro e as primeiras experiências

Conforme destacou Pratt (1999), a travessia atlântica do naturalista, sua viagem rumo à fronteira imperial, já demarca um processo de distanciamento simbólico. Para nós, é muito difícil acessar as primeiras experiências de Ferreira durante sua travessia para o Brasil. A viagem dos integrantes da expedição acompanhados por D. Martinho de Souza Albuquerque, recentemente designado governador do Pará e o frei Caetano Brandão, permite-nos perceber o status de oficialidade da expedição do jovem naturalista e a presença constante do olhar imperial. Infelizmente, os relatos de primeiras impressões do jovem naturalista sobre esse momento se perderam junto com o diário da travessia (CORRÊA FILHO, 1939, p. 31).

Apesar disso, Corrêa Filho, em sua biografia sobre Alexandre Rodrigues Ferreira, traz uma série de documentos que dão voz ao naturalista e descrevem suas preocupações, anseios e diálogo com o campo em que se inseria³⁵. Nele podemos ver o compromisso com as orientações régias quando Ferreira coloca como sentido de sua expedição a “utilidade da Pátria”, ou “o credito da Nação”, pois que “S. M. dellas espera retirar benefício de um Reino de que a Providencia lhe confiou o Governo”, não tarda o naturalista em pôr de manifesto o seu entranhado amor ao estudo dos “phenomenos da Natureza, assim como o peso das responsabilidades, que acceitára, disposto a desempenhal-as a todo o transe” (FERREIRA *apud* CORRÊA FILHO, 1939, p. 25).

As diretrizes sobre o comando da expedição chegam a lembrar o caráter militar das primeiras expedições exploratórias ao afirmar que a rígida organização se liga à necessidade de “disciplinar uma pequena tropa, que só difere dos militares no manejo das armas; no mais tudo está o público convencido que deve presidir a uma severidade de disciplina, cuja falta produz ordinariamente muitas desordens” (FERREIRA *apud* CORRÊA FILHO, 1939, p. 26). Apesar dessa característica, não esquece as diretrizes ligadas à história natural, provavelmente reforçados constantemente por Vandelli, e reforça que o “trabalho deveria ter princípio com a viagem, no próprio dia de embarque, por meio da pesca adequada, cujos produtos seriam imediatamente preparados, de accordo com a technica taxidermista recommendada pelo primeiro lente de filosofia” (FERREIRA *apud* CORRÊA FILHO, 1939, p. 26).

³⁵ Segundo Corrêa Filho (1939, p. 25), o documento escrito às vésperas de Ferreira embarcar em sua Viagem Filosófica se encontra com outros documentos avulso no volume nº 1 – 16, 1, 35 da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

Percebemos que o interesse ultrapassa o intuito de cumprir os objetivos da expedição. No artigo 5º do documento, em determinado momento, Ferreira expressa a sua identificação com tais objetivos ao afirmar que é “preciso ser um homem mui preguiçoso para ousar dizer que é trabalho o que fica ponderado nos artigos 2-3-4 (referentes a apanha de peixes), quem uma vez tomou o gosto ao Estudo da Natureza, chama-lo-á divertimento” (FERREIRA *apud* CORRÊA FILHO, 1939, p. 26).

Ao trazer o documento sobre as diretrizes traçadas por Ferreira, Corrêa Filho reforma a minuciosidade do naturalista com os procedimentos e a forma como estes deveriam se adaptar à realidade que vivenciaríamos. Um ponto central nesse sentido é o artigo 11. Sobre o percurso a ser traçado Ferreira afirma que “um naturalista que pretende viajar com proveito seu, e de quem o manda, a maior parte do caminho anda a pé; sobrevivendo agora o excessivo calor, que principia das 10 horas da manhã, e se declina pelas 3 da tarde” (FERREIRA *apud* CORRÊA FILHO, 1939, p. 26). Por essas condições debilitantes o naturalista deve regular sua prática pelas condições que elenca no citado artigo.

Logo ao amanhecer deveria estar preparada a comida, que então deve ser quente, para facilitar a digestão : tomando depois cada um o seu lápis e diário, cuidará de ir notando nelle, separados uns dos outros, todos os productos, que for encontrando a passo de seus desenvolvimentos. Ervas, arvores, musgos, fungos, grammas, no Reino Vegetal, quadrupedes, aves, peixes, amphibios, insectos, vermes, no animal, pedras, minas, fosseis na Lapides, tudo há de ser recolhido, sem outra averiguação mais que a destes productos, sem outro cuidado que de os recolher, excepto se houver occasião de fazer sobre elles algumas reflexões. Não se deve comtudo omitir o cuidado de distancia em distancia observar a altura do Polo, principalmente nos lugares em que se descobrir alguma produção útil (FERREIRA *apud* CORRÊA FILHO, 1939, p. 27).

Para o naturalista seu registro deveria ser uma representação fidedigna da natureza. Para garantir essa “exatidão” no Diário, Ferreira enumera alguns pontos cruciais: 1) compor “uma carta geographica do paiz, em que venham marcados com signaes chimicos os diferentes produtos”; 2) “Outra referente aos habitantes, seus costumes”; 3) “Quadro de observações thermometricas diárias”; 4) “Indicação dos accidentes topographicos.” (FERREIRA *apud* CORRÊA FILHO, 1939, p. 27).

Após a coleta, o viajante deveria, preventivamente até as 10 horas, se recolher em sua barraca onde começaria a tratar os espécimes recolhidos com a prática da taxidermia e procederia o risco. Nesse momento seria também servida uma refeição e por volta das

três da tarde “tomada então a sua vestia e calção de anta, depois de escorvadas as suas pistolas, ou as espingardas, é tempo de continuar a marcha”. (FERREIRA apud CORRÊA FILHO, 1939, p.28). Ainda segundo o naturalista, o “viajante esperto” avançaria com foiceiros à frente, instrumentos ao meio, e naturalista à retaguarda, atentos aos “possíveis assaltos”. Ao pôr do sol procurariam um “pouso” adequado onde pudessem armar a barraca e tratariam os “sabedores” de pôr ordem aos bichos e plantas colhidas, enquanto os índios cuidavam da bagagem e da última refeição do dia. Fora esta, durante o dia só teriam comida fria, preparada durante a madrugada (CORRÊA FILHO, 1939, p. 27-28).

A cautela é tal para garantir a coordenação ao longo da expedição que Ferreira chega a indicar o silêncio na hora de dormir para não “atrapalhar o repouso alheio” e, para o “viajante esperto”, um “código moral” para o uso de sanitários para “manter a boa camaradagem entre os expedicionários” (FERREIRA *apud* CORRÊA FILHO, 1939, p. 28).

Todos esses procedimentos para garantir o sucesso da expedição na coleta dos espécimes e formulação dos relatórios para a Coroa. Esse ciclo era fechado às quintas quanto todo trabalho era feito no acampamento. Os espécimes eram devidamente preparados e acondicionados nas caixas. Alguns deles, como anfíbios e répteis chegavam a ser armazenados em garrafas com cachaça. Os riscadores completariam seus registros e, juntamente com o relatório mensal descrevendo toda a marcha, seriam despachados para Portugal (CORRÊA FILHO, 1939, p. 28). Concluindo seus planos e orientações Ferreira afirma:

Eis aqui em suma quanto em seu nome se devem comprometter os Filósofos : Lisongeia ao publico desde já uma bem fundada esperança; fica da parte dos eternos designios do Primeiro Ser, e da diligencia que elles pozerem no seu trabalho o tornarem,se, depois de imensas fadigas, uteis ao Rei, beneficos a si mesmos e amáveis á Sociedade” (FERREIRA *apud* CORRÊA FILHO, 1939, p. 29).

Munido dessas orientações Ferreira chega ao Pará em 21 de outubro de 1783, após 51 dias de viagem. Permanece durante 9 meses na capital Belém, em muito devido ao atraso de algumas cargas e equipamentos, contudo, isso não o impede de iniciar seus primeiros estudos do ponto de vista botânico, zoológico, agrícola e etnográfico. Faz

diversas incursões entre elas a principal rumo à ilha de Marajó, antiga Joannes. Percorre nesse período as vilas de Cametá, Baião, Pederneiras e Alcobaça³⁶.

Em 19 de setembro de 1784 embarca em sua canoa via Rio Negro para a capital da capitania do Grão-Pará. Só em 2 de março de 1785 chega a Barcelos, sendo acolhido depois de longa viagem pelo capitão-governador João Pereira Caldas. Até a sua partida para o Rio Negro foram mais cinco meses, período que aproveitou para preparar os materiais colhidos até o momento e organizar os instrumentos para um dos momentos principais de sua viagem. No dia 20 de agosto de 1785 tem início sua expedição pelo Rio Negro e afluentes, regressando à Barcelos no dia 08 de janeiro de 1786 (LIMA, 1953, p. 11).

Em Barcelos recebe um aviso orientando-o a subir navegando o Rio Branco. Percorre a região em 29 dias, incursionando pela serra do Canauaru. Dessa curta expedição produziu o Diário do Rio Branco. Regressando à Barcelos, permanece dois anos ordenando seus escritos e organizando os materiais coletados para serem remetidos à Portugal. Foi nesse momento em que remete as sete primeiras participações que viriam a compor o Diário do Rio Negro (LIMA, 1953, p. 11).

Nesse momento Ferreira aguarda em Barcelos as novas diretrizes da viagem, até que janeiro de 1788 chegaram as ordens reais para que seguisse pelo Rio Madeira até Vila Bela, capital de Mato Grosso. A expedição é preparada e parte em 27 de agosto de 1788 onde chega em 3 de outubro de 1789, após mais de um ano de jornada rio acima. Esse foi o momento mais difícil da viagem, onde a expedição teve que lidar com numerosas cachoeiras, a hostilidade de alguns povos indígenas e pelas constantes deserções dos índios remeiros (LIMA, 1953, p. 12). Chegando em Vila Bela foi acolhido pelo capitão-governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

No Mato Grosso Ferreira se dedica à exploração de diversas grutas, cavernas e minas de ouro. Em 25 de fevereiro de 1790 parte para a Serra de São Vicente inspecionar as lavras de ouro. Foi nesse momento que Ferreira é afligido por uma intensa febre, chegando a ficar inconsciente por 4 dias. João Albuquerque, então capitão-governador substituindo o irmão, envia socorros por meio do médico José Ferreira. Após oito dias de recuperação Ferreira retoma a viagem e parte em direção de Cuiabá, onde chega em 19 de setembro de 1790. Em 18 de março de 1791 começa a descer o Rio Cuiabá até a famosa

³⁶ Para compreender a produção de Ferreira nesse momento da expedição indicamos a dissertação de Emerlinda Moutinho Patata, Arte, Ciência e Técnica na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (2001).

Gruta do Inferno, em Nova Coimbra, onde realiza diversas práticas de espeleologia. A partir de Nova Coimbra subiu o Rio Paraguai e o Jaurú, até Registro de Jaurú onde termina sua viagem (LIMA, 1953, p. 14).

Após quase seis anos rumo ao sul dos domínios coloniais, Ferreira inicia sua viagem de regresso. Em 17 de setembro de 1791 já se encontrava em Vila Bela. Em 3 de outubro parte para o Pará, chegando em Belém em 12 de janeiro de 1792 depois de ter percorrido mais de 39 mil quilômetros pelo interior do Brasil, percorrendo uma distância quase equivalente à circunferência da Terra! Ainda em Belém aproveitou os nove meses de estadia para anotar algumas observações sobre as mudanças na capital durante sua ausência. Alexandre Rodrigues Ferreira parte para Lisboa em 1792, chegando em janeiro de 1793.

Ao rastreamos a dimensão do percurso da expedição comandada por Ferreira devemos tomar cuidado com primeiras impressões. A tendência em enaltecer feitos heroicos, inclusive um elemento recorrente nas narrativas de viagem nos finais do século XVIII, deve ser relativizada. Esse alerta é feito por Américo Pires de Lima (1953) ao questionar muitas vezes como Corrêa Filho (1939), um dos primeiros biógrafos de Ferreira, trata o naturalista. Um dos elementos de contraponto é o suporte dado pela estrutura metropolitana na colônia. Na maioria das vezes Ferreira teve pouso de capitães-governadores, contava com o envio de auxílio e braços indígenas para conduzir a expedição território adentro. Souza lembra que para os “desbravadores do sertão” fortes, vilas e povoados, até antigas missões e conventos acabavam servindo de suporte para a improvisação da vida civilizada ao longo do território colonial (SOUZA, 1997, p. 61).

Percebemos esse suporte quando Ferreira recebe a ordem régia para subir o Rio Branco, Nela é orientado que o naturalista se apresentasse ao comandante da fortaleza da Barra para se atentar as “indagações e observações” de Ferreira, assim como responder suas “notícias e informações”. Também atender o que “necessitar de gente e mantimentos, cobrando destes Vossa Mercê recibos, para se abonarem ou se satisfazer a sua importância pela Real Fazenda e, enviando-me, a seu tempo, a relação de tudo, para assim me ser presente” (FERREIRA, 2007, v.3, p. 226).

Um dos motivos de tal atenção liga-se provavelmente ao interesse no conhecimento oriundo dessa expedição. Em ofício de 15 de abril de 1786 dirigido à Ferreira por Pereira Caldas percebe-se a preocupação da Coroa com o envio dos materiais produzidos e colhidos pelo jovem naturalista.

quanto Vossa Mercê indagou, observou e me propõe com o mesmo préstimo, zelo e acerto com que costuma empregar-se no real serviço. E as ditas participações, memórias que as acompanham, relação dos produtos que estão a remeter-se e a outra da primeira remessa, que avulsa e separadamente também Vossa Mercê me entregou, será tudo encaminhado à soberana presença de Sua Majestade logo que Vossa Mercê puder aprontar as duas referidas restantes participações, pois que assim juntas, constituirão e manifestarão completo aquele importante, curioso e útil volume dos seus trabalhos e desvelos resultante (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 226).

Em resposta ao ofício, Ferreira reporta que a primeira parte da viagem durou 4 meses e 18 dias

Foi Vossa Excelência servido ordenar-me, em ofício de 15 de abril do corrente ano, que, descendo à parte inferior do dito rio, passasse a continuar nele e no Rio Branco os mesmos exames e reconhecimentos que no primeiro ofício de 13 de agosto do ano próximo passado me foram por Vossa Excelência advertidos e determinados. Pertence, pois, a esta participação, que é a primeira da segunda parte do Diário de Viagem, a informação desta capital, correspondendo lhe por este modo, na ordem das minhas participações, o lugar que ocupa quanto a sua posição local, entre os mais estabelecimentos, que lhe são subordinados (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 227)

Figura 4 - Mapa representando o trajeto da Viagem Filosófica



Mapa elaborado de acordo com as indicações de Willian J. Simon em sua obra *Scientific expeditions in the Portuguese overseas territories (1783-1808)*.

Mapa com o trajeto da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Retirado de Pereira & Cruz (2016, p. 218).

Comparando essas diretrizes com as orientações das práticas dos naturalistas indicados por Ferreira ainda em Portugal, identificamos que boa parte de sua produção se finaliza em Barcelos, Vila Bela, ou seja, nos locais em que tem contato com as autoridades e a estrutura necessária para sintetizar suas observações. Possivelmente também uma maior praticidade em despachar os caixotes para Lisboa que, segundo Corrêa (1939, p. 53), não cessavam de chegar.

Também nos reforça a atenção ao perceber a estrutura de comunicação com as autoridades metropolitanas moldando o olhar do naturalista. Sua escrita se dirige a um itinerário fiscalizatório e burocrático que não pode ser negligenciado em nossa análise. Ferreira dialoga com a visão de mundo ligada ao processo civilizatório encabeçado pelos reinos europeus. Busca enquadrar a realidade da colônia não deixando passar uma minúcia sequer aos seus olhos.

Aqui lembramos o conceito de hierarquitetura proposto por Marouby (1990, p. 58-61). O naturalista, enquanto sujeito ligado à visão de mundo europeia olha e significa o espaço ao seu entorno a partir dos códigos e símbolos aos quais foi orientado e formado. A utopia civilizatória tem como um de seus símbolos a racionalização do espaço. Identificar, medir, ordenar a natureza vista como caótica é uma forma não só de codificação, mas de subordinação dessa realidade. A simetria e a regularidade são critérios para a harmonia.

Submetendo seu meio ambiente a suas regras, ele cria um universo à sua imagem ideal, ele se inscreve sobre a terra e ele só deixa a ordem de uma abstração matemática. Sua geografia é uma geometria. O que o homem procura completar abrindo perspectivas e derrubando as irregularidades do solo, é uma paisagem de onde ele teria eliminado toda a desordem da natureza e onde ele ficaria só para desfrutar o espetáculo de seu domínio absoluto (MAROUBY, 1990, p. 52).

A concepção de hierarquitetura, que dialoga com os ideais utópicos da modernidade, buscam estabelecer um contraste entre os espaços ordenados e submetidos ao poder metropolitano, contra o mundo natural ainda a ser submetido e racionalizado. A geografia imaginária desenha assim o espaço colonial como algo a ser construído em função dos interesses régios.

Nosso jovem naturalista demonstra um forte ímpeto em cumprir esses desígnios. Segundo Corrêa Filho (1939, p. 55), se apresenta como um “fiscal inflexível”. Ele chamava as “contas assim os subalternos, como os graduados, sem exceção. Pessoalmente, ouvia lhes as razões, ou lhes examinava os feitos, a que não regateava

gabas, quando merecidos”. Aparentemente Ferreira faz isso com intensa disposição. Ao finalizar sua primeira parte do Diário do Rio Negro, afirma:

Eu escreveria ao infinito, se me pusesse a mencionar todas, e cada uma das providências dadas por Vossa Excelência para os diferentes negócios e dependências da agricultura, e do comércio do Estado. Mas não é justo oprimir com o peso, e com o volume desta atenção com que Vossa Excelência deve igualmente olhar para as outras participações, que se seguem (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 284).

Em muitos momentos para conseguir dar conta das ordens régias e resguardando de sua autoridade na expedição, Ferreira chega a ordenar que os riscadores, Freire ou Codina, fossem a um local específico para registrar algum ponto geográfico (cachoeira, entroncamento de rios, serras ou vilas) para cumprir a maior área possível e levantar a maior quantidade de registros possíveis. Fez isso desde o início. No Rio Negro, próximo a Içana e Ixiê, mantém Codina ao seu lado, enquanto ordena que Freire e Joaquim do Cabo investiguem os afluentes vizinhos. Orienta que cada um relatasse os trabalhos entregues e seus cuidados, e os assinasse, para evitar confusões possíveis de responsabilidade (CORRÊA FILHO, 1939, p. 56). São anseios e um comprometimento com uma visão de mundo orientada pela Coroa lusitana. Cultiva um “olhar regulatório” onde a partir da autoridade a si incumbida e munido dos códigos da história natural busca afirmar uma “legislação que invade todos os aspectos da vida” (MAROUBY, 1990, p. 75).

Esse olhar pode ser identificado em toda a estrutura narrativa da obra de Ferreira. Desde suas cartas, ofícios, memórias e diário. Quando tinha acabado de chegar a Belém e inicia suas incursões pela Ilha de Marajó já podemos perceber o interesse do naturalista em analisar os espécimes de peixes ao longo do Rio Tocantins, assim como a produção de anil, algodão e tabaco pelas vilas (PATACA, 2001, p. 55-140). Em Belém analisa a disposição da cidade – casas, igrejas, fortificações – e classifica as condições e disposições dos mesmos (PATACA, 2001, p. 146-171).

Não pretendemos descrever cada cidade, vila, povoado ou fortificação por qual Ferreira transitou. Porém, para não perdermos essa estrutura recorrente principalmente nos diários, iremos nos debruçar sobre a descrição de Barcelos, capital da capitania de São José do Rio Negro e que por tempo serviu de pouso para Ferreira e local de despacho de seus materiais.

Ao escrever a participação relativa à Barcelos, que consta no início da segunda parte do Diário do Rio Negro, Ferreira já havia incursionado pela margem superior do

Rio Negro, da primeira cachoeira de Barcelos até a primeira cachoeira do rio Uaupés, produzindo um relevante material. Até esse momento tinha enviado para o Real Gabinete de história natural – que funcionava anexo à Universidade de Coimbra - 18 volumes, 118 desenhos, 12 prospectos das vilas e lugares, 9 de cachoeiras e 96 riscos de plantas e animais. Encaminha 7 memórias: sobre as tartarugas, sobre os peixes-boi, sobre as cuias, sobre a louça, sobre as salvas, sobre os isqueiros, sobre os instrumentos de que usa o “gentio” para tomar o tabaco paricá.

Ao analisar a descrição de Barcelos percebemos a minuciosidade de Ferreira. Chega a localizar precisamente a vila “situada na margem austral deste rio, na distância de setenta léguas da sua foz, em 0°, 58’ e 11” de latitude austral e em 314° e 42’ de longitude oriental à Ilha do Ferro, segundo às últimas observações”, assim como a descrição dos aspectos geológicos do local, no caso composto por “argila avermelhada e vitriolada, a qual se acha incorporada com a areia, com a ocre e com a tabatinga”. Também se atenta as proporções do povoamento, que no caso de Barcelos mede “as braças que tinha em direitura da esquina do quartel do comandante e contei sete. Pouco mais acima tinha dez. E a maior área que se oferece é a que faz a testada da propriedade de casas do morador Manoel Rodrigues Calado, tem treze braças” (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 227).

Em relação à destruição e organização espacial, Ferreira foca recorrentemente na análise das moradias. No caso de Barcelos, consta 53 casas, sendo 29 pertencentes aos índios, entre as “cinco que ainda agora estão principiadas de novo”. Das que restam “excetua-se seis que são as melhores, e todas as mais se acham arruinadas. A vila tem, há três anos, estado por capinar” (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 258). Outro elemento descritivo recorrente nas participações é a situação da capela nas vilas. Ferreira chega a inventariar objetos, as condições e párocos, caso exista algum nomeado.

Assim, ao longo da viagem, em cada vila ou povoado Ferreira metrificava e inventariava rigorosamente o espaço e as populações. No final da descrição de Barcelos, Ferreira parece justificar que o que escreve e informa não são “notícias adquiridas pelo o que dizem ou vê escrito, é o Estado em todas as suas repartições é o livro de si mesmo, e cada dia quo por elle viajo é uma página, que eu folheio” (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 207).

O livro de si mesmo. Aqui a narrativa do naturalista se confunde com a realidade, ou melhor, a subordina. Podemos pensar essa práxis do funcionário a partir dos mecanismos que tornam a realidade descodificável aos olhos do império (FLUSSER,

2011; PRATT, 1999). A espacialidade é subordinada e moldada na narrativa e a partir dessa produção serão pensados os mecanismos regulatórios do processo de ordenação desse espaço, do qual o próprio naturalista faz parte.

Essa ligação se faz presente em outro aspecto recorrente na narrativa de Ferreira, a produção comercial e agrícola das vilas. Anil, tabaco, maniba, arroz, café... Todos os gêneros são catalogados, as roças, assim como seus responsáveis são identificados e a produção é quantificada em relatórios que apontam os rendimentos e até imprevistos na produção agrícola. Junto aos diários, outros textos fundamentais para observar essa meticulosidade de Ferreira são suas memórias, em grande parte dedicadas a compreender e acompanhar a produção comercial e agrícola na colônia. Dentre tantas podemos citar a Memória do peixe-boi, a Memória sobre as variedades de tartarugas, a Memória sobre os jacarés, Relação dos Peixes dos Sertões do Pará, Memória sobre o peixe pirarucu, entre outras memórias e informas sobre a criação, procedimentos e comércios dos espécimes do norte do Brasil.

Ainda pensando sobre a produção na vila de Barcelos, Ferreira reflete sobre a produção de anil, tabaco e café, e ressalta

recolha-se o maior número de produções que rendem as conquistas e reservem-se para o reino as manufaturas delas; assim pagará o Estado a mão-de-obra e os fretes dos gêneros que tem, mas não se-lhe permite manufaturá-los, para não ficarem nele, e por conseguinte, o reforçarem, as importantes somas em que devem avultar, por uma parte, os gêneros, e por outra, a mão-de-obra, o que tudo indicaria bem cedo uma considerável diferença no equilíbrio da balança; saiba-se, portanto, e determine se por uma vez, quantas são as arrobas de café, de anil e de tabaco que anualmente se precisam para se-lhes conservar um preço razoável; porque deste cálculo depende em primeiro lugar a conservação equável daquele preço, com que o lavrador inalteravelmente pode contar e, em segundo, a distribuição dos índios se fará sempre proporcionada ao trabalho preciso para da capitania se exportarem as quantidades calculadas (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 274)

A racionalidade se estende não somente à forma como o naturalista pensa o espaço, mas também como ferramenta para afinar o cálculo mercantil. Pensa a produção, a melhor forma de distribuição visando o impacto no preço, garantindo assim a balança comercial a favor do Reino.

Destacamos que provavelmente Ferreira pensa a política comercial colonial de uma forma ampla. Lembremos que no final do século XVIII Portugal lidava ainda com dois reflexos da exploração aurífera na sua balança comercial: primeira a inflação do ouro

no Reino e segundo a crise aurífera a partir de meados do XVIII. Ele chega a afirmar anteriormente que apesar da descoberta de novas minas em Goiás e Mato Grosso a Coroa não poderia sustentar sua política colonial somente nessa demanda. Segundo Ferreira:

Pelo claro conhecimento, que Sua Magestade tem, de que o aumento d'esse Estado só pode conseguir-se pelos utilíssimos estabelecimentos da agricultura e do commercio, e que estes descahirão, si os povos, que n'elles se devem empregar, se divertirem para as minas (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 176).

Ainda na mesma página traz um ofício de 05 de agosto de 1758 do ministro Rodrigo de Souza Coutinho. Neste adverte:

Que n'estas circunstancias faz Sua Magestade um grande interesse em aproveitar estes homens perdidos, tornando-os a ressuscitar e unir ao Estado no ponto mais importante para as monarchias, qual é a agricultura, que faz o primeiro fundamento essencial de toda a sociedade civil (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 176).

Aqui notamos que o interesse comercial se relaciona com a abordagem memorialista, inclusive utilizada pelo ministro em sua obra *Memória sobre o melhoramento dos Domínios de Sua Magestade*. Nela temos a defesa da construção de uma unidade imperial baseada na dependência econômica entre as partes, metrópole e colônia, ou na ideia de um vasto império Luso-brasileiro. Esse tom narrativo não se limita a uma dimensão econômica, mas também em como pensar temporalmente a construção dessa unidade e como articular os diferentes sujeitos antes separados por uma geografia simbólica.

Ao longo das participações percebemos como Ferreira recorre à história como construção de uma narrativa memorialista, onde esta se mobiliza em função do estabelecimento do Estado luso. O naturalista recorre a documentos oficiais, cartas, diários para estruturar essa narrativa, ora ao longo das participações, ora anexo aos longos suplementos que embasam e dão corpo ao diário. Podemos perceber essa estrutura ao buscar narrar a construção de Barcelos. Ferreira cita uma carta régia de 03 de março de 1755 trazida Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Grão-Pará e Maranhão. Nessa carta o rei orienta a criação da Capitania de São José do Rio Negro. Descreve suas preocupações, orienta a configuração das vilas e povoações, assim como a distribuição das casas e espaços de representação. Designa como seriam atribuídos os cargos e como administração exerceria o poder imperial.

Eu, El-Rei, vos envio muito saudar. Tendo consideração ao muito que convém ao serviço de Deus e meu e ao bem comum dos meus vassallos moradores nesse Estado, que nele se aumente o número dos fiéis alumados da luz do Evangelho, pelo próprio meio de multiplicação das povoações civis e decorosas, para que, atraindo a si os racionais que vivem nos vastos sertões do mesmo Estado, separados da nossa Santa Fé Católica, e até dos ditames da mesma natureza; e achando alguns deles na observância das leis divina e humana, socorro e descanso temporal e eterno, sirvam de estímulo aos mais que ficarem nos matos, para que, imitando tão saudáveis exemplos, busquem os mesmos benefícios. E, atendendo que aquela necessária observância de leis se não conseguirá para produzir tão úteis efeitos, se a vastidão do mesmo Estado, que tanto dificulta o recurso às duas capitâneas do Grão-Pará e de São Luís do Maranhão, se não subdividisse em mais alguns governos, a que as partes possam recorrer, para conseguirem que se lhes administre justiça com maior brevidade e sem a vexação de serem obrigados a fazer tão longas e penosas navegações como agora fazem. Tenho resolvido estabelecer um terceiro governo nos confins ocidentais desse Estado, cujo chefe será denominado Governador da Capitania de São José do Rio Negro (CARTA RÉGIA DE 3 DE MARÇO DE 1755 *apud* FERREIRA, 2007, v. 3, p. 241)

O primeiro ponto que ressaltamos é a narrativa da afirmação do Estado como um processo civilizatório. Aqui o monarca ilustrado, zeloso pelo bem público e ansioso por estabelecer a ordem visando o bem-estar de seus súditos, contrapõe-se ao “sertão”, espaço que atrai os naturais e os impede de se constituírem em verdadeiros súditos, fortalecendo assim o corpo social. O avanço imperial incorpora a face da utopia civilizatória. O espaço colonial deve se submeter a uma determinada posição no ordenamento político, econômico e inclusive histórico para garantir a consolidação da utopia, aliança fundamental para o progresso derradeiro.

Exemplo desse esforço é a provisão de 20 de julho de 1782, também citada por Ferreira em seu diário, na qual o Governador geral e Capitão do Estado ordenou que

Pelos ouvidores das comarcas desta capitania fizesse praticar o arbítrio de se fazerem efetivamente todos os anos umas memórias anuais dos novos estabelecimentos, fatos e casos mais notáveis e dignos de história que tivessem sucedido desde a fundação desta capitania e fossem sucedendo; sendo estas escritas pelo vereador segundo (atendido o impedimento que poderia ter o primeiro, servindo de juiz), o qual, no fim de cada um ano, os deveria apresentar em câmara, aonde, lidos e examinados, se fariam registrar em um livro destinado para este fim, dando fé todo o corpo dos vereadores por escrito de serem aqueles fatos e sucessos na verdade (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 248).

Conforme já abordamos, segundo Marouby (1990), o desejo utópico se estabelece em contraposição à ameaça externa, que no processo de interiorização do território

brasileiro, em meio à zona de contato, se coloca como a representação do sertão. Porém, o contato em meio a esse espaço demonstra os limites da utopia civilizatória, quando não escancara suas contradições, por meio do que Marouby chamou de primitivismo, o reconhecimento de uma alteridade. Resgatamos essa tensão para pensar o quanto Ferreira, ponta de lança desse processo, se submeteu a essas tensões. Segundo Corrêa Filho (1939, p. 54), todos os “fenômenos lhe solicitavam a atenção analisadora, e lhe proporcionavam motivos de reflexões contínuas”. Em seu Diário pode-se colher não só as “sínteses de suas ideias”, mas diversos “problemas locais”.

A desconstrução da narrativa de Ferreira visando encontrar os pontos de tensão, os estranhamentos e fazer que a fala do sujeito emerja da pena do funcionário real é um dos pontos centrais dessa pesquisa. Somente assim identificaremos o quanto o espaço colonial foi decisivo na formação do jovem naturalista ao submeter-lhe a experiências que demonstram os limites e contradições do processo civilizatório que o olhar imperial buscava ordenar.

Assim como ao longo de toda a narrativa de Ferreira podemos identificar seu compartilhamento com a visão de mundo do contexto. Também observamos recorrentemente pontos de tensão e de estranhamento, os quais se intensificam no Brasil e se dilatam conforme avança com sua expedição.

Um dos pontos recorrentes se relaciona à situação de precariedade do espaço colonial. O que deveria ser uma estrutura que garantisse o avanço e domínio imperial acabava se tornando formas de vivência que mal se sustentavam. Ao analisar a vila de Barcelos Ferreira constata recorrentemente essa situação de precariedade. Segundo o naturalista, poucas residências estavam em boas condições e muitas eram afetadas pelas águas que contribuíam “para a mesma ruína igualmente conspiram as enxurradas das águas recebidas nos lagos da retaguarda da vila”. Toda a vila é “cortada de desaguadouros que a arruínam (...) Nas grandes enchentes, quase toda se alaga e o rio chega a beijar os batentes das portas dos quintais” (FERRREIRA, 2007, v. 3, p. 228).

Essas condições são tão recorrentes que aparecem até quando resgata a história de formação da vila. Quando resgata uma memória sobre a construção da primeira sede, quando Barcelos ainda era arraial, afirma que “Sucedeu nesta obra o mesmo que na maior parte das do Estado; e vem a ser, gastar-se muito e durarem pouco”. No final elas acabaram se compondo de uma formação de três casas

Todas são cobertas de telha; e do estado em que se acham é Vossa Excelência testemunha própria, que cotidianamente está experimentando os estragos das paredes e do emadeiramento. O cupim o tem repassado quase todo. As paredes pouco a pouco se arredam do seu perpendicular e, em todo o interior do palácio chove mais ou menos, segundo a trovoada que sobrevêm (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 240).

Sobre o hospital da capital, traz um cenário tão precário quanto o da sede

Não é de notar que nela se não achem as repartições precisas para o curativo das enfermidades contagiosas (...) Falta parte dos materiais precisos, faltam oficiais que os manejem e até faltam as mais medianas instruções da arquitetura dos hospitais (...) O mesmo asseio das camas é proporcionado às possibilidades da capitania. Elas não chegam para mais do que para um enxergão com o seu travesseiro, dois lençóis de pano grosso de algodão e uma coberta de baeta azul. A dieta nem sempre pôde ser entretida a galinha, pela falta delas. Suprem as tartarugas em vez da vitela, a farinha em lugar do pão e nem essa é ordinariamente boa. Se à carestia das cousas acresce o pouco cuidado delas, vem a ser preciso, ao doente, estar lutando com a miséria (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 253).

Observamos muito nesses relatos a condição de precariedade do espaço colonial. Segundo Souza (1997), ela se manifesta em uma estrutura instável e muitas vezes transitória, seja devido às condições geográficas ou pelo distanciamento, demonstrando a dificuldade do poder imperial em se fazer presente nas regiões mais periféricas de suas possessões. Outra característica desse espaço colonial marcado pela precariedade é a improvisação das formas de vivência, seja para garantir sua sobrevivência ou para tentar fincar uma frágil autoridade sobre os sujeitos. Isso faz com que as relações sejam muitas vezes abertas e os laços de autoridade esgarçados.

Essas características se fazem presentes quando Ferreira fiscaliza a produção agrícola e a ação das autoridades coloniais nas vilas e povoados. Ao indagar sobre os motivos da dificuldade do desenvolvimento de certos gêneros agrícolas, afirma: “quanto basta para prudentemente duvidar dos progressos da agricultura, confiados ao suposto zelo dos directores” (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 192). Pouco antes já alertava à Coroa a dificuldade de fiscalização sobre os agricultores e diretores das vilas

fez em ambas as capitanias, durante o seu governo, tivessem tido a fortuna de ser animadas com a sua presença, assim como são agora as que acabo de referir, é sem dúvida, que lhes teria correspondido a mesma prontidão e eficácia de trabalho, que n’esta capitania está hoje correspondendo. Porque uma cousa é ordenar V. Ex. aquilo que com os seus próprios olhos não pode ver si se executa, e outra ordena-lo, e com

a sua presença fazê-lo executar (...) Os que tem de officio informar a V. Ex. da execução das suas ordens, nem sempre o cumprem. Os que o sabem cumprir, as vezes não querem, e os que não sabem, nem podem, nem querem (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 168)

Em Barcelos também foram recorrentes essas constatações

Sobre o comportamento político dos diferentes oficiais que tem tido o senado, desde a sua instituição, informarei que tem variado muito e que nem sempre a circunspecção ditou os acórdãos dos senadores. A polidez e a civilidade recíproca, em atenção aos seus cargos e a uniformidade de sentimentos em obséquio ao bem público têm sido mais de uma vez sacrificados aos seus caprichos particulares. Caprichos que, se para alguma cousa são próprios, sabe Vossa Excelência que os são somente para escandecerem as imaginações dos povos e concitarem neles tumultos populares (FERREIRA, 2007, v. 3, p.249).

O alerta dado por Ferreira pode nos levar a associá-lo à fiel figura do funcionário régio que mantém a ordem e fiscaliza os súditos. Contudo, o próprio naturalista acabou sucumbindo às tensões com o poder imperial, muitas vezes discordando e tensionando as ordens e rumos dados à expedição. Podemos perceber essa tensão principalmente nas cartas trocadas entre Ferreira e os capitães donatários.

Citamos dois casos curiosos. O primeiro quando Ferreira explora a Serra dos Cristais durante sua expedição pelo Rio Branco. Foi acusado por Pereira Caldas de falta de “zelo” em suas observações. Ao longo da carta Ferreira chega a afirmar sentir “outra coisa mais do que a desgraça que tenho de haver incorrido no desagrado de Vossa Excelência, o meu primeiro e único protetor nessa Corte” (FERREIRA 2008a, v.3, p. 198). Porém, logo à frente se justifica, inclusive compartilhando as expediências sofridas pelo capitão donatário da capitania de São José do Rio Negro, Manoel da Gama Lobo de Almada.

(...) vindo a coincidir a minha subida com a descida do coronel Governador Manoel da Gama Lobo de Almada, quando o desemparraram os índios no Rio dos Uaupes, ficando desertadas nos matos acima de 600 almas, revoltadas as povoações daquele distrito e exaustos os mantimentos, sem embargo do qual ali me demorei pelo espaço de 4 meses e meio. Ainda que, quanto à viagem do Rio Branco, para a qual me diz Vossa Excelência que no coronel Governador teria eu achado o preciso auxílio, me permitiria Vossa Excelência o representar-lhe que quem não teve para si e para a sua expedição quanto era preciso, mal o poderá repartir comigo e com a minha, pois que toda a sua gente, pela total carestia de farinhas que ocasionou a deserção dos índios da parte superior, saiu daqui para o Rio Branco e por lá andou

municipiada a meia ração de farinha. Sua Excelência, por outra parte, tomou então a resolução de para todos os rios expedir gente em diligência da Demarcação, e eu, no Rio Branco, me acomodei ao que pude, porque fui à Serra dos Cristais, cavei aonde cavaram os holandeses e em outras partes mais, demorei-me 2 dias em cima da serra ao desabrigo do tempo e, quando me recolhi, já doente, destaquei para elas dentro, no exame de maiores e melhores cristais, ao Anspeçada e Soldados da minha comitiva, aos quais expedi em 12 de junho e se recolheram a 9 de julho. (FERREIRA, 2008a, v. 3, p.198).

Em outro momento torna a se indispor com a tutela de Pereira Caldas. Ao esperar em Barcelos, após a expedição pelo Rio Negro, as ordens régias, decidiu fazer algumas incursões pelo Rio Japurá e manda também Joaquim do Cabo, seu jardineiro, explorar o Rio Aracá. Essa decisão acabou gerando uma repressão por parte de Pereira Caldas, alegando que não tinha as precisas ordens régias para autorizar a expedição. Em carta de 8 de junho de 1787 a Agostinho Joaquim do Cabo, Ferreira chega a afirmar sobre a postura de Pereira Caldas: “O que certamente não faz quem prefere o seu sossego ao serviço de Sua Magestade ou receia arriscar por ele a sua vida” (FERREIRA, 2008a, v. 3, p.156).

Identificamos que as tensões que pontuam o diário também se apresentam nas correspondências de Ferreira com as autoridades régias, nos permitindo dar luz aos pequenos sinais que indicam o posicionamento do naturalista frente a sua expedição. Em Barcelos se nota uma postura mais alinhada ao poder imperial. Na medida em que se distancia rumo ao interior, principalmente quando desce o Rio Madeira, as tensões se agravam e o posicionamento de Ferreira ganha peso.

Outro ponto que precisamos retomar para pensar a formação de Ferreira em meio ao espaço colonial liga-se à carta régia de 1755 que expomos acima. A afirmação do poder imperial, ligada a uma narrativa pela construção de um Império Luso-brasileiro, ligava-se fundamentalmente à figura dos indígenas. Na carta régia aponta que para o desenvolvimento das “povoações civis”, era necessário atrair os “racionais que vivem no sertão” para a observância da lei. Essa necessidade não está necessariamente relacionada ao reconhecimento da humanidade dos nativos, mas aos empecilhos no desenvolvimento da empresa colonial.

Um ponto recorrente na análise da produção agrícola por Ferreira é a falta de “braços” para o cultivo e manutenção das povoações. Em muitos casos afirma que o problema não era a natureza, mas a ausência de mão-de-obra e a forma como ela acabava sendo utilizada pelos colonos e diretores das vilas. Em Barcelos Ferreira chega a afirmar:

O que tudo serve bem para provar quanto são próprios os terrenos desta para muitas produções das outras capitâneas e quanto se podiam coadjuvar delas os seus lavradores, se a estes não faltassem os braços e a atividade e o zelo em os aplicar. Uma sem outra coisa nada vale. Repito que os que os têm, não os empregam, ou porque não sabem, ou porque não querem, e que importam que saibam ou queiram aqueles que os não têm para os aplicarem? Assim, ainda que a falta de escravos é neste Estado uma das causas principais do atrasamento da agricultura, esta, contudo, não é a única. Concorre a má distribuição dos poucos que chegam pelos lavradores mais indolentes, para os quais todos quantos chegam são poucos para os serviços domésticos, para acompanhamentos pomposos, para ostentações vãs de riqueza e de senhorio (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 276).

Devemos nos atentar como Ferreira critica os caprichos dos diretores, aqui manifesto na forma “pomposa” como utilizavam da mão-de-obra a qual lhes eram disponibilizados, típica atitude de uma sociedade aristocrática e escravagista. Também é relevante pensarmos a dificuldade de acesso à mão-de-obra escrava, o que fez com que se desenvolvesse uma nova política direcionada à população indígena.

Três meses depois da carta régia de 1755 foi editado um alvará com força de lei denominado *Diretório que se deve Observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mudar o contraio*, em 7 de junho de 1755. O Diretório retirava o controle das populações indígenas das ordens religiosas, tanto as seculares e regulares, por meio do Regimentos das Missões. A partir desse momento colocava-se como diretriz colonial buscar incorporar o indígena enquanto súdito real, ou como vimos, trazê-los para o domínio das leis. Ferreira se posiciona favoravelmente ao Diretório ao afirmar que os missionários utilizavam

os índios pelo meio do seu honesto trabalho, até o ponto de serem úteis a si, concorressem, por sua parte, para o sólido estabelecimento do Estado, reciprocando entre si e os outros moradores as utilidades e os interesses comunicáveis. De tal modo, porém, se comportaram os ditos missionários que aplicados os índios unicamente às suas negociações particulares, nenhum meio omitiram de os desviar do comércio e da agricultura (...) Para obviar a tão escandalosos procedimentos, baixou do trono o alvará com força de lei de 7 de junho de 1755, em que, como deixo escrito na Participação IV, a todo o eclesiástico secular e regular defendeu Sua Majestade o intrometer-se direta ou indiretamente no governo temporal dos índios. De missões, que eram as aldeias, passaram a vilas e lugares. Os índios das vilas principiaram a ser governados no temporal pelos seus juizes ordinários, vereadores e mais oficiais de justiça; e os das aldeias independentes, pelos seus principais, debaixo da direção dos diretores, enquanto não despiam a rusticidade da educação (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 229).

A política indígena pregada pelo Diretório transpassa todo o diário e as memórias de Ferreira. Ele analisa sua implementação, fiscaliza as vilas e lamenta a forma como muitos indígenas acabam sendo tratados. Interessante ressaltar que a representação do indígena não é pensada aqui somente como mão de obra a ser empregada no desenvolvimento da agricultura. Ao resgatar a história da vilas e povoações pelas quais passou, os indígenas têm uma presença central na sua abordagem memorialista. Ora são vistos como obstáculos, o elemento selvagem em sintonia com o sertão, ameaça à empreitada civilizatória; ora enquanto peças chave no estabelecimento dos povoados e desenvolvimento agrícola.

Ao resgatar a fundação de Barcelos, conta a história do Fr. Matia de São Boaventura que havia fundado a aldeia de Mariuá em 1728. Próxima a aldeia, rio abaixo, havia uma disputa entre dois “principais”; Baçuriana, da nação Manoa, e o principal Caricuá. Baçuriana para fugir das perseguições acabou se refugiando na aldeia de Iupirá, justamente o local onde Fr. Matia acabou se dirigindo para o “laborioso exercício de doutrinar e batizar o gentio” (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 258). Ao tentar evangelizar os indígenas da aldeia acabou por enfrentar forte resistência do principal Baçuriana que

nem por isso deixava o principal de entreter um grande número de concubinas, e, à imitação dele, os índios seus vassallos, que todos tinham duas, três mulheres, não se pôde conter que o não estranhasse ao dito provincial. Tão pouco como isto bastou para unicamente se escandalizarem os índios e, entre si resolveram de o matar (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 259).

Fr. Matia acaba sendo salvo pelo “cafuz” José Cardoso que escuta os indígenas tramarem o assassinato do padre. Assim os dois seguem durante dois dias de viagem rio acima quando acabam se encontrando com outro principal chamado Camandari. Ao saber das “desgraças do padre, já então reduzido à última consternação, tanto se compadeceu dele, que o passou para a sua canoa e o conduziu para a sua aldeia, onde o agasalhou em sua casa” (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 259). O Fr. Matias passa três anos nessa aldeia, inclusive chega a erigir uma pequena palhoça que passou a servir como capela, até que acaba se encontrando com a “esquadra de guerra” sob comando de Belchior Mendes. Ela descia o rio com a missão de “castigar as violências que neste rio fazia o principal Ajuricaba”. Graças ao intermédio de Fr. Matia, o capitão recebe ajuda de Camandari e mais duas mil “almas”, desceram o rio e acabaram fundaram a aldeia de Santo Eliseu de Maruá.

Em 1737 a administração da aldeia passou para as mãos do padre Fr. José de Madalena. Ele “teve gosto de a administrar no estado mais florescente que ela teve, porque lhe faziam corte, além do principal Camandari, todos os outros seus confederados” (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 259). Ferreira conclui a narrativa da fundação de Barcelos afirmando:

Assim foi fundada esta aldeia, que mal cuidavam então os missionários seus fundadores que viria a ser erigida em vila e muito menos em capital de uma capitania. Donde se segue que os sobreditos missionários por nenhum modo se devem imputar os defeitos presentemente se-lhe reconhecem, quanto à situação em que persiste, na qualidade de capital (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 260).

Aqui percebemos a estrutura debatida anteriormente. A narrativa reforça a ideia de um avanço dos domínios lusitanos, aqui identificado por meio das aldeias e missões ainda sob domínio do clero. Os sujeitos são mobilizados na história como se retratassem o avanço contra o espaço inóspito. O estado de guerra parece tanto na figura do capitão Belchior Mendes, quanto nos missionários que buscam modelar e ordenar o espaço contra os principais que se negam a deixar o sertão e seus hábitos. Aqueles que se aliam, tornam-se vassalos da “corte”, “confederados” ao Reino.

Assim a figura dos indígenas ganha extremo relevo nas narrativas de Ferreira quando busca localizá-los na história da consolidação do Império lusitano³⁷. Esse peso leva-o a outras questões. Qual a condição dos indígenas sob o domínio das leis? Como mantê-los na lavoura e comércio para garantir o tão almejado progresso dos domínios coloniais?

Essas questões se tornam mais complexas quando Ferreira buscou compreender os indígenas a partir dos códigos da história natural. Segundo Marouby (1990, p. 98), a descoberta da América para os europeus pode ser compreendida como um dos maiores eventos da história da humanidade, e mesmo depois de dois séculos desse encontro ainda a sociedade letrada na Europa se deparava com “lacunas consideráveis” e “silêncios retumbantes”. Ferreira não foge a essas questões. Busca analisar os costumes e as mais diversas práticas dos povos indígenas.

³⁷ Aqui nos referimos à Império Lusitano em relação ao desejo de estabelecimento da estrutura imperial no processo de consolidação da estrutura colonial. O termo difere do anteriormente citado Império Luso-brasileiro, que remete à visão histórica memorialista que buscava integrar o Brasil – porém ainda submisso à estrutura imperial – numa perspectiva de corpo social integrado à Coroa.

Em sua monografia, escrita já nos últimos momentos da viagem, mobiliza e dialoga com diversos autores que vão desde Lineu, Buffon, William Piso, Charles de La Condamine, William Robertson, dentre outros. Levanta questões cruciais para compreendermos a condição do homem americano a partir de suas experiências vividas nos limites da fronteira imperial, em meio à zona de contato. Chega a colocar categoricamente: “Darei agora lugar às questões de que tratam os historiadores do Novo Mundo, perguntando também eu: Como se povoou a América? Por onde passaram os homens de um para outro continente? E por que parte do globo se comunicaram entre si os dous hemisférios?” (FERREIRA, 2003, v. 2, p. 46). São questões latentes do período. Lembremos, por exemplo, da obra *Começo conjuntural da história humana*, de Immanuel Kant, publicada em 1786. Nela o filósofo alemão levanta a questão da transição da tutela da natureza para o estado de liberdade, por meio do exercício da razão. Ou seja, queria saber de que modo o homem tinha se transformado, a partir da crueza animal, em um ser racional e social.

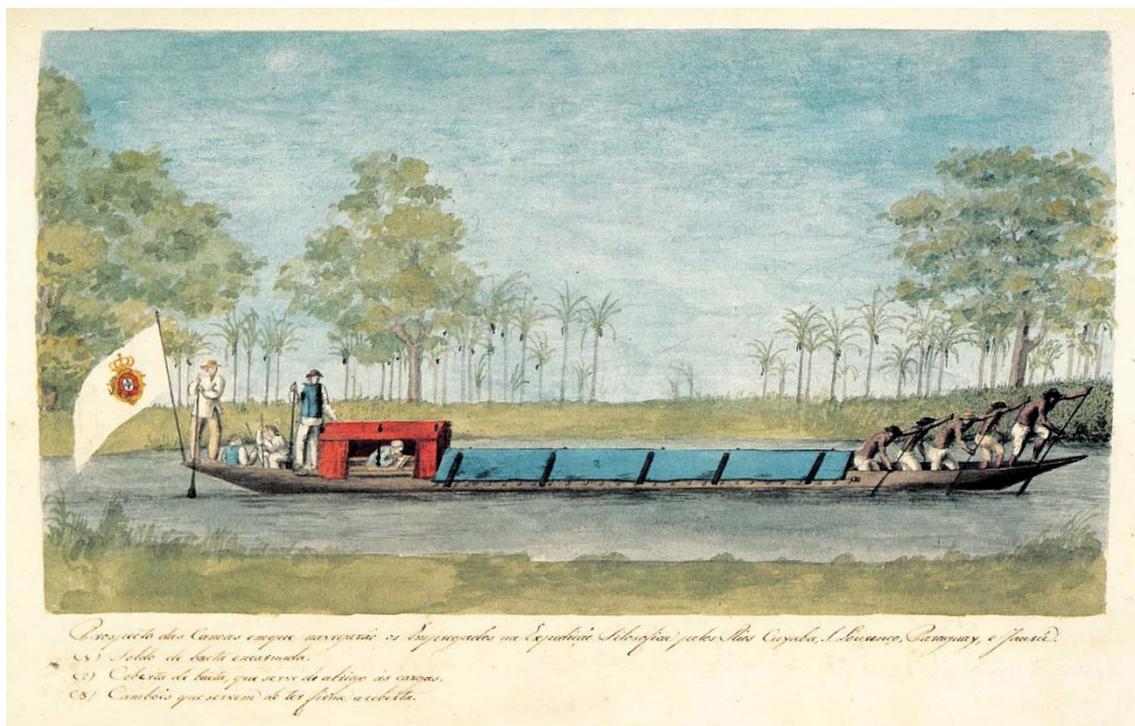
Ao perscrutar essas questões, Ferreira acaba fazendo um imenso inventário dos mais variados aspectos da cultura indígena. Chega a afirmar

Quaesquer que sejam as armas, de que usam os gentios desta Parte da América, eu as tenho remetido, no intuito de completar algum dia a História da Industria Americana, sendo certo que para se chegar a adquirir um perfeito conhecimento do seu princípio e progressos é preciso mostrar o Americano em todas as diversas situações em que a Natureza o tem collocado ; seguir os seus passos nos diferentes graus de sociabilidade, por onde elle tem passado; avançar desde a infancia de sua vida civil, até a maduresa e a declinação do seu estado social ; e observar os esforços que em diferentes tempos tem feito as suas Faculdades ativas, em todos os ramos de sua Industria, na guerra e na paz. O que certamente se não pode empreender, senão em vista das suas obras (FERREIRA apud CORRÊA FILHO, p. 62).

A compreensão da natureza do indígena o ajudaria a compreender as estratégias para trazê-los ao domínio das leis? Garantiria a consolidação da narrativa que o império luso buscava consolidar e na qual os nativos se impunham como figuras incontornáveis? Em relação à ambiciosa obra sobre a *História da Industria Americana* Ferreira responde: "persuado-me que tenho respondido aos que me impacientam com perguntarem-me para que ajunto eu e remetto semelhantes armas e galantarias" (CORRÊA FILHO, 1939, p. 63). Lacunas se abrem no pensamento do jovem naturalistas para além daquelas de simples fiscalização dos domínios coloniais.

**CAPÍTULO 3 – “GALOS DO CAMPO”: REPRESENTAÇÃO DA NATUREZA E
DOS INDÍGENAS NA NARRATIVA DE ALEXANDRE RODRIGUES
FERREIRA**

Figura 5 - Prospectos da canoa utilizada na viagem filosófica pelos rios Cuyaba, São Lourenço, Paraguay e Jaurú



Anônimo. Prospectos das canoas em que navegarão os empregados na expedição filosófica pelos rios Cuyaba, São Lourenço, Paraguay e Jaurú, (s/d). Aquarela, 26,1X16,8 cm. Museu Bocage: Lisboa. Retirado de *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira* (v. 2, 2002, p. 152).

A gravura acima faz parte da coleção *Prospectos De Cidades, Villas, Povoações, Fortalezas e Edifícios, Rios e Cachoeiras Da Expedição Philisófica do Pará Rio Negro, Peixes e Insectos. Da Expedição Philosophica do Pará. Rio Negro, Matto grosso e Cuyabá* disponível no Museu Bocage de Lisboa e publicada pela Editora Kapa. Podemos identificar na legenda da imagem o escrito “Prospecto das Canoas em que navegarão os Empregados na Expedição Filosofica pelos Rios Cuyaba, S. Lourenço, Paraguay, e Jaurú”, sendo seguido por observações que buscam descrever partes da embarcação “(1) Toldo de baeta encarnada. (2) Coberta de baeta, que serve de abrigo às cargas. (3) Cambões que servem de ter firme a coberta” (FERREIRA, v. 2, 2002, p. 153).

A imagem provavelmente foi elaborada por Joaquim José Codina ou José Joaquim Freire, riscadores da expedição, e projeta a “obá” – forma como designavam as canoas utilizadas durante as viagens – que percorreria a capitania do Mato Grosso e Cuiabá,

último destino de Ferreira antes de regressar à Portugal. A gravura nos chama a atenção por, juntamente com o frontispício, ser parte das poucas imagens que retratam especificamente a expedição e os sujeitos que fizeram parte dela. Além disso, a forma como são representados nos provocam novas questões sobre a viagem filosófica de Ferreira.

Inicialmente, destacamos a presença do sentido imperial da expedição, marcada pela presença da bandeira da Coroa Lusa, se assemelhando ao significado simbólico e político da alegoria presente no frontispício por nós já analisado. Contudo, a totalidade da imagem nos traz novas impressões. O que antes era um sentido que se sobrepunha ao conjunto de forma áurea, quase que onisciente, aqui aparece integrando a imagem. A bandeira enquanto símbolo da presença imperial não se sobrepõe à realidade do espaço colonial, mas passa a integra-la. Embrenha-se pelo interior juntamente com a expedição. Possivelmente, uma mudança no olhar que busca reforçar a espacialidade vivenciada pelos sujeitos da expedição.

A teatralidade do frontispício também é substituída por uma das cotidianas travessias entre os povoados e deslocamento ao longo dos rios. Ao centro dessa imagem podemos identificar dois conjuntos. A esquerda, na popa da canoa, podemos identificar cinco sujeitos. Segundo os relatos colhidos ao longo dos escritos de Ferreira, talvez poderíamos identificá-los como o jardineiro e preparador Agostinho Joaquim do Cabo, os riscadores Freire e Codina, sendo eles os dois sujeitos agachados e o próximo ao toldo. Ganha destaque dentro do toldo de baeta encarnada onde, novamente, encontra-se circunspecto em suas observações, só que agora parecendo registrar atentamente no que poderia ser seu diário, alguma memória ou um de seus vários escritos. Contudo nos resta a dúvida, quem seria o quinto sujeito retratado conduzindo a canoa da expedição?

Segundo Almeida (2000), ao buscar analisar o protagonismo das populações não europeias envolvidas nas expedições científicas português na segunda metade do século XX, provavelmente a figura retrataria um jacumaúba. Eram os pilotos, que juntamente com os remeiros retratados a direita da imagem, eram figuras centrais para o avanço da expedição. O termo jacumaúba faz referência ao leme da canoa, o Jacumã. Eles eram indivíduos centrais nas expedições que acumulavam conhecimentos técnicos de navegação, conhecendo o curso dos rios, localização das pedras e sabiam sentir o fluxo das águas. Um saber que garantia certas distinções, como podemos perceber pela vestimenta diferenciada do restante dos marujos remeiros (KOK, 2009, p. 97).

Assim como o rio, antes pano de fundo do frontispício, ganha destaque no prospecto acima demonstrado sua importância como “caminhos móveis” (HOLANDA, 1976). Trajetos onde se constituíam interações, circulações de gentes e mercadores, além de saberes técnicos, com forte presença a população indígena (ALMEIDA, 2020, p. 135). Muitas vezes descritos nos diários, memórias e cartas como vassalos, assimilados e selvagens, eles desempenhavam funções vitais como carregadores, remeiros, línguas, guias ou até mesmo preparadores que tinham o conhecimento da flora e fauna local (ALMEIDA, 2020, p. 22). A partir desses elementos faz-se presente a espacialidade colonial no cotidiano da expedição. Cabe-nos agora refletir a partir de quais representações Ferreira pensou esses sujeitos vitais para sua expedição e como as interações traçadas ao longo dela impactaram suas reflexões sobre a realidade e a população local.

3.1 Da natureza ao sertão, do homem natural ao selvagem

Para compreender as indagações de Ferreira sobre a questão indígena devemos demarcar alguns limites em nossa interpretação. Não pretendemos resgatar as particularidades étnico-históricas de cada etnia que ocupou o alto e médio Amazonas ou o Centro-Oeste brasileiro. Ao remetermos à análise desses povos estamos buscando desconstruir representações históricas limitadas muitas vezes pelo debate eurocêntrico acerca da figura do homem e da natureza americana, do qual Ferreira fez parte ao compartilhar representações inferiorizadas dos povos indígenas. Aqui lembramos, por exemplo, da diferenciação do termo “índio” e a noção de população indígena. Esta última reconhece e se relaciona à diversidade étnico-cultural e questões históricas ligadas à população autóctone do atual território brasileiro. Tratar da história indígena ou da política indigenista é compreender a história das representações, políticas e práticas direcionadas a essa população³⁸.

³⁸ Para compreender as questões indígenas recomendamos a obra *História dos índios no Brasil* (1992), organizada por Manuela Carneiro da Cunha. Seguindo a mesma temática, destacamos o texto *História indígena: repensando o passado, olhando o futuro* (1993), de John Manuel Monteiro. Também destacamos a cartilha *História indígena*, documento destinado às escolas da floresta, dentro do Projeto de Educação “Uma Experiência de Autoria” que a Comissão Pró-Índio do Acre desenvolve desde 1983. Os trabalhos presentes na cartilha foram desenvolvidos por professores indígenas que participam do projeto. Disponível em https://lemad.flch.usp.br/sites/lemad.flch.usp.br/files/lemad-dh-usp_hist%C3%B3ria_ind%C3%ADgena.pdf. Para elucidar a diferenciação entre o termo índio e indígena indicamos a entrevista com o escritor e filósofo indígena Daniel Munduruku. Disponível em [Dia do Índio é data 'folelórica e preconceituosa', diz escritor indígena Daniel Munduruku | Educação | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/08/14/dia-do-indio-e-data-folelorica-e-preconceituosa-diz-escritor-indigena-daniel-munduruku.html)

Um dos objetivos dessa tese é recorrer a esse processo analítico e identificar como a formulação dessas representações também se dão na espacialidade colonial não por simples decalque de obras de letrados europeus. Os sujeitos que vivenciaram as experiências no espaço colonial muitas vezes coadunaram com perspectivas eurocêntricas, mas por meio de suas experiências estabeleceram um diálogo pautado também por ponderações e críticas³⁹.

Antes de adentrar a representação da população indígena, devemos compreender a relação estabelecida entre homem e natureza na representação do homem americano, sendo que a noção de natureza, a qual não se limita aos espécimes da flora e fauna de um determinado local ou à dimensão espacial e geográfica, mas também a uma visão antológica do contexto. Keith Thomas (1988, p. 49-60) nos alerta que muitas das representações sobre a natureza articularam-se com a própria representação dos indivíduos e grupos sociais, assim como as formas de relações traçadas entre si.

A valorização da natureza como rico espaço a ser mapeado pelos naturalistas – que inclusive levou a uma reabilitação da natureza brasileira – não significou uma ruptura com noções e aversões cristalizadas ao longo da Modernidade. Termos como “sertão”, “campo” e “mata”, recorrentes no vocabulário de Ferreira, carregam um significado profundo na mentalidade civilizatória do Setecentos. Termos que, segundo os códigos da história natural, poderiam ser traduzidos como “natureza americana”.

Em sua obra *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*, Antonello Gerbi destaca a importância do estudo das teses sobre a natureza americana na sua relação com a natureza do homem americano. Gerbi chama a atenção para a tese de Buffon sobre a “debilidade” ou “imaturidade” da América. Segundo Buffon, a natureza americana é inferior à natureza europeia, devido ao seu clima “nocivo” e “decadente”. Isso é devido à tese de que, fisicamente, a América é um mundo novo “que ficou tempo sob as águas do mar, que mal acaba de emergir e ainda não secou direito” (GERBI, 1996, p. 27). Assim, o continente americano apresenta um clima úmido e lânguido. O impacto dessa condição se deve a uma espécie de fermentação causada pelo calor do sol, que também estava associada com uma

névoa que vinha do mar e trazia um ar impregnado de sal grosso, essa substância se depositava nos manguezais e em todos os tipos de

³⁹ Uma das referências desse diálogo são as reflexões do padre Bartolomeu de Las Casas ao se posicionar contra a escravidão da população indígena nos domínios espanhóis, além de defender diversos aspectos no reconhecimento da humanidade dos povos indígenas, mesmo que recorrendo ao arcabouço filosófico e religioso do contexto (DUSSEL, 2010).

vegetação, uma qualidade de salmoura voltava à forma de vapor o tempo todo e constantemente se cristalizava nas folhas, causando no terreno um ar fétido e um aspecto pantanoso que fazia com que as árvores produzissem partes mais venenosas do que em qualquer lugar do mundo (SILVA, 2020, p. 113).

Essa natureza corrompida, com seus vapores nocivos, faria prevalecer uma natureza débil e degenerada, onde predominam animais de pequeno porte e de sangue frio como répteis e insetos. Tudo nessa natureza é hostil e transitório, nada se constrói, prevalecendo uma natureza que “oscila entre a imaturidade e a decadência, entre um mundo embrionário e outro em putrefação” (GERBI, 1996, p. 24).

Essa visão da natureza não se limita aos códigos letrados do século XVIII. Segundo Gerbi (1996, p. 29-33), essas representações remetem a um intrincado jogo de representações calcados em ideias escolásticas e até aristotélicas. Essa herança da filosofia antiga é notada na contraposição entre as formas estáveis e instáveis. Silva (2020, p. 153), também destaca que teorias como a dos humores (sangue, fleuma e a biles), que remetem a teorias da Antiguidade até o Medievo, conferia características de distinção aos grupos humanos, se tornando importantes entre os séculos XVI e XVIII quando “na última centúria se tornaram categorias classificadoras que implicavam origem, cultura e estado de civilização”. Gerbi, por exemplo, destaca que relacionar uma “natureza superior” às formas que não mudam, que são fixas, constantes e perfeitas, portanto, relacionadas à perfeição da imobilidade do primeiro motor, Deus, ato puro, resulta numa oposição àquilo que é variável e caótico, nesse caso à natureza. Essa seria sempre variável, em constante corrupção, composta por grupos de similitude degradadas, logo, imperfeitas, inconstante e inferiores.

Essa tese da decadência da natureza americana relacionada ao clima é recorrente entre diversos autores do Setecentos, dentre eles, Alexandre Rodrigues Ferreira. Em 1787, ao sintetizar suas observações sobre o Rio Negro, o naturalista escreveu uma participação dedicada a esse exercício⁴⁰. Ele aponta que um dos motivos para a “tibiaza” e “decadência geral” das capitâneas no Brasil está na questão do clima (FERREIRA, S.D, p. 656). Ao descrever o resultado do calor e a umidade no cotidiano da colônia portuguesa:

⁴⁰ Para analisar o Diário do Rio Negro estamos utilizando duas fontes. Primeiro, o volume três da edição de 2007 publicada pela Editora Kapa. A segunda é a edição de 1972 publicada pelo Conselho Federal de Cultural em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi. A partir do primeiro, fizemos a análise das participações escritas por Alexandre Rodrigues Ferreira. Na segunda publicação analisamos a participação geral, na qual Ferreira em 1787 sintetiza suas reflexões sobre a viagem ao longo do Rio Negro.

A alternativa de calor e humidade se gera na atmosfera uma tal podridão, que os vestidos e os papeis fechados apodrecem; os metais se enferrujam; os couros se cobrem de bolor, esgretam, e se arruinam; o vinho por pouco tempo que o deixem exposto ao ar, se derranca e se avinagra; a pólvora, o sabão, o sal e todas as mais esponjas da humidade a atraem e se desfazem, e tudo padece alteração (FERREIRA, S.D, p. 678).

Essa lógica é sustentada inclusive nas correspondências de Ferreira. Ele chega a pedir, em correspondência datada de 20 de fevereiro de 1786, que Antonio Joseph de Araujo Braga lhe encaminhe “com toda a sinceridade literária” suas observações médicas sobre as “enfermidades, suas causas, symptomas e prognósticos” observados no Brasil (FERREIRA, S.D, p. 743).

Atendendo ao naturalista, Braga o responde em 15 de março de 1787 encaminhando os manuscritos. Nele o médico defende que tudo na natureza americana “padece” de uma “constante alteração” que leva à permanente corrupção da natureza e, no caso do trecho citado, de tudo que se tenta construir nela. Nesse sentido, é ao clima que Braga atribui algumas doenças que assolam o Brasil, salientando que “da maior parte das doenças reconheço por causa o calor e a humidade” (BRAGA *apud* FERREIRA, S.D, p. 750).

A requisição do manuscrito adquire um tom confirmatório, tendo em vista que Ferreira já reforçava essa relação ao pensar o clima próximo aos rios. Ferreira reforça ao longo de seus relatos a necessidade de se criar as povoações às margens do rio, a fim de “evitar um ar suffocado, os bichornos, e muitas doenças mortaes, alem de supprir e emendar com a arte os defeitos da natureza” (FERREIRA, S.D, p. 679).

A tese da natureza americana como um mundo ainda originário, insalubre e nocivo, se relacionou também à sua população. Esse conjunto de representações serviu para reforçar a incapacidade dos americanos em controlar a natureza, mostrando-se covardes, passivos e dominados por ela. A imagem da debilidade do americano nativo é reforçada pela suposta incapacidade de “dominar a natureza hostil (...) submeter às forças virgens e revertê-las em seu benefício”. Dessa forma, ele seria “um elemento passivo na natureza, um animal como outros” (GERBI, 1996, p. 21).

Ainda em suas reflexões sobre o efeito do clima na natureza brasileira Ferreira acompanha essa relação ao apontar os efeitos do clima dos “trópicos” nos homens da colônia. O naturalista destaca que, além de todos terem uma “côr macilenta”, suas vozes são “debeis e desentoadas, e todos elles ociosos, e negligentes” (FERREIRA, S.D, p. 678). Assim, estreita-se a relação entre a decadência da natureza americana e as principais

características da natureza do homem americano: a languidez, a indolência, a inconstância, a lascívia, ou seja, a sua inferioridade, segundo os pressupostos climáticos de meados do século XVIII. Segundo Gerbi (1996, p. 40), aparece nessa relação a “tendência do século a interpretar como uma relação rígida, necessária, causal, o nexos orgânico entre o vivente e o natural, a criatura e o ambiente”.

Por meio dessa relação, notamos a influência dos códigos europeus sobre a natureza americana, caracterizando o esforço da história natural em compreender o Novo Mundo, mas também reforçando a estranheza em relação a essa realidade territorial distinta da geografia do Mediterrâneo. A vasta América, com seus rios que mais pareciam oceanos e árvores de altura descomunal, eram um desafio à mentalidade europeia, fazendo prevalecer uma aura mítica nos relatos sobre esse incógnito território, retratando os índios como “habitantes de um espaço indefinível, incompreensível, flutuante e, sobretudo, nebuloso”, muitas vezes ameaçador (MALDI, 1997, p. 189). Segundo Denise Maldí (1997, p.190-192), esses códigos europeus remontam a raízes medievais em que a floresta é representada como “o mundo ilimitado” e, por conseguinte, lugar da imensidão, do devaneio; associada, sobretudo, à solidão e ao perigo, ela ganha uma dimensão desértica. Os naturalistas não puderam escapar dessa perspectiva, definindo todo o território nativo como “sertão”, espaço indefinido, múltiplo e amorfo, onde os limites se confundem por uma ausência de fronteiras e a ameaça do desconhecido é sempre presente.

Essa percepção foi cara ao pensamento Ilustrado, principalmente para a história natural comprometida em submeter essa realidade, supostamente hostil, ao seu sistema de classificação. Porém, não podemos limitar essa temática aos códigos da história natural. Segundo Duchet (1971), o debate sobre o homem e a natureza americana está circunscrito a um “ideal antropológico” que se teceu ao longo de toda a Modernidade. Segundo Gerbi (1996), na primeira fase de debate sobre a figura do homem americano, as teses sobre a natureza americana publicadas por Buffon em 1749 encontraram enorme repercussão na Europa, extrapolando inclusive o campo da história natural e atingindo pensadores como Hegel e Kant, ou até mesmo a ala religiosa com pensadores como Abade Raynal.

Um dos maiores polemistas dessas teses foi o abade Corneille De Pauw em seu livro *Recherches philosophiques sur les Américains*, publicado em 1768. Nesta obra, o abade evidencia a mais profunda crença no progresso da civilização e na capacidade do homem em realizar-se plenamente em sociedade. Em contrapartida, ele apresenta o

americano selvagem, perdido em sua natureza inóspita. Segundo De Pauw, os americanos “odeiam as leis da sociedade e os obstáculos da educação, vivem cada um por si, sem se ajudarem reciprocamente em um estado de indolência, de inércia, de aviltamento” (DE PAUW *apud* GERBI, 1996, p. 57). Segundo De Pauw, os americanos seriam mais que imaturos: os americanos são “degenerados”, “o menos vigoroso dos europeus sem esforços os deitaria por terra numa luta (...) são mesmo bebês raquíticos, irreparavelmente indolentes e incapazes de qualquer progresso mental” (DE PAUW *apud* GERBI, 1996, p. 58).

Percebemos nas reflexões de De Pauw como o homem americano é afastado dos traços culturais que definem o ser civilizado a partir da ótica civilizatória. O ideal antropológico ligado ao homem letrado, racional e inserido na sociedade legal. Segundo Duchet (1971), esse movimento marca um exercício retórico de esvaziamento simbólico do homem americano, justificando assim o processo civilizatório e a afirmação das políticas imperiais. Ao indígena, que vive à margem, é negada a sua inserção nesse processo. Sua cultura, costumes e práticas religiosas são pensadas a partir de uma retórica da negatividade, negando tudo que possa afirmar qualquer tipo de humanidade.

No final da viagem ao Rio Negro, em 1787, ao sintetizar as características do indígena, Ferreira aborda diversos aspectos das “tribos de gentios”, sendo eles suas “superstições”, os “costumes, os “vestidos e ornatos”, os “bailes”, os “instrumentos marciais e festivos”, as “suas armas” e “utensílios domésticos”. O que de acordo com Ferreira (S.D, p. 618) “tudo isso apresenta um dilatado campo de observações, pelo qual não farei mais de que correr ligeiramente em ordem a deixar algum rastro, que indique minha marcha”.

Apesar de na mesma passagem Ferreira reconhecer o quanto são “diferentes” os povos indígenas, ele não se acanha ao generalizar o exemplo dos Uerequenas para descrever os “costumes” indígenas. Segundo o naturalista, é “impia a antropofagia, que ainda hoje praticam os Uerequenas, é igualmente impio o comportamento de quasi todos os gentios pela ocasião da guerra”. Sobre esse comportamento, Ferreira destaca:

...nos transporte do seu maior furor, mordiam as carnes dos cadáveres dos inimigos, e abocanhavam algumas d'ellas; tocavam á chamada, e festejavam a victoria com gaitas das tibias das pernas dos vencidos; bebiam e davam a beber agua, e os seusinhos em craneos serrados, e raspados á maneira das suas cuias; esfolavam e rompiam cadáveres, arrancando-lhes os dentes, para d'elles fazerem as suas gargantilhas; cortavam as cabeças para as pendurarem como tropheos, pelas paredes

das suas palhoças; porém todas essas barbaridades, que todos elles commetem, durante o furor da guerra, são as que o Uerequena pratica de sangue frio com os prisioneiros, que applica para o seu sustento, longo tempo depois de concluida a guerra (FERREIRA, S.D, p. 619).

Esse “furor” manifestado pelos indígenas Uerequenas, sendo a prática estendida a tantos outros, marcam o indígena disperso pelo ameaçador sertão com o signo da selvageria, barbárie e animalidade, devido às brutalidades cometidas. Dessa forma notamos uma clara relação entre o sertão e a suposta “natureza dos índios selvagens”.

Podemos identificar o contraponto do indígena aos padrões de perfectibilidade humana do século XVIII em outros momentos da narrativa de Ferreira. Em sua quinta participação, quando navegava entre os povoados de Santa Isabel e São Gabriel narra um descimento de 1782 quando Ignácio, principal da povoação de São Gabriel, toma contato com os povos do Rio Japurá. Ao conseguir 600 “almas” sucedeu que “se inebriou o gentio em um dos dias das suas danças e alienado da razão mataram-no, enfiando-lhe os dentes para os seus colares e braceletes, e fazendo das tíbias das pernas as suas flautas” (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 145).

Notamos aqui a recorrência de certos elementos discursivos nos relatos de Ferreira: as flautas de tíbias das pernas e os colares de dentes. Essa recorrência pode evidenciar a valorização do fabuloso como forma de comprovar a “selvageria” cometida pelos indígenas, o que necessariamente não implica na comprovação dos fatos relatados, sobrepondo o relato ao olhar empírico do naturalista do século XVIII. Também notamos o afastamento do indígena de uma das principais características do homem ilustrado e símbolo da perfectibilidade humana no século XVIII: a razão. O indígena “alienado da razão” afunda-se irracionalmente em práticas que demonstram cada vez mais sua possível selvageria, opondo-se ao mundo civilizado.

Notamos essa dificuldade em assimilar, ou pelo menos reconhecer, os signos civilizados na passagem sobre o “fim tão desgraçado” que os índios deram à aldeia do Camará, próximo a Barcelos em 1754. Segundo Ferreira (2007, v. 3, p. 92), recorrendo a uma carta de 30 de setembro de 1777, tudo começou quando o indígena Domingos foi separado de sua “concubina”. Domingos uniu-se aos principais João Damasceno, Ambrósio e Manoel iniciando uma ofensiva. Atacaram uma igreja, cometendo o “desacato” de “derrubar por terra os santos óleos, pisaram os vasos sagrados, arruinaram a capela-mor e lançarão fogo á povoação”.

Ainda segundo o relato, esses indígenas ao invés de “terem os corações rotos de dor na consideração do enormíssimo delito” exasperaram-se ainda mais, aliando-se aos principais Manacaçari e Mabé. Como efeito dessas “animosidades” a aldeia de Bararoá ficou desguarnecida, abrindo-se ao ataque desses indígenas. A igreja foi atacada, “degolaram a imagem de Santa Roza; aplicarão a cabeça da santa para figura de proa das suas canoas”. Alguns soldados insatisfeitos “engrossarão o seu partido com os dos outros gentios das cachoeiras deste rio, maquinando uns e outros a última ruína, não só desta capital, mas a de todas as colônias portuguesas, estabelecidas nesta capitania” (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 93).

Nesse ponto, retornamos à representação do índio selvagem, aquele índio que dificulta o progresso e estabelecimento da Coroa portuguesa na América. Segundo as descrições de Ferreira, essa dificuldade se deu, sobretudo, pela dificuldade em contornar a própria natureza desse indígena, selvagem e animal, embrenhado pelo sertão torna-se uma ameaça a tudo e a todos. A inviabilidade do diálogo com esse indígena leva Ferreira a sentenciar:

...nada convida ao gentio para descer por seu pé. O abrigo das leis, a segurança da vida, a salvação das almas, são vantagens que desconhece, e si as conhece, não se lhe dá de as perder. A sua ignorância quase que os reduz à consternação de se lhes fazer bem por mal. Deles não me admiro tanto como dos próprios domesticados. Toda a sua paixão e saudade é pelo mato que deixarão. Ali o apetite animal é a lei dos costumes, ali são naturalmente preguiçosos, porque o mato naturalmente lhes subministra tudo o de que necessitam. A necessidade tem sido a mestra da indústria nos países cultos. Eles, que a receiam, nem amam a indústria nem a sujeição aos costumes, que são diversos dos seus (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 146).

Nessa sentença notamos uma equiparação importante. Ferreira estende a “condição natural” do “índio selvagem” aos próprios domesticados, porém, exploraremos essa questão posteriormente. Por ora, destacamos a relação, anteriormente citada, entre a natureza do nativo e a natureza americana – aqui representado pelo “mato” - para compreendermos as características atribuídas ao nativo, mais especificamente ao indígena visto como selvagem.

A natureza decadente do Novo Mundo influencia a própria natureza degenerada e inconstante do indígena. Segundo Gerbi (1996, p. 42), julgar a fauna e o homem americano imaturos e degenerados equivaleria a proclamar o Velho Mundo maduro, perfeito e idôneo, capaz de servir de ponto de referência a qualquer outra fauna. Essa sobreposição muitas vezes justificou o avanço da civilização sobre um espaço indômito

e vazio, que, no máximo, seria ocupado por índios selvagens, obstáculos à marcha da humanidade ou ao processo civilizador.

Perante essa visão de mundo o indígena é representado como obstáculo a ser eliminado. Ao longo de sua narrativa de Ferreira identificamos como o naturalista elenca diversos obstáculos. Ora a natureza e suas adversidades, ora a situação de precariedade impostas pelas condições materiais da colônia. Aqui, a partir da reflexão proposta, o indígena é incorporado ao rol de dificuldades. Aparece retratado como o elemento selvagem, ou o “gentil” a ser superado.

Ao viajar do povoado de Santa Isabel para São Gabriel, Ferreira destaca que “além dos obstáculos das caxoeiras, há mais que vencer o outro do gentio”. Chega a elencar entre eles os Coianas, Uaupés, Cuenacás, Arapaxis, Mueinós, Paicuênos, Ararás, Aguarás, Banibas, Uacaris, Uananás, Cudujarís, Cequenos, Quereruis, Cubenânas, Buerenaris, Mamangas, Pumenicás, vários Macús dispersos e outros (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 173). Durante a viagem de Lamalonga a Santa Isabel, Ferreira relata que a população do sítio de Xibaru foi atingida pelas “calamidades, que padeciam estes povos em consequência das violências que lhe fazia o principal Ajuricabá” (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 118).

Essa representação é recorrente em diversas passagens da narrativa de Ferreira. Ao relatar a decadência da Vila do Carvoeiro, as margens do rio Cauari, coloca como principal motivo as “hostilidades e crueldades do gentio Mura”, o qual tem sido “principalmente na capitania do Rio Negro, têm também sido, pelo espaço de tempo de todos os sobreditos governos, outro reconhecido e inseparável obstáculo contra o maior progresso da lavoura e do comércio daqueles oprimidos moradores” (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 349).

Conforme já salientamos, devemos ter cautela ao analisar a narrativa de Ferreira, principalmente a relativa às populações indígenas. Ao sustentar-se em uma abordagem memorialista, o naturalista lança mão de referências e relatos dos mais variados tipos para construir uma determinada perspectiva do avanço imperial sobre o sertão. Principalmente durante sua viagem ao Rio Negro, seu contato com as populações nativas é circunscrito aos espaços dos povoados. Muito do que destaca como ameaça, conflitos e tensões são destacados dos relatos e documentos possivelmente retirados de outras referências. Por exemplo, ao destacar os “gentios” que habitavam a região entre os povoados de Santa Isabel e São Gabriel, debate com os escritos de La Condamine, enquanto para reforçar os ataques causados pelos Muras próximo ao rio Cauari, assim como ao analisar o caso de

outros povoados, se sustenta em registro disponibilizados pelas autoridades locais ou outros viajantes diaristas.

O uso dos relatos e memórias não é ocultado ao longo da escrita de Ferreira. Ao contrário, o naturalista demonstra rigor ao se referir e pontuar as falas e tipos de documentos. Organiza cartas, tabela dados e estrutura suplementos de forma a embasar uma determinada narrativa que busca construir. A partir dela ganha forma representações como a destacada acima: o indígena como obstáculo ao processo civilizatório.

Destacamos essa estrutura narrativa quando Ferreira recorre aos relatos de Antônio José Landi (1713-1791). O arquiteto e naturalista bolonhês teve importante presença no processo de demarcação das fronteiras durante o Tratado de Madri de 1750, assim como participou ativamente na estruturação urbanística e arquitetônica da cidade de Belém, capital da Capitania do Grão-Pará. Uma de suas produções mais presentes na narrativa de Ferreira é o *Extracto do Diário de viagem ao rio Marié em Setembro de 1755 para o descimento prometido e contratado pelos dous principaes Manacaçari e Aduana* (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 183-194).

A legitimação do avanço da Coroa como um “progresso” é latente numa pequena narrativa contida no extrato do Diário. Segundo Landi, ele foi acompanhado durante uma expedição pelo rio Marié por dois principais, Mabé e Cacuhi. Antes de partir Antônio Landi é alertado sobre a “inconstância” de Manacaçari, outro dos principais. Posteriormente na narrativa, Manacaçari afasta-se da expedição para recebê-los em outro povoado, o que começa a gerar desconfiança entre os membros. Ao estabelecerem acampamento, Moriz, auxiliar de Landi comenta que “temia muito da inconstância dos índios, pois tinha observado, que eles aumentavam em número” (LANDI apud FERREIRA, 2007, v. 3, p. 184).

Provavelmente, atraído pelos enigmáticos relatos que rondavam a figura dos indígenas, Landi desejou ver aquele “bárbaro modo de vida” dos índios, mas é barrado por Moriz, o qual alerta-o sobre as “violências do gentio”. Posteriormente, Moriz é encontrado morto (provavelmente assassinado). Landi, tendo a notícia do amigo morto, não deixa em “silencio o bárbaro atentado destes ímpios homicidas” (LANDI apud FERREIRA, 2007, v. 3, p. 186). Sob seu comando foi enviado o capitão Miguel de Siqueira para “castigar aquela gente (...) e de facto os destruo com a morte do mesmo Manacaçari, que sérvio de troféu ás glorias da gente lusitana”. Perante o fracasso da expedição, mas com a garantia da sua vida, Landi dá “graças a Deus, nosso senhor, por

ter-me livrado das mãos daqueles ingratos índios” (LANDI apud FERREIRA, 2007, v. 3, p. 187).

Nessa breve narrativa percebemos que o avanço do domínio português é legitimado perante a suposta “selvageria” do indígena, nesse caso, o “ingrato” nativo que não reconhece a Coroa lusa, persistindo no seu bárbaro modo de vida. Sanar o território dessa “ameaça” seria garantir as “glórias da gente lusitana” e o progresso da colônia.

Retomamos aqui a lógica do olhar imperial, pautado numa ótica civilizacional sobre o sertão indômito. Essa proposição fica clara na narrativa de Ferreira ao observarmos as suas indicações nas *Noticias da voluntaria redução de páz e amisade da feroz nação do gentio Mura*, nos annos de 1784, 1785 e 1786. O naturalista lembra, finalizando seu Diário do Rio Negro, que “recordar o passado, compreender o presente, e adivinhar o futuro, são em substancias as obrigações, que deve desempenhar, quem se propuser a conservar e defender por esta parte os reais domínios de Sua Majestade” (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 382).

Segundo Iris Kantor (2004, p. 212-213), essa forma discursiva é recorrente nos escritos de diversos intelectuais luso-brasileiros. Ao estudar as academias dos Renascidos e dos Esquecidos, Kantor destaca a preocupação dos letrados em definirem uma clara cronologia do avanço português, tal postura exigiria extrema cautela na “averiguação de fatos que comprometessem a soberania portuguesa”, tendo em vista a preocupação desses súditos da Coroa em proteger seu soberano contra as críticas estrangeiras que insistiam em “depreciar as glórias portuguesas”. Tais narrativas, dispersas em memórias, cronologias, notícias, iriam compor, posteriormente, uma “história universal da América portuguesa”, narrando os “feitos” e “glórias da gente lusitana” (KANTOR, 2004, p. 194). Dessa forma, não só a natureza, mas também a história se torna importante espaço de legitimação da ocupação portuguesa na América, tornando legítimo esse movimento.

Dessa forma, notamos o comprometimento de Ferreira com um paradigma narrativo recorrente entre os letrados luso-brasileiros, voltados sobretudo para a proteção da memória do estabelecimento da Coroa na América. Pelo que percebemos ela é representada em seus relatos como uma guerra constante contra a população indígena. Cartas, notícias, memórias e relatos são mobilizados para justificar sua narrativa contra o elemento selvagem.

Refletindo sobre trechos de algumas cartas de João Pereira Caldas dos anos de 1764 e 1766, Ferreira salienta o “bom sucesso” das batalhas contra os indígenas, “livrando-os dos insultos de uns bárbaros, que na verdade são os que mais os hostilizam

e incomodam”. A importância de tal feito se deve à “qualidade daquele inimigo, sem dúvida o mais feroz, e que mais hostilidades fazia a todos estes moradores” (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 365).

Apesar da recorrente sentença contra os povos “bárbaros”, Ferreira salienta a dificuldade de uma “guerra geral”. Ele busca observar e pontuar a questão da Guerra geral, não respondendo diretamente à Caldas, mas tendo suas cartas como referência para suas reflexões. Assim aconselha a seguinte postura à Coroa:

...passar ao conhecimento dos mesmos índios, por todos os modos que coubesse no possível que todos aqueles que viessem sujeitar-se ao suave domínio de Sua dita Majestade, aldeando-se e reduzindo-se a domicilio certo e sociedade civil, seriam protegidos contra seus inimigos, tratados como os mais vassalos, e assistidos dos meios necessários para se estabelecerem (...) os que continuassem a viver no curso e vida licenciosa, seriam castigados a ferro e fogo; e que aqueles que na tal guerra fossem apreendidos, ficariam cativos por toda vida, fazendo-se deles registro separado, para que em nenhum tempo se pudessem confundir com eles os outros índios livres e ingênuos (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 360)

O trecho acima nos ajuda a traçar uma clara separação entre o indígena “ingênuo”, que se dobra facilmente ao “suave domínio” da Coroa portuguesa aceitando o convite da “sociedade civil”, e o “índio selvagem”, aquele que vive no curso, tornando-se um obstáculo a ser transposto pela Coroa. Dessa contraposição derivamos o segundo conjunto de representações sobre o indígena nos relatos de Ferreira: os “índios incorporados”, não dispersos pelo sertão, que se relacionam com a Coroa e com outros colonos. Perceberemos ao longo da análise desse grupo a tênue diferença que os separam dos índios selvagens. Até mesmo Caldas, em correspondência de 28 de agosto de 1764, reconhece essa dificuldade ao recomendar à Coroa cautela ao separem as “presas” das guerras, tomando o cuidado em “poderem educar, sem o perigo de voltarem para o mato, fazendo-os respeitar os moradores desta cidade, debaixo da obrigação delas darem conta a todo o tempo; de as vestirem, sustentarem, curarem e doutrinare[m]” (CALDAS apud FERREIRA, 2007, v. 3, p. 363).

Perante essa nebulosa diferença, percebemos que mais que manter o indígena “inocente” assimilado, protegendo-o da vida selvática; a emergência em retirar desse estado quantos índios fossem possíveis. Isso caracteriza a emergência em incorporar esses selvagens no “processo civilizador”. Isso equivaleria, segundo Elias, a expandir a identidade ocidental civilizada além de suas fronteiras, buscando “suprimir ou minimizar

as diferenças entre os povos” (ELIAS, 1994a, v. 1, p. 25). Essa expressão do conceito de “civilização”, inclui a função de expressar a tendência continuamente expansionista de grupos colonizadores, no caso, a Coroa portuguesa. Para garantir a incorporação do indígena dentro da “sociedade civil” lusitana, ou melhor, a sua submissão ao “suave” julgo da Coroa, o indígena deveria introjetar novas práticas civilizadas, ou seja, ser “doutrinado”, tornando-se digno da condição de vassalo do monarca português e protetor de seus domínios da América. Essa incorporação pode ser representada como o objetivo final da narrativa sobre a expansão do Estado lusitano que consistia não apenas em dominar, mas em tornar essas terras uma extensão do mundo civilizado. Perante essa questão partiremos para análise das principais formas de assimilação do indígena presentes nos relatos de Ferreira.

3.2 O indígena incorporado: um “dilatado campo de observações”

Além do índio selvagem, notamos outra importante caracterização do indígena nos escritos de Ferreira. No seu *Diário da viagem philosophica pela Capitania de São-José do Rio-Negro*, o naturalista chama a atenção para os índios “encorporados” e tantos outros que tem “descidos de rios e sertões diversos” que compõem um “dilatado campo de observação” para os naturalistas (FERREIRA, S.D, p. 617).

Os índios incorporados são aqueles nativos assimilados aos espaços instituídos pela Coroa portuguesa. Inicialmente, essa constatação cria uma contraposição entre dois grupos de representações do indígena: o índio selvagem, ameaça constante a qualquer estabelecimento nas terras americanas; e os índios incorporados, bons, mansos e inocentes. No entanto, perceberemos, conforme o discorrer da análise, uma maior plasticidade das representações do indígena que rompe com a bipolarização acima constatada, visto que Ferreira destaca que os incorporados “não uniformam ao método de pensar e de obrar” (FERREIRA, S.D, p. 617).

Os índios incorporados, aos quais denominaremos àqueles que mantém contato com o restante da população, mas não necessariamente de forma efetiva e constante, são recorrentes nos relatos de Ferreira. O viajante sempre recorre ao histórico de formação das vilas e povoações que percorre, chegando, na maioria dos casos, em antigas povoações indígenas. Ele destaca a importância do emprego desses nativos na navegação, comércio e manutenção das estradas, além de identificar as principais formas de cultivo realizadas por essa mão-de-obra imprescindível para o estabelecimento da Coroa. Aqui

esboçaremos algumas vias de sua assimilação, também destacadas, segundo o naturalista, como importantes meios de distanciá-los da vida selvática.

No início da colonização, a escravização dos nativos era uma das melhores saídas para aquisição de mão-de-obra necessária para a empresa colonial. No entanto, depois do reconhecimento dos nativos como homens pelo papa em 1537⁴¹ e o início das atividades jesuíticas na colônia, a tensão em torno do debate sobre a escravidão indígena acirrou-se. Segundo Beatriz Perone-Moisés (1992, p. 117), a legislação indigenista colonial oscilava entre as restrições do cativo e a liberdade absoluta (leis de 1609, 1680 e 1755), apesar disso não é possível identificar um tratamento homogêneo em relação ao nativo, permanecendo, como já identificamos, uma clivagem no trato em relação aos índios incorporados e os selvagens espalhados pelo sertão.

Durante esse momento de debate em relação ao trato dos nativos, um dos principais argumentos a favor da sua dominação foi a “guerra justa”. Segundo Perrone-Moisés (1992, p. 123), ela se justificava por defender o poder legítimo do monarca frente aos indígenas que recusavam à conversão ou impediam a propagação da fé, hostilizando-se contra vassallos e aliados dos portugueses. Também era legítima a “guerra justa” contra a antropofagia, ou em casos nos quais até os jesuítas viam a violência como o único meio de conversão.

Ao analisarmos determinados trechos dos relatos de Ferreira, o debate sobre a guerra justa se fazia presente nos finais do século XVIII. Ao resgatar o histórico de ameaças dos Muras, Ferreira traz um trecho do diário do ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio sobre essa etnia, onde defende como

pronto e eficaz remédio para inteiramente profligar e destruir esta nação, que por sua natureza conserva cruel e irreconciliável inimizade com todas as mais nações, não excetuando os índios; que professa por instituto a pirataria, grassando por todos os lugares do público território em que deve haver a maior segurança; que, nas suas guerras e assaltos, usa a mais bárbara tirania, não perdoando aos mesmos mortos, em que cometem inarráveis crueldades, esfolando e rompendo os cadáveres; que apenas dá quartel a algum rapaz que, depois de ferido e impossibilitado a fugir, chega a cativar e ainda assim para o reduzir à escravidão. Motivos estes que não só justificam contra esta nação a mais enfurecida guerra, mas que a persuade uma indispensável obrigação, fundada no interesse, bem da paz e segurança da sociedade universal das nações americanas e colônias antes deste continente (SAMPAIO *apud* FERREIRA, 2007, v. 3, p. 356).

⁴¹ Bula papal *Sublimis Deus*, de 29 de maio de 1537, assinada por Paulo III. Reconhece a humanidade dos povos nascidos e a necessidade de levar o evangelho ao Novo Mundo.

Assim, essa guerra foi legitimada frente à selvageria do nativo, dentro de um espaço destituído de formas legítimas de poder. Reconhecer a ausência de um contrato social corresponde, segundo diversos filósofos ilustrados, à permanente ameaça do estado de “barbara tirania”. Segundo Maldi (1997, p. 193), a expansão se efetua sempre num espaço ideologicamente vazio, seja, como anteriormente abordado, pelo esvaziamento de qualquer signo que reconheça a humanidade do nativo, ou mesmo, pelo vazio político e jurídico. Perante isso, se justifica o avanço da Coroa, mesmo pela “guerra justa”, para assim garantir uma ordem civil a esse caos, assegurando, portanto, a “paz e segurança da sociedade universal das nações americanas”.

Na quarta participação, Ferreira traz carta do presidente da província, João Pereira Caldas, de 3 de outubro de 1778, em que recomenda cuidado para não praticar aos “sobreditos bárbaros as desumanidades que ordinariamente se costumam executar em semelhantes”, visto que essa é a diferença que “impõe o conhecimento da razão, e a lei da nossa religião, para nos pouparmos a tão desumanas tiranias” (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 357).

Apesar do reconhecimento da guerra como forma de combater os indígenas selvagens, em nenhum momento o governador chega a comentar sobre seu emprego como escravos. Na mesma passagem sobre os Muras o naturalista ainda defende:

mais cuidado em os aprisionar que em os matarem: para também assim se haver de tirar daqueles infelizes, não só a principal utilidade de virem ao conhecimento da fé, mas para que, estabelecidos em povoações remotas das suas terras, n'esta capitania, hajam de ser igualmente uteis ao estado (FERREIRA, 2007, v. 3, p.357).

A partir desse momento devemos singularizar o contexto no qual Ferreira debatia a incorporação do indígena. Em meados do século XVIII, a iniciativa da Coroa portuguesa em regular o trato dos indígenas assumira novos contornos a partir do estabelecimento do Tratado de Madri (1750), quando agravou-se a tensão na fronteira oeste pela disputa de territórios entre Portugal e Espanha. Dentre as ações desencadeadas pelo governo luso, destaca-se as medidas propostas pelo ministro Sebastião José de Carvalho, futuro Marquês de Pombal, no *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão enquanto sua majestade não mandar o contrário*, instaurado em 1758. Dentre outras determinações, o Diretório previa a criação de vilas e fundações nas fazendas jesuíticas e aldeias indígenas, visando a garantia da liberdade dos índios e o

desenvolvimento do comércio e sua incorporação na sociedade civil lusitana. Tais medidas visavam alguns avanços, dentre eles a resistência aos jesuítas “cuja maior força e riqueza na América tinha sido o domínio completo da civilização dos mesmos índios” (FLEXOR, 2004, p. 2). O maior domínio da América portuguesa frente a ameaça espanhola que, segundo Denise Maldini (1997, p. 108), ajudou a “cristalizar ainda mais a imagem do índio como guarda da fronteira”, leal vassalo da Coroa portuguesa, compartilhando dos costumes e padrões culturais do Reino que deveriam ser introjetados nos espaços civilizados. Dessa forma, os descimentos, essas expedições que empregavam o uso legítimo da força, teriam uma dupla função: assimilação do indígena como vassalo da Coroa, possibilitando seu acesso à civilização, distanciando-o daquela natureza selvagem que concorre com a “paz e segurança da sociedade universal americana”.

Os descimentos, incentivados ao longo de toda colonização, adquirem um sentido condizente com o Diretório pombalino. Não seria mais permitido o mal trato dos nativos, apesar de ser recorrente, tanto que, mesmo com a expulsão dos jesuítas, muitos missionários passaram a incorporar os descimentos para garantir a conversão e bom trato dos indígenas. Assim, as tropas deveriam agir pela persuasão, seja dos descidos (índios que já passaram pelo processo e tentavam trazer seus pares para vida civilizada), seja dos missionários com a oferta de liberdade nas aldeias, a posse de terras, o bom trato e o trabalho assalariado para os moradores. Perante essa nova disposição do trato em relação ao indígena que Ferreira reconhece e elogia a postura do ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio em relação aos Muras quando

Ordenou que, pelos meios da brandura, se emprendessem para o diante os descimentos; e tudo isto para que fim? Para que de seu *motu proprio* e de sua muito livre vontade, descesse o gentio do sertão a incorporar-se com os índios aldeados e, nas alde[i]as, primeiro que tudo, abrisse os ouvidos ao Evangelho. Para que se não lançasse mais com os outros inimigos da coroa, dando ajuda contra os brancos ou índios seus vassalos (...) Para que, enfim, deixassem de se destruir uns aos outros, e alguns deles de se devorarem nos matos com notável injúria à humanidade (SAMPAIO apud FERREIRA, 2007, v. 3, p.357).

Além de perceber a importância dos descimentos como importante meio de retirar os nativos de seu estado de selvageria, tendo como foco de manifestação claramente identificado o sertão, Ferreira parece endereçar essa assimilação a um domínio certo: a Coroa portuguesa. Notamos isso quando o naturalista identifica um “outro inimigo da

coroa”, provavelmente outras nações europeias que desde o início da ocupação do Novo Mundo buscavam persuadir e formar alianças com os nativos.

Um exemplo notável disso é quando Ferreira percorreu as povoações de Lamalonga e Santa Isabel, traz a história de Ajuricabá narrada por Ribeiro Sampaio.

Esse principal “tinha contraído aliança com os Holandeses da Guiana, cuja bandeira arvorava nas popas de suas canoas (...) o seu poder e despotismo lhe franqueava o passo por todo o Rio-Negro”. Um destacamento, comandado pelo general Belchior Mendes, foi organizado para repreender Ajuricabá. Ao encontrá-lo “não teve por então com ele outro procedimento mais do que repreendê-lo severamente, na conformidade das ordens que recebera”. Com a prisão de Ajuricabá, também houve a “apreensão de dois mil índios”. Mesmo preso “teve o Ajuricabá a animosidade de seduzir os outros prisioneiros (...) e excitar com eles uma sedição tal, que foi obra da fortuna o sossega-la”. Ajuricabá “preferiu antes morrer afogado no rio, onde se lançou assim mesmo preso como estava, do que se morto a sangue frio no cadafalso, que se lhe preparava”. Segundo Ferreira, essa é a resumida história de um dos índios que “a natureza assim havia disposto para um herói do seu tempo e do seu país, mas que d’estas suas disposições naturais não soube usar de outro modo com relação aos nossos costumes, senão merecendo a morte, que por suas próprias mãos se adiantou” (SAMPAIO apud FERREIRA, 2007, v. 3, p. 118-119).

Dessa forma, notamos que o uso da violência não era somente recomendado contra os selvagens que não se submetem aos descimentos e à assimilação à sociedade civil, mas a todo aquele que não sabe direcionar suas “disposições naturais” a serviço dos “costumes” lusitanos, ou seja, ao serviço do monarca português.

Juntamente a essa política de emprego da força, notamos algumas recomendações sobre seu uso contra a população indígena hostil. É possível identificar algumas críticas nos escritos de Ferreira em relação aos descimentos. Em uma dessas passagens, Ferreira comenta sobre a violência das primeiras descidas como fator da aversão do indígena, a eles foi dada a “palavra de amizade e deles (os colonos) receberam da hospitalidade a alienação dos sentidos, para n’este estado os surpreenderem e cativarem”. Essa “violência do branco”, radicava uma “aversão e horror aos brancos”. A maioria dos índios que agora descem não é por “predileção aos seus costumes, promessas ou aliciações”, mas por uma escolha de “morrerem ás mãos dos índios inimigos, ou descerem a servir aos brancos”. Ferreira aponta o tanto de trabalho a ser feito na capitania, lamentando os “tão poucos os índios domesticados”. Isso é devido “não só do desassossego da vida em que entram logo

no princípio da sua civilização, e tanto contra o seu gênio e costumes em que vivem no mato, mas também de que vivem três e quatro anos sem serem batizados”. Os vigários não batizavam os adultos por que “além do desgosto da aplicação ao trabalho espiritual e corporal, desde que desceram do mato, não fizeram mais do que sair de uma, e entra em outra expedição” (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 146).

Nessa passagem notamos um intrincado jogo de representações que conduzem a um diagnóstico mais complexo da situação do indígena. Ferreira continua a recorrer à dificuldade do indígena em incorporar os padrões civilizados, para só assim inserir-se no mundo português. No entanto, o naturalista reconhece a fragilidade da política colonial, seja nos precários meios de “doutrinação” que garantiriam uma mudança da sua natureza, quanto no abuso cometido pelos colonos, sujeitando os nativos a descimentos constantes. Esse problema já foi constatado por Pombal no Diretório, aconselhando o bom trato do indígena para garantir seu estabelecimento como súdito da Coroa, além de precaver os colonos contra as “inconstâncias” dos gentios.

Como exemplo dessa orientação, Ferreira cita a carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, de 5 de abril de 1784. Pelo exposto por Ferreira, notamos seu apoio ao Diretório, aconselhando nos “frequentes descimentos de índios, o acarinha-los, e o evitar-lhe toda a injustiça e vexação é também um objeto, que deve merecer sempre a V. S. o maior desvelo” (ALMADA *apud* FERREIRA, 2007, v. 3, p. 152).

É interessante retomar, a partir dessa política de assimilação, algumas representações recorrentes do indígena: sua atração impulsiva à vida selvática, o que corresponde como vimos anteriormente a sua natureza. Segundo Ferreira:

É para sentir, que viva tanto gentio embrenhado no mato sem servir nem a si nem a ninguém. E que eles não descem nem hão de descer acariciados das nossas dadivas, dos nossos costumes e das imunidades que lhes concedem as leis do estado, cotidianamente o mostra a história dos descimentos (...) Liberdade não os convida, porque absolutos e livres em todo o sentido são eles no mato; costumes também não, porque muito mais apertados são os nossos do que os seus; quanto ao sustento e vestido corre por conta da natureza (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 173).

Pelo que percebemos, em diversos trechos dos relatos de Ferreira mais que o mau trato, o que influi para o fracasso da assimilação do indígena é sua própria natureza, por isso a urgência em doutrinar esses índios dentro dos espaços civilizados. Nesse sentido,

ganha destaque nos escritos de Ferreira alguns espaços como importantes etapas de civilização dos nativos.

Um dos espaços tidos como civilizados mais recorrente nos escritos de Ferreira são os aldeamentos. Eles constituíram uma instituição metropolitana que perdurou ao longo de todo o período colonial, no entanto, sua organização refletiu os diferentes momentos da relação entre metrópole e colônia, principalmente em relação às políticas de assimilação do indígena nesses espaços.

Segundo Perrone-Moisés (1992, p. 120), o princípio que regeu a necessidade administrativa dos aldeamentos pela Coroa, é ideia da “incapacidade do indígena em se autogovernar”. Podemos relacionar essa ideia à representação do indígena como ser selvagem, alheio às formas civilizadas de organização que, portanto, precisa ser orientado sob tutela nos espaços ditos civilizados. Mas quando cruzamos essa política de cuidados para a inserção do indígena, principalmente quando ligada a toda uma política de “acarinamento” para evitar sua inconstância, lembramos da representação do indígena como ser pertencente à infância da humanidade. Como uma criança, sua inserção na sociedade é indissociável da relação de tutela, seja nas mãos dos jesuítas, seja nas mãos do Estado.

Inicialmente a direção dos aldeamentos ficou sob responsabilidade dos jesuítas. Entre sua expulsão e a instituição do Diretório pombalino temos um curto período de tempo no qual as aldeias ficaram sob responsabilidades de religiosos missionários de diversas ordens. Essa ação religiosa é reconhecida por Ferreira como importante intermediário entre a vida selvática e o ingresso do selvagem na civilização. Sobre a atuação dos missionários carmelitas nas povoações do Rio Branco, o naturalista comenta que os índios, “por meio do seu honesto trabalho”, poderiam concorrer para o “sólido estabelecimento do Estado, reciprocando entre si e os outros moradores as utilidades e os interesses comunicáveis”. Apesar desse reconhecimento, Ferreira ressalta que esses missionários muitas vezes agiam em “proveito próprio”. Frente a essa questão, por um alvará de 1755, as missões passaram a Vilas e lugares, sendo as Vilas governadas por oficiais e as aldeias independentes pelos “principais, debaixo da direção dos Diretores, enquanto não despiam a rusticidade da educação” (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 229).

De acordo com Silva (2006, p. 68), a separação dos jesuítas da administração das aldeias seguia o projeto pombalino de instituição de uma educação de caráter secular, não mais restrita ao “isolamento” causado pelas missões. Isso, executaria a proposta pombalina de romper com a “defasagem” cultural do Reino, na medida que distanciaria

a influência eclesiástica, e integraria a população nativa à “sociedade civil”. Notamos esse claro distanciamento no destaque que Ferreira dá ao alvará de 7 de Junho de 1755, onde fica impedido que

todo o eclesiástico secular ou regular (...) intrometer-se direta ou indiretamente no governo temporal dos índios. E isto pelos motivos de os terem os ditos missionários desviado sempre, não só da harmonia civil entre os brancos, mas também do comércio, e da agricultura livre e reciproca entre uns e outros (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 229).

Em contraposição a essa ameaça à “harmonia civil”, Ferreira dá destaque a uma carta Régia de 3 de março de 1755, na qual é traçada as principais intenções de povoação da região

Tendo consideração ao muito que convém ao serviço de Deus e meu e ao bem comum dos meus vassallos moradores nesse Estado, que nele se aumente o número dos fiéis alumados da luz do Evangelho, pelo próprio meio de multiplicação das povoações civis e decorosas, para que, atraindo a si os racionais que vivem nos vastos sertões do mesmo Estado, separados da nossa Santa Fé Católica, e até dos ditames da mesma natureza; e achando alguns deles na observância das leis divina e humana, socorro e descanso temporal e eterno, sirvam de estímulo aos mais que ficarem nos matos, para que, imitando tão saudáveis exemplos, busquem os mesmos benefícios (CARTA RÉGIA DE 3 DE MARÇO DE 1755 *apud* FERREIRA, 2007, v. 3, p. 241).

Ao analisar esses dois trechos, percebemos que a crítica de Ferreira não enfoca as dúvidas da cristianização como instrumento de conversão da natureza do indígena, mas ao isolacionismo criado pelas missões jesuíticas. Cultivar tal prática seria um agravante para uma política que se pretende integracionista, na medida que deseja retirar o indígena do sertão e trazê-lo para o “descanso temporal” enquanto vassallo da Coroa, mesmo que sob os cuidados dos diretores. Segundo Perrone-Moisés (1992, p. 122), catequese e civilização são os princípios centrais de todo projeto colonial, reafirmados ao longo de toda colonização: justificam o próprio aldeamento, a localização das aldeias, regras de conduta e repartição da mão-de-obra aldeada, tanto a administração jesuítica quanto a secular, escravização e uso da força em alguns casos. Assim, os aldeamentos se consolidam na narrativa de Ferreira como importantes espaços de assimilação e civilização dos indígenas, introjetando nos nativos prática e costumes, fazendo-os assim assemelhar-se com os vassallos da Coroa.

Como apontamos anteriormente, esse anseio da Coroa em retirar os selvagens dos sertões, assimilando-os à “sociedade civil”, tem um claro objetivo político frente um cenário de disputa de fronteiras com a Coroa espanhola. Segundo Silva (2006, p. 89), esse anseio torna-se maior na medida que se constata o problema de “falta de população nas regiões em causa, uma vez que este era um elemento fundamental na defesa do território”. Nesse ponto é interessante darmos destaque à política pombalina de miscigenação, estimulando o casamento entre portugueses e mulheres indígenas, como forma de multiplicar a população que habita a colônia. Esse raciocínio é identificado por Ferreira quando destaca a preocupação em “casar” os brancos com as índias, declarado num alvará de 1755

(...) o vassalo do reino e da America, que se casassem com as indias, não só não contrahiriam infamia, ou baixeza alguma, mas antes se fariam por isso dignos da sua particular atenção, porque seriam preferidos nas terras, aonde se estabelecessem, para os logares e ocupações, que coubessem nas graduações de suas pessoas e de seus filhos e descendentes, os quaes dava por habilitados para todos os empregos, honras e dignidades. Para persuadir tais uniões, buscou-se difundir nas povoações que os indígenas “não eram de inferior qualidade (FERREIRA, S.D, p. 636)

Segundo Silva (2006, p. 90), essa declaração de igualdade entre índios e vassalos portugueses era uma importante porta de entrada para assimilação do indígena. Além de subtrair os índios das ocupações jesuíticas, a miscigenação garantiria todas “honras e dignidades” aos indígenas, dentre elas a liberdade, garantindo sua oferta como mão-de-obra livre ou mesmo emprego enquanto “guarda da fronteira”.

Esse raciocínio é recorrente nos relatos de Ferreira. Em um deles, o naturalista comenta que o casamento dos “brancos” com as “índias” possibilitaria que “augmentassem a agricultura, mas tambem pudessem com mais possibilidade concorrer e ajudar a defesa d’aquelles dominios, que eram fronteiras aos de Espanha” (FERREIRA, S.D, p. 647). A partir desse ponto, notamos a clara emergência da representação do indígena como solução para o estabelecimento e desenvolvimento da colônia. Tal imagem se contradiz drasticamente com a representação do índio selvagem, para percebemos as sutilezas que envolvem esse jogo de representações devemos avançar na investigação sobre o processo de assimilação do indígena na economia colonial.

Em meados do século XVIII, a questão colonial, no caso a gestão econômica e administrativa de seus domínios, demonstrava a posição desvantajosa de Portugal na concorrência por novos mercados, perdendo espaço para hegemonia inglesa, ou mesmo

para o contrabando na costa do Brasil, muitas vezes articulado a colonos insatisfeitos com os monopólios das companhias de comércio lusa. Frente a essa dificuldade administrativa, no caso do Brasil devido à grande extensão territorial, muitos governadores e vice-reis recomendavam o “fomento a atividades econômicas” com as colônias e entre elas mesmas, o que engrossaria “as rendas da Coroa, como concorreriam para o aumento de vassallos úteis e laboriosos, diminuindo o número de vadios e ociosos que perturbam e inquietam a ordem pública” (SILVA, 2006, p. 122).

A ideia de “fomento comercial” responde ao diagnóstico da decadência portuguesa veiculada nas memórias econômicas produzidas pela Academia Real das Ciências de Lisboa. Essa tendência à abordagem memorialista demonstra uma forma de análise onde o recuo temporal ao passado colonial, ou seja, de todo um histórico administrativo de Portugal, é fundamental para “identificar as causas e soluções apropriadas ao problema diagnosticado” (SILVA, 2006, p. 126), tomando a história como “campo privilegiado para a constatação e extração de regras a serem adotadas na vida política e social” de Portugal (SILVA, 2006, p. 127). Nesse sentido que, já em 1789, encontramos duas grandes produções sobre as potencialidades naturais das colônias portuguesas: *Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam* do italiano e tutor de Alexandre Rodrigues Ferreira, Domingos Vandelli e o *Ensaio de descrição física e econômica da comarca de Ilhéus na América* escrito por Manuel Ferreira da Câmara, as quais destacam a importância de um “novo padrão de exploração colonial, racional, técnico e pragmático” (SILVA, 2006, p. 143).

Nos escritos de Ferreira é recorrente essa preocupação com o fomento comercial da colônia. Na viagem ao longo do Rio Negro, em cada vila ou povoação em que a expedição aporta, o olhar do naturalista fica atento ao histórico de formação de cada uma delas, a quantidade de indivíduos, a principais formas de produção, além de indicar possíveis mudanças para melhor fomentá-las. Todas essas informações são organizadas em tabelas demonstrativas e rigorosamente enviadas para o governador da capitania e para a Coroa portuguesa. Tal indício, juntamente com a defesa do emprego da população nativa como vassala, ou mesmo como mão-de-obra, indica a função de Ferreira como funcionário da Coroa portuguesa, comprometido com o progresso da colônia. Apesar de saber o quão profícuo são os relatórios sobre o comércio e agricultura colonial para compreensão da sua relação com a metrópole, nos fixaremos no debate sobre a inserção do indígena nesses espaços.

Como já abordamos anteriormente, Ferreira recorre sempre à necessidade do emprego da mão-de-obra livre para o avanço econômico da colônia. Isso fica claro quando Ferreira, ao visitar a Vila de Camaracá, comenta que “esta gente não é tão falta, como se pensa, das ideias de interesse; o ponto está em da nossa parte sabermos fomentá-las”. Ou seja, mais uma vez Ferreira distancia-se da representação do homem americano indolente e lascivo, para afirmar a necessidade da tutela do homem branco em relação a um indígena que pode despertar para os interesses que impulsionam as sociedades civilizadas. Ferreira salienta ainda que esses “índios aldeados”, que já se inseriram no comércio, já estimam a “camisa de bretanha com seus punhos, o chapéu à nossa moda, sob pena de não irem à missa nos dias do preceito, quando se envergonham de não terem a tal eles, digo eu, não deixam de trabalhar o que podem, e o que se lhes permite, para a adquirirem” (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 96).

Notamos nesse trecho um dos principais métodos de inserção do indígena no comércio. Segundo Cunha (1992, p. 149), era recorrente a prática de ampliar as necessidades dos indígenas como o desejo por instrumentos de ferro, quinquilharias, roupas e cachaças e depois restringi-las, induzindo os indígenas ao trabalho e comércio para satisfação desses desejos. Apesar de concordarmos com Cunha, o que buscamos ressaltar é a capacidade do comércio de introjetar aquelas tão desejadas práticas, costumes e necessidades do mundo civilizado, retirando o bárbaro indígena do sertão, fazendo-o trabalhar em prol do crescimento econômico da colônia.

Tendo em vista essa expectativa em relação ao emprego da mão-de-obra indígena, mais uma vez Ferreira alerta sobre o empecilho de uma política colonial precária que impede seu efetivo emprego. Notamos tal postura do naturalista ao criticar o cotidiano de diversas aldeias. Já no início da viagem a Rio Negro, Ferreira comenta sobre a vila de Tomar:

o trabalho e o jejum quotidiano insensivelmente lhes propina a morte em diversos tragos; chega a doença, que há muito está forjada, e n'este caso os diretores não os tratam, como os tratavam os padres (...) os índios, depois de livres (isso quer dizer, longe da escravidão e longe das reduções), ficarão nesta parte de pior condição, que a que tinham, quando escravos (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 103).

Ao chegar à vila de Santa Isabel, Ferreira identifica dois grupos de indígena: os que “contentam-se de recolher tanto, quanto chegue para sua marca”, ou seja, aqueles índios que se contentam com a prodigalidade da natureza americana; e outros que “pensão

a nosso jeito, e são por isso capazes de maiores esforços para adquirirem”, esses são aqueles índios desejados para o comércio, ou seja, aqueles despertos pelo interesse. Porém, Ferreira salienta que esses últimos

não param nas povoações (...) porque, pedindo-se incessantemente os índios para as diferentes expedições, que se empreendem, apenas descansam oito e nove dias, si é que descansam tanto, são de novo reconduzidos para o serviço por outros seis meses (...) não havendo índios, que trabalhem, não há que esperar delas progresso nas lavouras (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 121).

A constatação de Ferreira é mais uma vez manifestada quando recorre ao artigo 67 do *Directorio que se deve observar nas povoações dos indios do Pará e Maranhão, enquanto Sua Magestade não mandar o contrario*, para defender a liberdade do indígena. Segundo o Diretório, seria proibido o emprego de “índio algum ao serviço particular dos moradores para fora das povoações”. Recomendação acometida por uma “escandalosa negligencia”, sendo o motivo “de se acharem quase desertas as povoações”. Segundo Ferreira, esse uso ilícito da mão-de-obra indígena representava “prejuízo grave ao serviço de Deus e de Sua Majestade, de internarem-se pelo mato, e formarem neles mocambos os índios estabelecidos e moradores das povoações” (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 122).

Frente a esse abuso do nativo, mais uma vez Ferreira indica a necessidade de pensar o uso da mão-de-obra. Cita uma carta do secretário de Estado Tomé Joaquim da Costa Real, de 22 de novembro de 1758, de “promover o estabelecimento das aldeias, e a civilização dos mesmos índios; porque nestes dois pontos consiste o principal interesse d’esse Estado, e se reduzem os principais objetos das ordens de Sua Majestade”. Somente isso garantiria o desenvolvimento do Estado português, o qual Ferreira alega que “só se pode conseguir pela agricultura e pelo comércio” (REAL apud FERREIRA, 2007, v. 3, p. 175-6)

Nesse ponto convém ressaltar mais uma vez a influência das propostas da Academia Real de Ciências de Lisboa nos escritos de Ferreira. Segundo Silva (2006, p. 135-8), era recorrente uma “perspectiva agrarista” nas memórias econômicas da Academia. Essa noção estava assentada no argumento que somente uma sólida estratégia de fomento à agricultura garantiria um desenvolvimento da “riqueza real” da nação. Essa percepção, segundo Silva, acentuava a “urgência de se gerar as condições para o aproveitamento das vantagens naturais de Portugal e, especialmente, do rico mundo ultramarino”. Ferreira concorda – cita ofício ministerial de 5 de agosto de 1758 - com

essa noção ao defender a agricultura como o “primeiro fundamento essencial de toda sociedade civil” (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 176). Devemos notar, em relação a Ferreira, que o uso da mão-de-obra indígena não só garantiria o progresso agrícola da Reino, como esse progresso proporcionaria a inserção do indígena na sociedade civil portuguesa. Esse raciocínio é tácito na seguinte passagem:

As aplicações dos Índios precisos para as diligencias da Demarcação não o deixam exercitar livremente a atividade do seu espirito; primeiro que os interesses da Villa estão os do Real Serviço, que incessantemente necessita dos Índios. Acompanham a sua diminuição muitas causas juntas, d’onde eu deduzo o aprazamento da Agricultura, e da população (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 270).

Assim, a agricultura teria uma dupla função: alcançar o fomento comercial tão almejado pela Coroa e, juntamente a esse processo, integrar a população indígena, retirando-os da suporta barbárie, condição, segundo as concepções em voga, tão ameaçadora para a efetivação do domínio metropolitano. Com a incorporação do indígena pela agricultura, teríamos o direcionamento da “atividade do seu espírito” para o florescimento da empresa colonial. Devido a essa representação do trabalho agrícola como o espaço de inserção do indígena, Ferreira comenta que os aldeamentos são sempre “uteis para o serviço real, para a navegação dos sertões, para a colheita das drogas dos mesmos sertões, por serem estes trabalhos tanto mais naturais à criação e costumes dos referidos índios”. No entanto, o uso da “atividade do espírito” do “gentio” requeria, segundo Ferreira, alguns cuidados:

mostra a experiencia, que inteiramente sam inconstantes e sem persistencia alguma, bastando qualquer leve motivo de desgosto ou de suspeita para logo desertarem, e tanto mais se retirarem; e ficando n’esses termos tão infructuosas as despezas da real fazenda, como inutil e perdido todo o discomodo em taes diligencias praticado (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 350).

Nesse trecho, Ferreira recorre mais uma vez ao alerta sobre a inconstância do indígena. Tal natureza requeria o trato mais cuidadoso, não identificado por Ferreira nos colonos e vilas pelas quais sua expedição passou. Notamos que o fracasso da agricultura é atribuído a uma falha da política colonial, visto que o estímulo às funções “cativas do espírito” do nativo, favorecendo o progresso da lavoura, é rompido pelo mal trato dos indígenas, mas também permanece a indolência do nativo como motivo de decadência.

Isso faz com que Ferreira ressalte, já no final de sua viagem ao Rio Negro, a “tíbieza” e “decadência geral” em que estão as vilas da capitania de São José do Rio Negro. Dentre as causas, o naturalista indica a “falta de braços” que se ligaria a muitas causas, sendo elas desde a não introdução do “numero de pretos escravos” que se necessitavam, até a dificuldade do uso da mão-de-obra indígena devido às expedições que se multiplicavam, os descimentos e ao fato dos nativos “sucumbirem às epidemias das bexigas, do sarampo, da corrupção etc.”. O naturalista também dirige sua crítica aos europeus que “despresam” o trabalho, a sua “ignorância dos bonz methodos”, os “movimentos militares”, assim como os “abusos do negocio das drogas do sertão”, além da “inutilidade dos intendentos letrados”. (FERREIRA, S.D, p. 656).

Apesar de apontar esses diversos fatores que distanciam os motivos da decadência do comércio e da agricultura dos ombros dos nativos, inclusive direcionando críticas à estrutura metropolitana, Ferreira ainda deixa como primeiro motivo para a tíbieza da economia a “indolencia dos naturaes”. Ponderação que nos leva à necessidade de aprofundar a forma como o naturalista pensa a figura do indígena nesse primeiro momento de sua viagem.

3.3 “O inglês”: diálogos e tensões de Ferreira com a história natural

Até o momento focamos nossa análise nos anos iniciais da viagem de Ferreira, principalmente quando navegava pelo Rio Negro. Seu diário nos traz um intrincado diálogo com os mais diversos textos buscando não só fiscalizar, mas analisar e interpretar a realidade colonial. Ao mesmo tempo que endossa sua narrativa com fontes e autoridades das mais diversas esferas do poder lusitano, também lança um olhar sobre suas experiências ponderando atitudes e analisando a espacialidade em seu entorno.

Conforme destacamos, buscamos ressaltar em suas análises as ponderações sobre a figura dos indígenas. Percebemos o quanto Ferreira sustenta essa questão a partir de uma ótica imperial, como funcionário da Coroa lusitana. Porém, não podemos negligenciar sua posição como naturalista e seu esforço em se posicionar e dialogar com esse campo. Dimensão que analisaremos a seguir.

Em relação ao posicionamento de Ferreira sobre esse debate, identificamos o indício da presença das teses de Buffon e De Pauw em suas observações, porém, vemos que se manifestam de forma mais precisa nas suas conclusões sobre os principais aspectos do indígena, escritos no final de sua viagem ao Rio Negro, no *Diário da viagem philosophica pela Capitania de São-José do Rio-Negro*. Nesse momento ganha

proeminência em sua narrativa as reflexões do “inglês”, forma como Ferreira se dirige recorrentemente ao naturalista inglês William Robertson.

Robertson (1721-1793) foi contemporâneo de Ferreira e ganhou importância como figura de relevo da Ilustração escocesa. Dentre suas obras destacamos a *História da América*, publicada em 1777, sendo a mais recorrente nas análises de Ferreira sobre a natureza e o homem americano.

A *História da América* é composto por dez livros, sendo os três primeiros dedicados a compreensão da fase final da expansão europeia, comentando ainda o princípio da colonização e os primeiros contatos com os nativos. O livro IV, talvez o que seja mais relevante para nossa análise e possivelmente onde Ferreira tenha fundamentado mais suas reflexões, apresenta um amplo levantamento das características dos diversos povos selvagens do Novo Mundo. O livro V narra as conquistas de Cortez no México e o VI as de Pizarro no Peru, sendo que o livro VII aprofunda a análise, discutindo os Impérios Inca e Asteca. O livro VIII trata da história da colonização espanhola. Por fim, os livros IX e X referem-se à história da colonização britânica⁴². Cotejar os escritos de Ferreira com os de Robertson são fundamentais para levantarmos os pontos de diálogo do naturalista baiano com o mundo letrado, em específico o campo da história natural. Além de reforçar os contrapontos e acordos colocados por Ferreira a partir de suas experiências nas margens dos domínios coloniais. Não pretendemos aprofundar nossa análise nos escritos de Robertson, mas demonstrar as tensões no debate sobre o homem americano e a forma como Ferreira absorve e reflete sobre essas questões.

Segundo Gerbi (1996, p. 138-9), Robertson ganha relevo nesse debate por pretender tratar os indígenas com objetividade, alegando que desde o contato com os primeiros europeus eles estiveram sujeitos à “ignorância” e às “paixões” e que, mesmo no século da razão, as teorias parecem ser disputadas em nome da “ vaidade” e da preocupação com a “eloquência” (GERBI, 1996, p. 138-9). Assim Robertson busca particularizar a análise do indígena, não reduzindo suas características a uma questão climática, propondo outras variáveis para compreendê-las. Ele deseja recolher provas, não falar de fábulas ou casos extraordinários, mas sim, comparar e comprovar os dados colhidos. Enquanto proposta, vemos uma nova sensibilidade em relação ao estudo do homem americano e aos procedimentos da ciência.

⁴² Gostaria de agradecer à Daniel Gonzaga Miranda por compartilhar as traduções da obra *História da América*, de William Robertson. Miranda desenvolve pesquisa junto ao departamento de história da UFSJ sobre a representação dos povos americanos na obra de Robertson.

Apesar de toda objetividade, Robertson acaba retomando diversas imagens formuladas por Buffon e De Pauw. Atribui características da humanidade aos indígenas, porém, sobrecarrega-os com a pecha de “animal melancólico”. Dessa forma, segundo Gerbi, nos escritos de Robertson, “o traço mais destacado do americano continua a ser uma apatia constitucional, devida em parte ao clima, em parte à facilidade de subsistir sem grandes esforços, mas, em suma, inata e indelével” (GERBI, 1996, p. 140).

Segundo Robertson, em sua obra *História da América*, a apatia se devia ao fato dos indígenas não terem realizado a “obra da indústria”. Não teriam “derrubado os bosques, drenado os pântanos e contido os rios em um canal constante” (ROBERTSON, 1835, v. 2, p. 64). Essa ausência de ação humana sobre a natureza teria como consequência o aspecto tão desolador apresentado na natureza americana.

As montanhas estão cobertas por matas quase que inacessíveis. Nesse clima úmido, onde chove durante dois terços do ano, os vales são pantanosos e estão inundados com tanta frequência que em muitos pontos os habitantes são obrigados a construir suas casas sobre as árvores, a fim de afastarem-se de um terreno úmido, repleto de répteis detestáveis que procriam na água pútrida. (ROBERTSON, 1835, v. 3, p. 107).

Apesar de relativizar a tese sobre a inferioridade do indígena devido ao clima. Robertson coloca a culpa na própria inércia dos nativos ao não possuírem a “mão da indústria” (ROBERTSON, 1835, v. 3, p. 107). Na ausência dessa “mão”, os rios não corriam em um canal apropriado, os terrenos alagados não haviam sido drenados e, portanto, “muitas das planícies mais férteis estavam inundadas ou convertidas em pântanos” (ROBERTSON, 1835, v. 4, p. 136).

Ferreira ao buscar sintetizar suas ideias sobre os nativos insere-se nesse momento de ressignificações e permanências no quadro de representações. Ao comentar sobre a natureza americana, Ferreira destaca que ela “descuidou de ensinar aos d’esta parte da America quanto lhes era indecente o aparecerem nós”. Demonstrando as relações desse comportamento com as teses climáticas, Ferreira salienta que isso se deve sobretudo a um “céo benigno, nenhuma necessidade sentem de reparar as suas carnes contra as injurias do tempo, antes a sua mesma indolencia os convida a pouparem-se a toda qualquer especie de trabalho, que lhes não é ordenado por uma extrema necessidade” (FERREIRA, S.D, 620). Essa relação também é indicada por Robertson ao atribuir a falta de

necessidade dos indígenas à natureza pródiga, gerando um ciclo vicioso que acarretaria a decadência da natureza americana. Indica que na relação do indígena com o trabalho:

Sua aversão ao trabalho é tal que nem a esperança de um bom futuro, nem a apreensão de um mal eminente, são capazes de transpô-la. Ele parece indiferente a ambos, manifesta pouca preocupação e não toma nenhuma precaução para evitar um ou assegurar o outro. [...] Como os desejos não são ardentes nem variados, os selvagens não sentem a força dessas molas poderosas que dão vigor aos movimentos da alma, e que estimulam a mão paciente da indústria a perseverar em seus esforços. (ROBERTSON, 1835, v. 4, p. 166-7).

Notamos nesse trecho uma ideia recorrente entre os ilustrados do final do século XVIII e que, possivelmente, pode articular-se com o primitivismo do período: a natureza americana passa de caótica e hostil às obras humanas, para uma natureza “pródiga” e “benigna”. No entanto, em nada serve para mudar a natureza do selvagem, ao contrário, notamos que a abundância só contribui para aprofundar ainda mais a indolência do selvagem, mantendo-os, segundo Robertson, “grosseiros”, preservando a terra americana “inóspita, em quase toda a parte insalubre para os europeus e estranhamente fraca em todas as suas produções” (GERBI, 1996, p. 134). Segundo Robertson (1835, v. 4, p. 166):

[...] nos lugares em que o clima favorável produz quase que espontaneamente o suficiente para satisfazê-los, raramente sua alma sofre agitações ou excita-se qualquer emoção violenta. Por isso os habitantes de diversas tribos da América passam sua vida em uma indolência lânguida. Todo prazer a que aspiram consiste em se verem livres de trabalhar.

Assim, se antes a inferioridade do indígena era resultado de seu meio, ou seja, do clima, agora a decadência americana é resultante de sua incapacidade inata de controlar as forças da natureza, devido à sua indolência e grosseria.

Percebemos, no breve debate acima, que o indígena continua a ser representado, apesar de todo o primitivismo do período, como ser desprezível, vivendo uma existência caótica e instável. Dessa forma, segundo Michele Duchet (1971, p. 11-12), na filosofia das Luzes a realidade do mundo selvagem permaneceu encerrada em uma “rede de negações” expressas por dois modelos: do selvagem “vazio” (sem racionalidade, sem religião, sem polícia etc.) e do “homem natural” (sem senhor, sem vícios, um ser ainda “originário”).

Nas conclusões sobre o indígena americano, escritas por Ferreira no final de sua viagem ao Rio Negro, o naturalista passa por diversos aspectos da vida nativa: “superstição”, “costumes”, “vestimentos e ornatos”, “bailes”, “instrumentos marciaes e festivos”, “suas armas” e “utensilios domesticos”.

Em relação aos bailes, já notamos como Ferreira reforça a representação do selvagem destituído de racionalidade. Salientando que como “o citado inglez (Robertson) e eu tenho observado” os “gentios” são por “natureza uns verdadeiros quietistas, que a maior parte do seu tempo a consomem em um estado de lanquidez e de indolencia; sem occupação alguma que os possa animar e entreter”. Notamos, mais uma vez a recorrência da representação do indígena perdido em meio à natureza, inerte em relação a qualquer perspectiva de futuro. Porém, Ferreira salienta no fim do comentário que “quando cessam as guerras e as caçadas, gosta de um exercício, que lhes põe em acção as faculdades activas da natureza” (FERREIRA, S.D, p. 622). Ou seja, apesar de toda indolência, notamos que o selvagem parece suscetível a estímulos que correspondem a suas “faculdades activas da natureza”. Deixemos essa questão em aberto, buscando compreender seu sentido nas passagens a seguir.

Nesses relatos sobre as características dos indígenas, Ferreira, apoiando-se em Robertson, salienta que as armas que “fazem as guerras” fornecem alguns elementos a serem contemplados e que a nosso ver reforça a impiedade do índio selvagem. Segundo Ferreira, “os motivos para ella (as armas)” são o da “usurpação dos fructos, das caças, e dos pescados dos rios e das terras do territorio alheio”, muito desse impulso bélico é resultado da “idéia da propriedade que não é o mais frequente”, o que afasta os nativos de qualquer noção de propriedade privada tão valorizados pela fisiocracia e a burguesia europeia (FERREIRA, S.D, p. 626).

Segundo Ferreira, o motivo principal dessas guerras seria a “ferocidade com que a fazem”, sendo o “espírito de vingança” o maior de todos. Emerge aqui a principal mola que impulsiona os nativos a exercitarem suas “faculdades activas da natureza”. O ambiente totalmente esvaziado de formas de representação políticas e forças coercitivas legalmente instituídas abriria espaço para a sede de vingança, manifestação mais instantânea do nativo e única forma que os retira da inércia. Tal representação, correspondente ao modelo do “selvagem vazio”, retira do nativo qualquer signo de civilidade equiparando-o aos animais, ao estado mais selvagem. Podemos notar essa representação nessa passagem:

O desejo de se vingarem é tão cego e abrutado como o das feras; mordem as pedras, que se lhes atira, e as retorquem contra o mesmo que as atirou; arrancam de seus corpos as frechas, que os atravessam, e com ellas fazem tiro ao inimigo, cortam as cabeças dos mortos, e fazem outras barbaridades, donde se póde inferir a ferocidade das suas guerras. Elles não fazem para conquistar, mas sim para destruir; matar e queimar tudo é a sua maior gloria militar (FERREIRA, S.D, p. 627).

Segundo Ferreira, o “modo como a fazem”, no caso, a guerra, é de certa forma caótico e desordenado. Nela “cada soldado é senhor de si e das suas acções”, os indígenas conduzem a guerra em “pequenos corpos ligeiros e desembaraçados dos impecilhos das bagagens (...) como as caçadas, que fazem na paz, são os exercitos para a guerra, do mesmo modo que elles rastejam a caça, assim entram a rastejar uns aos outros”. Lembremos a imagem recuperada nessa passagem: os índios são uma ameaça de espreita a mata, ele se pulveriza em “pequenos corpos ligeiros” imputando as mais terríveis ameaças ao imaginário de exploradores e viajantes. Notamos esse medo do selvagem se materializar nessa passagem sobre o trato dos que acabam como seus prisioneiros:

Miseraveis porém d’aquelles que ficam reservados, para beberem a morte pelo mais amargoso calix, que lhes prepara para uma implacavel vingança. Ella excogita, e faz dar a seus corpos ambas as especies de tortura ordinaria e extraordinaria, uns os espetam com páos, com ossos, e com pedras ponte-agudas, e em brasa; outros lhes cortam e dilaceram as carnes (...) no meio de todo este terrivel espectaculo duas cousas (reflecte o mesmo inglez) excitam o pasmo de quem as ouve ou as vê: 1^a outro nenhum temor limita a colera do vencedor, si não o de abreviar a duração da sua vingança, si elle der a morte ao vencido, mais breve do que ella pede; 2^a que quanto mais atormentado é o vencido tanto mais digno se julga elle da alta dignidade do ser do homem. Antes o abreviar elle mesmo a sua vida, para encurtar os seus tormentos, seria uma nota de infamia, com que deixaria manchando a sua família (FERREIRA, S.D, p. 628).

Destacamos que rituais como o da antropofagia, acima descrito, sintetizam um dos pontos máximos de repulsa à suposta barbárie do selvagem, sendo inclusive motivo para sua justa escravidão. Porém, ressaltamos a forma como danças, ritos, festas e a própria guerra, se relacionam nos relatos de Ferreira em direção a compreender os impulsos sociais dos nativos. Nesse ponto notamos um completo esvaziamento das formas de organização tidas como civilizadas, restando como motivo ou impulsos das ações nativas a vingança, sinônimo da inconstância e ameaça do índio selvagem. Seriam essas as principais molas que despertariam as “faculdades activas da natureza” selvagem. Essa constatação torna-se mais grave quando percebemos a importância da compreensão

da “essência do homem” para a biologia e fisiologia do século XVIII (CASSIRER, 1997, p. 98-100). Se a natureza era passível de diagnóstico, identificando suas principais leis e fenômenos, assim também ficaria sujeita a natureza humana, no caso acima, a natureza americana, regida por impulsos que os distanciam da humanidade.

Apesar da representação extremamente pejorativa, resultante desse diálogo entre Ferreira e Robertson, notamos que ambos dialogam com um cenário intelectual, segundo Marouby, de “reflexão antropológica”, marcado sobretudo pela redefinição da imagem do selvagem perante o primitivismo. Nesse caso, uma das características marcantes em Robertson, como apontado anteriormente, é a relativização da influência climática na natureza dos povos americanos. Isso é oriundo de uma cientificidade, mesmo que imprecisa que permite o acréscimo de dois elementos analíticos: a cultura e a história. Podemos notar esse aspecto nos escritos de Ferreira, o que o coloca como um interlocutor, seja do debate sobre a figura do homem americano, quanto das mudanças metodológicas das ciências naturais.

Em relação ao estudo de alguns “instrumentos” indígenas, Ferreira adota uma perspectiva claramente histórica, no caso, inserindo-os no processo de desenvolvimento da própria humanidade. Segundo Ferreira, ao se observar os “vestidos e ornatos” dos indígenas “se observa, bem se pôde, quanto ao principio e progressos que têm feito entre os homens a arte de vestir e de trajar, subir desde a sua infancia até o seu estado actual, discorrendo que os homens primeiramente andaram todos nus” (FERREIRA, S.D, p. 620).

Lembremos que o trabalho, associado à ideia de indústria, segundo os autores, não era um valor introjetado nos indígenas, faltando o que Robertson indicava ser a força motriz de toda a sociedade. Dessa forma, o que para Ferreira se assemelha a povos na infância da humanidade, para Robertson, observá-los seria como ver homens que se encontravam “nas primeiras eras da sociedade, onde a condição do homem ainda é simples e grosseira, sua razão é muito pouco exercitada, e seus desejos movem-se em uma esfera muito reduzida (ROBERTSON, 1835, v. 4, p. 163).

Nesse ponto notamos claramente aquele segundo modelo analítico proposto por Duchet (1971): o do “homem natural”. Assim, o selvagem, antes apartado da civilização, passa a integrar a humanidade como parte de sua etapa ainda originária, como sendo uma sociedade em estágio inicial. Essa imagem é representada no termo “infância”, o que não deixa de relacionar-se com a tese sobre a “imaturidade” do homem americano, só que numa perspectiva histórica. Ferreira e Robertson caminham por essa linha recorrendo a

exemplos e relações diferentes, mas que dialogam em relação ao processo encerramento do homem americano em uma rede de negações.

Robertson ao descrever as relações sociais dos indígenas indica que

Sua união política é tão imperfeita, suas instituições e regulamentos civis são tão poucos e tão simples, e de uma autoridade tão debilitada, que nesse estado os homens deveriam ser vistos antes como agentes independentes do que como membros de uma sociedade regular. (ROBERTSON, 1835, v. 4, p. 152-3).

Ao recorrer à ideia de “imperfeição”, Robertson considera as organizações sociais dos povos americanos como correspondentes à “primeira e mais simples forma de associação humana”: o estado doméstico (ROBERTSON, 1835, v. 4, p. 167). Ao apontar os elementos que os situam nessa condição, destaca por exemplo o cuidado e zelo em relação aos filhos. Relação que marca inclusive as relações entre os animais – aqui estabelecendo a recorrente relação entre natureza e humanidade – sendo os humanos a espécie que mais depende do cuidado dos pais. Contudo, ao analisar os povos americanos destaca a inconstância dessa condição.

Em alguns lugares a união matrimonial durava por toda a vida; em outros, a impaciência dos americanos em relação a qualquer espécie de restrição, juntamente com suas naturais leviandades e caprichos, levava-os a dissolver o casamento sob o mais fútil pretexto, e muitas vezes sem apresentar qualquer justificativa. (ROBERTSON, 1835, v. 4, p. 168).

Baseando-se nesta constatação, Robertson afirma que, entre os americanos, “a primeira instituição da vida social está corrompida” (ROBERTSON, 1835, v. 4, p. 169). É essa a primeira evidência da imperfeição de suas relações. Ao descrever a relação entre pais e filhos, verifica a curta relação de afetividade, reduzindo-os a um afeto puramente instintivo de um animal com sua prole:

Os pais, como se já tivessem cumprido seu dever quando conduziram seus filhos ao longo dos anos desamparados da infância, os deixam mais tarde em uma completa liberdade. Mesmo em tenra idade, raramente são aconselhados ou advertidos, e nunca censurados ou castigados. Eles sofrem para serem senhores absolutos de suas próprias ações. (ROBERTSON, 1835, v. 4, p. 171).

Ferreira traz a imagem da infância da humanidade ao analisar o desenvolvimento industrial dos povos analisados. Sobre as armas de ataque a distância como o arco e a

zarabatana, o naturalista afirma que são as únicas “que possuem os povos, que vivem na infância da sociedade”, mostrando que “os primeiros esforços da arte para as aperfeiçoar, foram muitos simples e grosseiros” (FERREIRA, S.D p. 625-628). Essa rusticidade, segundo Ferreira, é reflexo da falta de “ferramentas, e todos os mais subsidios da arte”, o que inegavelmente move a análise novamente para o modelo do selvagem “vazio”, no caso, sem arte. Podemos ter noção deste intrincado jogo de representações composto pela imagem do selvagem “vazio” e o que ainda está num “estado originário”, na seguinte passagem:

Essa “simplicidade” reflete “os esforços do espirito e da industria dos povos, que em nenhuma outra cousa se exercitam, sinão na guerra e na caça, só a estes dous objectos se limitam (...) todos os seus utensilios são poucos, e esses mesmos grosseiros (...) A indolencia natural é outro obstaculo, que encontra a multiplicidade dos moveis, e o mecanismo, e a conveniencia da sua construção”. Qual atividade que começam “continuam com pouca actividade, e como si fossem umas crianças, qualquer bagatella basta para os distrahir (...) De entre todo o gentio o Mura é o que menos se trata e se alinha: os seus mesmos ornatos são muito grosseiros (...) a sua vida é de curso; os seus estabelecimentos são volantes e incertos (FERREIRA, S.D, p. 628-9).

Aqui notamos um tema caro à Robertson, o desenvolvimento da indústria dos povos. O filósofo também atribui essa condição aos povos americanos pela forma como se organizam. Ao dependerem da caça e pesca, ou seja, uma economia de subsistência, necessitam de grandes áreas para o sustento de poucas pessoas (ROBERTSON, 1835, v. 5, p. 178). Dessa forma os indivíduos ficariam limitados a sua condição natural, logo não progredindo, e estacionando-se nas primeiras condições do desenvolvimento da humanidade. Segundo Robertson (1835, v. 4, p. 178)

Eles não podem se organizar em grandes comunidades, pois seria impossível encontrar subsistência; e eles têm de manter distância de todos os rivais que possam invadir os domínios que consideram ser seus. Esta era a situação de todas as tribos americanas; os números de cada uma eram insignificantes, embora espalhadas por países de grande extensão. Elas estavam muito distantes umas das outras, e envolvidas em perpétuas hostilidades ou rivalidades

Percebemos a retomada de diversos fatores para explicar a rusticidade da indústria americana: 1) o impulso às atividades que estimulam as “faculdades activas da natureza” como a caça e a guerra, espaço, como anteriormente visto, caótico e hostil ao crescimento da indústria e estabelecimento da propriedade, visto que prevalece o direito da vingança.

2) a indolência inerente à natureza dos povos americanos. 3) O estágio ainda originário que os aproxima da infância da sociedade. Todos esses fatores contribuem, segundo Ferreira, para o fracasso da indústria americana e a incerteza de seu futuro, relegando a um estado não só inerte, mas também frívolo.

Nesse ponto fica evidente o diálogo com Robertson, na medida em que, segundo Gerbi, o autor também se indigna ao comentar na sua obra *História da América* que os americanos deixam o trabalho com uma “frivolidade pueril” próxima aos caprichos da infância, sendo assim: eles “distraem-se facilmente caem de novo no ócio completo ou abandonam-se aos divertimentos, às danças, aos jogos e à embriaguez” (ROBERTSON *apud* GERBI, 1996, p. 141). Dessa forma, para Robertson os americanos não são mais que crianças. Para um racionalista do século XVIII, essa é uma sentença condenatória.

Apesar da sentença acima proclamada, muitos intelectuais recorreram a essa imagem da infância da humanidade para pensar uma realidade estranha. Assim, os europeus continuaram a recorrer a referências tradicionais e míticas para pensar o indígena. Buscavam-se no imaginário ocidental conceitos e imagens que pudessem traduzir experiências sociais estranhas à vida civilizada.

Convém mencionar um exemplo: ainda era comum apontar certas semelhanças entre os selvagens americanos e os antigos gregos. Segundo Marouby, o passado clássico, por vezes idealizado, referenciava a análise do selvagem, que acabava por “representar a democracia no seu estado puro”. Marouby lembra os casos de Colden e Charlevoix. O primeiro, ao descrever os iroqueses em 1750, os apresentou como grandes oradores, o que seria a consequência de seu “perfeito governo republicano”. O segundo, tratando do Canadá em 1774, comparou as reuniões dos índios com o Aerópago de Atenas e o Senado romano (MAROUBY, 1990, p. 151-152).

Nesse sentido, Ferreira aponta que muitos “gentios (...) desenham na pele uma multidão de listras e de figuras diversas, custando-lhes estas pinturas muitas dôres, muito tempo, e muito trabalho. Outros andam sempre tintos (...) como os antigos bretões”. Apesar dessa comparação com os “antigos bretões”, ancestrais dos países tidos como civilizados, Ferreira salienta que o único motivo para eles se pintarem e se adornarem é o de “incutirem maior terror ao inimigo, e também apresentarem as suas pessoas em um ar mais bizarro” (FERREIRA, S.D, p. 621). Dessa forma, notamos o que seria um primitivismo difuso enveredar para a secular denúncia da decadente natureza do homem americano, que direciona todas as suas obras às práticas que estimulem suas “faculdades activas da natureza”, ou seja, a selvageria e a barbárie. Segundo Ferreira, essa natureza

faz com que os “gentios” sintam um “peso e inclinação natural a alterar as fôrmas naturaes de seus corpos”. Essa degeneração da “forma originária” é direcionada ao seguinte fim:

fazendo-os logo passar desde o berço pelos mais dolorosos transes, não se dirigindo elles a outro fim mais do que ao desordenarem o plano da natureza, debaixo do vão pretexto de aperfeiçoarem as suas obras. Porém o certo é, que o principal fim a que tendem estes diferentes caprichos não é tanto para embellezarem os seus corpos, quanto para lhes darem um ar impostor, que com a sua presença e diformidade aterre o inimigo (FERREIRA, S.D, p. 622)

No trecho acima, notamos a representação sobre os indígenas mais recorrente na primeira fase da viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira: a do índio selvagem. Em meio a uma natureza inóspita, ele direciona todas as “faculdades activas” de sua natureza, para inculcar medo e terror a seus inimigos, constituindo-se no principal obstáculo para o progresso e estabelecimento da empresa colonial sob os auspícios da Coroa lusitana. Em relação a essas representações sobre o selvagem, notamos que muitas vezes elas recorrem a códigos culturais europeus de longa data, tentando decifrar uma cultura distante e estranha aos olhos desses naturalistas. Mesmo quando vislumbramos alguma ideia desses seres estranhos, ela só foi traduzida numa oposição tensa entre civilização e barbárie.

Depois de percorrer toda a extensão do Rio Negro entre os anos de 1786 e 1787, percebemos como Ferreira dialogava com diversas questões: o debate sobre o homem americano, a catalogação da natureza americana segundo os parâmetros da ciência natural e a articulação dessa investigação com o anseio da Coroa lusa em descobrir novas formas de exploração da natureza do ultramar. Em relação ao progresso da colônia, ou seja, o desenvolvimento agrícola, Ferreira salienta que “o trabalho a fazer é muito, e a preguiça muito mais; porque os esforços dos que não são preguiçosos encontram a falta de braços do que necessitam”. Isso se deve, sobretudo, devido à falta de mão-de-obra indígena aldeada e civilizada, e mesmo “os poucos índios, que há, são incessantemente distraídos para o serviço das expedições régias (...) n`ellas dezerterão ou morrem, não são substituídos por outros novamente descidos”. Quando Ferreira defende a mão-de-obra indígena como um fator imprescindível para o progresso da Coroa, parece se distanciar das teses sobre a debilidade e inferioridade do homem americano. No entanto, notamos como sua bagagem ilustrada ainda repercute mesmo na sua defesa do indígena. Um dos principais tópicos da defesa seria o “bom trato” do indígena, visto que

Para desgostar-se um índio d'estes qualquer cousa basta, e sobeja: basta, que o diretor o advirta, que trate de fazer a sua casa, onde more; basta, que o vigário o admoeste da obrigação, que tem de aprender a doutrina para se batizar; e basta enfim, que lá de si para si chegue a desconfiar de uma ação, ou de um dito, que ele não entende; ao que tudo acresce, que si chega a ver, que adocece, ou morre algum dos companheiros, desconfia então do lugar da povoação, desconfia da qualidade do sustento, desconfia dos remédios, que lhe fazem, e dos que os fazem; e como está posto na povoação, situada na boca do rio, donde desceu, sobe a dissuadir os outros, que ficarão (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 120-1).

Ou seja, apesar da relativa defesa, vemos reafirmadas características inerentes à representação da natureza selvática: a sua recorrente “inconstância” e descontrole das paixões (animalidade, selvageria, brutalidade, ausência de razão) que a qualquer momento podem se voltar contra a empresa colonial, constituindo-se num dos maiores obstáculos para o progresso. Dessa forma, Ferreira sentencia na mesma passagem que “está mostrado a experiência, que nem com te-los mui mimosos, e ainda mais guardados do que bixos da seda, nem por isso mudão de conduta; quanto a mim são gallos do campo, que por mais milho que se lhes deite, com dificuldade se habituão ás capoeiras”. Apesar da representação condenatória de “gallos do campo”, devemos alertar que ela se destaca de um debate sinuoso sobre a figura do homem americano. Dessa forma, para extrairmos uma interpretação mais complexa desse intrincado jogo de representações, faz-se necessário a análise de um segundo momento da viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira.

CAPÍTULO 4 – OS LIMITES DO FILOSOFAR E O ESFORÇO DO DESENHAR: O PRIMITIVISMO NOS TEXTOS E IMAGENS DA VIAGEM FILOSÓFICA

Entre os anos de 1785 e 1789, ao longo de sua viagem pelo Rio Negro, nos quais Alexandre Rodrigues Ferreira desempenhou com fidelidade o encargo de funcionário real da Coroa portuguesa e, também como naturalista, buscou catalogar e analisar os domínios lusitanos na América. Em seus escritos pudemos levantar o diálogo de Ferreira não só com as ambições do olhar imperial, mas também com os códigos e referências da história natural. A forma como organiza seu Diário do Rio Negro, organiza cartas, memórias e outras referências nos traz indícios de sua prática e experiências que revelam o naturalista em formação.

Mesmo com o expressivo volume de materiais e amostras remetidos para a Coroa, podemos perceber a insatisfação de Ferreira em relação a alguns aspectos de sua produção. Na última participação de seu Diário do Rio Negro, o jovem naturalista afirma sentir “falta de uma competente bibliotheca, para em vista d’ella se rectificarem as observações”, além disso, “falta o socego de espírito, que tão preciso é, a quem tem de ordenar e compôr entre si uma multidão de idéias, e falta finalmente o tempo para escrever, sendo todo pouco para observar” (FERREIRA, S.D, p. 589).

Ferreira não conseguiu esse “sossego para seu espírito” tão cedo. Em 1789, o naturalista recebe ordens da Coroa para descer o Rio Madeira. Esse foi o percurso mais dramático da expedição. Dentre as adversidades podemos destacar a subida do rio contra suas fortes corredeiras e depois podemos enumerar diversos outros: Ferreira havia requerido 200 índios remeiros para expedição, conseguindo do governador apenas 118. Desses, 42 desertaram já no início da viagem; depois vieram os ataques dos Muras e as enfermidades que assolaram toda expedição, fazendo sucumbir metade dos remeiros que restavam, além de levar o jardineiro Agostinho do Cabo, que veio a falecer no final da expedição pelo Madeira, destino que Ferreira quase compartilhou.

Se na viagem ao Rio Negro, Ferreira já lamentava sua falta de sossego. Numa carta a Caldas, governador da capitania de São José do Rio Negro, o naturalista desabafa:

O melhor do meu tempo mo estão roubando estes índios, que tanto me dão que pensar, não mo dando (Louvado Deus) nem os meus livros, que são que professo nem os mais empregados, porque cada um trata de cumprir com as suas obrigações muito acima do que lho permitem estes cotidianos desgostos e desassossegos, que só devem passar por aqueles

que de que os passarem, fazem serviço a Sua Majestade, e não nós, a quem nada disso se leva em conta, senão o que observamos, recolhemos, desenhamos e remetemos. Estudar, observar e fazer experiências em toda a parte do Mundo Literário supõe não somente o talento, mas também o sossego e as comodidades (...) A vida que passo é a de uma guerra viva, não com os gentios, porque essa que me fazem de alguma forma se evita, mas com os índios domésticos (...) Porém, enfim, senhor Excelentíssimo, no meio de todos estes trabalhos, uma só reflexão abate a todos os instantes o meu fraco espírito, e é que depois de termos todos em serviço de Sua Majestade e na qualidade de uns meros estudantes arriscado tantas vezes por estes rios e sertões as nossas vidas (...) tão alheios da vida literária que professo (FERREIRA, 2008b, v. 2, p.46).

Segundo Carvalho Junior (2000, p. 92), todos os dramas vividos por Ferreira ao longo do Madeira promoveram uma mudança na forma como o naturalista representava a natureza americana, principalmente o indígena. Se antes o indígena era quase uma presença “abstrata”, mais presente nos relatos, agora Ferreira deveria conviver com o “peso inexorável do convívio com os índios concretos”.

Durante a expedição ao Madeira, Ferreira tomou contato com as ameaças dos Muras, antes só conhecidas pelos relatos, o funcionário teve que lidar com o que apontava ser a inconstância dos índios domésticos, os remeiros, tendo que mediar as deserções e revoltas; o que pode ser compreendido como resistência ao julgo colonial. Dessa forma, Ferreira muitas vezes se vê impotente diante da floresta e dos nativos. Os índios, antes “simples objetos a serem estudados, incomodam-no agora, por agirem ativamente, por terem passado ao papel de sujeitos dessa jornada” (CARVALHO JUNIOR, 2000, p. 103-104).

Tanto para Corrêa Filho (1939), quando para Carvalho Junior (2000), esse segundo momento da expedição foi marcado pela redefinição da representação do indígena nos relatos de Ferreira. Para compreender melhor esse movimento partiremos para investigação de segundo conjunto de documentos composto pela Monografia, cartas e a produção iconográfica da Viagem Filosófica.

4.1 Tapuia: selvagem ou homem originário?

Em Vila Bela, Ferreira teve tempo de organizar sua monografia sobre as excursões pelo Amazonas, Negro e rio Madeira. Essa monografia intitulou-se: *Observações Gerais e particulares sobre a classe dos Mamíferos observados nos territórios dos três rios, das Amazonas, Negro e da Madeira: com Descrições circunstanciadas, que quase todos eles, deram os antigos, e modernos naturalistas, e principalmente com o dos Tapuias*. Obra

datada de 29 de fevereiro de 1790 na qual Ferreira busca, a partir dos parâmetros da história natural, sistematizar os dados colhidos até então.

Como perceberemos adiante, Ferreira estabelece na monografia um diálogo constante com uma série de autores. O naturalista concorda, discorda, enfim, se posiciona mais precisamente num contexto de discussão sobre a natureza e o homem americano. Segundo Carvalho Junior (2000, p. 107), nas produções anteriores é notável o diálogo com os paradigmas filosóficos e científicos do século XVIII, acompanhados fortemente pelo tom burocrático. Já na monografia, a veia naturalista ganha força, constituindo, provavelmente, um esforço em elaborar uma produção que garantisse o passaporte do naturalista para os quadros da comunidade científica lusitana.

A análise da monografia de Ferreira nos mostra um discurso que se estabelece um discurso voltado para o público científico, sendo Lineu uma das principais referências do naturalista.

Ao descrever os animais, assim como Lineu, Ferreira os classifica entre aqueles “corpos naturais” que eram organizados, que viviam e que sentiam. Apesar de distingui-los dos vegetais, que apesar de viverem e serem organizados, não sentiam; ele estabelece uma correspondência entre o mundo vegetal e animal. Considerando os vegetais e os animais como máquinas, Ferreira acreditava que, em quase tudo relacionado à vida vegetativa, a “máquina vegetal” correspondia à “máquina animal”. Plantas e animais seriam semelhantes em relação ao: nascimento, nutrição, idade, movimento, a propulsão, a enfermidade, a morte, a anatomia e ao organismo. Fica evidente essa correspondência nessa passagem:

As suas partes sólidas correspondem ao tutano nos animais e à medula nos vegetais; os ossos ao lenho; os músculos aos galhos; à pele o córtex; à cutícula a epiderme; os pulmões às folhas; os dutos venosos aos arteriosos, etc., os vasos suctórios que conduzem os fluidos, as vesículas que os retém e conservam; as traqueias que atraem o ar. Aos órgãos genitais que correspondem à frutificação, temos que os estames nas flores são os órgãos genitais masculinos cujos cálices servem de lábios ou de prepúcio, e as corolas de ninfa; o pólen de sêmen, as anteras de testículos, e os filamentos de vasos espermáticos (FERREIRA, 2003, v. 3, p. 16).

Ferreira marca uma intrínseca relação entre “natureza animal” e “natureza vegetal”. Segundo Carvalho Junior (2000, p. 109), o “homem natural” de Ferreira é parte integrante da natureza e sofre por isso, decididamente, interferência dos vários elementos que a compõem. Como analisado anteriormente, a forma como o letrado observa e

classifica a natureza vai ser determinante na forma como compreende a própria natureza humana.

Percebemos a influência das teses sobre o clima da América desde o início dos relatos de Ferreira. Nesse momento de síntese científica, em que busca elaborar uma conclusão sobre suas reflexões sobre a condição humana e dos espécimes a partir dos referenciais da história natural, o naturalista parece recorrer mais uma vez às teses sobre a decrepitude da natureza americana, agora se referindo diretamente à Buffon.

Segundo Ferreira (2003, v. 3, p. 17), na América a “vida animal, excetuando a dos insetos, não têm uma tão grande força e atividade como a da vegetal (...) o calor do sol, a umidade do clima e a fertilidade do terreno cooperam para uma abundância vegetal”. As matas são “impenetráveis”, tornando o “país selvagem e sombrio, uma terra bruta e abandonada a si mesma”. No entanto, percebemos as primeiras distinções. Para Buffon, a natureza americana é hostil a qualquer tipo de indústria, já no trecho de Ferreira notamos o destaque à “abundância vegetal” da natureza americana. Provavelmente, essa representação advém do reconhecimento por parte de muitos ilustrados luso-brasileiros da pródiga natureza que a Coroa portuguesa contava no Ultramar, restando a ela somente desbravar e conhecer seus potenciais, retirando-a do abandono (SILVA, 2006, p. 156).

Apesar da breve defesa da natureza americana, Ferreira parece novamente se inclinar para os efeitos nocivos do seu clima. Segundo Ferreira (2003, v. 3, p. 18), “os mamíferos da América Meridional são menos volumosos e robustos que os já citados do antigo hemisfério”, além de pertencerem a uma “raça inferior”. Este termo utilizado por Ferreira deve ser destacado por estar no cerne de uma série de debates no final do século XVIII. Silva (2020), ao analisar a consolidação do termo “raça” para designar a superioridade ou inferioridade de grupos humanos, destaca a relação desses termos com os debates sobre o clima e características fisiológicas do homem americano realizado pelos naturalistas.

Ao justificar a inferioridade do homem americano, Ferreira pauta-se, novamente, em Buffon ao afirmar a pouca variedade de mamíferos quando da descoberta da América. Ao contrário, prosperam “os répteis e serpentes na classe dos anfíbios e com as dos vermes e insetos. Parece que a natureza despende toda a atividade da vida na produção destas classes”. Em razão disto, “diminuem a força e o volume dos grandes são as que favorecem e aumentam a propagação dos pequenos” (FERREIRA, 2003, v. 3, p. 19).

Robertson chega a conclusões parecidas em relação ao Equador. Aponta que o clima dos países americanos também seria afetado pela elevação em relação ao mar, pela

extensão dos continentes, pela natureza do solo, altura das montanhas e outras circunstâncias que levavam a “proliferação de germes, insetos e cobras” (SILVA, 2020, p. 115).

Notamos claramente como Ferreira retoma as teses de Buffon sobre a decadência da natureza americana. Aqui o naturalista demonstra novamente a influência do aristotelismo para sua compreensão. Segundo Gerbi (1996, p. 29), “uma grandeza relativa possui, entretanto, atributos positivos e direitos reais no ordenamento da natureza: o grande é tão fixo quanto o pequeno é variável”. Decompondo essa lei, percebemos que a dimensão ganha status de forma e superioridade, proclamando mais uma vez a superioridade da natureza europeia em oposição à imatura e decadente natureza do Novo Mundo. Um dos exemplos trazidos por Ferreira é o das formigas, chamadas pelos Tapuias de “Rei do Brasil”, as quais exercem “supremo império”, constituindo-se uma das “pragas do país” (FERREIRA, 2003, v. 3, p. 19).

Após relatar sobre a natureza americana, Ferreira propõem-se a estudar o “homem” que, seguindo as classificações de Lineu, ocuparia o primeiro lugar da ordem dos primatas, tendo como fator dessa distinção o “conhecimento de si mesmo”. Tal classificação incomodou muitos contemporâneos do filósofo. Segundo Silva (2020, p. 185), Lineu entendia que o “homem, dentro da esfera da criação divina, era o animal mais perfeito e, portanto, cabia a ele, não somente se conhecer, mas também avaliar e classificar todas as criaturas existentes na face da terra”⁴³. Tendo posto isso, Ferreira coloca o “homem natural” como um dos “objetos de observações” dos naturalistas. Sobre o “homem natural” Ferreira destaca:

A sabedoria ligada à sua alma, a docilidade e o ensino, formam o caráter essencial de sua espécie. A diversidade de sua cor, os diversos lugares em que habita, os seus usos e faculdades corporais, indicam que, como em outros animais, também a sua espécie apresenta variedades (FERREIRA, 2003, v. 3, p. 22).

Notamos aqui uma mudança do posicionamento de Ferreira em relação ao “homem natural”. Se antes era um ser alheio à humanidade aqui ele passa integrar, pela

⁴³ Buffon também colocava como distinção dos homens dos animais o uso da razão, contudo negava a equivalência entre homens e macacos e ressaltava o “homem como objeto da história natural e, portanto, único em seu grupo, se diferenciando de todos os animais” (SILVA, 2020, p. 118). Buffon também colocava como critério de distinção a capacidade humana de organização e hierarquização para definir a superioridade classificatória entre os homens. São pressupostos que dialogam com a visão civilizadas de mundo que também se determina por um ideal de hierarquitetura (TODOROV, 2008; MAROUBY, 1990).

sistemática de Lineu, o quadro dos “tipos” humanos. É aqui que Ferreira nos apresenta o exemplo mais singular de “homem natural”: o Tapuia. Segundo Ferreira (2003, v. 3, p. 22), esse Tapuia “é tão homem como o europeu, o asiático e o africano”. Apesar de descrever e analisar o Tapuia com a categoria de indígenas brasileiras que remetiriam ao homem natural, Ferreira continua a situá-lo entre os “selvagens”, porém, ressalta que “são capazes de ensinar aquilo que os desperta e os faça refletir o que lhes traga melhorias”. Ou seja, o índio selvagem e apático, ser que está perdido e vegeta em meio a natureza, abre espaço para outro tipo de selvagem, aquele que detido de certa racionalidade é permeável aos sistemas sociais e econômicos identificados pelos europeus como símbolo do progresso. Em relação a essa certa racionalidade, Ferreira fica surpreso ao comentar que nós (brancos, europeus e cientistas) os denominamos Tapuias, só que em contrapartida “eles também nos denominaram de Tapuitinga ou Tapuias brancos”. Ou seja, aquela racionalidade não só libera o indígena da inércia, como lhe concede autonomia. O branco, civilizado, racional e observador, passa a ser o observado.

Um dos pontos chaves para compreender a análise dos Tapuias é a questão da “variedade” de cores desses indígenas – outro tema atrelado à consolidação de concepções raciais na segunda metade do século XVIII.

Questão também abordada por Robertson. Alertava: “não analisar a cor da pele segundo o imaginário e a religião, mas a “partir do entendimento dos fatores climáticos” (SILVA, 2020, p. 113). Já Buffon propunha que as heterogeneidades se dariam por conta do clima e também pela “diferença na alimentação, pela maneira de viver, pelas doenças, epidemias e pela mistura dos indivíduos mais ou menos parecidos” (SILVA, 2020, p. 119).

Ferreira questiona o trabalho de historiadores que não se dão ao devido “trabalho de filosofar”. Ferreira contrapõe-se a tese que a cor se dá conforme nos distanciamos do norte e dos países frios. Ele se contrapõe a essa tese afirmando

não basta medir somente a sua distância ao Equador, mas também é necessário examinar: a altura que estão sobre o nível do mar a elevação das montanhas em que se encontram situadas ou as suas vizinhas, a extensão do país, a natureza do terreno e os ventos locais (FERREIRA, 2003, v. 3, p. 24).

Nesse ponto notamos a oposição às noções climáticas em voga nas teses de diversos autores como Buffon e De Pauw. Se antes, podemos notar uma contraposição entre o clima europeu e o clima americano, agora devemos ponderar uma série de outros

fatores na análise do selvagem. Essa questão insere-se num segundo momento do debate sobre a figura do homem e da natureza americana.

Segundo Gerbi, esse questionamento se apresenta já com a publicação do livro *Recherches philosophiques sur les Américains* de Corneille De Pauw, publicado em 1768. Muitos letrados se mostraram reticentes às noções climáticas empregadas por Buffon e De Pauw. Segundo Gerbi (1996, p. 98), o naturalista e matemático milanês, Paolo Frisi, reconheceu que De Pauw escreveu com “copiosa erudição” e “suma elegância”, todavia, “generalizou com demasiada facilidade e ignorou as leis e os fatos afirmados pela física do globo”. Gerbi coloca Frise como um dos principais debatedores das teses de De Pauw, quando o matemático afirma que a América é um continente muito extenso e diverso de uma parte para outra, só podendo ser compreendido pelas suas particularidades. Assim notamos exemplos de boa organização política de povos como Peru, México e Chile, além do avançado progresso técnico dos norte-americanos. Mesmo em relação ao clima é extremamente “débil” relacioná-lo unicamente a uma oposição entre calor e frio, ou seco e úmido, visto que a América não fornece nada em termos climáticos que a distinga do Velho Continente (GERBI, 1996, p. 99).

Apesar dos limites e persistências de certas representações, podemos notar que Ferreira dialoga com um contexto de mudança na metodologia da história natural, onde a perspectiva natural e climática é lentamente influenciada por uma forma etnológica e histórico-geográfica de se analisar a alteridade. Percebemos isso já no *Diario da Viagem Philosophica pela Capitania de São-José do Rio Negro*, quando Ferreira estabelece um diálogo com as teses de Robertson, segundo Gerbi, um dos principais questionadores das teses de De Pauw, apesar de manter algumas posições quanto à infantilidade do povo americano. Agora, na monografia sobre os Tapuias, Ferreira volta a citar Robertson ao questionar as “fábulas” difundidas pelos primeiros desbravadores da América. Ferreira afirma que o “caráter maravilhoso” desses relatos deve abrir espaço a um “espírito filosófico” mais “digno”, à medida que vão se “adiantando os conhecimentos, e que a natureza vai sendo observada por olhos mais exercitados, assim também se vê que vão desaparecendo as maravilhas que encantavam os séculos de ignorância” (FERREIRA, 2003, v. 3, p. 137).

Um dos “desbravadores” a ser questionado é La Condamine. Segundo esse viajante, os índios “se empanturram até mesmo com voracidade quando têm de satisfazê-la, são sóbrios quando não se deixam levar a libertinagem; indiferentes a todos os motivos de honra e glória, honra e reconhecimento; unicamente ocupados com o presente sem

inquietação alguma com o futuro” (LA CONDAMINE apud FERREIRA, 2003, v. 3, p. 33). Nesse caso, nos ateremos à resposta de Ferreira a essa representação desse indígena lascivo e inconstante. Segundo o naturalista, o leitor não deve levar essas reflexões ao “pé da letra”. Sugerindo outra perspectiva Ferreira ressalta

que estão postos em outro estado de sociedade, em outra ordem de cousas, em outro país e em outras diferentes necessidades, perdem uma grande parte de toda a sua energia. Como as suas necessidades naturais são poucas, também os seus esforços espirituais e corporais são poucos. O que mais inquieta e tira de inação os povos civilizados são as necessidades adquiridas (FERREIRA, 2003, v. 3, p. 34-35).

Nesse trecho percebemos a persistência da representação do indígena como ser “melancólico”, marcado por uma “apatia constitucional” devido à prodigalidade da natureza. No entanto, essa noção adquire um traço histórico na medida que esses indígenas estão em outro “estado” da sociedade, ou seja, nega uma natureza fixa e imutável. Resta-nos saber, qual é esse “estado”?

Quando Ferreira retoma a questão da religiosidade dos indígenas, podemos contemplar essa noção do “estado”. Segundo o naturalista, a maioria das tribos “não tem conhecimento de um ser supremo e nem praticam culto religioso”, todavia, isso “naturalmente deve acontecer ao homem constituído na infância da sociedade”. Notamos aqui a retomada de temática sobre o primitivismo. Nesse momento de debate sobre a natureza do povo americano, o selvagem é esvaziado de qualquer sinal de civilidade, no entanto isso se deve à sua situação ainda originária. Num momento de inserção do selvagem no mundo civilizado, ele seria a manifestação clara do homem no seu “estado primitivo” ou “originário”, podendo ingressar no progresso civilizador desde que aceitasse seus parâmetros. Isso fica patente quando Ferreira salienta que apesar das ideias tão “extravagantes das suas crenças, seus sacrifícios, bailes e funerais, sempre deixam transparecer a ideia de Deus através de sua revelação”. Para percebê-las só necessitariam de uma “luz espiritual” (FERREIRA, 2003, v. 3, p. 39). Aliás, contrariando o monopólio das missões que Ferreira denunciou ao longo da viagem ao rio Negro, aqui o naturalista enaltece a

doçura, o bom exemplo, a caridade e o exercício da virtude constantemente praticado pelos missionários tocando e vencendo a sua desconfiança e ferocidade (...) nenhuma outra coisa faz tanta honra à religião como a de ter civilizado estas nações e lançado os fundamentos de um império sem outras armas que não a da virtude (FERREIRA, 2003, v. 3, p. 40).

Notamos nesse trecho a articulação direta entre processo civilizador e a consolidação do Estado português na colônia americana, evidenciando a necessidade de tutela sobre o povo indígena ainda na “infância da humanidade”.

O primitivismo com que Ferreira dialoga, mostra uma importante mudança na representação do indígena. Se antes ele era um bárbaro irredutível à vida civilizada, podemos afirmar agora que ele seria um “homem original” no primeiro estágio da vida social e passível de aperfeiçoamento?

Devemos ter cautela ao relacionar a figura do “homem original” à valorização do homem americano. Silva (2020), destaca que muitos naturalistas ao apontarem os americanos como homens na “infância da humanidade”, relacionavam essa interpretação a ideia de um “evento edênico”, segundo a qual Deus teria criado um homem específico para a América, já que sendo a “América era uma terra recente, vivendo em seu estágio de infância, só colaborava com sua ideia de que o homem americano também havia surgido recentemente” (SILVA, 2020, p. 209). Dessa forma:

os nativos americanos e o resto da humanidade aparecido de eventos criacionais distintos. Logo, ele afirmava que os europeus eram descendentes de Adão, mas não podia garantir que povos escondidos nas mais distantes ilhas possuíam a mesma origem, restando acreditar que aqueles povos diferentes dos europeus, também eram oriundos de um diferente Adão (SILVA, 2020, p. 210).

Uma das questões marcantes nos escritos de Ferreira e que nos permitem elucidar a questão acima está na descrição da primeira ordem dos quadrúpedes. Nela Ferreira divide os índios em duas classes: os “monstruosos por artifício” e os “monstruosos por natureza”. Dentre o “monstruoso por natureza” estão os Catauxí, “com as mãos e os pés malhados de branco” e dentre os “monstruosos por artifício” estão os Cambeba ou Omágua, com cabeça chata; os Uerequena, com as “extremidades das orelhas rasgadas e distendidas até os ombros” e os Miranhas, com as ventas furadas exteriormente (FERREIRA, 2003, v. 3, p. 75-76).

Em contraposição a essas “monstruosidades” está a figura do Tapuia. Segundo Ferreira (2003, v. 3, p.29) “há em seus corpos quando não desfigurados, aquela proporção e regularidade em que consiste a perfeição de uma figura americana. O talhe airoso do corpo, a estatura proporcional, as feições delicadas, enfim, de tudo a natureza vai distribuindo entre eles como melhor lhe parece”. Interessante notar que quando o indígena não apresentava as marcas de sua cultura, as “deformidades” (botoques, penas nas ventas,

cicatrizes), notamos uma “nudez simbólica”. Segundo Marouby (1990, p. 127), essa “nudez”, aqui relacionada aos Tapuia, representa a “pura essência do selvagem” que não fora corrompida nem pela selvageria, nem pela civilização. Nas descrições dessa essência, Ferreira ressalta a “lisura de sua pele, o quanto é polida e unida (...) a pele fica tão lisa que tocando-a com a mão, se sente como aveludada” (FERREIRA, 2003, v. 3, p. 26-27).

Segundo Marouby (1990, p. 132-133), essa “reabilitação do corpo” do Tapuia, coincide com o contexto primitivista de revalorização da natureza humana, na qual o selvagem é descrito como belo e sadio. Dessa forma a culpabilidade da imagem do corpo nu sustentada no “mito do pecado original” era colocado em questão, desmentindo a “universalidade da condenação” da nudez. O europeu encontra uma humanidade que tem outra relação com o corpo: a nudez não é pecado nem malícia. A constatação dessa inocência da nudez, permite em contrapartida, a crítica à civilização. Segundo Ferreira (2003, v. 3, p. 29), os Tapuias

não fazem parte dos que desfiguram a forma humana, não enfaixam as crianças, não espartilham as meninas para adquirirem cinturas delicadas, não ligam colarinhos aos pescoços dos filhos, os pulsos com os manguitos, o ventre com os cintos, os joelhos com as ligas, e os pés com os calçados.

O reconhecimento da alteridade implica numa crítica à civilização. Ao lado da visão predominante, aparece um primitivismo difuso que entende os atributos da vida civilizada como acréscimos corruptores da “harmonia original”, em que se encontraria a perfeita humanidade (MAROUBY, 1990, p. 120). No caso do trecho de Ferreira, notamos que se passa a indicar a razão para deformidade nas roupas e adereços. O selvagem transforma-se na livre expressão de uma “natureza” que é reprimida, e pervertida, pelos artifícios civilizados.

Podemos perceber esse mesmo argumento em Robertson quando ele analisa a vida comunitário dos povos americanos, identificando um forte sentimento de igualdade de independência entre os indivíduos. Segundo Robertson (1835, v. 4, p. 179-80)

Todos são livres, todos se sentem como tais, e afirmam com firmeza os direitos que competem a essa condição. Esse sentimento de independência está gravado de forma tão profunda em sua natureza, que nenhuma mudança em sua condição pode erradicá-lo e dirigir suas mentes para a servidão. Acostumados a serem senhores absolutos de sua própria conduta, desdenham executar ordens de outros; e nunca tendo conhecido o comando, eles nunca irão se submeter a correções.

Miranda (2010), nos adverte para a cautela com o reconhecimento das virtudes dos povos americanos nessa perspectiva. Tendo em vista que muito dessa liberdade impossibilitaria o desenvolvimento da “sociedade civil” tão almejada pelos europeus aqui na América. E, retomando as reflexões já realizadas sobre o texto de Robertson, a falta da noção de propriedade privada e interesses pessoais dificultariam o desenvolvimento das noções de progresso tão vitais para o desenvolvimento das sociedades. Podemos identificar esse obstáculo quando Robertson aponta que

Cada um parece gozar de toda sua independência natural. Se um plano de utilidade pública é proposto, os membros da comunidade são livres para escolher se vão ou não auxiliar em sua execução. Não há estatuto que imponha qualquer serviço como um dever, nem leis que os obriguem a cumpri-lo. Todas as suas resoluções são voluntárias, e fluem de acordo com o impulso de suas próprias mentes. (ROBERTSON, 1835, v. 4, p. 180).

Notamos essa lógica presente no texto de Ferreira quando apresenta os motivos para a indolência do Tapuia em relação ao trabalho. Seriam eles: 1) “os meios que facilitam o trabalho são ausentes”, visto que “não há instrumentos”; 2) “de não estarem, desde que nasceram, acostumados a trabalhar, visto que o hábito ao trabalho faz dos fracos, robustos. É o que se vê nos tapuias domesticados que excedem em força e robustez aos selvagens”; 3) “A natureza tudo lhes oferece sem cobrar fadigas e trabalhos em troca dos sustentos e do regalo”; 4) “É tão limitada a esfera de seus desejos e necessidades que na menor atividade praticada, ficam amplamente satisfeitos, sem precisarem de se fadigarem para alcançar os meios necessários à satisfação”; 5) “todos eles são homens de natureza tal que por não trabalharem, são capazes de passar pelos maiores trabalhos” (FERREIRA, 2003, v. 3, p. 30).

Nesses motivos para a indolência do indígena, percebemos uma manifestação do primitivismo. Primeiro reconhece-se o trabalho como um “hábito”, ou seja, é culturalmente assimilado. Nega-se, portanto, uma natureza imutável do indígena frente a possibilidade de assimilação ao trabalho regular pela prática ou pela educação. A segunda questão remete mais ao primitivismo. O trabalho do indígena limita-se a “esfera de seus desejos”, no caso, bem restrita, visto a prodigalidade da natureza.

Segundo Marouby (1990, p. 170-172), diversos letrados difundiram essa representação da condição selvagem como aquela que corresponde à “pura necessidade”. Nesse sentido muitos indicam a habilidade e vida cultural intensa dos selvagens,

sugerindo uma atitude deliberada “em fazer o menos possível”. Nesse caso o obstáculo ao progresso material não estaria na insuficiência, mas nas “motivações psicológicas” que direcionam o trabalho regular ao “nada fazer”, em Ferreira isso é evidente no raciocínio, quando afirma que os nativos “por não trabalharem, são capazes de passar pelos maiores trabalhos”. Segundo Marouby (1990, p. 175), essa observação gerou uma “crise de valores” para os europeus civilizados, pois a “alta perfeição” dos civilizados parece conquistada graças à “inquietação” e à “loucura de empreender obras”, enquanto os selvagens vivem um “contentamento de si” que se aproxima da “moderação”.

O reconhecimento dos traumas gerados pela civilização emerge nos escritos de Ferreira quando comenta que “a ambição, esta poderosa mola das ações humanas que causa tantos bens aparentes neste mundo e tantos males reais, não tem poder algum sobre eles (os Tapuias)” (FERREIRA, 2003, v. 3, p. 35). Segundo Marouby (1990, p. 178), essa “crise de valores” possibilitará aos europeus tomar consciência de si, questionando seus preceitos, entrevedo uma relação com a natureza radicalmente diferente da sua: enquanto o “europeu se define por oposição à natureza”, buscando o progresso; o “selvagem se define por identificação com as forças naturais”, estando em outra ordem de necessidades, num equilíbrio natural os indígenas procurariam o repouso do seu estado originário.

Em relação ao primitivismo, Marouby salienta que a negatividade que antes definia o selvagem, apondo-o a tudo que era civilizado, acabou formulando uma “mitificação” manifesta no estado originário, ameaça a cultura europeia, tendo em vista as críticas impostas a ela pela retórica da negatividade. Segundo Marouby (1990, p. 182), esse incomodo se manifesta principalmente quando os europeus não identificam no selvagem um dos atributos essenciais do que os europeus entendiam como inerentes à personalidade humana: o “interesse particular”, ou seja, as “paixões”. No século XVIII, o problema das paixões está “no coração de todas as preocupações da felicidade”, inevitáveis, elas exigem a “pólicia”; a “calma das paixões”, por outro lado, representava o ideal de equilíbrio, “paz interior” e de “verdadeira felicidade” (MAROUBY, 1990, p. 183-184). Segundo Marouby (1990, p. 186), o comportamento social do selvagem parecia se assemelhar a esse ideal: essa moderação “não é aqui descrita como a marca de um estado de natureza”, mas “como o resultado de um verdadeiro controle de si”, essa “arte” seria tão profundamente interiorizada que termina por passar por natureza.

Apesar de reconhecer o diálogo de Ferreira com esse primitivismo, principalmente quando imprime uma retórica da negatividade, questionando sua cultura de origem,

devemos estabelecer alguns limites. Ao analisar a constituição moral dos povos Tapuia, Ferreira ressalta que nas relações sexuais “não há lei ou religião que os modere”, o que evidentemente distancia-os daquele ideal de moderação do século XVIII associado ao primitivismo. Os Tapuias seriam tão inconstantes que a qualquer sinal de infidelidade “exprimem o seu ressentimento e dão a entender bem claramente o ardor de vingança que neles domina” (FERREIRA, 2003, v. 3, p. 41). Essa inclinação para a vingança também era denunciada por De Pauw que, ao colocar o calor como principal fator, tínhamos no trópicos a geração de

peçoas pouco abertas para o amor, com gênio terminal, sem ousadia, com caráter questionável, naturalmente propensos à apatia e à inatividade. A fraqueza dos nativos também fazia deles seres vingativos, como as mulheres que possuíam menos força para repelir um ataque, eram faltosos no ato de perdoar, seres covardes com instinto que nunca os levavam a acreditar no outro (DE PAUW apud SILVA, 2020, p. 134).

Aqui a falta de regulação sexual, algumas vezes associada à luxúria, remetem a ausência de moderação, rompendo com as relações de valorização de uma “harmonia natural” anteriormente descrita. Reaproxima o homem americano a condições brutas, bestiais e animais, tão condenadas pelas concepções civilizadas da época. Quando Ferreira aproxima os nativos da infância da humanidade ou do comportamento feminino, podemos perceber o que Thomas (1988, p. 57) chama de “ideologia de dominação humana”, calcada na ideia de controle sobre os seres irracionais, àqueles que não conseguem controlar suas paixões. Representações que se estendem a “crianças, mulheres, loucos e pobres despossuídos” (THOMAS, 1988, p. 51).

A temática da inclinação à vingança reaparece na narrativa de Ferreira como um dos principais signos da inconstância do Tapuia. Sobre a sua organização política, o naturalista comenta que a “subordinação civil” cede espaço para o “direito de vingança”, e que esse estado gerava nas suas “pequenas corporações” um “ar de extrema pobreza e uma perfeita imagem dos primeiros tempos”. Ferreira reforça o caos instituído pela barbárie, quando salienta que as edificações estão “confundidas umas com as outras, e sem ordem, formam uma perspectiva das mais tristes e desagradáveis. Ali nada se vê senão o horrível e selvagem” (FERREIRA, 2003, v. 3, p.43).

Nesse ponto notamos uma clara oscilação entre o ideal mítico proposto pelo primitivismo e as representações clássicas do selvagem difundidas pelos seus detratores do século XVIII. Apesar de Ferreira reconhecer a pureza original do Tapuia, suas

representações desse homem inclinam-se a desconfiar de sua natureza. Ferreira demonstra isso ao compartilhar a opinião de Balsamão, que afirma: “O Tapuia representa um homem dócil, tranquilo, e tratável. Mas examinado de perto, logo deixa transparecer um ar selvagem, de desconfiança e sombrio”. Seguindo esse raciocínio, Ferreira também concorda com D. Pedro de Cieca de Leão, quando esse afirma que “Há, com efeito, em todos eles uma certa combinação de feições e um certo ar, tão privativamente seu, que nele se deve estabelecer a característica de uma figura americana” (FERREIRA, 2003, v. 3, p. 22 e 23).

Segundo Nobert Elias, essas evidências faciais que denunciam a “essência” do indivíduo são recorrentes na literatura ocidental clássica. Ao estudar os padrões de civilidade do período, o sociólogo destaca o tratado *De civilitate morum puerilium* (Da civilidade em crianças), de Erasmo de Rotterdam, escrito em 1530, lido e reimpresso até fins do século XVIII. Nele, segundo Elias, Rotterdam expressa uma mudança nos processos sociais da auto-interpretação da sociedade europeia, principalmente em relação ao decoro cotidiano. O tratado fala da resignificação dos costumes e atitudes e da perda de algumas hábitos tidos como bárbaras e incivilizadas. Rotterdam fala, por exemplo, da maneira como as pessoas olham:

olhar esbugalhado é sinal de estupidez, o olhar fixo sinal de inércia; o olhar dos que têm inclinação para a ira é cortante demais; é vivo e eloquente o dos impudicos; se seu olhar demonstra uma mente plácida e afabilidade respeitosa, isto é o melhor Não é por acaso que os antigos dizem: os olhos são o espelho da alma (ROTTERDAM *apud* ELIAS, 1994a, p. 69).

Ao longo da monografia, percebemos como Ferreira critica a falta de “espírito filosófico” dos clássicos, no caso, os desbravadores, buscando fixar uma nova sensibilidade analítica proposta pela ciência natural. No entanto, ao sintetizar a imagem do homem natural, o Tapuia, o naturalista não consegue fugir de formas clássicas de pensar o habitante do Novo Mundo. O selvagem ainda permanece com aquele “ar”, ou segundo Erasmo, com aquele “olhar”, que como refletisse o fundo de sua alma, desvendando a figura de um homem americano. Sabemos o quão pejorativa é essa constatação.

4.2 Se não for possível recolher, desenhe: iconografia na história natural e a trajetória dos desenhistas

Palavras e expressões como “feições”, “olhar”, “um certo ar”, demonstram as sutilezas pelas quais a compreensão da figura do homem americano passava no século XVIII. São descrições que buscaram constituir uma representação que remete a uma imagem que buscava sintetizar suas elucubrações filosóficas, mas que em alguns momentos se perdiam no labirinto dos debates ou na incapacidade de tal síntese. Em articulação com as palavras, as imagens ganham uma função descritiva fundamental no esforço dos naturalistas em tentarem compreender o homem e a natureza (KURY, 2001, p. 866).

Até mesmo Vandelli em seu texto *Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista*, publicado em 1779, comenta da necessidade dos diários e métodos de os fazer e recolher espécimes. Contudo, destaca que se for “possível recolher, recolhe-se, o que não for possível, desenha-se com toda a exatidão e a cores” (VANDELLI *apud* PATACA, 2001, p. 35).

Apesar dos textos da Viagem Filosófica de Ferreira serem posteriores a obra de Lineu, este em correspondência com Vandelli, já destacava em sua *Instructio peregrinatoris*, de 1759, as qualidades necessárias aos viajantes: “ele deveria ser versado em história natural, saber pintar e desenhar, traçar cartas, ser bem informado, saber escrever latim, ter um diário claro e preciso, observar e descrever a geografia dos lugares visitados” (KURY, 1998, p. 70).

Essa formação não se restringia somente ao naturalista da expedição, mas para todos os membros, inclusive para se precaverem de eventuais substituições. Pataca (2001, p. 55-57) destaca que apesar da maioria dos desenhos da Viagem Filosófica serem assinados por Freire e Codina, é possível que outros membros tenham confeccionado ou pelo menos participado do processo de elaboração dos desenhos.

Assim nos defrontamos com a necessidade de compreender o estatuto desses desenhistas “riscadores”. Qual sua formação? E os espaços e instituições que orientavam seu olhar? Além, também, do sentido do desenho perante um cenário histórico de consolidação da concepção clássica das artes.

Segundo Michel Angelo Prunetti⁴⁴, o desenho, na pintura, pode ser compreendido de dois modos: primeiro, o delineamento, o traço ou a ideia concebida pelo pintor por meio de sua imaginação no quadro; segundo, a figura, antes mesmo de começar sua obra que torna a medida, a proporção ou a forma exterior que os objetos têm a partir do real. Aqui chamamos a atenção para a dimensão subjetiva da expressão do artista e para seu diálogo da imagem como representação história. Elas se tornam, segundo Burke (2017, p. 24), “testemunhas oculares” das experiências não verbais e do conhecimento de culturas passadas.

A partir dessa reflexão devemos nos atentar que o desenho, como parte do olhar, também constitui um fato histórico ligado a critérios de valoração e aos modos operativos que o homem dispõe. Segundo Belluzzo (1994, v. 1, p. 9), foi no período clássico que o desenho se tornou um

modo de experimentar a verdade “exterior” pelos sentidos, ajustando-a por meio do raciocínio, capaz de valorizar o visto, segundo regras constantes e lógicas. A imagem, com seu peculiar procedimento aproximativo, deu lugar à representação visual dos seres da natureza por meio da forma, instância tida como capaz de permitir a análise e o discernimento desses entes naturais. Para defini-los, seria preciso situá-los em um determinado lugar, encontrar uma posição que deveriam ocupar com respeito aos outros seres do universo, num mundo concebido como um cosmos ordenado e contínuo.

Gombrich (1972) afirma que esse naturalismo permeou a história das artes até mesmo antes do período clássico. Adquire múltiplos sentidos desde as artes sacras até a consolidação de uma tradição artística a partir do século XV com o Renascimento artístico. Aqui chamamos mais atenção para uma concepção de desenho que ganha força nesse mesmo período nos livros sobre máquinas e tratados dos engenheiros e técnicos do século XVI. Uma concepção de

saber técnico, o significado dos processos artificiais de alteração e transformação da natureza. Também no plano da filosofia, em meios bastante atentos a esse tipo de questões, emerge uma valoração das artes bem diferente da tradicional: alguns dos procedimentos utilizados pelos técnicos e artesãos para modificar e alterar a natureza concorrem para

⁴⁴ Regras da arte da pintura, com breves reflexões críticas sobre os caracteres distintivos de suas escolas, vidas e quadros de seus mais célebres professores. Escritas na língua italiana por Michel Angelo Prunetti. Dedicadas ao excelentíssimo senhor Marquez de Borba, Fernando Maria José de Sousa Coutinho ... por José da Cunha Taborda, pintor ao serviço de S. A. R. o príncipe regente N. Senhor. Acresce memória dos mais famosos pintores portugueses, e dos melhores quadros seus que escrevia o traductor. Lisboa: Impressão Régia, 1815.

o conhecimento efetivo da realidade natural, ou melhor, valem para mostrar - como se disse em explícita polémica contra as filosofias tradicionais - a natureza em movimento (ROSSI, 1989, p.17).

A representação dessa natureza em movimento compreendia desde as mudanças nos paradigmas astronômicos do contexto, até os desenhos náuticos esboçados ao longo das navegações do século XV ao XVIII, parte constituinte das narrativas de viagem. Texto e imagens se articulavam na divulgação de outros mundos, “texto e visualidade flutuam, desdobram-se como parâmetros no ideário europeu, brotam do desejo de expressão de um alter ego” (BELLUZZO, v. 1, p. 66).

Conforme já abordamos, a América emerge como uma região a ser compreendida não só pela cartografia, mas também por sua realidade natural. Uma perspectiva naturalista, que se distancia das visões de paraíso predominantes nos relatos do século XVI, ganha força a partir da circulação, interesse e expedições holandesas em território brasileiro. Belluzzo destaca como pioneira nesse sentido as observações do astrônomo e naturalista alemão Georg Marggraf (1610-1644), citado por Ferreira como Marcgrave. Conforme abordamos, ele acompanhou as expedições holandesas sob o comando de Willem Piso, trazendo uma série de registros sobre a fauna e flora, registros esses profundamente divulgados.

Johhanes de Laet publica a obra em 1648, contando com cerca de duas centenas de xilogravuras – somente da distribuição botânica – que acompanham o texto. A grande maioria descritas a partir das observações de plantas vivas no Brasil (Belluzzo, v. 2, p. 34). Ao observarmos o frontispício da obra (figura 6) identificamos na parte central inferior uma figura alva disposta logo acima da concha que carrega o título. Ela é acompanhada por duas figuras que remetem à figura dos nativos americanos. As personagens centrais são incorporadas a uma natureza que busca destacar a diversidade de plantas, frutos e animais presentes na totalidade da imagem. Essa forma de representação se assemelha aos gabinetes de curiosidades que buscavam ordenar o caos da natureza aos olhos dos europeus. Ao mesmo tempo em que compartilham na imagem resquícios de concepções míticas e exóticas sobre a fauna e flora brasileira, identificados pelo grupo logo ao fundo em suas danças, ou mesmo, pela figura alva ao centro que resgata representações mitológicas da cosmo visão europeia.

Apesar de destacarmos a dimensão técnica, abordamos aqui um desenho ainda impregnado por símbolos e significados que remetem a uma cosmologia. Delimitam sentidos e tentam fechar a realidade natural aos olhos europeus. A flora, a fauna, campinas

e florestas são registradas segundo procedimentos de jaez naturalista, objetivando, com isso, a delimitação das posições no Ultramar.

A produção iconográfica portuguesa desde o século XVI foi muito limitada ao campo da cartografia e a registros técnicos. Ganhou impulso no início do século XVIII ao buscar demarcar e controlar as fronteiras em litígio com a Espanha. Foi marcada pelo domínio técnico na descrição da costa e povoações ao longo do litoral e interior das porções norte do Brasil, mas sem deixar de contribuir decisivamente para a produção iconográfica do século XVIII e sendo base para o que seria a produção das expedições naturalistas (BELLUZZO, 1994, v. 2, p. 49).

Ganha destaque nessa produção Antonio Giuseppe Landi, italiano de Bologna, contratado por dom João V, que vem ao Pará, em 1753, como desenhista da comissão de demarcação dos confins da América e se torna arquiteto régio em Belém. Durante seis anos percorre o Norte do país, tendo a instrução de observar as suas qualidades naturais, habitantes, costumes, animais, plantas e rios. Está entre os primeiros a estudar e desenhar a flora da Amazônia, deixando o manuscrito *Descrizioni de Varie Viante, Frutti, Animali, ecc... delia Capitania del Gran Pará* com singelos esboços da fauna e flora amazônica (BELLUZZO, v. 2, p. 68).

Mesmo antes do primeiro ciclo de expedições científicas percebemos o esforço do olhar imperial em submeter os domínios naturais. Esses registros demonstram essa proximidade até pelo diálogo de aproximação entre Ferreira e Landi ao longo da expedição de 1783. Dessa forma, a partir do século XVIII a “mentalidade portuguesa promove a apropriação da natureza está explícito nos desenhos, ditos em outras palavras, desígnios, com que se traça a exploração da riqueza natural e os modos de obtê-la” (BELLUZZO, v. 2, p. 50).

Não pretendemos um grande aprofundamento sobre a história da arte ou todo o arcabouço iconográfico, mas nos atentarmos às propostas da história cultural das imagens. Segundo Burke (2017, p. 267), as imagens devem ser pensadas a partir de uma produção direcionada a alguém, atendendo a condições específicas de produção. São questões que nos conduzem ao esforço de “reconstruir as regras ou convenções, conscientes ou inconscientes, que reagem a percepção e a interpretação de imagens numa determinada cultura” (BURKE, 2017, p. 270).

Assim, pretendemos resgatar características e técnicas que nos permitam compreender a obra *Viagem Filosófica*, de Alexandre Rodrigues Ferreira. A princípio, buscamos chamar a atenção para os aspectos técnicos ligados ao desenho e como eles se articulam com o pensamento científico moderno. Uma visão de mundo voltada para a métrica da realidade e a ordenação desses elementos segundo um olhar imperial em disputa. A utopia moderna projeta-se também no campo iconográfico deixando suas marcas. Esses são elementos fundamentais para compreendermos a relevância dessa produção para o campo da história natural. Segundo Ford (1992), o desenho cumpriu um papel central na consolidação da ciência moderna, especialmente na história natural, onde a representação factual está repleta de conceitos que seriam impossíveis de descrever através da linguagem verbal, “não pode separar-se das representações imagéticas que se tornaram imprescindíveis para seu desenvolvimento. As imagens científicas possuem múltiplas funções: possuem uma forte função didática e são registros do estado do entendimento humano”.

O desenho, em seu traçado, traria uma correspondência fidedigna da realidade trazida pela observação direta. Percebe-se uma ruptura com a tradição, em que ao invés de signos e de toda uma hermenêutica acaba se desenvolvendo um traço em que se deve buscar a “representação de todos os detalhes do objeto de forma mais naturalística possível devendo ser ‘riscados’ todos os detalhes com o máximo de precisão possível” (PATACA, 2001, p. 56). Segundo Raminelli (2001, p. 971), essa relação também deveria se estabelecer com o discurso científico, em que a imagem, apesar de ser independente do texto, deveria apresentar suas informações quase que de forma redundante, o que nos leva a pensar como a história natural estabelecia essa relação.

Essas relações entre texto e imagem são recorrentes na história cultural das imagens. Iconografistas como Peter Wagner chegaram a propor conceitos como “iconotexto”, partindo da concepção de leitura da imagem. Contudo, alguns autores como Gombrich, nos alertam para os cuidados com a relação entre imagem e texto, guardando as especificidades de cada uma delas (BURKE, 2017, p. 63).

A história natural ganha impulso no processo de classificação e representação dos elementos pictóricos com a obra de Lineu, que passa a supor uma “associação entre o gosto estético e o conhecimento científico”. Boa parte de sua obra inclusive conta com a contribuição de holandeses que viajaram para o Brasil e fizeram diversos registros *in loco* da natureza dos trópicos. Em sua concepção, “cabe ao olho realizar o primeiro gesto de

conhecimento: é preciso ter visto primeiramente o objeto, para depois nomeá-lo, isto é, introduzi-lo na neutra linguagem científica” (BELLUZZO, v. 2, p. 17). Foi todo um processo de captura e catalogação fundamental para a consolidação de seu *Systema Naturae*, permitindo uma passagem de uma visão antropocêntrica muito vezes atrelada a sistema simbólico em que se atribuía valores morais para plantas e animais, para um sistema classificatório onde o organismo com suas estruturas intrínsecas passa a fundamentar a representação da natureza.

É imprescindível abordarmos essas ligações para compreender a produção iconográfica da *Viagem Filosófica*. Além do fato de Ferreira e seus riscadores partirem para a viagem munidos de obras como o *Systema Naturae* e a *Historia Naturae* de Marcgrav e Piso, as quais são referenciadas na monografia de Ferreira, existia todo um esforço do Reino de Portugal em articular essa produção, sendo boa parte dela comandada por Vandelli. Diversas gravuras em metal da flora portuguesa e brasileira que consta em seu *Dicionário dos Termos Technicos de História Natural* é oriundo não só de correspondências trocadas com Lineu, mas também de correspondentes na colônia como foi o caso do frei Velloso em Minas Gerais (BELLUZZO, v. 2, p. 64).

A produção iconográfica ligada à história natural ganha impulso após a reforma da Universidade de Coimbra. Os novos estatutos de 1772 previam a construção de diversos estabelecimentos ligados às práticas naturalistas, dentre eles uma casa de desenho que funcionaria anexa ao Real Gabinete de História Natural e ao Jardim Botânico do Palácio Real da Ajuda. A Casa de Desenho foi organizada aos poucos entre os anos de 1766 e 1773. Estava ligado ao Gabinete de História Natural, que funcionava na quinta de frutas e hortaliças do Palácio da Ajuda, transformado em Jardim Botânico. Foi o local de cultivo de diversas plantas e sementes encontradas por Vandelli nos jardins europeus. De acordo com Pataca (2001, p. 22), a proximidade com o palácio real indicava o ideal de educação dos jovens príncipes próximos aos parâmetros da história natural, além de avançar no progresso da agricultura, atendendo aos interesses econômicos do Reino.

A respeito da criação da Casa de Desenho, Vandelli chegou a declarar:

Por ocasião de copiar-se huma coleção de riscos de plantas do Perú e Chyli, que vierão no Gallião que foi tomado pelos ingleses na ultima guerra, vierão da fundição três hábeis dessinadores, que unidos dous outros que estavam no jardim para o risco do mesmo e que tão bem trabalhavão em huma muito útil obra para facilitar o estudo da Bitanica, e consistia nas figuras de todas as frutificações dos gêneros das plantas

atê agora conhecidas, derão principio com alguns aprendizes a atual casa do risco (VANDELLI *apud* PATACA, 2001, p. 23).

A Casa do Desenho, além de produzir uma grande quantidade de desenhos, foi o local de formação de muitos desenhistas empregados nas expedições científicas. Segundo Pataca (2001, p. 24-25), até 1794 foram produzidas 1048 cópias dos desenhos de plantas do Chile e do Peru, fora os 24 desenhos de frutificação de plantas feitos por ocasião da criação do estabelecimento. O acervo contou também com desenhos de aves, peixes, insetos, desenhos de arquitetura e estampas de estudos. São referências que serviam como registros das coleções do Jardim Botânico e do Museu de Ajuda, além de serem utilizados no estudo da história natural.

A ligação da Casa do Desenho com os interesses régios nos domínios ultramarinos pode ser vista na ligação dela com a Secretaria do Ultramar, que reforçava o pagamento dos desenhistas, permitindo que recebessem um “jornal” adicional ao Jardim e Museu Nacional (PATACA, 2001, p. 26).

Buscando orientar a formação desses naturalistas, foi redigido em 1781 um manuscrito com orientações para a coleta e registro de espécimes intitulado: *Methodo de recolher, preparar, remeter, e conservar os productos naturais seguindo do plano, que tem concebido, e publicado alguns naturalistas, para o uso dos curiozos que vizitão os certoins, e costas do mar*. Segundo Almaça (1993), possivelmente Ferreira chegou a participar da elaboração de alguns trechos, tendo em vista a presença de algumas anotações com a letra do naturalista. Os desenhos foram feitos por Codina e Ângelo Douati, ambos partiram posteriormente como desenhadores nas viagens filosóficas organizadas pelo Gabinete de História Natural. Percebemos assim a busca por articular a produção iconográfica por parte das instituições lusas. Pataca (2001, p. 40 e 41), chega a indicar um diálogo constante entre as expedições americanas e africanas, apontando um compartilhamento nos códigos de classificação e registro da fauna e flora. Ambição diretamente ligada aos esforços do Museu Real de História Natural da Ajuda em efetivar o ambicioso projeto de inventário da natureza das colônias portuguesas espalhadas pelas quatro partes do mundo (ALMEIDA, 2020, p. 20).

Tanto Pataca (2001) quanto Carvalho Junior (2000) destacam a dificuldade em encontrar dados sobre a vida e trajetória dos desenhistas. Carvalho Junior (2000, p. 140-142) lembra que tal rarefação muito se deve ao *status* desses “operários das artes” que era modesto, muito distante da aura quase mítica que a comunidade passou a atribuir a alguns artistas a partir do século XIX. Assim, tornava-se difícil encontrar dados sobre sua

trajetória, até mesmo atrelar a produção à sua figura, já que por executarem um trabalho visto como técnico por muitos, não assinavam suas obras⁴⁵.

Como destacamos, os dois “riscadores” atribuídos à expedição de Ferreira foram Joaquim José de Codina e José Joaquim Freire. Sobre Codina colhemos poucas informações. Pataca (2001, p. 42) aponta que era botânico do Real Gabinete de História Natural de Lisboa, porém, devido à diversidade de obras que elaborou sobre desenho de história natural e o domínio sobre a perspectiva oblíqua na representação dos prospectos de cidades, edifícios, rios e cachoeiras que requeriam treinamento especial em desenho, provavelmente tenha se formado como desenhador na Casa de Desenho. Ele trabalhou no Museu até 1781, além de confeccionar alguns desenhos para a Casa de Desenho, onde, juntamente com Ângelo Donati, acompanhou a formulação das instruções manuscritas aos desenhadores e naturalistas.

Já de Freire, sabemos que nasceu entre 1760 e 1761, e faleceu aos 87 anos de idade, em 18 de novembro de 1847 (FARIA, 1992). Foi discípulo de João de Figueiredo nas oficinas da Fundação do Real Arsenal do Exército em Lisboa. Em janeiro de 1780 foi contratado como desenhador na Casa de Desenho do real Jardim Botânico da Ajuda. De acordo com Vandelli, o “bom desempenho no estabelecimento” garantiu a vaga na expedição de Ferreira (VANDELLI *apud* PATACA, 2001, p. 43).

A maior presença de informações sobre Freire se deve inclusive por um manuscrito seu de 1790 intitulado: *Quaderno demonstrador de ideas fundamentaes sobre as particularidades da natureza, ou propriedade das couzas conhecidas por Joaquim Freire, sujeito sem arte, e quaze sem instrucçõens, nem estudos, mais do q algum em gramatica latina, e huma limitação em arithmetica. Mostra o q abaixo se segue com explicaçoens, menos algumas em que há útilide grande, outras a noticia p^a mostrar o excessivo do seu discurço, e algumas faceis de glanteria já experimentadas; entre ellas algumas bem estrambolicas, as quaes só o A. deste quaderno aponta p^a q. se perceba a vastidão do seu pençar.*

O manuscrito, organizado em forma de Index, foi direcionado à Francisco de Souza Coutinho, Governador e Capitão General do Estado do Grão Pará. No texto Freire expõe suas habilidades técnicas e científicas buscando justificar sua contratação para

⁴⁵ Carvalho Junior (2000, p. 141) traz em seu trabalho alguns relatos sobre a remuneração dos desenhistas. Aponta que o “jornal”, terminologia utilizada para designar formas de pagamento diários, de Freire era de 300,00 réis diários. Freire passaria a receber dessa forma a mesma quantia que o “moço de recados” do Jardim botânico, que o caseiro do mesmo Jardim e que o porteiro do museu.

algum serviço em Belém. Com a negativa, Freire pede que o governador envie seu *Quaderno* para Martinho de Mello e Castro, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha em Lisboa. Provavelmente esse diálogo teria garantido a Freire o cargo como desenhador da Casa do Desenho, sendo designado para o desenho das “produções naturais e industriais”, além da tarefa de instruir os futuros desenhadores da instituição. Ele também chegou a confeccionar mapas e cartas geográficas. Foi recompensado pela Coroa com uma pensão vitalícia (FARIA, 1992, p. 72). Freire ingressou na carreira militar em 1798 como segundo tenente da Armada Real, depois primeiro tenente por decreto de 21 de março de 1803 e capitão Real do Corpo de Engenheiros em 21 de maio de 1810. A trabalho no Real Arquivo Militar, exerceu a função de desenhador da Sociedade Real Marítima e também nas “operações sobre o campo (...) mostrando os seus conhecimentos teóricos e práticos”. Em 1827 foi promovido a major e no último ano de sua vida, em 1837, chegou a Tenente Coronel (FARIA, 1992, p. 72).

A partir de seu *Quaderno* podemos vislumbrar não somente parte de sua trajetória biográfica, mas a circulação e formação do desenhista. Em Belém Freire trocou muitas informações com engenheiros residentes na cidade, como o Capitão João Antônio Rodrigues Martins, que abrigava o desenhador em sua casa e José da Veiga Cabral, professor de geometria, ambos residentes em Belém (PATACA, 2001, p. 47).

Além disso, Freire chega a comentar algumas questões abordadas por Ferreira ao longo da Viagem Filosófica. Faz análises sobre o fenômeno da Pororoca, sobre o qual Ferreira chega a escrever uma memória. Em seu *Quaderno* afirma: "Mostrar por artefício novo, a cauza natural da pururoca, a crescente, e vazante do mar, e a grande enchente q ouve no prezente século: e fazer mais huma conjetura procedida do fogo sobre a da Maré". (FREIRE *apud* PATACA, p.45).

Percebe-se assim que Freire foi muito mais que um simples desenhador. Segundo Pataca (2001, p. 54), ele preparou animais e plantas, realizou uma intensa atividade como cartógrafo, fez registros no campo da engenharia inventariando máquinas, além de participar e se posicionar a respeito de diversos temas ligados à história natural. Pataca (2001) busca reforçar a relevância do desenho militar na formação desses naturalistas – a qual concordamos e apontaremos posteriormente – além disso, ao observamos essa trajetória percebemos a ideia de um artista multifacetado. Além de caminhar por diversas áreas de formação, também exercia posições diversas na estrutura imperial, desde militar à professor na Casa do Desenho. Suas cartas sugerem que era incumbido de funções administrativas e dialogava com a estrutura régia. Uma trajetória que traz diversos

aspectos já trabalhos na formação e posicionamento de Ferreira em sua formação e ao longo da Viagem Filosófica.

Da mesma forma que não podemos deslocar a expedição do naturalista de um contexto macro, também não podemos compartimentalizar a obra de cada um deles. A circulação constante da obra da colônia para as instituições metropolitanas e o diálogo entre arte e história natural nos trazem outras questões: como tais produções são assimiladas e organizadas no corpo da produção final da Viagem Filosófica? Como a produção iconográfica, na questão dos símbolos e formas de representações, dialoga com as questões que debatemos até o momento sobre a história natural? Em relação a este último ponto, Belluzo (1994, v. 2, p. 9) destaca que a arte e a experiência da visualidade não seguem necessariamente o mesmo desenvolvimento. Assim é possível “ultrapassar as considerações genéricas e encontrar a arte atuando como elemento constitutivo da cultura, em precisos momentos e em experiências históricas concretas” (BELLUZO, v. 2, p. 9). Como o artista, a partir de um “olhar que pensa”, registra e é influenciado pelas especificidades da realidade colonial?

4.3 A produção iconográfica da Viagem filosófica: a natureza, a produção e o outro

Ao nos debruçarmos sobre a produção iconográfica da Viagem Filosófica devemos ter consciência de alguns limites postos na análise das imagens. Segundo Belluzo (1994, v. 2, p. 11), devemos nos atentar a uma “segunda natureza da imagem”, constituída pela circulação e reprodução de gravuras a partir dos registros realizados pelos naturalistas, que acabam tomando “corpo através dos modos de configuração dos desenhistas intermediários”⁴⁶. Um dos exemplos já abordados aqui foi o caso de Landi. Sabe-se que acompanhou e forneceu diversas informações sobre a fauna, flora e habitantes da Amazônia para os membros da expedição. Fora sua ampla produção como arquiteto de Belém que acabou colocando-o como referência na produção de padrões estilísticos (BELLUZZO, 1994, v. 2, p. 69).

Além da circulação no espaço colonial, devemos pensar também a assimilação e reprodução dessas imagens nos estabelecimentos régios. Após seu retorno à Portugal, Alexandre Rodrigues Ferreira foi contratado como administrador do complexo museológico da Ajuda, passando a inventariar todos os produtos da Museu, além de organizar sua produção com vistas a concluir uma *História de suas viagens ao Brasil*, que

⁴⁶ Essa produção dará lugar aos livros de natureza e publicações ilustradas no século XIX (BELLUZZO, v. 2, p. 11).

não chegou a ser publicada. (PATACA, 2001, p. 197). No inventário de 1794, Ferreira reuniu cerca de 2.670 desenhos, dos quais 1.015 eram originais, produzidos durante a viagem ao Pará. Para assegurar a preservação dessas imagens, faziam-se cópias. Ao retornar a Lisboa, a viagem filosófica reunia cerca de 544 cópias (RAMINELLI, 2001, p. 971).

No inventário realizado por Ferreira para a elaboração da obra consta 544 cópias dos desenhos de Freire e 198 de Codina. Contudo, devemos ter cuidado a atribuir a autoria, já que a produção de gravuras passava por diversas etapas. A primeira consistia na elaboração de desenhos através de observação direta dos objetos colhidos ao longo da Viagem (animais, plantas, objetos indígenas). A segunda etapa voltava-se para a reprodução das imagens pelos desenhistas da Casa do Desenho, quando eram modificados elementos como a ambientação de animais e índios levando em conta diversos fatores, desde possíveis hábitos e espaços onde se localizavam, até a ambientação de suas figuras em paisagens europeias. Por fim eram elaborados desenhos a nanquim. A partir dessas cópias seriam feitas as matrizes para a confecção de gravuras. Segundo Pataca (2001, p. 198), o estilo, concepções estilísticas, até mesmo a função atribuída por cada desenhista e gravadores ao longo desse processo alteraram muito as imagens.

Tekla Hartmann (1975), ao analisar as estampas antropológicas do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e do Museu Nacional constatou essa mesma característica do acervo da Viagem. Ao realizar uma análise comparativa das estampas aquareladas dos índios e os desenhos a nanquim conclui a presença de diversos artistas na confecção das imagens. Dessa forma, segundo Pataca (2001, p. 2009), os desenhistas da expedição deixam de ser apenas Freire e Codina, e passam a ser “todos os riscadores que produziram as cópias na Casa do Desenho do Real Jardim Botânico da Ajuda”.

Se é destacada a dificuldade em analisar a trajetória de Freire e Codina, mais limitada é a dos desenhistas que participaram desse processo acima destacado. Sabemos que no período a Casa do Desenho contava com cinco desenhadores: José Joaquim Freire, Manoel Tavares da Fonseca, Antônio José, Vicente Jorge e José Joaquim da Silva. Além destes, havia também cinco aprendizes: Vito Modesto que havia sido admitido na Casa do Desenho para aprender Arquitetura, João Pedro, Francisco de Paula, José Cândido Corrêa e José dos Anjos. Os três primeiros recebiam ordenado e os dois últimos não. Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1794, fala da necessidade dos "desenhadores" do Museu, onde "quazi todas as produçoens naturaes e industriaes ... ainda estão por desenhar, porque para tão vasta colleção, não bastão tão poucos braços" (FERREIRA

apud PATACA, 2001, p. 209). Somente nas coleções do Museu e do Jardim Botânico Ferreira inventariou 7.732 animais e 3.412 produtos artificiais, fora os herbários e as plantas do Jardim Botânico que não constam nele (PATACA, 2001, p. 209).

Conforme destacamos, após a produção das gravuras vinham as manufaturas de "chapas de todos os sobreditos riscos para unir-se a Historia Natural das Colónias no caso, que S. Magestade por gloria de seu reinado, utilidade publica e augmento da Historia Natural resolva, que esta Historia se imprima" (VANDELLI *apud* PATACA, 2001, p. 204)

A gravação requeria a criação de outro estabelecimento no complexo museológico da Ajuda: a Casa de Gravura que ficou sob responsabilidade do gravador Manoel Marques de Aguillar por ordem régia de 1796. Chamamos atenção para a figura de Aguillar e também a do já citado Tavares. Aguillar teria sido o gravador oficial das estampas que seriam incluídas na pretensa obra de Ferreira nunca editada, e Tavares foi um dos principais copistas das estampas da Viagem Filosófica, tendo, inclusive, assinado várias delas (CARVALHO JUNIOR, 2000, p. 142).

Apesar dos autores que rastreiam a obra de Ferreira terem consciência de todo esse processo de produção iconográfica, ainda muito se encontra envolto em imprecisões. Já em 1808 se iniciam os primeiros percalços da obra da Viagem Filosófica. Com a transferência da família Real para o Rio de Janeiro em 1808, foi interrompido o funcionamento da Casa de Gravuras. Aguillar teria levado para sua casa os instrumentos de gravura (torculo, bala, mesa, estrados, panos etc..) e passou a trabalhar para o Visconde João Diogo. Após o falecimento de Aguillar somente o torculo foi devolvido para a Casa de Gravura (PATACA, 2001, p. 214).

Assim reforçamos as indicações de Hartmann (1975). Além de levar em conta os diversos filtros ao longo do processo de produção das imagens, dos quais se destacam as limitações dos artistas, questões técnicas, parâmetros culturais e morais, podendo até colocarmos as limitações quando a honestidade na preservação e controle do acervo. Devemos levar em conta outros fatores como o percurso desse acervo até o presente momento que acabou levando a sua dispersão, além dos danos produzidos pelo tempo, imperfeições na reprodução mecânica e, inclusive, os padrões colocados na sua

reorganização que levam a certos condicionamentos intelectuais sobre a interpretação da obra⁴⁷.

Expomos a constituição e peculiaridades da produção iconográfica da Viagem Filosófica para demarcar os cuidados ao analisarmos tal produção. Seguindo a trilha de Hartmann (1975) e Carvalho Junior (2000), não pretendemos um olhar etnográfico das populações indígenas. Os autores indicam um processo de representação dos indígenas que é constituído ao longo da viagem e inclusive encontra tensões ao longo do processo de reprodução e organização do acervo.

Ao resgataremos a produção iconográfica da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, buscaremos articular as representações sobre a natureza, a flora e fauna com os registros escritos (diários, memórias e cartas) buscando compreender o impacto da espacialidade colonial sobre a configuração dessas imagens. Articular a análise dos autores acima (PATACA, 2001; RAMINELLI, 2001; CARVALHO JUNIOR, 2000), aliado a debates sobre a construção de narrativas sobre a América e o homem americano que se dão no campo da história natural, do Primitivismo e da abordagem memorialista presenta na obra de diversos letrados lusos.

Ao pesquisarmos a produção iconográfica da Viagem Filosófica, partimos da análise da obra *Breves instrucções aos correspondentes da Academia das sciencias de Lisboa sobre as remessas dos productos, e noticias pertencentes a Historia da Natureza, para formar hum Museo Nacional*, publicada em 1781. A partir dela destaca a articulação entre o filosofar, como observação da natureza e observações zoológicas, e a descrição pictórica da realidade. Dessa forma, indica as Breves Instruções:

como não interessa menos conhecer o paiz, que os produz [produtos de história natural], recommenda-se aos correspondentes. que mandem tambem uma descripção geographica d'elle, que comprehenda com exactção posstvel tudo o que lhe tiverem observado, e lhes parecer mais digno da attenção de um filosofo (PATACA, 2001p. 78).

Uma das práticas que nos permite compreender essa relação são os prospectos traçados ao longo da viagem. Essa categoria de representação poderia ser classificada como uma paisagem, assim como outras cenas de cidades, vilas, povoações, rios e cachoeiras recorrentes nas gravuras da expedição. Segundo um dicionário de história

⁴⁷ Em nosso caso, devemos incorporar o limite colocado ao acesso aos acervos acarretado pelo cenário da Pandemia de COVID-19. Acabamos limitando a consulta dos acervos à base digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e a coleção Viagem ao Brasil organizada pela Editora Kapa que busca levantar todo o acervo da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira.

da arte de Rodrigues (1875), a etimologia da palavra remete ao latim *prospectus*: ver de longe. Na arquitetura pode ser compreendida como “representação óptica de obras d'arte e da natureza, principalmente de edifícios. E chamam os latinos a ver d'este modo prospecto, de onde vem perspectiva, e os gregos lhe chamam optica”.

Esta significação aponta para algumas considerações sobre a forma "prospectiva" de desenhar. O prospecto, antes de tudo, pode ser entendido como perspectiva. Enquanto os "desenhos" de animais e índios não foram pintados em perspectiva, os "prospectos" foram, de acordo com o próprio Ferreira que os designa como "desenhos em perspectiva", ou simplesmente "perspectiva". Ele explica que estas representações demoram mais tempo para serem feitas, por que em si agregam duas funções, a da utilidade e do prazer estético: "q no principio servem de excitar o gosto, e dar a vêr o util adoçado com o deleitavel" (FERREIRA *apud* LIMA, 1959, p. 123-4).

O prospecto, enquanto olhar que se coloca à distância, remete a dois significados abordados ao longo de nossa análise: primeiro, ao olhar imperial que enquadra a realidade e busca ordená-la segundo seus interesses; segundo, ao olhar do naturalista. A partir de uma postura objetiva se distancia da realidade a ser decodificada. Segundo Belluzo (1994, v. 2, p. 62), é o olhar onde predomina uma “mentalidade pragmática” que busca um fim específico.

Pataca (2001) se dedica a analisar esses prospectos e identificar os elementos que simbolizam a administração temporal instituída durante a administração pombalina. Dentre elas cita as câmaras, o pelourinho, a cadeia, a residência do diretor, a igreja, armazéns. São símbolos recorrentes na narrativa dos diários, como quando Ferreira elenca suas participações a partir das vilas e povoados que inspeciona – vide nossa análise da povoação de Barcelos no capítulo 2. Esses símbolos são recorrentes nos prospectos traçados pelos desenhistas. Um desses exemplos são os prospectos de canoas, “símbolos do poder do Estado e serviam como ferramentas para a concretização das políticas que seriam implantadas na região Amazônica”, além de serem símbolos da prosperidade comercial da colônia (PATACA, 1994, p. 74-76). Apesar de não recorrer a análises iconográficas, Almeida (2020), reconhece que os rios compunham “caminhos móveis” fundamentais para o processo de territorialização do poder colonial, além de comporem os espaços de contato e encontro, fundamentais para compreendermos as práticas que compunham a ação dos naturalistas e os sujeitos envolvidos nessas trocas.

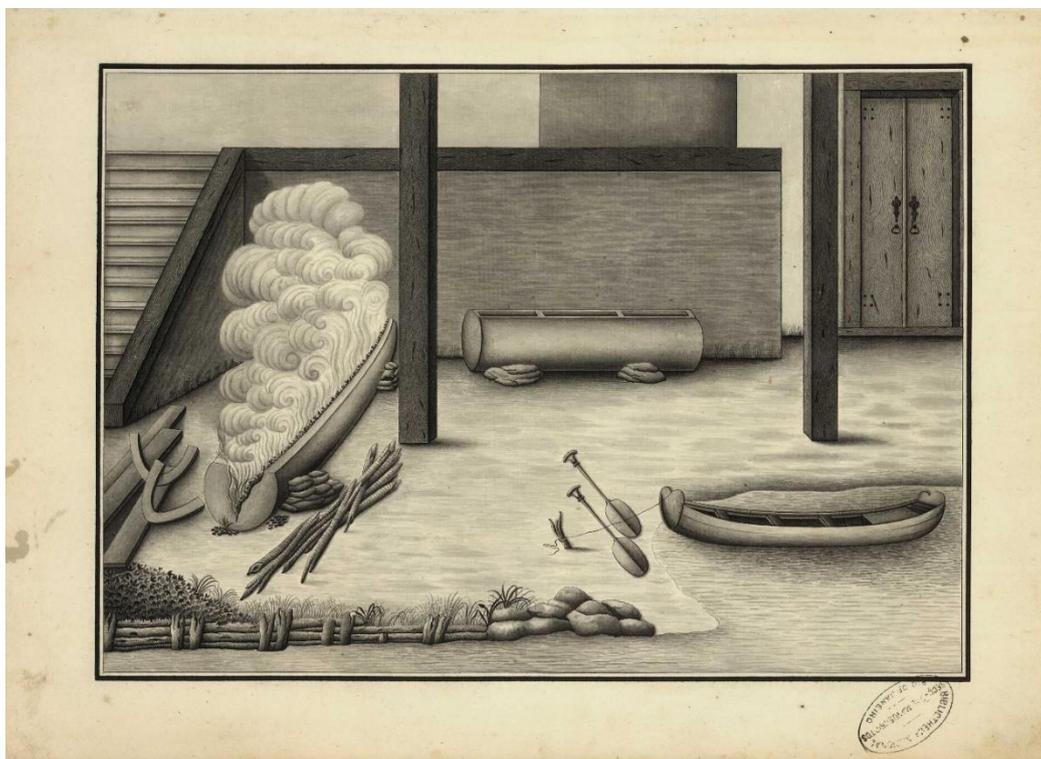
Ferreira chegou a formular algumas considerações sobre as madeiras e materiais utilizados na construção das canoas no artigo VIII da Miscelânea de observações

philosophicas no Estado do Grão Para. No ano de 1784, Codina confeccionou a estampa *Construção das Canoas ao modo dos Índios* (Figura 7), que mostra esquematicamente o modo de construção de canoas na Amazônia. Segundo Pataca (2001, p. 96), Ferreira não chega a detalhar os procedimentos de construção, apenas descreve as madeiras utilizadas e seus tratos. Porém, a imagem coincide muito com as descrições de Ferreira sobre a forma de construir as canoas na *Memória sobre a Marinha Interior do Estado do Grão-Pará* escrita em Barcelos em 1787, nos mostrando que Ferreira já havia se deparado com a construção de canoas deste modo quando esteve em Belém.

Alia-se ao olhar descritivo dos prospectos um tipo de imagem que se volta aos processos industriais e agrícolas. Com forte teor didático, evidencia e classifica cada elemento e descreve processos. Um pragmatismo recorrente em muitas obras da Ilustração como, por exemplo, a Enciclopédia de Diderot (PATACA, 2001, p. 96).

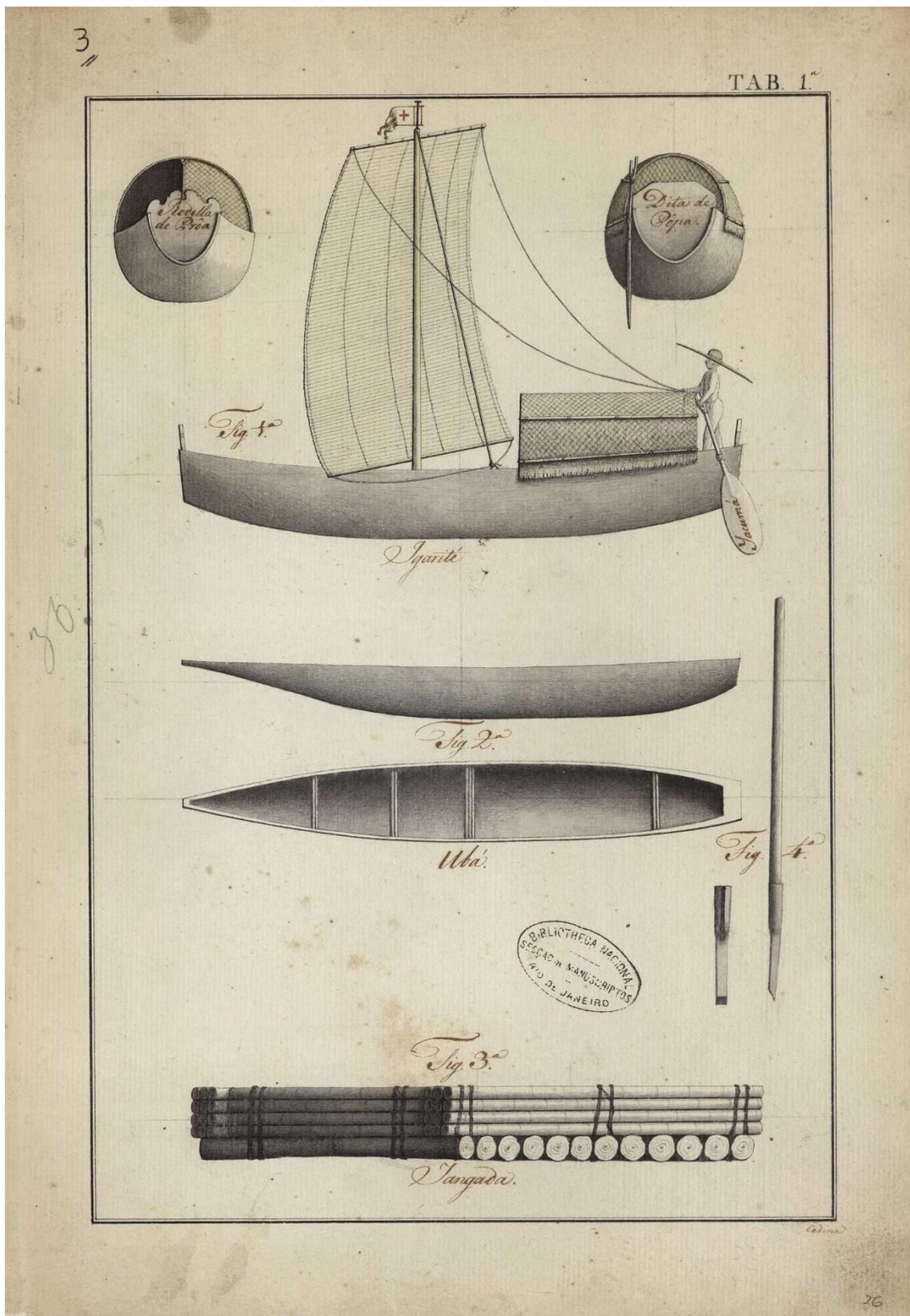
Segundo Pataca (2001, p. 94), Ferreira tratou sobre a náutica amazônica considerando-a sob o ponto de vista econômico. Assim, agricultura, comércio e indústria ganham relevo em diversos prospectos produzidos ao longo da Viagem.

Figura 7 - Canoa indígena



Anônimo. Canoa indígena, (s/d), desenho em nanquim, 34x25 cm. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Disponível em http://acervo.bn.digital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=721

Figura 8 - Uma igarité, uma ubá e uma jangada, e seus acessórios



CODINA, Joaquim José. Uma igarité, uma ubá e uma jangada, e seus acessórios (s/d), desenho em nanquim, 29x19 cm. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Disponível em http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1424

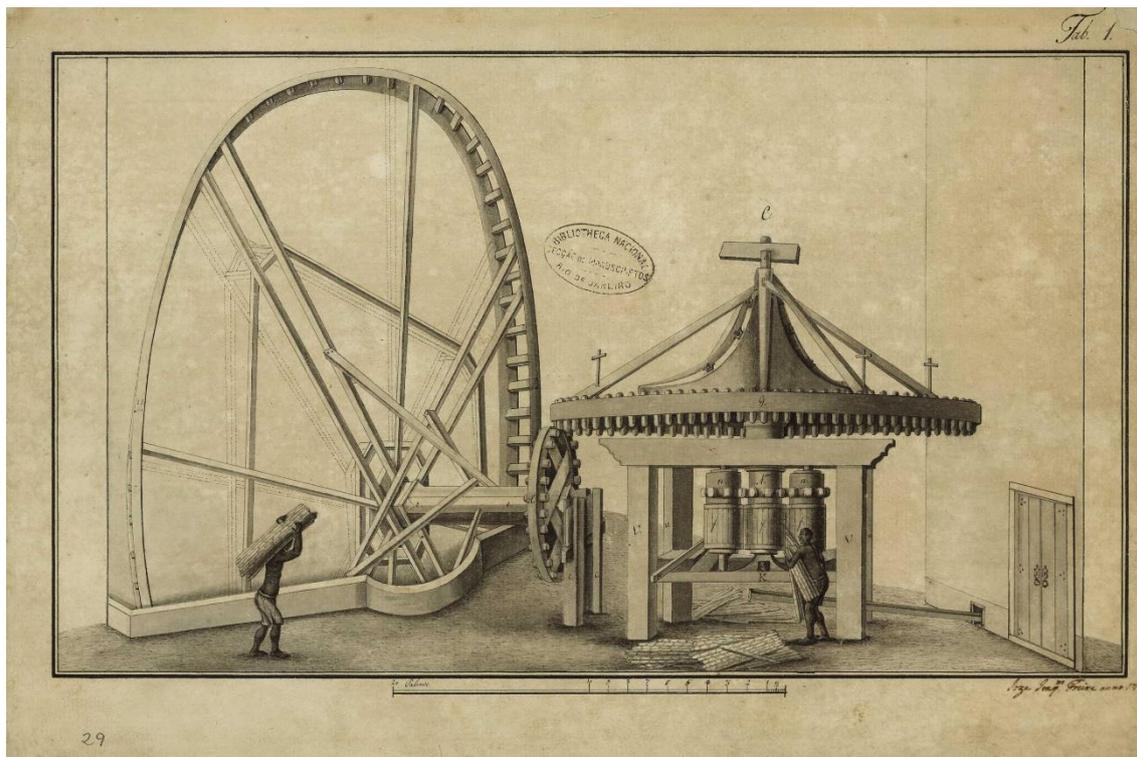
Identificamos assim uma relação entre a produção iconográfica e a orientação das memórias de Ferreira ao buscar descrever a produção econômica da colônia, reforçando a perspectiva de interação entre escritos e imagens destacada por Kury (2001) e Raminelli (2001). Podemos identificar essa perspectiva, fundamentalmente agrarista, na Memória escrita por Theodozio Constantino de Chermont, engenheiro da Comissão Demarcadora de Limites, escrita em 20 de Maio de 1785. Ela intitula-se *Memória sobre a introdução do arroz branco no Estado do Gram-Pará. Com a historia dos primeiros progressos que fizeram as machinas de o descascar, segundo a inventou na villa de Barcellos o tenente-coronel Theodozio Constatino de Chermont.*

Ferreira chega à incorporar essa memória ao *Diário do Rio Negro*, endossando sua perspectiva agrarista. Chega a comentar a memória afirmando que:

Pareceu ao ministério passado e pareceu bem, que a agricultura era uma ciência que ensinava a cultivar bem a terra, em ordem a tirar-se dela todo o proveito possível; que as produções da terra eram o bem mais real sobre todas as minas, o fundamento mais sólido dos estados e a verdadeira base do comércio; que a terra bem ou mal aplicada e as operações do campo bem ou mal dirigidas, eram as árbitras que decidiam da riqueza ou indigência dos habitantes, do aumento ou diminuição dos povos, da fortaleza ou fraqueza do estado (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 340)

A iconografia retrata essa atividade econômica nos mais diversos espaços: agricultura, caça, pesca, mineração e comércio. Na agricultura temos a reprodução de engenhos de açúcar, engenhos de descascar arroz, engenhos de descaroçar o algodão, moinhos e guindastes. Colocamos como exemplo a figura 9 representando uma moenda de cilindros verticais. Segundo Pataca (2001, p. 121), essas representações tinham por objetivo "mostrar como estava se consolidando a agroindústria no território, com indicações esquemáticas sobre o modo de produção". Podemos também relacionar o pensamento agrário de Ferreira em diálogo com os pensadores portugueses da primeira metade do século XVIII, sendo as principais referências D. Luis da Cunha e Ribeiro Sanches, contudo, não recorre a generalizações sobre a natureza e traz de suas observações e registros as implicações técnicas para a efetivação do progresso econômico na colônia (SERRÃO, 1988). Segundo Pataca (2001, 127-9), um dos distanciamentos de Ferreira contra as generalizações sobre a natureza americana estão nos recorrentes apontamentos da falta de braços e má emprego da força de trabalho indígena como motivo para a decadência econômica.

Figura 9 - Moagem da cana em uma moenda de cilindros verticais movidas por uma roda hidráulica



FREIRE, José Joaquim. Moagem de canas em uma moenda de cilindros verticais movida por uma roda hidráulica (s/d), desenho em nanquim, 32x19 cm. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Disponível em http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=2011

Em alguns pontos, a visão de Ferreira sobre a natureza acaba abrindo espaço para um distanciamento do olhar técnico para uma visão mais contemplativa, quase pendendo para a ideia de sublime que caracterizaria a representação da natureza americana nos movimentos românticos.

Um exemplo do sublime em Ferreira é a "Vista de hum lado interior da Gruta do Inferno no Paraguay; a qual tem de comprimento 51 braças e 19 de altura" (Figura 10) e a memória da Gruta do Inferno feitos no Rio Paraguai em 1789. A descrição de Ferreira revela a sensação sublime de observar a natureza, causada pelo esplendor e o temor que a gruta provoca:

Eis aqui onde a natureza me tinha preparado o maravilhoso espectáculo, que recompensou dignamente tanto o meu perigo, como o meu trabalho. Porque, olhado á primeira vista o todo, depois de distribuídas as luzes em proporcionadas distancias, representou-se-me uma mesquita subterranea, e observadas as suas partes, cada uma d'e/las fazia saltar aos olhos uma differente perspectiva. A que do fundo d'aquelle grande salão se offerece á vista do espectador collocado á entrada d'ella, é a de um magnifico e sumptuoso theatro, todo decorado de curiosíssimos

stalactites (...) Ao lado esquerdo da mesma sala se deixa ver, como debruçada sobre ella, uma soberbissima cascata natural, que vividamente representavam alvos borbotões de espuma das águas precipitadas d'aquela altura. Em outra parte porém do mesmo lado parece que a natureza se moldou no gosto da architectura gothica. Por todo esse lado estão espalhados diversos labyrinthos, cada um dos quaes de per si constitue uma curiosíssima gruta ... " (FERREIRA *apud* PATACA, 2001, p. 83).

Figura 10 - Imagem da Gruta do Inferno



Anônimo. Imagem da Gruta do Inferno. (s/d). Aquarela, 40x23,3 cm. Na legenda consta “Vista de hum lado interior da Gruta do Inferno no Paraguay; a qual tem de comprimento 51 braças, e 19 de altura”. Museu Bocage: Lisboa. Retirado de *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira* (v. 2, 2002, p. 143).

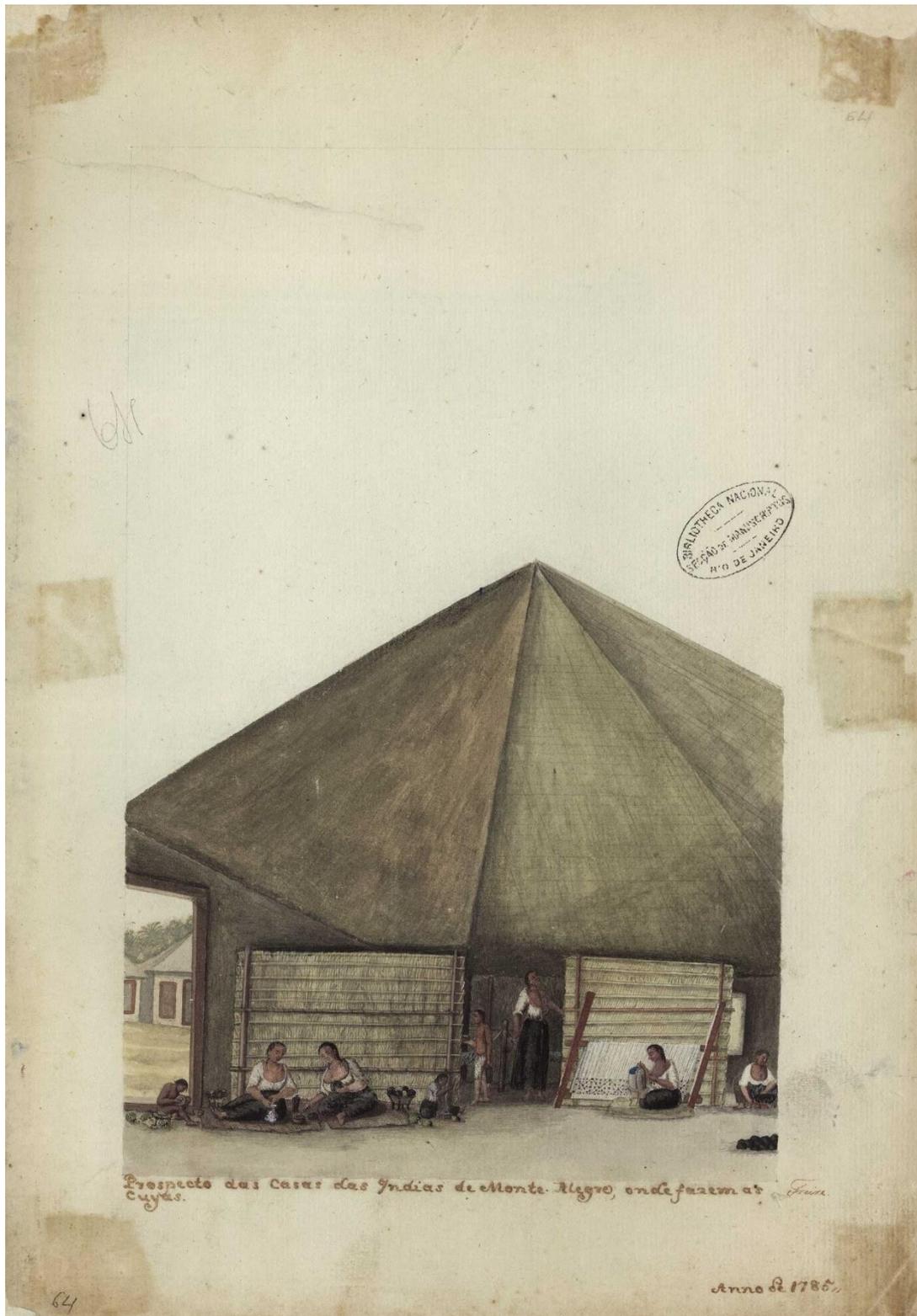
Conforme definiu Argan (1993, p. 20), a “poética iluminista do pitoresco vê o indivíduo integrado em seu ambiente natural”, o que entra em total consonância com a descrição da bela cena de Ferreira que considera não as espécies individualmente, mas sim em seu conjunto. É um tipo de abordagem que, segundo Belluzzo (1994, v.2, p. 10) volta-se para uma geografia da paisagem onde os elementos despertam o olhar cobiçoso por submeter o caos à ordem. Segundo Kury (2001, p. 879), são imagens que utilizam dos códigos da história natural, mas também registram “sensações e fenômenos” em

consonância com as experiências vividas pelos naturalistas. Ou seja, apesar de prospecto ainda se integrar no desejo de esboçar uma grande história da América colonial, numa perspectiva totalizante, também traz experiências particulares e subjetivas.

Fazendo parte dessa história, emerge também a figura do indígena. A representação de sua produção fabril estaria voltada para o desejo de compreensão e usos das atividades amazônicas como forma de potencializar a economia metropolitana. Aqui, além da descrição narrativa, iconográfica e coleta etnográfica se articulariam na descrição as técnicas dos povos nativos. Segundo Hartmann (1975), coincidia com os objetivos de Alexandre Rodrigues Ferreira de escrever a “História da indústria americana” e também revela a perspectiva totalizante empregada pelos registros dos naturalistas. Segundo Kury (2001, p. 869), um dos elementos da iconografia era trazer os “aspectos da interação entre homem e mundo natural, como pode ser visto nas ilustrações de seu relato de viagem, onde índios aparecem ocupados com seus afazeres cotidianos e grupos típicos são retratados em suas relações com paisagens, animais e plantas locais”, como podemos perceber na figura 11.

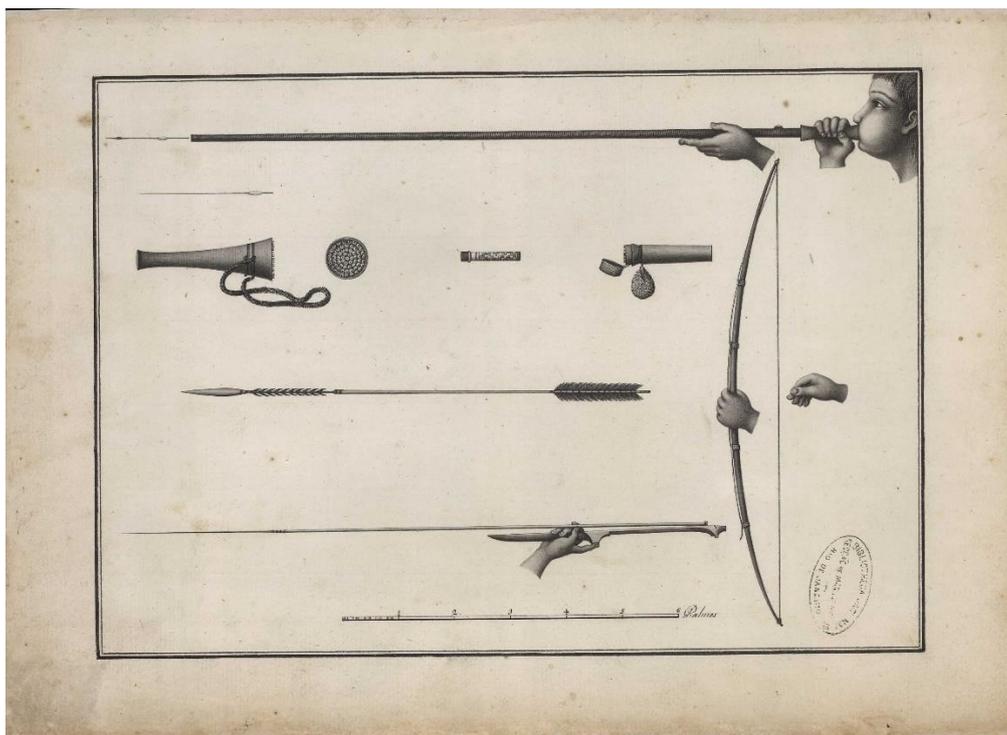
A partir desse ponto devemos articular essas formas de representação ao debate sobre a figura do homem americano, preocupação apontada por Ferreira no final do parágrafo IV de sua *Breves Instruções* de 1781. Nela, orienta que ao observar a economia dos povos dever-se-ia levantar: 1) o estado da sua agricultura, os usos e defeitos de seus instrumentos de lavoura; 2) o modo de fazerem as suas caças e pescas; 3) as plantas de que se servem para sustento, vestido, remédios, tintas, etc; 4) os animais que empregam no trabalho, e em outros serviços domésticos; 5) os minerais que extraem da terra, os usos a que os aplicam, e o modo de os reduzir a esses mesmos usos; a perfeição ou imperfeição das artes, manufacturas, e de todo o genero de indústria, e commercio, que houver no paiz. Eram observações que se articulavam com as considerações sobre a “moral” dos povos nativos e a história de sua indústria (figura 12 e 13).

Figura 11 - Prospecto das casas das índias de Monte-Alegre, onde fazem as cuias



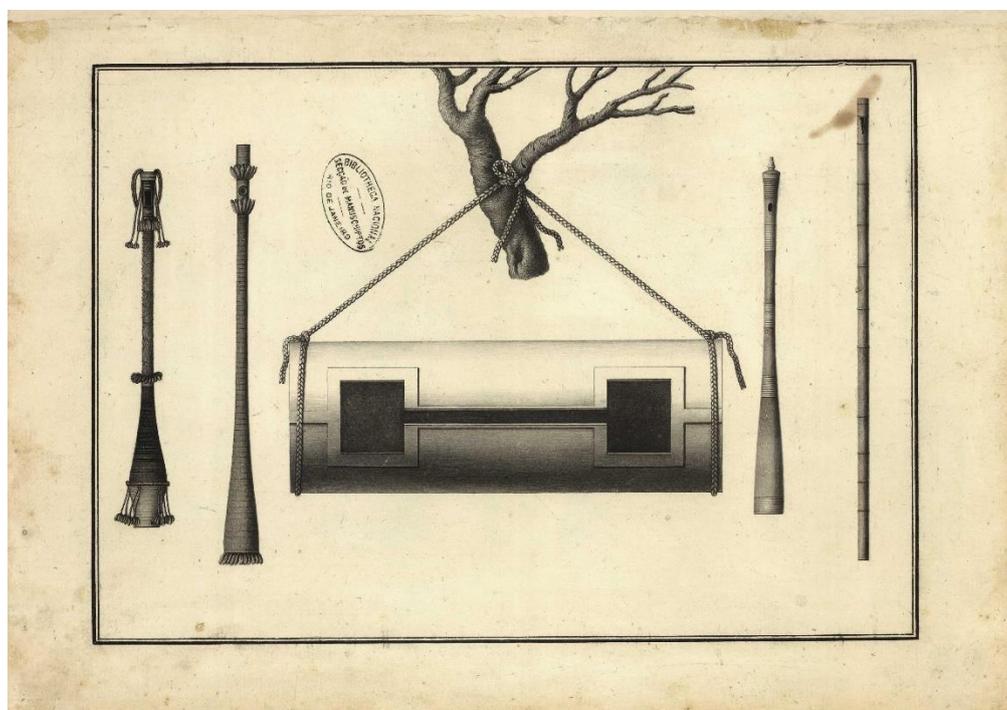
FREIRE, José Joaqui. Prospecto das casas das índias de Monte-Alegre, onde fazem as cuias, s/d, aquarela, 34,5x24 cm. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Disponível em http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1443

Figura 12 - Artefatos indígenas



Anônimo. Artefatos indígenas, s/d, desenho em nanquim, 34x24,5 cm. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Disponível em http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=705

Figura 13 - Instrumentos musicais indígenas



Anônimo, Instrumentos musicais indígenas, s/d, desenho em nanquim, 34x25 cm. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Disponível em http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=716

4.4 A narrativa nas imagens: o lugar do indígena e sua representação

Ao analisar a produção iconográfica sobre o Novo Mundo ao longo da Modernidade, Belluzzo (1994, v. 2, p. 16) resgata uma famosa máxima de Leonardo da Vinci: “o olho pensa e é o juiz universal de todos os objetos”. É um olhar que se coloca a distância, em perspectiva, para investigar de forma operativa a natureza, representando e medindo o mundo físico. Uma perspectiva muitas vezes linear onde os mais diversos elementos são enquadrados, cores, natureza e indivíduos.

Apesar de reforçarmos o caráter classificatório da história natural no século XVIII, devemos pensar essa produção nos aspectos mais gerais da Modernidade. Desde o século XVI percebemos os esforços de artistas em ordenar os elementos do Novo Mundo em uma perspectiva inteligível a eles. Esse processo é fundamental para compreendermos a construção da representação dos indígenas e da natureza americana.

Uma das vertentes que compuseram as primeiras narrativas iconográficas foi a pintura religiosa. Ao observarmos a *Adoração dos Magos* (figura 14), de autor anônimo, identificamos o esforço na incorporação da figura do indígena, aqui como elemento central, de uma narrativa que busca congregar elementos que precisavam ser assimilados pela cristandade do século XVI. Não somente o indígena, mas até mesmo eventos, quando percebemos a semelhança de traços físicos do idoso em frente ao menino Jesus com descrições de Cristóvão Colombo. Constituem-se assim aos primeiros esforços de uma narrativa totalizante, onde o indígena idealizado em uma narrativa busca ser assimilado aos olhos europeus (BELLUZO, v. 1, p. 22).

Burke (2017), salienta essa perspectiva antropológica das imagens ao abordarem a questão do multiculturalismo. Podemos identificar diversos movimentos, indo desde a negação da distância cultural, assimilando os outros a nós mesmos ou a nossos vizinhos pelo uso da analogia. Outro movimento é quando o outro é visto como reflexo do eu, manifesto pela analogia onde o outro torna-se inteligível, domesticado. Por fim, a construção da outra cultura como oposta à nossa própria, onde seres humanos como nós são vistos como os outros (BURKE, 2017, p. 184).

Segundo Marouby (1990), também afirma que o primitivismo como campo de tensão na busca pela compreensão dessa alteridade, comportou movimentos de idealização e crítica contra as pressupostos e ações civilizatórias, mas poucas vezes um reconhecimento do outro. A iconografia é permeada por essas tensões, ao buscar compreender o nativo não como uma singularidade, mas como um elemento originário a ser moldado. Associados a esse passado originário, ganha contorno a partir das descrições

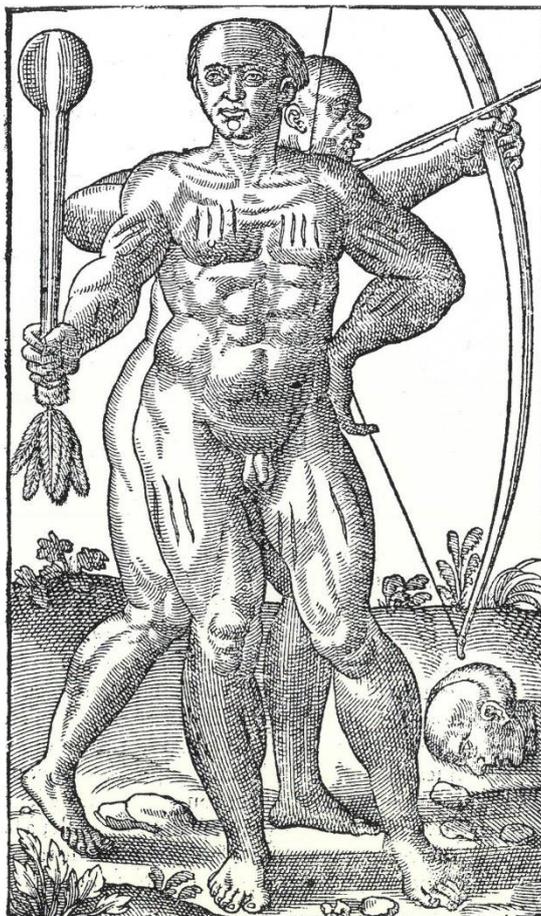
de Jean de Léry a representação do “nobre selvagem”. Seu corpo passa a ser impregnado de contornos e proporções que remetem a uma representação clássica do ser humano, conforme podemos observar na xilogravura do índio Tupinambá que posteriormente compôs a obra *Historie d'une Voyage fait em la terre du Bresil*, publicada em 1600 (figura 15).

Figura 14 - Adoração dos magos



Anônimo, Adoração dos Magos (1505). Óleo sobre madeira, 131X82 cm. Uma das dezesseis pinturas religiosas remanescentes que compõe o retábulo da capela-mor de Viseu. Museu de Grão Vasco: Viseu, Portugal. Retirado de Belluzzo (1994, v. 1, p. 23).

Figura 15 - Índios Tupinambás guerreiros



Anônimo. Índios Tupinambás Guerreiros (1600). Xilogravura, 14 x 18 cm. Ilustração de *Histoire d'une Voyage fait em la terre du Bresil*. Heritiers D'Eustache Vignon, Genebra 1600. Retirada de Belluzzo (1994, v. 1, p. 42).

Ao mesmo tempo que é atribuída à figura do guerreiro ideais de força e harmonia, impregna-se na imagem de elementos exóticos recorrentes nas narrativas de diversos letrados. Um deles foi André Thevet. Segundo Belluzzo (1994, v. 1, p. 36),

na sua visão, o estranho, o extraordinário seriam provenientes do domínio do Criador. O que está também de acordo com a visão humana externa e superficial, o visto pela primeira vez, o exótico que advém do que desperta curiosidade, mas não pode ser entendido. Ver é seguramente diverso de compreender (BELLUZO, v. 1, p. 36).

A corporeidade indígena foi permeada pelo exotismo. Não só pela representação, mas pelos paradigmas culturais que apresentavam. Um deles que se faz presente na xilogravura do indígena Tupinambá é a cabeça decepada. A harmonia do corpo contrasta com a violência que pode remeter tanto às guerras e conflitos com etnias que se opunham à assimilação, quanto à prática da antropofagia.

Um dos textos que embasou a representações de imagens sobre a antropofagia foi a obra *Duas viagens ao Brasil*, também conhecida como *História Verdadeira e Descrição de uma Terra de Selvagens, Nus e Cruéis Comedores de Seres Humanos, Situada no Novo Mundo da América, Desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas Terras de Hessen até os Dois Últimos Anos, Visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, a Conheceu por Experiência Própria e agora a Traz a Público com essa Impressão*. A obra foi publicada em 1557, por Andres Colben. Junto à estrutura narrativa do herói aventureiro, emerge a figura exótica e ameaçadora do selvagem antropófago.

A obra de Staden inclui cerca de 53 xilogravuras produzidas sobre sua orientação. Na primeira parte, 53 grupos de peripécias sucedem-se no curso da viagem, merecendo 31 ilustrações. Na segunda, capítulos do *Pequeno Relatório Verdídico sobre a Vida e os Costumes dos índios Tupinambás*, comparecem 21 ilustrações” (BELLUZO, v. 1, p. 44).

Figura 16 - Mulheres e crianças indígenas tomando mingau preparado com as tripas do prisioneiro sacrificado



Anônimo. Mulheres e crianças indígenas tomando mingau preparado com as tripas do prisioneiro sacrificado (s/d). Xilogravura, 18x14 cm. Ilustração do livro de Hans Staden que relata suas duas viagens ao Brasil. Retirado de Belluzzo (1994, v. 1, p. 52).

Figura 17 - Mulheres e crianças da tribo tomam o mingau feito com as tripas do prisioneiro sacrificado



BRY, Theodore. Mulheres e crianças da tribo tomam o mingau feito com as tripas do prisioneiro sacrificado. Gravura em cobre (1592). Ilustração do relato das viagens de Hans Staden ao Brasil. Faz parte do primeiro volume das Grandes Viagens. Retirado de Belluzzo (1994, v. 1, p. 52).

Cabe ressaltar dois aspectos. Primeiro é a produção de uma narrativa a partir da escrita da qual se desdobra uma narrativa iconográfica que circula e reproduz discursos e elementos simbólicos – conforme podemos perceber na imagem de Theodore de Bry. O segundo elemento posto é o estatuto ficcional da imagem. Segundo Belluzzo (1994, v. 1, p. 96), ela “não corresponde ao que se tem diante dos olhos. Sempre uma presença em ausência, o meio de expressão por excelência de que se valem os viajantes se se preferir, os ocupantes estrangeiros”.

Essas reflexões sobre as narrativas das imagens serão fundamentais para compreendermos a iconografia produzida pelos naturalistas do século XVI e XVIII. A busca pela observação direta permitiu uma ruptura com estruturas simbólicas e uma representação da alteridade? Tais imagens produzem quais tipos de narrativas?

Podemos compreender essa relação ao cotejar as memórias escritas por Ferreira com a produção iconográfica que buscou dar contorno a elas. Segundo Carvalho Junior (2000, p. 149) e Raminelli (2001), as memórias revelam dados sobre costumes, histórias das relações da Coroa portuguesa com as etnias descritas. Narram a utilização de objetos, instrumentos e armas atribuídos a cada etnia. Por vezes acaba transparecendo reflexões mais genéricas sobre a condição do tapuia, mesmo quando aborda uma etnia em particular.

A seguir temos duas gravuras feitas para retratar a pesca e o fabrico da manteiga de tartaruga que se relacionam diretamente com a *Memória sobre as tartarugas*. O texto de Ferreira coincide com as imagens. Segundo a Memória, o fabrico era composto por seis etapas:

retirada dos ovos de tartaruga dos ninhos pelos índios; os ovos sendo esmagados em canoas; a adição de água para separar a gordura dos ovos; transferência do sobrenadante (gordura) para tachos; cozimento da manteiga e por último o preenchimento de manteiga nos potes. A imagem descreve perfeitamente estes processos, omitindo apenas a adição de água na canoa e a transferência da gordura para os tachos. A imagem mostra uma divisão do trabalho, onde cada etapa da produção é efetuada por grupos de indivíduos, o que foi também muito acentuado no texto com uma diferenciação muito clara nos processos de fabricação da manteiga. Neste caso, o naturalista e o desenhador representam uma diferenciação e especialização do processo, característico do primeiro momento da Revolução Industrial que eles vivenciavam na Europa. Pelas descrições de Ferreira em sua memória, tal divisão do trabalho não é tão acentuada como mostra a figura. A disposição da cena foi assim ressaltada acentuando a função didática e mostrando em uma única imagem todo o processo de fabricação da manteiga (FERREIRA *apud* PATACA, 2001, p. 208).

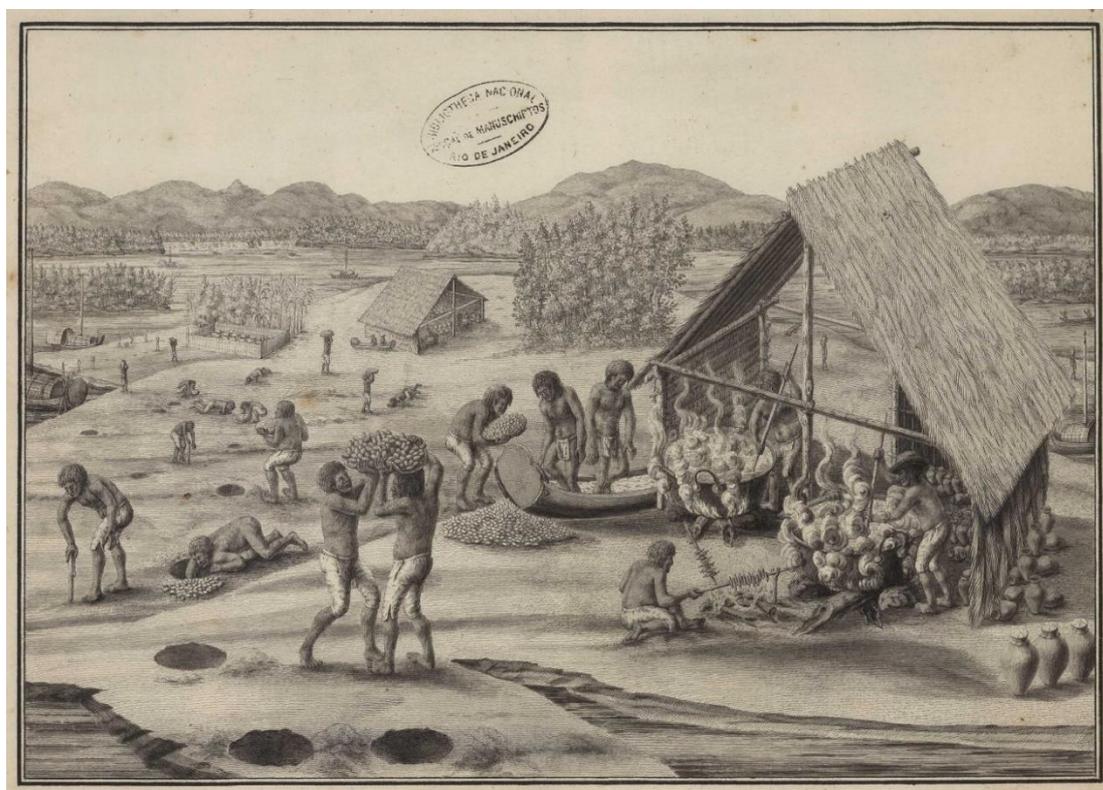
Patata (2001) também reforça a função didática pela representação de funções específicas. Dois modos da captura de tartarugas, por flecha e pela viração que são diretamente representados na imagem.

Figura 18 - A pesca das tartarugas



Anônimo. A pesca das tartarugas (s/d). Desenho em nanquim, 34x25 cm. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Disponível em http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=595

Figura 19 - O fabrico da manteiga de ovos de tartaruga



Anônimo. O fabrico da manteiga de ovos de tartaruga (s/d). Desenho em nanquim, 34x25,5 cm. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Disponível em http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=594

Aqui temos um aspecto central. As gravuras foram feitas pelo gravador Aguillar em Portugal após o retorno da expedição. Segundo Carvalho Junior (2000, p. 178), não existem originais atribuídos à Freire ou Codina representando esse tipo de cena, além do fato do estilo da gravura ser bem distinto das imagens produzidas ao longo da expedição. Carvalho Junior também chama atenção para os elementos e circunstância aos quais essa cena se relaciona. A narrativa de Ferreira foi produzida quando a expedição estava no rio Madeira, onde a prática era realizada pelos indígenas Mura. Provavelmente o naturalista teria tido contato com os nativos, indício que chega a ser retratado na imagem. Ao observarmos o canto esquerdo da figura 18, identificamos “uma canoa remada por índios em que, sentado próximo à parte toldada, vê-se uma figura de casaca e chapéu que se assemelha muito a figura que representa o naturalista no frontispício alegórico, além do que está sendo representado com um livro nas mãos” (CARVALHO JUNIOR, 2000, p. 178). Além disso, podemos identificar, a partir dos arcos e flechas e adornos corporais, que os nativos retratados remetem a um indígena Mura.

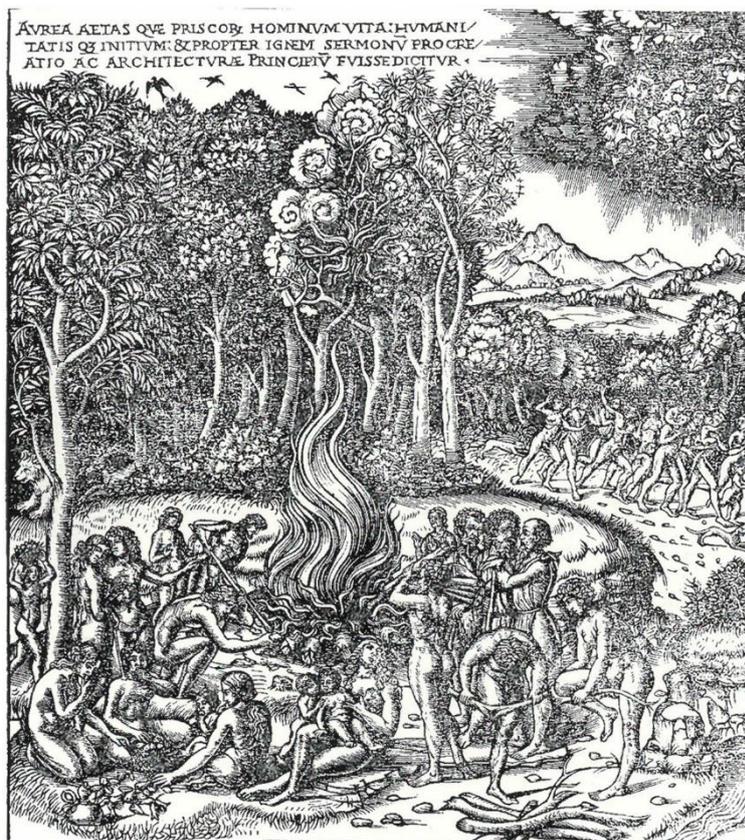
A ordem retratada na imagem relacionada à produção fabril dos nativos contrasta com outras memórias que Ferreira chega a compartilhar em seus diários como as *Notícias da voluntária redução de paz e amizade da feroz nação do gentio Mura nos anos de 1784, 85 e 86*. Nela persiste a representação da ferocidade dos Mura, obstáculos para o avanço imperial português rumo ao sertão. É uma representação de longa data nos escritos de letrados portugueses. Apesar da escrita de Ferreira parecer romper com essa ideia, lembremos que os gravadores que representaram os Mura não tiveram essas experiências e podem ter recorrido a expedientes simbólicos muito próximos da concepção de selvageria.

Ao observarmos a representação dos corpos dos Mura percebemos que são escurecidos e se assemelham a aspectos animais, principalmente pela postura curvada. Segundo Belluzzo, v. 1, p. 39), é uma concepção dos “homens primitivos nus, agachados, reunidos em bandos, vivendo prazerosamente em torno do fogo, que era interpretado como símbolo da passagem do homem para a vida social”.

Ainda segundo Belluzzo (1994, v. 1, p. 57), segundo os códigos estéticos do século XVI e XVII, as figuras humanas não se distinguem tanto por traços faciais e raciais, mas pelos atributos, pela ornamentação e pelas práticas. Aqui se busca mais representar uma subjetividade dos indígenas pela sua movimentação, uma expressão corporal, e não da face, que representaria muito de uma correspondência entre ele e sua natureza. Logo, a representação se ligaria mais a representações consolidadas nos círculos

européus do que nas experiências e observações coloniais? Ao compará-las com as imagens produzidas ao longo da viagem percebemos diferenças.

Figura 20 - Como este povo faz fogo



THEVET, André. Como este povo faz fogo (1575). Xilogravura, 18,5x10,9 cm. Ilustração do livro *La Cosmographie Universelle*. Biblioteca Municipal Mario de Andrade: São Paulo. Retirado de Belluzzo (v. 1, 1994, p. 40).

A seguir temos duas imagens que retratam os Muras, a primeira em formato de retrato e a segunda em corpo inteiro.

Figura 21 - Mura



Anônimo. Mura (s/d). Desenho, 34x24 cm. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Disponível em http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=576

Figura 22 - Gentio Mura, do rio Madeira



CODINA, Joaquim. José. Gentio Mura, do Rio da Madeira (1787). 34,5x23,5 cm. Quatro detalhes referentes aos adereços e artefatos encontram-se numerados de 1 a 4, sem indicação do que representam os números. Museu Bocage: Lisboa. Retirado de *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira* (2002, v.1, p. 59).

Essa configuração na representação dos indígenas é recorrentemente utilizada na produção iconográfica da expedição. Segundo Raminelli (2001, p. 975), a figura 21 é de um retrato fisionômico. Nela temos representada somente a cabeça, pescoço e tronco de um indivíduo protótipo que se torna ícone da nação. Apesar de tratar de um indivíduo-modelo, temos a ideia de representação de práticas e símbolos que correspondem à cultura retratada. No caso do Mura retratado na estampa 21, ressalta-se o chapéu, o enfeite labial e o cachimbo. As abas dos chapéus eram confeccionadas com folhas de palmeiras ou penas de aves. Já os lábios eram furados com pedras oriundas do cérebro do peixe pirarucu, botoques e ossos. Já o cachimbo, era utilizado para tomar uma espécie de tabaco, denominado paricá. Ela provinha do fruto da árvore com o mesmo nome que era “transformado em pó, torrado e depois depositado em um caracol. Longos ossos de aves serviam como canudos, empregados para inalá-lo. A substância atuava, segundo o naturalista, como narcótico” (RAMINELLI, 2001, p. 977).

Já na figura 22, retratando novamente o indígena mura, o corpo também se desvencilha paulatinamente de alguns signos de selvageria. Percebemos o cuidado ao indicar a prática dos nativos em arquear o arco entre os dedos do pé para precisar melhor a caça, talvez uma prática observada pelos membros da expedição ao longo da viagem? Também identificamos o esforço da iconografia em rastrear os signos que compõe a representação do nativo a partir de recursos didáticos como a numeração dos elementos que compõe e ganham destaque na cena. Segundo Carvalho Junior (2000, p. 151), percebemos como o registro físico dos índios ainda recorre a modelos e tipos físicos, mas também indicam “padrões diferentes, muitas vezes em mutação”.

Sobre essa tensão entre modelos e a modificação criativa do artista, Gombrich (1995, p. 151) destaca que na

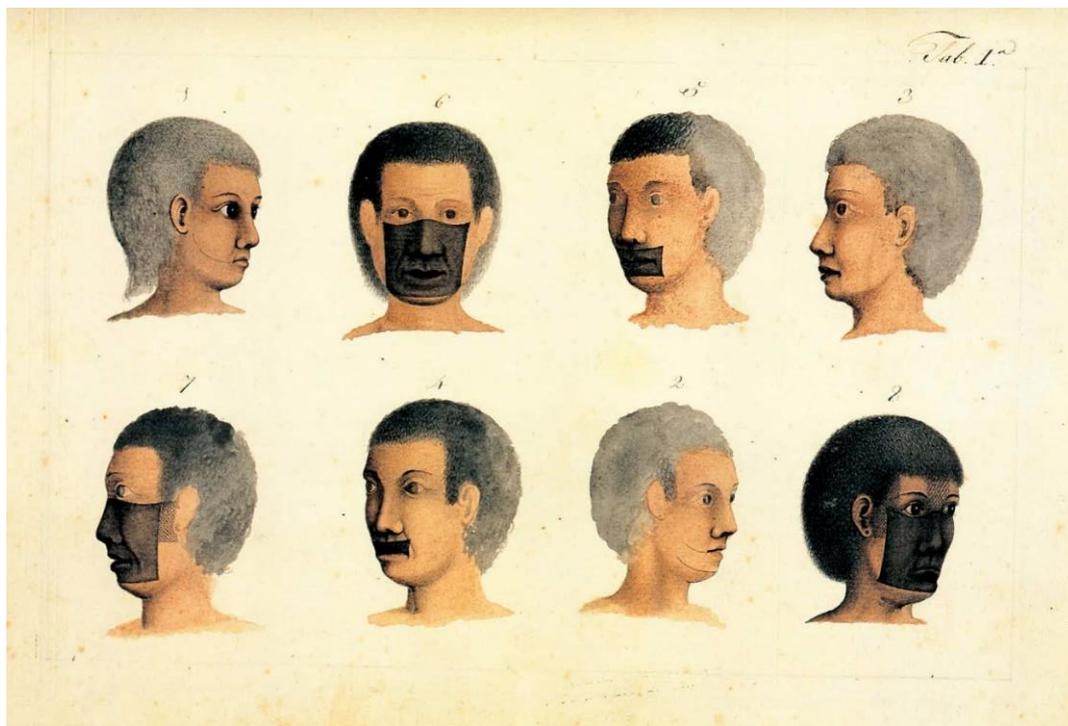
lógica da fabricação de imagens existem dois aspectos essenciais: primeiro, é a necessidade da existência de um meio expressivo para que essa fabricação ocorra; segundo, é necessário que se tenha um esquema anterior capaz de ser moldado e modificado para que o artista possa imitar a realidade. Esse modelo se constituiria de relações geométricas básicas que o artista teria de conhecer para que pudesse construir uma "figura plausível".

Contudo, especialmente ao lidar com observações indiretas e imagens que se processavam em lugares distintos como é o caso das viagens, abre-se espaço para modificações graduais que vão correspondendo cada vez mais ao que o desenhista

gostaria de exprimir (GOMBRICH, p.157). Gombrich também alerta sobre a concepção de representação das formas entre os séculos XVI e XIX, ainda muito atreladas ao ideal neoplatônico. Para ele essa doutrina predominou nas academias durante pelo menos três séculos, de 1550 a 1850.

Não caberia, portanto, desenhar um homem particular, mas "o homem". Neste sentido, retratar seria subalterno e vulgar. Era necessário recriar a natureza. Complementando, afirma que neste contexto se a árvore ou o homem que se tivesse à frente não se conformasse á uma armação geométrica, à um modelo, pior para a árvore, pior para o homem. Acredita que esses pintores compactuaram com essa doutrina, muito embora o arquétipo que os informava não se encontrava para além do mundo visível, mas sim guardado em sua memória" (GOMBRICH, p. 163-8).

Figura 23 - Tábua 1 (modelo de rostos)



CODINA, Joaquim José. Tábua 1. 34,5 x 23,5 mm. As oito cabeças encontram-se numeradas de 1 a 8, sem indicação do que representam os números. Museu Bocage: Lisboa. Retirado de Viagem ao Brasil, v. 1, 2002, p. 71.

Segundo Carvalho Junior (2000, p. 153), essa prática poderia ter sido mais intensa ainda nos desenhos de naturalistas, uma vez que vigorava uma perspectiva mais técnica. Existiam nas oficinas como a Casa do Risco modelos ensinando a desenhar partes do corpo humano por meio de diversas estampas didáticas que orientavam o desenho de cabeças, orelhas, bocas e olhos. Algumas correspondiam a modelos do século XVI e circularam

Europa a fora até o século XVIII. Dessa forma, Carvalho Junior nos indaga: “se existiam instruções de como os naturalistas deveriam proceder, é de se pensar que existiam fórmulas, padrões de como representar o que era visto!”.

A imagem retratando diversos rostos dos indígenas Yurupixunas – figura 23 - talvez nos ajude a compreender esse processo. Os rostos não se assemelham às descrições feitas por Ferreira. Segundo Carvalho Junior (2000, p. 170):

Nela o que se tem são representações de cabeça que, muito embora revelem formas de pintura e, por isso mesmo, tais rostos estariam servindo apenas como suporte – elas apresentam cabeças na forma oval, orelhas pequenas e olhos grandes. No que diz respeito ao que já havíamos assinalado, a forma de representação também lembra a forma correspondente a de ilustrações endereçadas a uma possível publicação

Ao pensar nesses critérios, devemos reforçar os paradigmas da história natural como código visuais que orientaram a produção iconográfica da expedição. Lineu, ao estruturar seu sistema de classificação, também estabeleceu uma taxonomia para a classificação e representação dos corpos que envolviam características visíveis de plantas, animais, aves, peixes e insetos.

Belluzzo (1994, v. 2, p. 18) relaciona, em partes, esse olhar classificatório com as tendências da geometria platônica da tradição clássica. Em Lineu prevalece uma ideia de natureza imutável. Um mundo constante e contínuo, inteligível a partir de um “modelo calcado no princípio de reprodução da vida semelhante e na universalidade típica das espécies e dos gêneros”. Para observar esses seres deveríamos transformar suas qualidades em quantidades, descrevendo seus componentes, a disposições entre eles, proporções. Estabelecendo assim um Sistema de equivalências que permitiria sua classificação. O olhar do naturalista, seria

o “olhar primeiro” pousado sobre as coisas do mundo se dá segundo a geometria e as proporções matemáticas, que promovem o discernimento da individualidade de cada figura e a possibilidade de compará-la a todas as outras, nesse *work in process* que foi a história natural dos séculos XVII e XVIII. (BELLUZZO, v. 2, p. 18).

Atento a esses códigos Ferreira traçou uma “geografia corporal” (CARVALHO JUNIOR, 2000), dos povos indígenas. Podemos visualizar esse diálogo em sua monografia quando descreve a “constituição física” do corpo do tapuia, seguindo a “divisão natural” de cabeça, trono e extremidades (FERREIRA, 2003, v. 3, p. 27-28).

Uma preocupação que pode ser identificada na figura 22 onde é retratado o mura. O retrato corporal traz uma composição estática destinada a representar o corpo inteiro. A descrição corporal fornece elementos visuais sobre a proporção entre cabeça, face, testa, orelhas, nariz, tronco e extremidades. Aqui também temos a representação de um índio protótipo. O índio retratado é situado em uma paisagem padronizada: árida, as vezes com alguma árvore, pedras e pequenas plantas rasteiras. Uma paisagem distinta da vivenciada por essas etnias no espaço amazônico (RAMINELLI, 2001, p. 980).

Ferreira inicia sua descrição pela cabeça, afirmando que “é perfeitamente redonda em os que a não desfiguram com alguma deformidade industrial, como, por exemplo, os cambebas, que as entalam, quando crianças, para ficarem com elas chatas. Todos as têm povoadas de cabelos”. Aponta ainda que os cabelos são “perfeitamente negros” e só com a idade se “fazem ruços”. São “compridos, soltos e desalinados, quando gentios”. Só os Muras que “quase todos os têm crespo e parecem amulutados” e “são raros os tapuias calvos”. Sobre a face, busca traçar uma comparação com outros povos:

É larga e chata, afastando-se o mais que é possível da forma oval que é comum aos europeus; porém com as feições dos asiáticos, aos quais se assemelham mais entre os povos do Antigo Mundo. Uns a conservam no seu estado natural, outros a desfiguram com alguma deformidade, ou mascarando-a, como fazem os iurupixunas, ou distendendo, mutilando, furando e rasgando alguma de suas partes, como outros muitos (FERREIRA, 2003, v. 3, p. 27).

Ao esmiuçar os elementos da face, recorre a diversos detalhes. Descreve os olhos como “pequenos; com a pupila ou preta ou castanha, perspicacíssimos”. Suas orelhas são grandes, e traz uma observação dos Uerequenas, conhecidos como “orelhudos”, já que “furam ou rasgam, que por isso lhes chamam os índios domesticados “nambi soroca”, isto é, orelha furada; introduzindo nos furos ou tomos de paus, ou molhos de palha, ou fragmentos de resinas, de pedras, de ossos, de cristais, de conchas e de alguns metais”.

Sobre o nariz descreve que os índios têm um “olfato delicado (...) farejando como cães”. Na descrição física afirma que muitos o “conservam inteiro ou com as ventas exteriormente furadas, para nelas introduzirem penas de aves, como os Miranha” (FERREIRA, 2003, v. 3, p. 28). A boca é “grande, com lábios grossos”, podendo alguns mantê-las “inteiras ou furados para lhes introduzirem os botoques, que fazem de frechas, de paus, de coquilhos, de ossos e de pedras; porém nenhuns tão disformes como os dos gamelas do Maranhão”. Por último Ferreira compara a presença ou ausência de barba com os povos europeus:

Que propriamente a seja, como nos europeus, é cousa rara em tapuia. Dos muras, já disse o que vi e notei, e ainda de alguns índios domesticados. O que mais comumente se chega a ver nos adultos é uma espécie de buço no lábio superior; aos velhos crescem na barba alguns pelos grossos e raros. Não é isto um sinal de falta de vigor e virilidade? (FERREIRA, 2003, v. 3, p. 28).

Sobre o tronco, Ferreira foi capaz de traçar uma generalização sobre os Tapuias do Pará, Rio Negro e Madeira ao afirmar que são de estatura medíocre, é reto e bem talhado; todos são espadaúdos e quadrados, com: os peitos largos; o abdômen plano; o dorso musculoso”. As extremidades “os braços e as pernas bem talhados e musculosos. As mãos e os pés proporcionados à estatura de seus corpos”. Logo em seguida particulariza o caso dos mauás “que habitam um dos confluente do Jururá, o desfiguram, espartilhando-o, de sorte que nem tão espartilhadas se apresentam as mais delicadas damas da Europa”.

Ferreira particulariza especificamente os pés. Afirma que os Tapuias de forma geral têm “solas tão ásperas como a lixa e, nos gentios, principalmente, o dedo grande do pé afastado do seu imediato”. Estabelece uma relação entre forma e funcionalidade ao afirmar que

Ambos os pés se vê que são separados os de outros gentios, já porque lhes servem de mãos, com que levantam do chão o que nele cai ou se acha já porque com eles se seguram, ao treparem pelos troncos das árvores, como se observa que faz o macaco, entre os quadrúpedes, e o papagaio, a arara, o tucano e outras aves, as quais, para treparem, sem lhes ser preciso nem o uso, nem o artifício, já trazem da natureza o caráter distintivo de dous dedos separados (FERREIRA, 2003, v. 3, p. 28).

Por fim, novamente chama atenção aos Muras por manterem o “dedo grande do pé afastado do seu imediato. Entre os muras é o do pé esquerdo, por apoiarem entre eles, na ação de expedirem as flechas, as extremidades de seus arcos, que são maiores que os dos outros” (FERREIRA, 2003, v. 3, p. 28).

Ao levantar a produção iconográfica da expedição identificamos um esforço em constituir uma imagem dessas narrativas formuladas por Ferreira. Dentre elas identificamos a figura 22, que particulariza o detalhe do dedão do pé dos mura, tão destacado nas memórias. A figura 24, que retrata o indígena uerequenas, tão singularizado pelo uso de alargadores nas orelhas, e na figura 27 um miranha com as “ventas” furadas com penas de aves.

Sobre os Cambebas, figura 25 e 26, Ferreira traz descrições que acompanham as representações pictóricas. São descrições que já identificamos em seu Diário do Rio Negro, na Monografia e também a identificamos na *Memória sobre os gentios Cambebas*, onde o naturalista destacou que “toda essa populosa nação tem cabeças chatas não por natureza, mas sim por artifício: porque logo nascem, as apertam entre duas tábuas, pondo-lhes uma sobre a testa, outra no cérebro; e como se metidas nessa prensa, crescendo sempre para os lados, ficam disformes” (FERREIRA, v. 3, 2005, p. 7). Ainda destaca na memória a forma como procediam para alcançar essas características. Entre as talas e as cabeças existia uma almofada colocada para aliviar a pressão. A busca por alcançar esse formato do crânio era um elemento de distinção tão marcante, que até mesmo as crianças eram submetidas a esses procedimentos. O impacto dessa prática não impediu o naturalista de classificar os Cambebas como um dos mais “civilizados” entre os povos, seja por que confeccionavam panos de algodão, que inclusive utilizavam para se vestir como é visto nas figuras 25 e 26, e o comercializavam também. Contudo, tal reconhecimento não isentou a representação do colar de dentes dos inimigos vencidos utilizados pelo Cambeba na figura 25, um indício da representação de signos de selvageria aos olhos europeus.

Raminelli (2001) nos lembra que o esforço de caracterização das etnias vai além de uma prática classificatória. Ao retratar artefatos que vão desde instrumentos para rituais de passagem, adereços corporais, além de armas e instrumentos musicais, os naturalistas buscavam constituir uma história da indústria dos povos americanos dos primórdios até a constituição de uma sociedade civil.

Ao reunir artefatos, o naturalista perceberia os esforços de suas “faculdades ativas”, em todos os ramos da indústria, na guerra e na paz. Alexandre Rodrigues Ferreira pretende entender a evolução das comunidades americanas, seja por intermédio das roupas, seja pelas armas, numa concepção de história profundamente vinculada ao progresso técnico. Quando representados, os tapuias exibiam seus atributos técnicos (roupas e armas), que atuavam como marcas de uma identidade (particular) e etapa do progresso humano (geral) (RAMINELLI, 2001, p. 980).

Figura 24 - Gentio Uerequena



FREIRE, José Joaquim. Gentio Uerequena, habitante nas Cachoeiras do Rio Ixié, que desagua no Rio Negro (1787). Desenho, 19,5x16,7 cm. Dois detalhes referentes aos artefatos encontram-se numerados de 1 a 2 sem indicação do que representam os números. Museu Bocage: Lisboa. Retirado de *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira* (v. 1, 2002, p. 57).

Figura 25 - Gentio Cambeba



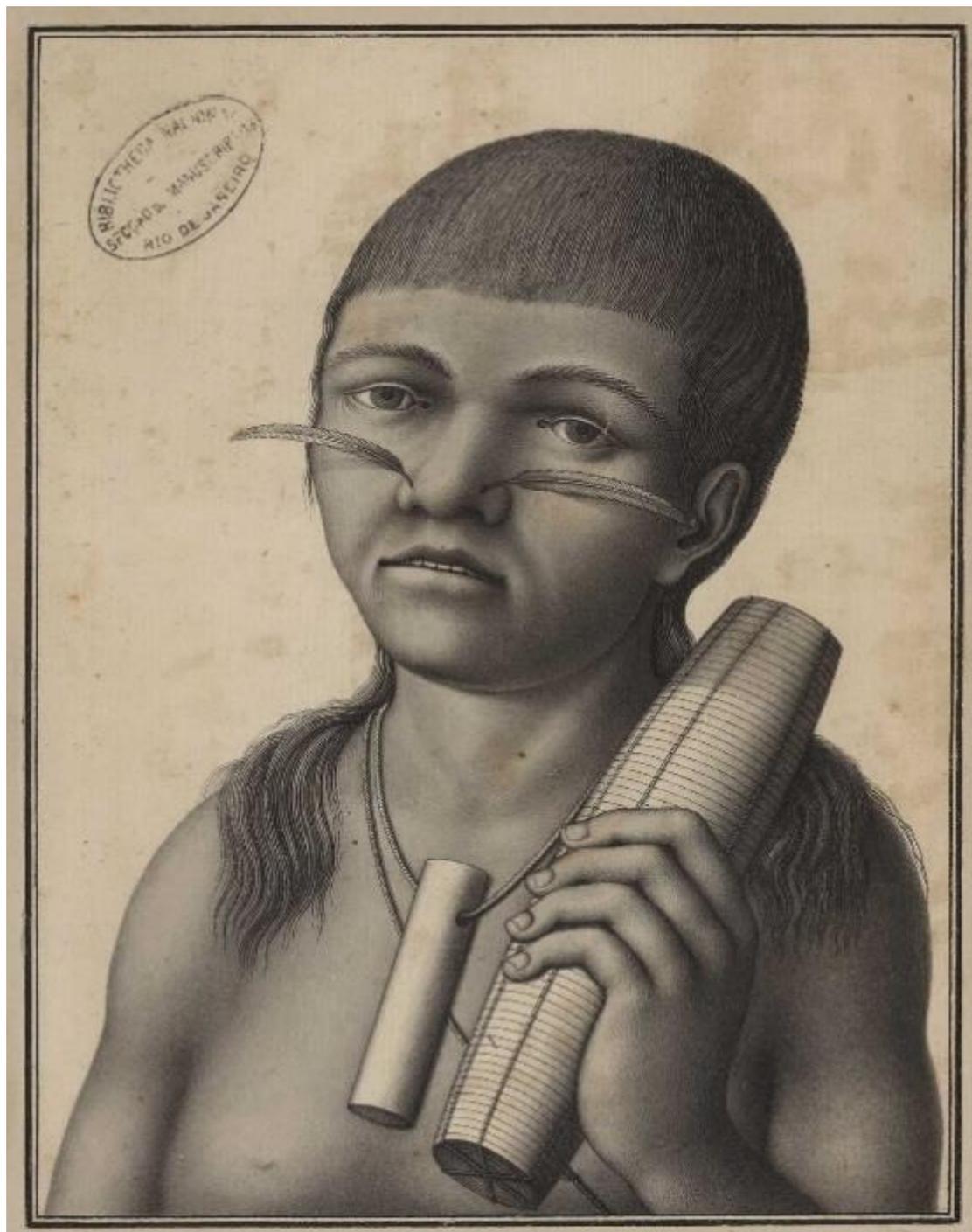
FREIRE, Joaquim José. Gentio Cambeba, habitante do Rio Yapurá, que desagoa no Solimões (1787). Desenho, 25,5x16,7 cm. Cinco detalhes referentes aos adereços e artefatos encontram-se numerados de 1 a 4 ou legendados (“a”), sem indicação do que representam os números ou a legenda. Museu Bocage. Retirado de *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira* (v. 1, 2002, p. 61).

Figura 26 - Cambeba



Anônimo. Cambema (s/d). Desenho, sem dimensões. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Disponível em http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=579

Figura 27 - Índio Miranha



Anônimo. Índio Miranha (s/d). Desenho em nanquim, 35x24,5 cm. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Disponível em http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=570

Em conjunto com esses esforços de particularização se destaca a figura do Tapuia. Ele representaria uma categoria generalizadora, não particularizada por imagens, mas verbalizada. Faz parte do esforço classificatório em buscar uma ordem oculta que permita sistematizar mecanicamente o outro, criando assim uma certa ordem no caos das formas visíveis (BELLUZZO, 1994, v.2, p. 20).

Belluzzo lembra que essa tipificação das figuras pode ser notada para além da história natural. Léry, ao representar a figura do bom selvagem, enquadrá-o em uma proporcionalidade para que o indígena seja ensejado em uma universalidade humana, que seja tangível aos olhos do observador. Um desses exemplos é a representação frontal do indígena: prevalece nas representações o nu atlético e apolíneo de constituição escultural, formado por volumes, quando se sabe que a escultura e o baixo-relevo dos antigos forneciam os modelos para a transgressão do espaço topográfico e segmentado das representações medievais (Belluzzo, 1994, v. 2, p. 43).

Essa convenção frontal que enquadrá e imobiliza o outro a ser analisado e classificado perpassa diversos autores, de Theodore de Bry até Albert Eckhout. No caso de Ferreira, além da verbalização do Tapuia, temos esse olhar buscando compreender as particularidades que identifica.

Nas imagens acima, apesar do realismo atribuído ao destacar os indivíduos por meio de cores, podemos identificar a adoção de diversas convenções para os arranjos do corpo da figura humana: “a composição de poses, a escolha de pormenores que agem como atributos das figuras e concorrem para a criação de sentido, a inter-relação estabelecida pela contiguidade e outros componentes, tendo em vista o esclarecimento da concepção intelectual que desenha o conjunto” (BELLUZZO, 1994, v. 1, p. 90).

Os Tapuias de Albert Eckhout retomam alguns elementos do primitivismo ao ainda vislumbrarem uma certa proporção e harmonia corporal. Contudo, é uma harmonia que remete a diversas convenções sobre a natureza e o povo americano. A ideia de uma paisagem natural intocada, ora remetendo a imagens do Éden, ora a do deserto originário. Além de outros sentidos alegóricos como a figura do cão sedento que alude ao sentido do instinto animal, ou o sento com pedaços de corpo transportados pela mulher em alusão à antropofagia alimentar.

Figura 28 - Homem Tapuia



ECKHOUT, Albert. Homem Tapuia (1643). Óleo sobre tela, 266x159 cm. Museu Nacional da Dinamarca: Copenhague. Retirado de Belluzzo (1994, v. 1, p. 89).

Figura 29 - Mulher Tapuia



ECKHOUT, Albert. Mulher Tapuia (1643). Óleo sobre tela, 266x159 cm. Museu Nacional da Dinamarca: Copenhague. Retirado de Belluzzo (1994, v. 1, p. 89).

As representações que são construídas apontam para essas tensões. Em vários momentos Ferreira lembra do talhe forte e harmonioso dos Tapuias, em outros momentos especula que a falta de barba pode ser um sinal de ausência de vigor e virilidade. São contradições que demonstram os limites do naturalista ao descrever as particularidades dos indígenas. Ao contrário, se esforçam em delimitá-los aos códigos da história natural.

Outra concepção, que já abordamos, é a representação do monstruoso. Belluzzo (1994, v. 1, p. 37), lembra de diversos elementos que instigaram os olhos dos europeus e foram motivos de atenção. Deformidades e desvios com relação ao padrão ideal de proporcionalidade entre as partes do corpo dos animais provocavam a imaginação. Muitas vezes a incongruência dos elementos nas representações remetiam a essa ideia de monstruosidade. Animais representados com rostos humanos, homens com uma segunda natureza selvagem e outras formas de relações.

Figura 30 - Fera que vive de vento



THEVET, Andre. Beste qui Vit de Vent (Fera que Vive de Vento) (1575). Xilogravura, 13,4x15,6 cm. Ilustração do livro *La Cosmographie Universelle*. Retirado de Belluzzo (1994, v. 1, p. 37).

Já apontamos a representações dos Muras seguindo padrões que remetem a forma animais. Na Monografia, ao destacar o formato dos pés dos Tapuias, traça uma relação ao espaço e suas práticas de subir em árvores como os macacos. São elementos que constantemente remetem à vida selvática.

Ferreira remete à ideia de monstruosidade em sua Monografia ao estabelecer uma diferenciação entre monstruosidade por artifício e a monstruosidade por natureza.

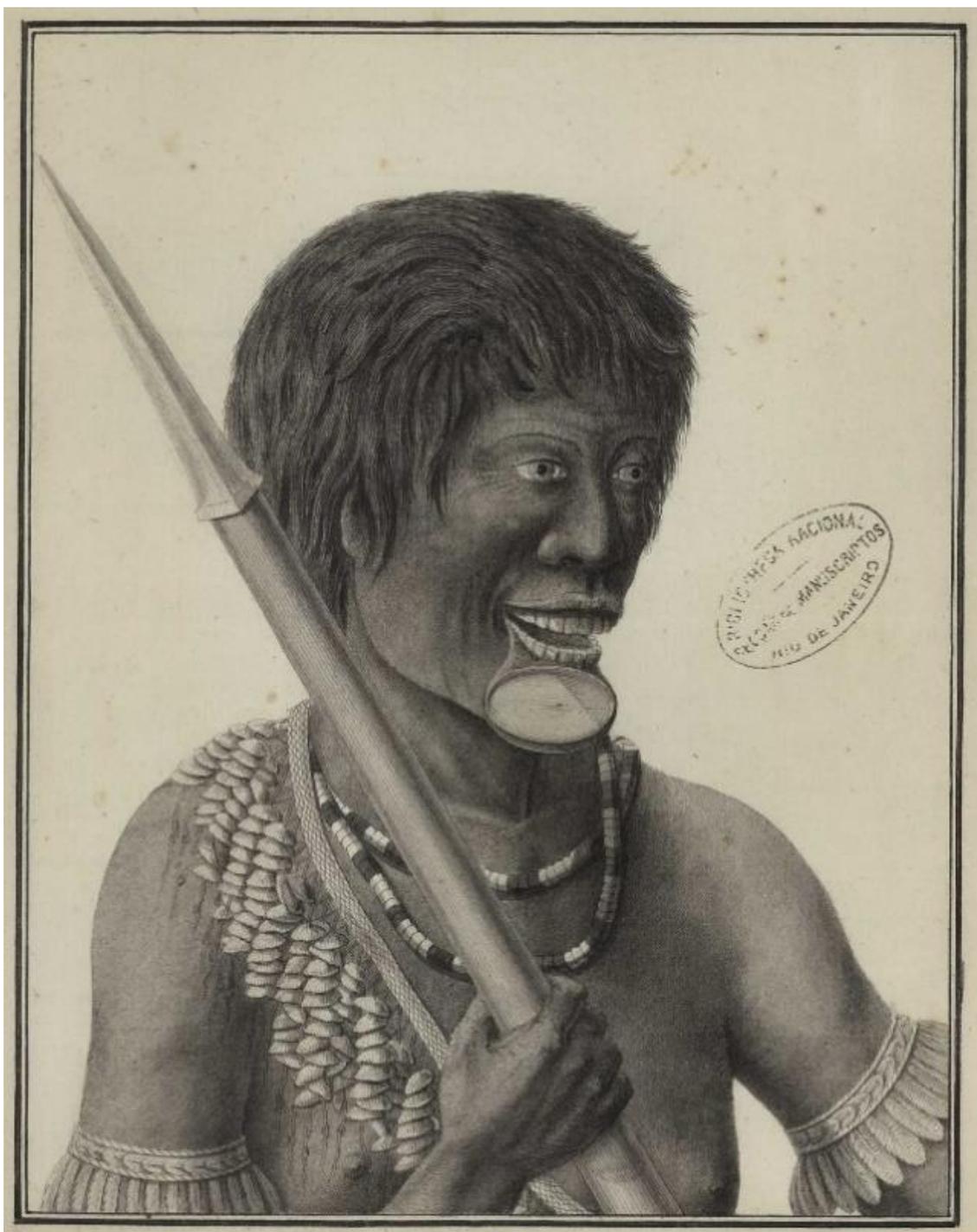
Sobre a monstruosidade por natureza Ferreira (2003, v.3, p. 75-78) traz dois exemplos: os índios pigmeus e os índios com caudas. Ambos são rebatidos pelo naturalista por ou fazerem parte de outros gêneros humanos, não o Tapuia, ou serem uma particularidade dentro do grupo. Chega a afirmar, sustentando-se em Robertson, que com o “espírito filosófico digno (...) vão desaparecendo as maravilhas que encantavam séculos de ignorância” (FERREIRA, 2003, v. 3, p. 78).

Apesar desse apelo ao “espírito filosófico digno”, a produção iconográfica da expedição não deixou de se voltar ao particular, aquilo que despertava a atenção pelo singular. Quando Ferreira destaca os povos que eram monstruosos por artifícios, aponta os Cambeba, com “cabela chata”; os Uerequena ou orelhudos “com as extremidades das orelhas rasgadas e distendidas até aos ombros”. Os Miranha, “com as ventas exteriores furadas”. Todas figuras rastreáveis no acervo de imagens da expedição. Junto a eles também destaca os Mauhá, “com ventre espartilhado e cingido de entrecascas de árvores”; e os Gamela, “com lábio inferior rasgado circularmente e distendido por uma rodela de madeira” (FERREIRA, 2003, v. 3, 75).

A todos esses indígenas Ferreira dedicou memórias especificando práticas e especificidades físicas, conforme já indicamos acima. A partir delas podemos perceber como o naturalista faz da observação base para a compreender de algumas etnias. Por exemplo, os Uerequena, povo recorrentemente citado como antropófago não é colocado como monstruoso como natureza. Ao contrário, ao longo de seus relatos ou representações imagéticas não é retratado a partir da prática (CARVALHO JUNIOR, 2000, p. 195). Essa questão, particular aos Uerequena, pode indicar que a expedição não teve contato direto com o povo ou se teve, foram com indivíduos assimilados.

Aqui reforçamos que a particularidade do nativo acaba sendo submetida aos modelos da história natural. Carvalho Junior (2000, p. 156) também destaca outro esquema na representação dos nativos de grande peso na produção iconográfica da viagem: a divisão entre índios selvagens e a ideia do índio domesticado. São esquemas, que juntamente aos códigos da história natural, geraram modificações nos modelos de representação do nativo ao longo da expedição.

Figura 31 - Índio com botoque labial



Anônimo. Índio com botoque labial (s/d). Desenho, 32x24 cm. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Disponível em http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=567.

Figura 32 - Gentio Mauhás



FREIRE, José Joaquim. Gentio Mauhás, habitante nas margens do Rio Cumiary, o qual desagua na margem oriental do Rio Jupurá (s/d). Desenho, 16,7 x 15,6 cm. Museu Bocage: Lisboa. Retirado de *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira* (2002, v. 1, p. 51).

Apesar da representação do Tapuia ganhar particularidades, ainda o que temos é um “nativo universal” que vai se corporificando num modelo geral a partir do qual se pode desprender algumas particularidades. As particularidades são representados pelos modelos de olhos, bocas e narizes que se repetem. O singular aparece muito mais pelos objetos e utensílios que viriam a formar a história da indústria americana. O registro distancia-se de um esforço etnográfico e sustenta-se mais em um esforço técnico, representando funções. Segundo Carvalho Junior (2000, p. 160):

Ao representarem um "nativo universal" copistas e riscadores representaram na realidade os índios domésticos. A fisionomia que se repete de ar melancólico e apático como suporte dos apetrechos multi- étnicos é a do índio doméstico, de alguma forma é a dos interlocutores dos expedicionários. A humanidade reconhecida por Ferreira em função das vicissitudes da viagem que muito o incomodou, foi sutilmente representada pelos artistas, a exceção de Aguillar. Por outro lado, essa humanidade reconhecida na iconografia representou muito mais uma "humanidade domada", adequada, fruto de um índio mal inserido no projeto civilizador pombalino que não logrou êxito

Nesse sentido, tanto Raminelli (2001), quanto Pataca (2001, p. 201) também afirmam que o discurso da obra se fundamenta mais na inserção dos homens, também de toda a realidade natural, em uma paisagem europeizada, controlada e metrificada. Parte de um projeto de dominação e apropriação da natureza americana.

Para realizarmos um balanço dos principais aspectos da iconografia da Viagem Filosófica recorreremos à pesquisa de Carvalho Junior (2000), que nos permite traçar um diálogo entre a história natural, os interesses metropolitanos e o olhar sobre os indígenas, juntamente com a pesquisa de Pataca (2001), que analisa as memórias e prospectos para compreender o olhar imperial que submete toda estrutura agrária e política da colônia. A essa análise buscamos pensar: como a abordagem memorialista, recorrente nos diários, cartas e memórias imprimiu uma certa narrativa as imagens produzidas, aqui em específico a figura dos indígenas?

A concepção de história do naturalista era da compreensão do indígena em sua complexidade social e cultural, sendo os artefatos de sua produção "industrial" elementos concretos para este entendimento. Na *Memória sobre os gentios Uerequena que habitam os rios Içana e Ixié*, Ferreira destaca:

sendo certo que, para se chegar a adquirir um perfeito conhecimento da seu princípio e progressos é preciso mostrar o Americano em todas as diversas situações em que a Natureza o tem colocado, seguir seus

passos nos diferentes graus de sociabilidade, por onde ele tem passado, avançar gradualmente desde a Infância da sua vida Civil até a maturidade e a declinação do seu estado Social e observar os esforços a que em diferentes tempos tem feito as suas faculdades ativas, em todos os ramos da Indústria na Guerra e na Paz. (FERREIRA 2005, v. 3, p. 50).

A concepção de processo histórico dialoga com a noção de progresso técnico e social preconizado pela Ilustração. Muitos dos objetos etnológicos enviados para o Real Gabinete de História Natural buscavam traçar um histórico do desenvolvimento industrial e bélico dos povos, os quais também receberam registros iconográficos. Ferreira chegou a enviar para o Real Gabinete várias maças de paus pesados, armas curtas, além de lanças de madeira com pontas de pedra e de osso. Segundo Carvalho Junior (2000, p. 166), podemos depreender uma ordem na organização do desenvolvimento bélico. Das primeiras armas em direção às armas de propulsão – zarabatanas e arcos e flechas. No entanto, segundo Ferreira, aí teria parado a evolução, já que “são as únicas que possuem os povos que vivem na infância da Sociedade”.

Aqui a concepção do indígena originário pregado pelo primitivismo, aquele ser puro e natural a ser moldado pela civilização, também se estende a seu nível de desenvolvimento técnico. O avanço dos domínios lusitanos seria justificado não só como um avanço civilizatório, mas como o momento no processo histórico que retiraria o nativo dessa condição de inferioridade. Justificando-se para a condição de tutela sobre os povos nativos.

Conforme destacamos, o grande obstáculo nas narrativas de Ferreira para consolidação desse processo seria a instabilidade da natureza dos indígenas e as guerras constantes realizadas pelos selvagens. Essa estrutura é fundamental também para compreendermos a produção de imagens, que inclusive já encontravam orientações desde o gabinete pombalino para tentar ilustrar o avanço sobre o interior da colônia, muitas delas narrando os choques e tensões com o chamado “selvagem”.

Podemos perceber essa análise na sequência de 37 quadros produzidos por Joaquim José de Miranda. Ela representa o encontro da expedição comandada pelo tenente-coronel Afonso de Botelho de S. Paio e Souza (1726-1793) com os índios da região de Campos do Carrapato, nos sertões do Rio Tibagi. A expedição, além de tomar conhecimento do território e seus recursos, tinha como intuito a conversão dos nativos. O trajeto da expedição foi narrado em três relatórios enviados ao governador da Capitania de São Paulo, depois remetidos ao Marquês de Pombal com o intuito específico de ilustrar uma relação de acontecimentos (BELLUZO, 1994, v. 2, p. 56-59)

Figura 33 - Conjunto de aquarela sobre a expedição de Afonso Botelho e Souza



MIRANDA, Joaquim José (atribuição). A expedição do Tenente-Coronel Afonso Botelho e Souza aos Sertões do Tibagi (1771-1773). Parte dos guarenta episódios que compõem o painel. Aquarela, 42,5 x 55 cm (cada uma). Coleção Beatriz e Mário Pimenta Camargo. Retirado de Belluzzo (v. 2, 1994, p. 58 e 59).

Além de especificar relevos, fluxos do rio e estabelecimentos comerciais, é fundamental identificarmos a forma como o processo de assimilação do indígena se dá. A relação comercial se concretiza com a incorporação dos hábitos civilizados – a camisa de Bretanha, o roçado etc., porém, o mesmo conjunto aponta o fim fatídico de muitas expedições no avanço sobre terras e fluxos fluviais no Brasil. Prevalece a ideia do indígena selvagem, aquele que se rebela, como um obstáculo à política de povoação pombalina. Por

outro lado, reforça os símbolos da assimilação cujos objetivos principais seriam a povoação e o estímulo comercial.

No caso das porções norte da colônia, em especial se reforça a ideia do índio como guarda de fronteira, uma estratégia da qual fazia parte o próprio Diretório indígena formulado por Pombal. A iconografia da Viagem Filosófica recorre muitas vezes a esse simbolismo na reprodução dos indígenas como soldados. Até vinculando-se à política do Diretório, a partir dessa assimilação eles passam a adotar um nome de origem lusitana e tem sua identidade individualizada, conforme podemos observar na figura a seguir (CARVALHO JUNIOR, 2000, p. 170).

Figura 34 - Nº 1º Uniforme do terço auxiliar da cidade, de que é mestre de campo Marcos José Monteiro de Carvalho e Veiga Coelho. Nº 2º Dº do Bairro da Campina, que é mestre de campo Lourenço Furtado de Vasconcellos



FREIRE, José Joaquim. Nº 1º Uniforme do terço auxiliar da cidade, de que é mestre de campo Marcos José Monteiro de Carvalho e Veiga Coelho. Nº 2º Dº do Bairro da Campina, que é mestre de campo Lourenço Furtado de Vasconcellos (s/d). Desenho, 34,5x24 cm. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Disponível em http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1437

O que acaba prevalecendo na produção de imagens é a narrativa do indígena como obstáculo. Já analisamos essa estrutura com o caso dos Muras. Além deles, outra etnia que ganha destaque e espaço na produção iconográfica foram os Guaicurus. Eles foram

retratados nas figuras 18 e 19, onde temos a representação da caça de tartarugas e fabrico de manteiga. Nelas percebemos o processo de assimilação dos nativos a partir de uma dada economia, porém por muito tempo os Guaicurus foram considerados um empecilho no avanço imperial português sobre os sertões. Talvez isso levasse à representação de homens com semblante animalizado, curvados como índios de corso.

Para compreender a elaboração da figura do Guaicuru podemos recorrer à carta endereçada à João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, capitão e governador-geral da capitania do Mato Grosso, em 5 de maio de 1791 (FERREIRA, 2008b, v. 2. p. 110-116).

Nela, Ferreira comenta a instabilidade trazida pelos guaicurus nas memórias sobre as expedições coloniais. Junto aos guanaãs, paiaguás, quatós, e coroiás, “infestam as margens detes rios”. Sendo os guaicurus os mais “audazes e belicosos”. Apesar disso, o naturalista afirma que muito da instabilidade em relação a esses povos se deve aos espanhóis que são “muito maus vizinhos”. Com eles que os guaicurus conseguiam muitos de seus cavalos (FERREIRA, 2008b, v. 2. p. 110).

Sabemos as tensões vivenciadas pelo naturalista ao cruzar as águas do Rio Madeira e a proximidade que acabou sendo exposto à diversas etnias. Tendo em vista isso, afirma que para compreender os guaicurus partirá do que “ali vi e observei” e com relatos do capelão do presídio João José Gomes da Costa, traçando uma “circunstanciada relação” sobre os Guaicurus. (FERREIRA, 2008b, v. 2. p. 111). Segundo o naturalista os homens têm

entre si, os quais como todo o conflito, sabem manejar destramente as faculdades ativas da natureza. De todos quantos vi, nenhum tinha de altura menos de 8 palmos e meio. Setenta polegadas contava o cacique Caimá, que é dos mais altos tapuias que até [a]gora tenho visto. Porém, todos eles eram igualmente espada[ú]dos, o ventre plano, o dorso e os braços musculosos. A sua vida é de corso, tanto em terra como pelos rios, com a diferença que em terra, andam montados a cavalo, donde lhes vem o nome de cavaleiros, e, pelos rios, navegam em ligeiras canoas, que remam com incrível celeridade. Tem cada remo seu, dezoito palmos de comprimento, a saber: seis de pá e doze de haste pontiaguda, para lhes servir de remo e de lança (FERREIRA, 2008b, v. 2. p. 113).

Sobre a moradia afirma que moram em “palhoças”, na época de cheia dos rios se estabelecem em aldeias “errantes”

Ali se abrigam debaixo de tijupares de esteiras de pipi-peri, horizontalmente estendidas. Todos dormem no chão, sobre couros de

boi, peles de onças, de veados, porcos do mato a ariranhas, coberto cada um com um grande cobertos de pano de algodão listrado, de branco, vermelho escuro e negro” (FERREIRA, 2008b, v. 2. p. 113).

Figura 35 - A passagem de um rio pelos índios guaicururus



Anônimo. A passagem de um rio pelos índios guaicururus (s/d). Desenho em nanquim, 34x25 cm. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Disponível em http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=596

Na imagem acima podemos perceber a confluência entre o narrado e o representado. Próximo às árvores podemos identificar as moradias “errantes”, assim como a recorrente aproximação dos guaicururus com a criação e montaria dos cavalos. A imagem chega a narrar detalhes, como a prática dos homens em servirem montaria às mulheres. Como podemos perceber no campo inferior direito da imagem e na narrativa da carta de Ferreira.

Para a mulher poder montar, é ajudada por seu marido que, pegando-lhe com a mão direita no artelho do pé esquerdo, em seu pulso lhe oferece o estribo, em que ela se firma, para se pôr a cavalo, sobre algum lombilho; e ela, estendendo as pernas a procurar as espáduas do cavalo, o conduz tão destramente como qualquer homem, mediante um simples barbicacho de cordão de fio de algodão, ou simples ou entretecido com lã ou cabelo, servindo-lhe a extremidade do cordão de chicote, com que o fustiga” (FERREIRA, 2008b, v. 2. p. 114).

Além de elementos que beiram a uma narrativa etnográfica, devemos destacar alguns pontos que repercutem com a representação dos indígenas de forma mais ampla. Destacamos a comparação feita por Ferreira com os Tapuias, afirmando que apesar da “vida de corso”, tem uma constituição harmoniosa – “ventre plano, o dorso e os braços musculosos” – que se reflete em atributos morais – “sabem manejar destramente as faculdades ativas da natureza”. Constrói-se uma figura que remete a representações clássicas do indígena idealizado a partir da figura do guerreiro, aqui associada à figura do cavaleiro que harmoniza a força com os ideais de moderação tão apregoados pelo pensamento clássico e ilustrado.

É uma construção que nos permite aproximar a figura do Guaicuru com os debates propostos pelo primitivismo. O reconhecimento de valores e uma humanidade em alguns pontos segue um movimento – já feito por Ferreira em sua Monografia – de contraponto com a própria civilização europeia.

Nós os chamamos bárbaros; porém eles nesta parte, não desonram tanto a humanidade, como as mais polidas nações da Europa que, sem embargo de terem a razão exercitada pela filosofia e iluminada pela revelação, em se estabelecendo na América, parece que de propósito excogitam os meios de fazer mais humanos são e mais indulgentes com os escravos (Sobre a avareza). Os guaicurus não a têm e, conseqüentemente, não tratam de enriquecer-se à proporção de trabalho de seus escravos. Tratam-nos indulgentemente. Comem com eles (FERREIRA, 2008b, v. 2. p. 114).

Aos olhos de um naturalista que já se posicionou contra os maus tratos da política indigenista executada pelos diretores, tal relato sobre o trato dos guaicurus com seus escravizados poderia até soar como crítica à própria política pombalina. Aqui desejamos reforçar alguns atributos enaltecidos por Ferreira tanto no campo físico como moral. Junto à constituição física e à moderação temos o reconhecimento de valores como a fidelidade. Ao descrever o enterro dos mortos entre os guaicurus afirma que “não fica vassalo seu que lhe não tribute naquela última demonstração de amor e de respeito, consagrando-lhe a nação inteira toda a qualidade de lágrimas equestres e plebeas” (FERREIRA, 2008b, v. 2. p. 115).

Aqui novamente percebemos um primitivismo que dialoga não com o reconhecimento da alteridade, mas com o decalque de valores e concepções de civilidade europeia sobre o Guaicuru. Ou, como concluiu Carvalho Junior (2000), o índio real não

é retratado, mas a ideia do índio assimilado. No caso dos Guaicurus, principalmente aqueles indígenas vistos como guardas de fronteira (SILVA, 2006) ou povos confederados e vassalos reais (MALDI, 1997).

Reforçamos que essa construção se dá dentro de uma narrativa. Ainda na carta Ferreira indica o início do processo de redução dos Guaicurus. Após a chegada do sargento-mor Joaquim José Ferreira cessaram os ataques. Ele suspeitou que “os espanhóis urdido com eles algum estratagema contra nós”, enviaram uma escolta para verificar. Após alguns dias comenta a vinda do cacique Caimá que reconhece como amigo o soldado Antônio Batista da Silva (provavelmente um índio assimilado), permitindo a aproximação do principal Guaicuru com o sargento-mor (FERREIRA, 2008b, v. 2. p. 111).

A relevância dessa narrativa é demonstrando quando Ferreira aponta que “Ai tive o gosto de vê-los, quando cheguei, que eram onze por todos, entre seis homens e cinco mulheres”. Incluía o cacique que eles chamam de Caimá e nós de João d`Albuquerque. Ele estava acompanhado com uma “formosa tapuia, sua mulher, já então denominada D. Joaquina Ferreira de Albuquerque”. Ele se dizia “governador geral de todo o guaicuru” e já estava “fardado de encarnado (...) ficava da mesma sorte vestida sua mulher e toda a mais comitiva, proporcionadamente à representação de cada pessoa; e todos uniformemente dizem que querem aldear-se nas margens deste rio” (FERREIRA, 2008b, v. 2. p. 110).

Destacamos aqui a presença de Ferreira no fato citado, o que quase nunca confluía em outros relatos, como o *Diário do Rio Negro*, onde o naturalista recorria a memórias e relatórios esboçados por terceiros. O contato direto permitiu observações curiosas como o hábito dos Guaicurus à mesa: “É incrível a voracidade com que comem; se bem que nada têm de bárbaras as maneiras com que, à mesa do sargento-mor, se comportar aquele cacique”. E ao mesmo tempo demonstra as tensões dos processos de redução ao destacar os cuidados do sargento-mor ao tratar com uma “qualidade de gente que, em seus sinistros projetos, sabe constantemente guardar a insidiosa máxima de um impenetrável segredo e uma refinada dissimulação” (FERREIRA, 2008b, v. 2. 111). Aqui, mesmo com a experiência amistosa, prevalece as memórias dos arredios que “infestavam” as margens do Rio Madeira.

Temos na narrativa da carta permanências, tensões e mudanças na representação dos Guaicurus que dão continuidade em outros documentos. Acrescentamos em nossa análise um termo de paz firmado entre as autoridades locais com o principal Guaicuru em

1 de agosto de 1791, três meses após a carta citada. Esse termo é um dos principais documentos para compreender a construção narrativa por parte do Império sobre a redução dos indígenas, e que tem impacto na construção da representação sobre os indígenas (CORRÊA FILHO, 1939, p. 130)⁴⁸.

O Termo se inicia com o “desejo da nação do gentio guaycurú” em “dar não só uma evidente prova do seu reconhecimento, gratidão e sensibilidade, pelo bom tratamento e repetidos benefícios que ultimamente tem recebido dos Portuguezes”. Joaquim José Ferreira, sargento-mor, comandante do presídio da Nova Coimbra:

desejando a mesma nação dar iguaes provas do grande respeito e fidelidade que tributam a S. M. Fidelíssima, e de quanto são os mesmos gentios affeiçãoados aos Portugueses, espontanea e anciosamente vieram a esta capital de Villa-Bella os capitães João Queima de Albuquerque e Paulo Joaquim José Ferreira, dous dos principaes chefes da dita numerosa nação, com dezesete subditos e a negra Victmia, crioula portugueza sua captiva, que serve de língua ; e depois de terem sido recebidos e hospedados com as maiores e mais sinceras demonstrações de amizade e agazalho, e de serem brindados com alguns donati vos de S. M. e outros do Exmo. Snr. governador e capitão general, e das outras principaes pessoas desta villa, celebraram o seguinte convenio (LINS *apud* CORRÊA FILHO, 1939, p. 212).

Dessa forma, no dia 1 de agosto de 1791, reuniram-se na residência do governador e capitão-geral João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, o principal dos guaicurus, junto com outros companheiros, onde “prometiam de hoje para todo o sempre (...) manter com os Portugueses a mais intima paz e amizade, e inviolavelmente guardarem e tributarem a S. M. Fidelíssima a mais respeitosa fidelidade e obediencia; assim e da mesma forma que lhe tributam todos os seus vassalos”. Com isso “gozarem livre e seguramente de todos bens, commodidades e privilegios, que pelas leis de S. M. Fidelíssima hão concedido a todos os índios”. O termo foi lavrado por José Joaquim Cavalcanti de Albuquerque e Lins, secretário do governo, e assinado por Cáceres, outras autoridades militares e o próprio “Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista, encarregado da expedição phillosophica por S. M . nessa capitania” (LINS *apud* CORRÊA FILHO, 1939, p.212).

Infelizmente, não temos uma imagem que represente tal encontro, ou não foi produzido a tempo antes das adversidades vividas pela Casa do Risco. Apesar disso, esse fato é fundamental para análise da representação dos Guaicurus. Corrêa Filho (1939),

⁴⁸ Corrêa Filho traz o termo na integra na nota 97 (CORRÊA FILHO, 1939, p. 212).

coloca a forma como Ferreira relata e destaca a importância dessa etnia como uma defesa de uma política indigenista. Já Carvalho Junior (2000), aponta para uma lenta e gradual mudança na visão dos nativos vividas a partir das experiências no espaço colonial.

Aqui devemos ter cautela em certas afirmações, tendo em vista que prevalece a ideia do indígena como guarda de fronteira e fiel vassalo, a partir de toda uma estrutura simbólica que é movimentada para encenar o teatro da submissão dos guaicurus as autoridades régias. Então, de que forma essa relação teria impactado a representação dos guaicurus na produção iconográfica da expedição?

Podemos traçar algumas nuances a partir de outras duas imagens sobre os índios guaicurus identificadas no acervo iconográfico da Viagem (figura 34 e 35). A primeira imagem, apesar de ser identificada como um indígena Jurupixuna com manto de Jaguar, retrata, segundo Hartmann (1975), um chefe da “nação” Aycuru. Já a segunda imagem é identificada como a mulher do chefe Guaicuru. Apesar da particularização da posição de ambos, não há um relacionamento estrito com os envolvidos na assinatura do Termo descrita acima, apesar da relevância do fato, provavelmente, deve ter levado Ferreira a orientar a representação das lideranças.

Também podemos inferir essa relação ao cruzarmos a representação do chefe Guaicuru com o relato da Carta de Ferreira. Nela o naturalista indica que esses “gentios desenham na pele diversas listras e figuras, pintando a face de urucu, de tabatinga e de jenipapo, que é o com que tingem de preto as mãos e os pés, os lábios e as orelhas” que se relaciona a descrição da figura 36. Na mesma passagem descreve a imagem da mulher, figura 37:

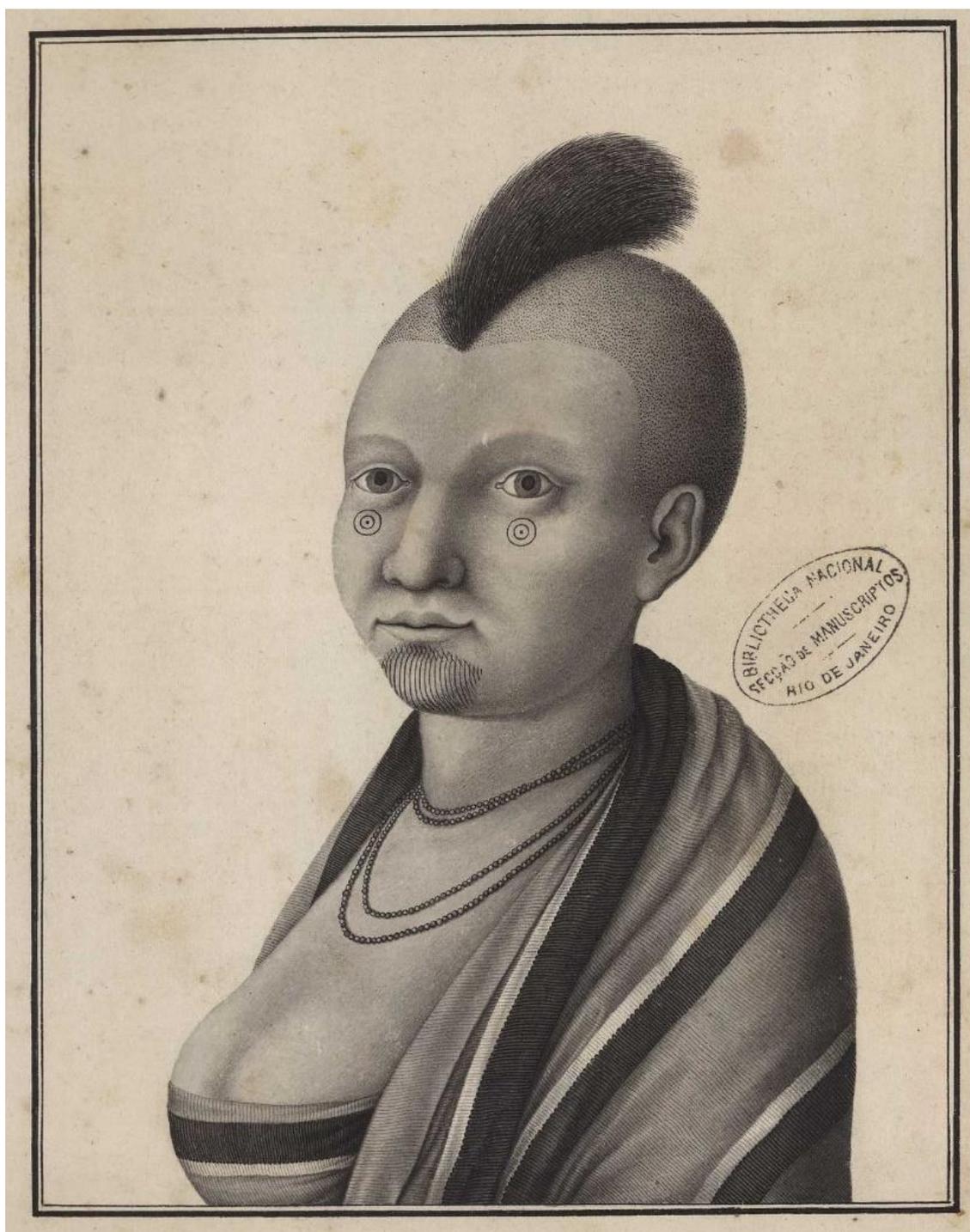
cada mulher traz em uma perna um sinal, que é o da marca do seu cavalo. As mulheres são geralmente bem feitas, de pé pequeno e delicado. O mais comum é andarem nuas, cobrindo as partes vergonhosas com umas ligeiras tangas. Outras andam enfaixadas com um longo cobertor de pano de algodão listrado, que lhes cobre os corpos desde os peitos até meia perna. Todas, enquanto solteiras, têm a parte anterior da cabeça povoada de cabelo descido sobre a testa, como as donzelas inglesas, e pela posterior o tem curto, porque o cortam. As casadas trazem a cabeça rapada, deixando-lhe na parte anterior tão somente um topete longitudinal que, pela sua posição e figura, representa a crista de um mutum. Servem-lhes de navalhas, com que rapam as cabeças, as conchas fluviáteis, que são os instrumentos cortantes, de que originariamente se servem. Uns e outros nem mais um cabelo consentem em seus corpos. Tudo arrancam. Até as mesmas pestanas e sobrancelhas (FERREIRA, 2008b, v. 2. 114).

Figura 36 - Gentio Jurupixuna



Anônimo. Gentio Jurupixuna (s/d). Desenho em nanquim 34x25 cm. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Disponível em http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1945

Figura 37 - Índia Guaicuru



Anônimo. Índia Guaicuru (s/d). Desenho em nanquim, 34,5x24,5 cm. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Disponível em http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=2010

A imagem do casal guaicurus cotejada com a carta nos remetem a descrições etnográficas que parecem se distanciar de alguns atributos que inferiorizam o corpo indígena, como a ideia de monstruosidade por artifício, prevalecendo uma descrição objetiva de seus aspectos estéticos.

Nos chama atenção a representação do casal principalmente quando Belluzo (1994, v. 1, p. 82) relaciona essa configuração a diversos significados que acompanham a representação iconográfica dos indígenas. Seja a ideia de uma natureza originária associando-os a imagens de Adão e Eva e ao Éden ou mesmo à concepção de nobreza que aqui é reforçada pelo manto real e a ideia de monogamia.

Figura 38 - América (casal de indígenas)



ROUSSELET, Gilles e LE BRUN, Charles. Gravura, parte do conjunto América (1638). Gravura em metal, 25,5 x 31,1 cm. Parte de uma compilação de gravuras antigas encadernadas no século XVII sobre o título de *Recueil Factice. Historiques Amérique*. Bibliotheque Mazarine: paris. Retirado de Belluzo (1994, v. 1, p. 84).

Belluzo (1994) afirma que devemos ter cautela nesse reconhecimento. Imagens comportam indícios de uma representação que se constrói a partir de diversos simbolismos. Na figura 38 podemos perceber a presença de animais indicando a vida

selvagem e cenas de antropofagia. Assim como signos do poder poderiam ser uma relação direta entre natureza e a figura do indígena. A nação submetida significaria muito mais um sinal de dominação imperial do que o reconhecimento e legitimidade do outro.

Essa tensão aparece na carta escrita por Ferreira. Nela aponta que os Guaicurus são polígamos, tendo alguns chefes três a quatro mulheres. Porém, “amam-se ternamente. E os maridos, como já disse, zelam quanto podem, a fidelidade conjugal. Com o mesmo afeto e ternura amam as mães os primeiros dois até três filhos e guardam-nos como as meninas dos seus olhos” (FERREIRA, 2008b, v. 2. 113).

Retomam-se a referência à civilidade – família, crianças, respeito a hereditariedade e laços afetivos. Contudo, a ressalva é feita logo em seguida: “porém, em concebendo mais, lembram-lhes vivamente os trabalhos que os filhos têm de dar e passar, para se conduzirem da infância à virilidade; e a impressão daquela lembrança sufoca a voz da natureza e faz as mães insensíveis às mais vivas emoções do amor materno” (FERREIRA, 2008b, v. 2. 113).

Percebemos que a “faculdade ativa da natureza” ou o que foi chamado de “exercício da filosofia” abre espaço para uma certa apatia, que descamba em sinais de selvageria ao afirmar que para evitar tais experiências as mães recorrem ao “mais seguro expediente” de se “livrarem a si da mortificação de pari-los e de criá-los; e a eles, de, em toda vida, passarem pelas necessidades, trabalhos que consigo traz a vida selvagem, é o de abortá-los logo que os sentem gerados” (FERREIRA, 2008b, v. 2. 113).

Como um lapso emerge uma representação recorrente nos escritos de Ferreira de que a natureza do indígena é marcada pela apatia. Lembra alguns argumentos quando busca refletir a dificuldade de assimilação do nativo para o trabalho em que afirma o “apetite pelo mato” ou a sua rejeição ao trabalho mesmo que isso lhe causa o maior dos esforços. Percebemos que na construção de uma narrativa sobre a assimilação dos povos – tanto escrita quanto imagética – não podemos criar imagens que compartimentalizem essas experiências. Diversas concepções são angariadas, seja o debate sobre a natureza do indígena, os interesses imperiais ou as observações e experiências nas regiões mais distantes. A profusão de imagens, muitas vezes contraditórias, que o naturalista utilizou também poderia ser fruto da “incapacidade dos modelos de representação que trazia traduzirem essa alteridade que se revelava diferente e, ao mesmo tempo, igual – embora não nos moldes que pensava naturalizá-la” (CARVALHO JUNIOR, 2000, p. 164).

Buscamos ao longo desse capítulo traçar uma análise que se estabelece ao longo da obra da Viagem Filosófica. É um debate que cruza a representação dos indígenas e da natureza americana, fortemente permeado pela consolidação da história natural, juntamente com o campo do primitivismo, que desde o século XV é um fértil campo de tensões na compreensão do encontro entre dois mundos. São debates que sustentam uma visão de mundo e imprime significados as mais diversas formas de expressão humanas como a produção iconográfica que buscamos acessar a partir dos registros de viagem.

Não pretendemos sistematizar a obra da Viagem Filosófica, o que nos colocaria num terreno movediço, mas ressaltar como a produção iconográfica perpassa as experiências de Alexandre Rodrigues Ferreira no processo de sistematização e organização de sua narrativa. Apesar de nunca ter conseguido organizá-la, buscou sintetizar uma imagem que abarcasse toda a concepção da viagem, o frontispício alegórico a partir do qual começamos nossa análise.

Conforme salientamos, ao analisá-la a partir dos escritos de Ferreira e a lógica da produção iconográfica da Viagem, prevalece a ímpeto imperial da expedição. Assim como nos prospectos analisados por Pataca (2001), temos uma lógica dentro do frontispício que nos permite identificar o olhar imperial que se estabelece, a profusão de embarcações, a estrutura urbanística, o comércio, são elementos que buscam firmar a empresa colonial sob os olhos do império.

Buscamos finalizar a análise a partir de uma última figura que ganha destaque ao se posicionar ao lado de Ferreira, agachado e também circunspecto na análise do mapa indicando a hidrografia percorrida pela expedição. A partir dos elementos expostos, a forma de representar essa figura, o corpo agachado, a pele escurecida, muito provavelmente remete à figura do homem nativo, aqui transmutado na figura do índio assimilado ou doméstico (CARVALHO JUNIOR, 2000, p. 7).

A relação fica mais evidente ao sabermos que ao longo de toda a expedição Ferreira contou como preparadores dois índios capitães, José da Silva e Cipriano de Souza. Ambos acompanharam o naturalista até o final buscando pleitear recompensas que vieram com suas nomeações como alferes pelos serviços prestados para o então governador Martinho de Souza Albuquerque. Sabemos também que os dois acompanham o retorno de Ferreira para Lisboa e José da Silva chega a ocupar um cargo no Real Museu de história natural. Segundo Almeida (2000), esses indígenas teriam sido peças chaves na definição de percursos, identificação e catalogação da flora e fauna nas mais distantes

regiões da colônia.

Apesar dessa relevância, a alegoria que talvez represente esse papel dos nativos ainda aparece impregnada dos indícios de uma vida selvagem. A postura, a cor, as roupas precárias e os pés descalços. Signos de uma assimilação tortuosa e que, segundo as concepções abordadas, não se efetivaria plenamente devido à natureza do homem americano. A hierarquia que o frontispício impõe, prevalecendo o olhar imperial, é a mesma que o naturalista utiliza para representar o nativo. Lembremos, essa seria a imagem que representaria a obra a ser publicada nos círculos letrados. Como protagonizar o outro e sua natureza que deveriam ser classificadas e controladas? Assim como a alteridade não é acessada ao longo da narrativa da Viagem, sendo circumspecta ao selvagem ou ao índio assimilado, aqui, José da Silva e Cipriano de Souza são deslocados a um não-lugar no mundo dos letrados, muitos mais restritos à sua natureza e quiçá a uma posição de coadjuvantes da empreitada filosófica.

Cristaliza-se uma narrativa escrita e imagética que ainda tem forte presença dos debates da Modernidade. Muitos naturalistas se propõem, por meio da observação, romper com os mitos e idealizações sobre a América, porém, estabeleceram esquemas hierárquicos tão rígidos quanto os que compõe os primeiros frontispícios que buscavam retratar a América no conjunto da humanidade.

Figura 39 - Frontispício do livro de Arnold Montanus



Anônimo. Frontispício do livro de Arnold Montanus (1671). Gravura, 31x19,8. Coleção José Mindlin: São Paulo. Retirado de Belluzzo (1994, v. 1, p. 85).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos maiores desafios ao analisar a monumental obra da viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira foi captar e compreender os indícios que levantem as experiências e tensões vividas pelo naturalista. Muitos deles ainda não foram identificados e outros tantos ainda fogem ao nosso olhar. Chamamos atenção para um desses indícios, uma epígrafe que abre o *Diário do Rio Negro* e provavelmente foi posta quando Ferreira estava finalizando seu escrito. Nela cita uma única e curta frase: *Loca note Silentia Late*.

A frase em questão faz referência à obra *Eneida*, do poeta romano Virgílio (70 a.C.-19 a.C.). O famoso épico latino narra a viagem do herói troiano, após a destruição de sua cidade, rumo a oeste, à deriva pelo mar Mediterrâneo, buscando refundar as glórias de sua cidade em outras terras. Ferreira destaca uma frase do Canto VI, o momento em que Eneias desce ao mundo dos mortos. Ao cruzar o rio Flegetonte, lança a afirmação acima: Lugares amplamente silenciosos na noite (CAMPANHOLO, 2008 p. 129).

A epígrafe pode remeter a sentidos estéticos e pessoais profundos. Para nós é inevitável a comparação com a própria trajetória do naturalista. Os domínios ultramarinos, as terras distantes a oeste, simbolizavam a possibilidade de recuperação do diagnosticado estado de decadência do Império português. A espada do herói latino, abre espaço para a pena do letrado naturalista imbuído de uma tarefa árdua de observar e compreender esses domínios e, a partir de sua pena, traçar informações que permitam a renovação do Império lusitano.

Buscamos destacar esse sentido no olhar imperial que orientaram as reformas pombalinas e apresentaram continuidades durante o reinado mariano. Desde as reformas de cunho mercantilista, até as reformas educacionais, principalmente na Universidade de Coimbra com os Estatutos de 1772, percebemos um diálogo profundo com a pensamento ilustrado da época. A urgência do progresso seria alcançada pelas pautas reformistas. A reforma educacional, não a de cunho mais progressista centro europeia, mas a direcionada a uma elite letrada formaria os quadros capazes de atender às razões de Estado, garantindo a superação do diagnóstico de decadência. A história natural, como programa de ensino volta-se à lógica de dominação da natureza para a máxima economia do Reino, estimulando as primeiras expedições de naturalistas já em meados do século XVIII. O olhar imperial volta-se para o oeste na expectativa da tão desejada retomada do progresso. Aqui já percebemos o quanto os textos e orientações das instituições direcionavam para a configuração de uma nova narrativa que englobasse a ideia de um Império luso-

brasileiro, justificando assim a remodelação das relações entre metrópole e colônia. Esse esforço mobilizou letrados, acadêmicos e naturalistas como Ferreira. Contudo como moldar essa realidade, seja pelo controle burocrático ou mesmo encaixar o caos da natureza nos novos padrões previstos pela história natural?

Retomemos a epígrafe do *Diário do Rio Negro*. Em contraste com o tom heroico da epopeia, Eneias lida com naufrágios, conflitos e a morte. Ferreira, em contraposição ao olhar imperial que busca narrar as “glórias da gente lusitana” se depara com uma natureza muitas vezes inóspita que se agiganta. Ora testando seus limites, ora impondo um silêncio incógnito e desafiador. Analisar as narrativas de viagem a partir de uma nova sensibilidade que se estabelecia em meados do século XVIII nos permitiu perceber o quanto o tom burocrático e racional do naturalista acabou sendo permeável à realidade muitas vezes adversa. Ele constata a precariedade das condições materiais da colônia e a própria precariedade dos domínios imperiais em se fazer presente às margens. O espaço apresenta-se muitas vezes aberto e incerto à racionalidade que Ferreira buscava impor ao seu olhar fiscalizatório. Aqui percebemos o quanto a utopia civilizatória era instável em cumprir os seus anseios de ordenamento da realidade. É um tom que perdurou de alguma forma na narrativa de Ferreira ao longo da viagem. Buscamos destacar como ela se fez fortemente presente no *Diário do Rio Negro*, contudo, ainda na sua monografia recorre a citações como a de Barrere na qual indaga

o que são estas aldeias? Nas casas de que elas se compõem se vê logo um ar de extrema pobreza, e são uma perfeita imagem dos primeiros tempos. Todas elas que ordinariamente estão edificadas, ou em algum alto, ou à borda de algum rio, umas confundidas com as outras, e sem ordem, formam uma prospectiva das mais tristes e desagradáveis. Nada ali se vê que não seja horrível e selvagem. O silêncio mesmo, que ali sempre reina e que só de quando em quando é interrompido pelo som desagradável da voz de alguma ave ou de algum animal, nenhuma outra coisa é capaz de inspirar, senão o terror (BARRERE *apud* FERREIRA, 2003, v. 3, p. 43).

Silêncio, o perigo da natureza que inspira o medo. Tais representações remetem as às concepções debatidas por Thomas (1988) sobre a visão da natureza como espaço a ser domesticado e controlado pelos homens. Concepção que no século XVIII emerge com os ideais de civilização em oposição à vida selvagem e, no caso brasileiro, o “mato” e o “sertão”. Lembremos que essa passagem, resgatada por Ferreira, participa de seus debates e questionamentos. Muitas vezes reforça essa visão trazendo o diagnóstico de precariedade do território brasileiro. Porém, busca levantar outros fatores para a causa

dessa situação. Em uma passagem final de seu *Diário do Rio Negro* afirma que buscou destacar o que “vi e experimentei” ao longo de sua jornada pelas vilas e povoações do Rio Negro (FERREIRA, 2007, v. 3, p. 172).

Ao analisar a produção agrícola, diversas vezes o naturalista redefine sua posição sobre a natureza brasileira indicando a “prodigalidade” e “potencial agrícola” das terras, movimento que talvez possa se inserir em um momento de reconfiguração da natureza tendo em vista os interesses portugueses em reabilitar a produção agrária atendendo às perspectivas agraristas iniciadas pelo gabinete ministerial de D. Rodrigo de Souza Coutinho (FRANÇA, 2012). E por que não teríamos o progresso esperado? Ferreira posiciona-se averiguando a estrutura colonial, critica a mandriice dos diretores e colonos no cultivo do anil, tabaco, café dentre outros gêneros. Além disso indica diversas vezes a falta de braços, tanto de escravos, quanto de índios assimilados, para a efetivação da lavoura colonial.

A denúncia em relação à falta de braços expõe diversas crítica de Ferreira em direção à política colonial. Ferreira recorre diversas vezes ao *Diretório que se deve Observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mudar o contraio* (1755), pensando nas possibilidades de sua efetivação, contudo, denuncia a forma como os diretores a executavam. Muitos diretores são denunciados pelo uso privado dos nativos ou de desviarem-nos constantemente para as expedições nos sertões prejudicando o estabelecimento das vilas e lavouras. Buscamos captar essas experiências para compreender dilemas e enfrentamentos de Ferreira em meio à zona de contato. Advém delas posicionamentos e experiências que demonstram a formação do naturalista como funcionário régio.

Lembremos que esse debate também está intimamente ligado à formação de Ferreira como naturalista. Pratt (1999), aponta para a relevância da história natural, pelas práticas de catalogação e exploração da natureza, como um dos principais impulsionadores dos desígnios imperiais a partir do século XVIII. Marouby (1990) e Thomas (1988) indicam que a inferiorização da natureza americana em larga escala serviu a formulação de uma autoimagem da Europa como bastião da civilização. Na relação entre natureza e formação física e moral dos povos, o americano se constitui como um obstáculo para o caminhar da civilização. Nas narrativas da expedição de Ferreira, tanto nas memórias como no *Diário* e até na monografia, essa figura é representada como o “selvagem”, o indígena “gentio”, obstáculo para efetivação da empresa colonial. Ferreira mobiliza em sua construção narrativa memórias, notícias e diaristas construindo uma

determinada visão de passado que sustente essa visão. Citamos como exemplo desse movimento a forma como Ferreira resgata as narrativas de Antônio José Landi pelo rio Marié ou como expõe os conflitos com povos locais para os estabelecimentos coloniais.

Em contraposição ao indígena selvagem, aquele que deve ser suprimido em favor do avanço imperial, Ferreira destaca a representação do indígena assimilado. Apesar de particularizar muitas vezes etnias e sujeitos, lança mão dessa categoria para designar todos os nativos que têm contato com os colonos ou servem aos interesses metropolitanos. Segundo Almeida (2020), eles estão presentes ao longo de toda a expedição, são lavradores, carregadores, remeiros, lideranças nas fronteiras, línguas e até preparadores na expedição como o caso de Cipriano José e José da Silva, os indígenas que acompanharam a expedição de Ferreira. Falamos de toda uma alteridade que acaba muitas vezes ocultada frente ao protagonismo dado aos interesses imperiais. Os que não são selvagens, são súditos; senão são um obstáculo, se tornam potenciais guardas de fronteira para efetivação dos domínios imperiais. São representações que moldam os indígenas em uma determinada hierarquitetura (MAROUBY, 1990), que suprime não só seu espaço, mas sua existência histórica.

Apesar de identificarmos essa dicotomia, as experiências vividas por Ferreira o levam a particularizar a natureza dos indígenas, colocando, principalmente o índio assimilado, como um “dilatado campo de observações” (FERREIRA, S.D, p. 618). Apesar de confirmar as teses que ligam os nativos a uma natureza errática e selvagem, reforçando seu “apetite pelo mato”, agindo como se fossem “galos do campo”, ele também reforça os abusos cometidos pelos diretores, seja no abuso no espaço do trabalho, no uso compulsivo nos descimentos e nas minas de ouro. São indícios que permitem perceber as tensões no estabelecimento imperial no ambiente de fronteira, assim como evidenciam as reações e resistências da população indígena, vistas muitas vezes como ato de barbárie e selvageria (MONTEIRO, 1994, p. 170).

A partir dessas análises buscamos apontar o quão difusa pode ser a fronteira entre o funcionário régio e o naturalista. Além disso, evidencia-se o espaço colonial como *locus* de debate e construção de um determinado discurso sobre a alteridade. Mesmo os códigos letrados se fazem presentes pela forma como Ferreira angaria documentos, referências e debates. Buscamos evidenciar esse movimento em dois momentos. Primeiro com seu diálogo com o filósofo escocês William Robertson e sua obra *História da América*. Apesar de ambos se proporem a questionar visões “fabulosas” que se tinham cultivadas sobre os indígenas, acabam por coadunarem nas interpretações sobre a apatia

constitucional dos indígenas. O que para o “inglês” impediria o desenvolvimento da indústria americana, em Ferreira se torna um obstáculo à sua incorporação à lavoura e ao mundo civilizado.

O segundo momento em que resgatamos esses debates e diálogo é quando Ferreira, após incursionar pelo Rio Madeira, chega até Vila Bela e inicia a elaboração de sua monografia, finalizada em 1790. Reforçamos a relevância da monografia como um segundo momento do percurso do jovem naturalista. O que antes contava com o suporte e apoio constante das vilas e povoações, além do pouso na capital de Barcelos do Grão-Pará, se torna em uma experiência mais imersiva pelo interior e áreas de fronteira descendo o Rio Madeira. Segundo Carvalho Junior (2001), foi quando o naturalista passa a se deparar com um índio mais concreto. Em que pesa essas experiências nos escritos e reflexões de Ferreira?

Percebemos em sua monografia um tom de valorização de alguns indígenas especificamente, no caso, a categoria dos Tapuias, se referindo aos índios assimilados ou domésticos. Segundo Ferreira, são “homens como qualquer outro” e inclusive com a capacidade de fazer refletir, características tão recorrentes nos letrados para distinção dos homens em relação aos animais. Poderíamos inserir esse reconhecimento no que Marouby (1990) chama de primitivismo, aliás, um movimento recorrente em sua obra. Seja de crítica à civilização articulado com o reconhecimento da alteridade do Novo Mundo. Ele pode ser notado na Monografia a partir da valorização da constituição física do Tapuia – pele, força e destreza – ou até mesmo em seus valores morais ligados à moderação das necessidades e regulação das paixões.

Aqui devemos ter cautela nesse reconhecimento. Até mesmo Marouby (1990, p. 199), alerta que muitas vezes as contradições e limites identificados na utopia civilizatória resulta na criação de um “espetáculo de um falso outro”. A valorização do corpo do Tapuia acompanha uma nudez simbólica que o destitui dos signos estéticos que possam demarcar uma determinada historicidade. Ela se perde com o rótulo do homem natural, o ser originário e puro. Aqueles que se distanciam dessa natureza são seres “monstruosos”, se buscam imprimir marcas e registros o fazem sem a sintonia com as concepções ideais de civilização e humanidade. A concepção da natureza como uma “imagem dos primeiros tempos” ou desse indígena originário estacionário na “infância da humanidade” abre espaço para a concepção de tutela, tão reforçada, por exemplo, pelo Diretório pombalino. Esses indígenas deveriam ser assimilados à tutela dos diretores, garantindo assim sua inserção no progresso e na história. Segundo a abordagem memorialista, a historicidade

indígena abre espaço para humanidade estacionária que, em contato com o avanço imperial, enfim, ingressaria no caminhar histórico. Aqui alinhavamos a abordagem histórica pretendida pelos letrados que se orientavam pelo olhar imperial, aos debates sobre a natureza e os americanos pelos naturalistas. Ferreira não exerce um ou outro, mobiliza ambos quando elabora sua narrativa. São aspectos formativos de sua posição como letrado que colocamos como um dos objetivos centrais de nossa pesquisa.

Junto a essa perspectiva abordamos também a produção iconográfica da viagem filosófica. Apesar de Codina e Freire terem sido os riscadores oficialmente designados para a expedição, buscamos explorar a dimensão coletiva da produção dessas imagens. Sejam por meio dos estabelecimentos como a Casa do Desenho que orientavam a formação deles ou pela forma como Ferreira participou diretamente da formulação das imagens ao longo da viagem ou depois, na Casa de Gravuras, para reprodução ou elaboração de imagens a partir de relatos. Nosso foco foi evidenciar o diálogo das imagens com as formulações sobre o homem americano feitas pelos letrados e naturalistas no século XVIII. Identificamos como muitas gravuras ainda falam de uma figura modelar, estática sobre o olhar classificatório do naturalista artista. Suas particularidades – instrumentos, adereços e constituição física particulares – são expressas como elementos particulares, mas não para os individualizarem, mas sim para os inseri-los em uma determinada temporalidade.

Assim, as imagens também trazem uma carga narrativa. Podemos exemplificar essa evidência por meio da representação dos Guaicurus. Antes vistos como obstáculos ao avanço português pelo “sertão”, após as experiências presenciadas por Ferreira na redução de algumas etnias próximas a Cuiabá, nota-se uma reconfiguração nessa imagem. Os guaicurus perdidos em meio a uma natureza inóspita abrem espaço para a representação das lideranças. Signos de nobreza e autoridade são atribuídos não para demarcar a estrutura de poder deles, mas para reforçar o ato de submissão ao poder imperial. Assimilados, passam a cumprir o papel de guardas de fronteira no avanço dos estabelecimentos imperiais.

Ao analisarmos o recorte proposto na obra de Alexandre Rodrigues Ferreira, percebemos que, apesar de tênue e oscilante, nota-se a presença de uma alteridade que vaza por meio das suas experiências. Todorov (2019), nos alerta que o desde o século XV esse processo de reconhecimento não é uma via de mão única, ocorre de forma tortuosa e pelas mais variadas formas. Enfim, evidenciam o peso da espacialidade e da alteridade

na configuração da visão de mundo Moderno. Um processo que se estende até os séculos posteriores e pode ser identificado nas circunstâncias que buscamos analisar.

A utopia civilizatória que se alimenta da tensão com o primitivismo e muitas vezes do modelo de como se dá o reconhecimento dessa alteridade, é nas narrativas de viagem suscetível às contradições que expõe as fissuras na constituição de uma determinada visão de mundo. Lembremos a fala de Flusser utilizada em nossa epígrafe:

É óbvio que lá fora reina o diabo em mil disfarces aliciantes (...) penetra o sol do pecado pelas fendas dos vitrais da fé e perturba a prece (...) Esses sinais curiosamente revoltos e cursivos aparecem pintados e esculpidos nas paredes, tecidos nos tapetes, e nos medalhões enormes que pendem do teto (FLUSSER, S/D)

Se a cultura muçulmana invade a cristandade por meio de sinais e movimentos, rompendo a unicidade pretendida pela instituição, em nosso caso, o espaço colonial e a presença indígenas indicam a relevância das experiências vividas pelo naturalista em meio ao espaço de fronteira para sua formação. Elas estão presentes, mesmo como sinais e indícios a serem captados e iluminados.

Em relação à formação do naturalista, percebe-se como esses espaços foram determinantes para a consolidação da história natural. Não só fornecem espécimes a serem catalogados, embalsamados e enviados para os jardins europeus, mas também oferecem práticas e saberes dos povos indígenas ainda hoje negligenciados nos debates epistemológicos. Apesar de não nos determos especificamente na produção científica, essa tese coaduna com diversas pesquisas que buscam reforçar a relevância da espacialidade colonial para formação dos naturalistas. E que argumenta, na esteira de Raj (2015, p. 168), como a ciência se constitui a partir de circulações e encontros, não se disseminando automaticamente de um lado para o outro. Criticando a noção de uma narrativa mestra, aponta o quando a episteme moderna dependeu das margens – aqui materializadas nos rincões mais distantes dos domínios coloniais - para sua constituição.

Buscamos reforçar como essa dimensão dialoga com o ideal letrado proposto pela Ilustração. Não se limitando à figura do erudito encerrado em seu gabinete, mas com o ideal cosmopolita. Uma concepção que pode ser vista em uma das principais referências de trajeto formativo da Ilustração, a obra *Emílio*, de Jean-Jacques Rousseau. Segundo o filósofo genebrino, que também citamos como epígrafe a esta tese: “Vossos filósofos sedentários estudam a história natural em seus gabinetes; têm miniatura e conhecem

nomes, mas não têm ideia da natureza. Mas o gabinete de Emílio é mais rico do que o dos reis: é a terra inteira” (ROUSSEAU, 2017, p. 604).

Conforme destacamos, a Ilustração portuguesa limitou ideais mais progressistas, mas mesmo sobre a tutela da Coroa Ferreira foi capaz de incorporar diversos papéis sociais. Conforme buscamos defender, o jovem naturalista mobilizou referências que fluem por diversas áreas, do funcionário régio, ao naturalista, até podendo ser compreendido a partir dos ideais letrados da Ilustração. Faz esse movimento em diálogo com as experiências concretas em meio ao espaço colonial, busca referências e tenciona-se com autoridades e outros letrados. Nos recônditos espaços da Amazônia se posicionando em relação à política imperial, dialogou com letrados e naturalistas. Mesmo na trilha dos rios ou em meio às matas fez parte dos ideais cosmopolitas pregados pela República das Letras.

Ferreira foi inviabilizado de sintetizar sua obra, seja a referente à História da Indústria dos povos americanos, ou a que deixou apenas o frontispício finalizado, devido às adversidades vividas com seu retorno para Portugal, indo desde a falta de financiamento e reconhecimento, além do saque sofrido pelas invasões napoleônicas. Mesmo assim, a análise de seu Diário, memórias, cartas e produção iconográfica nos permite vislumbrar uma narrativa que dialoga com as abordagens memorialistas que orientavam a pena dos letrados luso-brasileiros no contexto. Ressaltar a complexidade dessa narrativa que entrecruza o olhar do fiscal régio, do naturalista e do letrado, nos traz três pontos relevantes para a história da educação: 1) o processo de formação da elite letrada após às reformas pombalinas; 2) a relevância da espacialidade colonial para esse processo de formação; 3) O amálgama de informações e narrativas sobre os domínios coloniais que foram fundamentais para a consolidação de determinadas visões sobre a história do Brasil (SILVA, 2006; KANTOR, 2004). São narrativas de viagens que foram apropriadas em grande parte pelo discurso científico do século XIX - muitos em função de justificar teorias raciais e discursos eugênicos. Esgarçar o tecido dessa narrativa rastreando seus debates e conceitos, juntamente com suas tensões nos permite fincar a relevância desse cenário para história da educação. Mesmo que com pequenos indícios, são caminhos que se revelam em meio a floresta.

REFERÊNCIAS

Fontes

Breves instruccões aos correspondentes da Academia das sciencias de Lisboa sobre as remessas dos productos, e noticias pertencentes a Historia da Natureza, para formar hum Museo Nacional. Disponível em <https://www.gutenberg.org/cache/epub/15668/pg15668-images.html>

“Desenhos De Gentios, Animaes, Quadrupedes, Aves, Amphibios, Peixes e Insectos. Da Expedição Philosophica do Pará, Rio Negro, Matto Grosso, e Cuyabá. Originaes. Volume 1”. In: *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Petrópolis: Kapa Editorial, 2002, v. 1.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. “Ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, Alexandre Rodrigues Ferreira, em carta de 5 de maio de 1791”. In: *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Petrópolis: Kapa Editorial, 2008b, v. 2.

_____. “Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro”. In: *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Petrópolis: Kapa Editorial, 2007, v. 3.

_____. “Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor” (11/02/1788). In: *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Petrópolis: Kapa Editorial, 2008a, v. 3.

_____. “Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor” (11/09/1788). In: *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Petrópolis: Kapa Editorial, 2008b, v. 2.

_____. “Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor, meu amo e meu Senhor da minha mais profunda Veneração”. In: *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Petrópolis: Kapa Editorial, 2008b, v. 2.

_____. “Senhor Agostinho Joaquim do Cabo” (08/06/1787). In: *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Petrópolis: Kapa Editorial, 2008a, v. 3.

_____. “Memória sobre os gentios cambebas”. In: *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Petrópolis: Kapa Editorial, 2005, v. 3.

_____. “Memória sobre os gentios Uerequenas, que habitam nos rios Içana e Ixié”. In: *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Petrópolis: Kapa Editorial, 2005, v. 3.

_____. “Miranhas”. In: *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Petrópolis: Kapa Editorial, 2005, v. 3.

_____. “Notícia da voluntária redução de paz e amizade da feroz nação do gentio Mura nos anos de 1784, 85 e 86”. In: *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Petrópolis: Kapa Editorial, 2005, v. 3.

_____. “Observações gerais e Particulares sobre a Classe dos Mamais Observados nos Territórios dos Três Rios das Amazonas, Negro e da Madeira. Com as descrições circunstanciadas que de quase todos eles deram os antigos e modernos naturalistas e, principalmente, com a dos tapuias”. In: *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Petrópolis: Kapa Editorial, 2003, v. 3.

_____. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Belém/Brasília: Museu Paraense Emílio Goeldi/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, s.d.

LIMA, Américo Pires de. O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira. Documentos coligidos e prefaciados por... Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1953.

MELO, Sebastião José de Carvalho e; POMBAL, Marquês de. *Memórias Secretíssimas do Marquês de Pombal e outros escritos*. Francisco Lyan de Castro (editor). Portugal: Publicações Europa-América, s.d.

“Prospectos De Cidades, Villas, Povoações, Fortalezas”, e Edifícios, Rios, e Cachoeiras Da Expedição Philosophica do Pará, Rio Negro, Peixes e Insectos. Da Expedição Philosophica do Pará. Rio Negro, Matto Grosso, e Cuyabá. Originaes. Volume 2º”. In: *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Petrópolis: Kapa Editorial, 2002, v. 2.

RIBEIRO SANCHES, A. N. *Dificuldade que tem um velho reino para emendar-se*. Porto, Inova, s.d.

ROBERTSON, William. *History of america*. 1835. Retirado de: http://books.google.com.br/books?id=F06AAAacAAJ&printsec=frontcover&dq=william+robertson+history+of+america+1835&hl=pt-BR&ei=kzybTe_cEc62tweT-

[d3ZBw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCoQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=d3ZBw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCoQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false).

Bibliografia

AGUIAR, Thiago Borges de. *Jan Hus: cartas de um educador e seu legado imortal*. Prefácio Waldir Cauvilla. São Paulo: Annablume, 2012.

_____. “A leitura de cartas que educam a partir do contributo teórico de Carlo Ginzburg”. In: IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2012, Lisboa. Mogarro, M.J. & Cunha, M.T.S. (orgs.) (2012). *Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares. IX Congresso Luso Brasileiro de História da Educação (Atas)*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012b. pp. 6573-6581.

ALMEIDA, Antônio Augusto Marques de. “Saberes e práticas de ciência no Portugal dos descobrimentos”. In: TENGARRINHA, José (org.) *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC, 2000, pp. 77-86.

ARAÚJO, Ana Cristina. “Dirigismo cultural e formação de elites no pombalismo”. In: *O marquês de Pombal e a universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000, pp. 9-42

ARRUDA, José Jobson de Andrade. “O sentido da colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830)” In: TENGARRINHA, José (org.) *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC, 2000, pp. 167-186.

BELLUZO, Ana Maria de Moraes. “A Viagem Philosophica”. In: _____. *O Brasil dos Viajantes – um Lugar no Universo – Vol.2*, São Paulo, Metalivros, 1994, pp. 64-73.

_____. “O projeto da Ilustração portuguesa e o ciclo das expedições científicas” In: _____. *O Brasil dos Viajantes – um Lugar no Universo – v. 2*, São Paulo, Metalivros, 1994, pp. 60-79.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 19, Apr. 2002, pp. 20-28

BOTO, Carlota. *Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

_____. *A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo: Editora UNESP, 1996a.

_____. Iluminismo e educação em Portugal: o legado do século XVIII e XIX. *Revista da Faculdade de Educação*. v.22, n.1, 1996b, pp. 1-23.

BOURGUET, Marie-Noëlle. “La collecte du monde: Voyage et histoire naturelle”. In: BLANCKAERT, C. *et al.* *Le Muséum au premier siècle de son histoire*. Paris: Muséum National d’Histoire Naturelle Archives, 1997

_____. “O explorador”. In: VOVELLE, Michel (org.). *O homem do Iluminismo*. Editorial Presença: Lisboa, 1997, pp. 207-245.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. *Norbert Elias: formação, educação e emoções no processo de civilização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BURKE, Peter. *O Polímata: Uma história cultural de Leonardo da Vinci a Susan Sontag*. São Paulo: Editora UNESP, 2020.

_____. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

_____. *A Escrita da História*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

_____. Tradition and Experience: The Idea of Decline from Bruni to Gibbon. *Daedalus*, nº 2, 1976, pp. 137-52

CALAFATE, Pedro. *A ideia de Natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1994.

CAMPANHOLO, Priscila de Oliveira. *Os comentários de Sêrvio Honorato ao Canto VI da Eneida*. Dissertação de mestrado - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, São Paulo, 2018.

CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. *Do índio imaginado ao índio inexistente: a construção da imagem do índio na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2000.

_____. Registro da Diferença – a invenção do ‘tapuia’ nos desenhos da Expedição Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792). *Revista Pós-História*, n. 10, Assis: UNESP, 2002, pp. 61-86.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reforma pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Saraiva, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

CARVALHO, Rômulo de. *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

_____. *A História Natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua portuguesa, 1987.

CASSIRER, Ernest. *Indivíduo e Cosmos na Filosofia do Renascimento*. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

_____. *A filosofia do iluminismo*. Trad. Alvaro Cabral. 2.ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa / Rio de Janeiro: Difel / Bertrand Brasil, 1990.

COELHO, Antônio Borges. “Os argonautas portugueses e seu velo de ouro (século XV-XVI)” In: TENGARRINHA, José (org.) *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC, 2000, pp. 57-76.

CORRÊA FILHO, V. *Alexandre Rodrigues Ferreira: vida e obra do grande naturalista brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 5, 1941, pp. 105-169.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. “As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII” In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, 2002, pp.61-98

CUNHA, Manuela C. da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DANTE EDITORA. *O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*, 2008.

_____. *DE vandelli para Lineu. De Lineu para Vandelli*, 2008.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1978.

DOMINGUES, Ângela. O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2008, pp. 133-152.

_____. *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*. São Paulo: Secretaria Regional de Turismo Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.

_____. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, v. 3, 2001, pp. 823-838.

DUCHET, Michèle. *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières*. Paris: François Maspero, 1971.

DUSSEL, Henrique. “Meditações anti-cartesianas sobre a origem do anti-discurso filosófico da Modernidade” In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, pp. 341-395.

_____. *Política da libertação I: história mundial e crítica*. Passo Fundo: IFIPE, 2014.

ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

_____. *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

_____. *Despotismo Esclarecido*. São Paulo: Ática, 1986a.

_____. História cultural e História da educação. *Revista Brasileira de Educação*. v. 11, n.32, 2006, pp. 328-375.

_____. *Iluminismo*. São Paulo: Ática, 1986b.

_____. “Pombal e o Brasil”. In: Tengarrinha, José (org.) *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC, 2000, pp. 149-166.

FALCON, Francisco José Calazans e RODRIGUES, Claudia (org.) *A Época Pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. A “civilização” dos índios e a formação do território do Brasil. *Unicamp: Histdbr*. Campinas, 2004, pp. 1-10.

FLUSSER, Vilém. Ex Oriente Lux. *Revista Cavalo Azul*, n. 2, 1966, pp. 3-25.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. “História da educação e histórica cultural”. In: *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pp. 49-75.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e (org.). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII: antologia de textos (1591-1808)*. São Paulo: UNESP, 2012.

_____. O mundo natural e o erotismo das gentes no Brasil Colônia: a perspectiva do estrangeiro. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 20, jan.-jun. 2010, pp. 15-26.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; HUE, Sheila. *Piratas no Brasil: as incríveis histórias dos ladrões dos mares que pilharam nosso litoral*. São Paulo: Editora Globo, 2014.

FRANCO, José Eduardo. Os catecismos antijesuíticos pombalinos: as obras fundadoras do antijesuitismo do Marquês de Pombal. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Ano IV, n. 7/8, 2005, pp. 247-268.

GAY, Peter. *The enlightenment: an interpretation*. v. 2 – The Science of freedom. New York, A. A. Knopff, 1969.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo Companhia das Letras, 2016.

_____. *Medo, Reverência e Terror: quatro ensaios de iconografia política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Os fios e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo – História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMBRICH, Ernest. *História da Arte*. São Paulo: Círculo do Livro, 1972.

_____. *Arte e Ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito B (orgs). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2009.

GUSDORF, G. *Les principes de la pensée au siècle des lumières*. Paris, Payot, 1971.

HARTMANN, Thekla. *A contribuição da iconografia para o conhecimento de índios brasileiros do século XIX*, São Paulo: Edição do Fundo de Pesquisa do Museu Paulista, 1975.

HAZARD, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa: Editora Presença, 1989.

HESPANHA, Antônio Manuel (Coord.) “O Antigo Regime (1620-1807)”. In: HESPANHA, Antônio Manuel. *História de Portugal*. Portugal: Editora Estampa, 1993, pp. 193-196.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2004.

KURY, Lorelai B. “Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)”. *História, ciências, saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 11, suplemento 1, 2004, pp. 109-129.

_____. “Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem”. *História, ciências, saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 8, suplemento, 2001, pp. 863-880.

KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 17. n.2. jul.- dez. 2009, pp. 91-109.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Natureza e Naturalistas. *Revista Imaginário*, nº 3, São Paulo: NIME/USP, 1996, pp. 31-57.

_____. Naturalistas viajantes. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, 1995, pp. 7-19.

MALDI, Denise. “De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígena nos séculos XVIII e XIX”. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 40, n.2, 1997, pp. 183-221.

MAROUBY, Christian. *Utopie et primitivisme. Essai sur l'imaginaire anthropologique à l'Âge Classique*. Paris: Editions de Seuil, 1990.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*. 2ª ed. Trad. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora 34, 2019.

NUNES, Cristiane Tavares Fonseca de Moraes. *A Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina de 1772*. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. “Elemento para uma sociologia dos viajantes” In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.) *Sociedade indígenas e Indigenismo no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1987, pp. 84-148.

ONFRAY, Michel. *Teoria da viagem: poética da geografia*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

PANOFSKY, Erwin. *O significado das Artes Visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

_____. *Estudos de Iconologia – Temas humanísticos na arte do renascimento*. Lisboa: Estampa, 1995.

PATACA, Ermelinda Moutinho e OLIVEIRA, Cristiane Borges de. “Escrita de micronarrativas biográficas de viajantes luso-brasileiros: aproximações entre história das ciências no Brasil e ensino”. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, n. 1, 2016, pp. 165-180.

PATACA, *Arte, ciência e técnica na Viagem Philosophica (1783-1792) de Alexandre Rodrigues Ferreira: a confecção e a utilização de imagens histórico-geográficas na capitania do Grão-Pará entre Setembro de 1783 e Outubro de 1784*. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2001.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. *Os Naturalistas do Império: o conhecimento científico de Portugal e suas colônias (1768-1822)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2016.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

PRIORE, Mary del. *D. Maria I: As perdas e as glórias da rainha que entrou para a história como “a louca”*. São Paulo: Benvirá, 2019.

RAMINELLI, R. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. VIII (suplemento), 2001, pp. 969-992.

_____. Ciência e colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Tempo*. Niterói, 1998, pp. 1-19.

REIS, Jaime Estevão dos. “Os centros de saber alfonsinos e a renovação do direito castelhano-leonês no século XIII” In: OLIVEIRA, Terezinha. (Org.). *Conhecimento e Educação no Medievo*. 1ª ed. São Luís do Maranhão: Editora da UEMA, 2012, pp. 113-123.

REVEL, Jacques. “Os usos da civilidade” In: *História da Vida privada: Da Renascença ao Século dos Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 169-210.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da educação*. Tradução e notas Laurent de Saes. São Paulo: Edipro, 2017.

RODRIGUES, José Manuel Damião. Ciência, viagens e controle do território: o caso do Brasil na segunda metade do século XVIII. *Memórias: Revista Digital de Historia y Arqueologia desde el Caribe*, Barranquilla, n. 25, 2015, pp. 1-33

RODRIGUEZ, Margarita Eva. Longe do gabinete: viagens científicas a América portuguesa e espanhola (1777-1792) e representação da natureza. *Memórias: Revista Digital de Historia y Arqueologia desde el Caribe*. Barranquilla, n. 25, 2015, pp. 144-177.

ROSSI, Paolo. *Os Filósofos e as Máquinas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula. (org.) *Epistemologia do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SERRÃO, Joel. *Dicionário para história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1971.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2006.

SILVA, Bruno. *As cores do Novo Mundo: degeneração, ideias de raça e racismos nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Lisbon international press, 2020.

SIQUEIRA, Vera Beatriz. Aquarela do Brasil: a obra de Jean Baptiste Debret. *19&20*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan. 2007.

SOUZA, Laura de Mello e. “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”. In: *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 41-82.

STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara (org.) *Histórias e memórias da educação no Brasil*. v. 1 – século XVI ao XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

THOMAS, Keith. *O Homem Natural e o Mundo Natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TODOROV, Tzvetan. *O espírito das Luzes*. São Paulo: Editora Barcarolla, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VOVELLE, Michel (org.). *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997.